



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação
Doutorado em Educação

JOÃO MARCELO INTINI

**VIVÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
DO CAMPO POR CONQUISTAS E DIREITOS: O GRITO E A FORÇA
DAS “MARGARIDAS”**

Brasília
2021

JOÃO MARCELO INTINI

**VIVÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
DO CAMPO POR CONQUISTAS E DIREITOS: O GRITO E A FORÇA
DAS “MARGARIDAS”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor.

Linhas de Pesquisa: Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade da Educação (AEPS).

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Lima Martins Pederiva

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ii61v Intini, João Marcelo
 VIVÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO
 POR CONQUISTAS E DIREITOS: O GRITO E A FORÇA DAS "MARGARIDAS"
 / João Marcelo Intini; orientador Patricia Lima Martins
 Pederiva. -- Brasília, 2021.
 289 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) -- Universidade
 de Brasília, 2021.

 1. teoria histórico-cultural. 2. vivências educativas. 3.
 movimento social sindical rural. 4. Marcha das Margaridas.
 I. Pederiva, Patricia Lima Martins, orient. II. Título.

JOÃO MARCELO INTINI

**VIVÊNCIAS EDUCATIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
DO CAMPO POR CONQUISTAS E DIREITOS: O GRITO E A FORÇA
DAS “MARGARIDAS”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor. Linhas de Pesquisa: Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade da Educação (AEPS).

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Patrícia Lima Martins Pederiva (Orientadora) – PPGE/FE/UnB

Profa. Dra. Monica Castagna Molina – Membro Interno – PPGE/FE/UnB

Prof. Dr. William Santos de Assis – Membro Externo – INEAF/UFGA

Profa. Dra. Joelma Carvalho Vilar - Membro Externo – UFS

Prof. Dra. Ana Paula de Medeiros Ferreira- Membro Suplente – SEDF

Brasília, DF, em 23 de setembro de 2021.

DEDICATÓRIA

Este estudo é dedicado aos que tem em Paulo Freire sua maior inspiração nos caminhos da educação libertadora e emancipatória.

É também dedicado aos que lutam pela terra e pela justiça no campo, como fariam o Padre Josimo Tavares, o Frei Henri Burin des Roziers e a agricultora e sindicalista Margarida Alves.

É dedicado ainda aos que defendem a paz, a solidariedade, a fraternidade, a agroecologia, a vida acima de tudo, como fazem Leonardo Boff e o Padre Julio Lancellotti.

Finalmente, dedico este estudo aos que defendem a democracia, a liberdade, a verdade, os direitos fundamentais, a integridade de cada ser humano, como fazem aqueles anônimos que diariamente combatem a violência de gênero, o fascismo, o autoritarismo, a truculência e a intolerância.

Pai nosso, dos pobres marginalizados
Pai nosso, dos mártires, dos torturados
Rogai por nós

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pais, Giacomo e Cida, que me propiciaram as melhores condições possíveis para os meus estudos na infância e na adolescência e logo chegar a universidade e de aí partir para um sem número de aventuras. Agradeço também aos meus irmãos e familiares, pelo apoio e as orações recebidas.

À Patrícia Pederiva, que aceitou esta orientação e me conduziu por caminhos seguros, éticos, serenos e profundos, pacientemente me reintroduzindo no ambiente acadêmico, depois de uma janela de 13 anos desde a finalização do mestrado. Meu profundo agradecimento e reconhecimento por tudo o que você representa para mim e para este estudo.

Aos meus colegas do GEPPE, Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas Educativas, pelos conselhos, sugestões, críticas e por me inspirar profundamente nas discussões sobre a teoria histórico-cultural e sobre Vigotski.

Aos meus queridos amigos da ESALQ, do Sul do Pará, do STR de Conceição do Araguaia, por fazerem parte de um percurso intenso e desafiador e também aos professores da UFPA, que foram os semeadores pelo gosto adquirido em estudar profundamente a realidade e compreender a sua complexidade.

Aos entrevistados deste estudo, que pacientemente compartilharam suas histórias, testemunhos e aprendizados. Às colegas Fernanda Marangoni e Monica Vasconcelos, que ajudaram enormemente na reunião das informações sobre o CONDRAF que foram utilizadas nesta tese.

Aos meus colegas da FAO, pela paciência e tolerância com as minhas repetidas ausências no trabalho, para poder avançar na redação deste documento.

A esta banca examinadora, que sabe algo da vida pregressa deste pesquisador, mas mais do que isto, me inspiraram a fazer o meu melhor neste trabalho. Minha gratidão a vocês.

Por fim, minha esposa Alessandra, meus filhos Mariana e Pedro, pelo apoio, respaldo, escutas, cafés, paciência, tolerância e tudo o mais que pudemos compartilhar durante a nossa convivência. Espero que vocês sintam o quanto eu amo vocês e o quanto de vocês esta distribuído nestas páginas, pela inspiração, pela torcida e pelo carinho.

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender, descrever e discutir o processo social de lutas desenvolvido pelos movimentos sociais rurais no Brasil como uma vivência educativa, com pedagogias desenvolvidas pelos próprios atores sociais, elaboradas e organizadas a partir de suas realidades, onde as meios de organização de homens e mulheres do campo considera seu processo histórico e cultural de desenvolvimento e que, a partir da sua complexa realidade, de um contexto social marcado por desigualdades e violência, desenvolveram a capacidade de planejar, criar e ousar para romper com o isolamento e a invisibilidade dada tradicionalmente pelo Estado brasileiro e pelas oligarquias rurais, em busca de conquistas e direitos. Para demonstrar esta tese, realizamos um processo detalhado de busca de informações a partir: dos registros históricos da organização das pautas de reivindicação do movimento sindical rural manifestado pelo Grito da Terra Brasil, da organização social das mulheres rurais na Marcha das Margaridas, do resgate dos documentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de entrevistas e da sistematização de informações sobre políticas públicas, em especial atenção, à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Apoiando-se na teoria histórico-cultural, para descrever e demonstrar esta tese, não haveria outro caminho metodológico a ser adotado que não estivesse amparado no materialismo histórico-dialético, porque estudamos uma realidade em movimento, em meio a contradições inerentes ao processo histórico, ao contexto político e as expectativas presentes nos movimentos sociais, em um período da história em que foram possíveis o diálogo e a negociação institucionalizados com o poder público, para a promoção de conquistas de políticas públicas e de direitos.

Palavras-chave: teoria histórico-cultural; vivências educativas; movimento social e sindical rural; Marcha das Margaridas.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo comprender, describir y discutir el proceso social de lucha desarrollado por los movimientos sociales rurales en Brasil como una vivencia educativa, con pedagogías desarrolladas por los propios actores sociales, elaboradas y organizadas a partir de sus realidades, donde los medios de organización de hombres y mujeres del campo considera su proceso histórico y cultural de desarrollo y que, desde su compleja realidad, en un contexto social marcado por las desigualdades y la violencia, desarrollaron la capacidad de planificar, crear y atreverse a romper con el aislamiento y la invisibilidad tradicionalmente otorgada por el Estado brasileño. y por las oligarquías rurales, en busca de conquistas y derechos. Para demostrar esta tesis, realizamos un proceso de búsqueda de información detallada a partir de: los registros históricos de la organización de las agendas reivindicativas del movimiento sindical rural manifestadas por el Grito da Terra Brasil, la organización social de mujeres rurales en la Marcha das Margaridas, el rescate de documentos del Consejo Nacional de Desarrollo Rural Sostenible (CONDRAF), entrevistas y sistematización de información sobre políticas públicas, con especial atención a la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural. Apoyándose en la teoría histórico-cultural, para describir y demostrar esta tesis, no habría otro camino metodológico a seguir que no fuera apoyado por el materialismo histórico-dialéctico, porque estudiamos una realidad en movimiento, en medio de contradicciones inherentes al proceso histórico, al contexto político y las expectativas presentes en los movimientos sociales, en un período de la historia en el que fue posible el diálogo y la negociación institucionalizados con el gobierno, para promover los logros de las políticas públicas y los derechos.

Palabras-clave: teoría histórico-cultural; vivencias educativas; movimiento social y sindical rural; Marcha de las Margaritas.

ABSTRACT

The present research aims to understand, describe, and explore in depth the social struggles undertaken in Brazil by rural social movements, considering them as an educational experience. These movements developed unprecedented pedagogies based on their own realities. The forms of organization practiced by these rural women and men result from a long and complex historical and cultural process of development in search of conquests and rights. In this process, despite a social context marked by inequalities and violence, they achieved the necessary skills to plan, create and, ultimately, challenge the anonymity to which the Brazilian State and the rural oligarchies actively condemned them. Our main sources of information were: the historical records of rural trade union movement organizations such as Grito da Terra Brasil and the social organization of rural women in the Daisies March; the rescue of documents from the National Council for Sustainable Rural Development (CONDRAF in Portuguese); and interviews and systematization of information on public policies, paying special attention to the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension. We address the problem from the historical-cultural theory, relying on the method of historical-dialectical materialism, which provides, in our opinion, an appropriate methodological framework to study a social practice developed in a dynamic reality, in a period in which institutionalized dialogue and negotiation with the government were possible for social movements, in a process with historical and political contradictions, in which they had to adjust their expectations, in order to promote the achievements of public policies and rights.

Keywords: cultural-historical theory; educational experiences; rural social and union movements; Daisies March.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Cartaz do GTB do ano de 1994	76
Figura 2 - Pauta Nacional do GTB do ano de 1995	76
Figura 3 - Cartaz do GTB do ano de 1998	78
Figura 4 - Cartaz do GTB do ano de 1999	81
Figura 5 - Cartaz do GTB do ano de 2010	84
Figura 6 - Cartaz do GTB do ano de 2013	85
Figura 7 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2000	90
Figura 8 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2003	92
Figura 9 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2007	95
Figura 10 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2011	98
Figura 11 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2015	102
Figura 12 - Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2019	104
Figura 13 - Cartaz do GTB do ano de 2001	156
Figura 14 - Cartaz da 1ª CNATER	210
Figura 15 - Balanço político do CONDRAF 2015-2016	225
Figura 16 - Demanda de ATER das mulheres rurais	226
Figura 17 - Demanda de ATER para áreas indígenas	228
Figura 18 - Demanda de ATER para comunidades quilombolas	229
Figura 19 - Demanda por ATER para a reforma agrária	231

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - Tema, data e mandatário da República, durante os GTB realizados entre 1994 e 2016	79
Tabela 2 - Ano, lema e número de participantes de cada Marcha das Margaridas realizadas em Brasília – DF	89
Tabela 3 - Medidas adotadas pelo Governo Federal para criar institucionalidades para a agricultura familiar e a reforma agrária entre 1999 e 2001	193
Tabela 4 - Demandas por ATER apresentadas pelo GTB durante os anos de 1998 a 2004	198

LISTA DE FOTOS

	Página
Foto 1 - Entrega da Pauta do GTB de 2013 à Presidência da República	86
Foto 2 - Plenária de abertura da 1ª CNATER	211

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 - Conflitos pela Terra e Violência no Campo no Brasil	43
Quadro 2 - Subnutrição no Meio Rural Brasileiro	44
Quadro 3 - Pobreza rural na América Latina e no Caribe	45

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 - Recursos orçamentários no MDA para ATER para mulheres rurais	227
Gráfico 2 - Recursos orçamentários no MDA para ATER para áreas indígenas	229
Gráfico 3 - Recursos orçamentários no MDA para ATER para comunidades Quilombolas	230
Gráfico 4 - Evolução dos recursos de ATER/ATES para a reforma agrária	232
Gráfico 5 - Evolução dos recursos orçamentários de ATER para agricultura familiar	233
Gráfico 6 - Evolução dos recursos de ATER e de ATES disponibilizados para o MDA e para o INCRA	234

LISTA DE ANEXOS

	Página
ANEXO 1 - Critérios utilizados pela FAO para a caracterização da fome e da insegurança alimentar	257
ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	259
ANEXO 3 - Mensagem enviada pela Fundação Perseu Abramo	266
ANEXO 4 - Exemplos de Ata do CONDRAF	267
ANEXO 5 - Roteiro utilizado nas entrevistas	288

SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Créditos e Assistência Rural

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária

BASA – Banco da Amazônia S/A

BB – Banco do Brasil

CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

CLS – Consolidação das leis Sociais

CLT - Consolidação das leis Trabalhistas

CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNDR - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

COPROFAM – Coordenadora das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais

DIER - Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural

DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENFOC – Escola nacional de Formação da Contag

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FASER - Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil

FCO – Fundo de Financiamento do Centro-Oeste

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

GECA – Grupo de Extensão de Conceição do Araguaia

GT – Grupo de Trabalho

GTB – Grito da Terra Brasil

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAA – Ministério da Agricultura e Abastecimento

MAARA – Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MPV – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ONG – Organização não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PADRSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PGPM – Programa de Garantia de Preços Mínimos

PL – Projeto de lei

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA - Plano Plurianual

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SARC - Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I – A TRAMA E O DRAMA: ELEMENTOS PARA A ATIVIDADE CRIADORA E A CONSCIENTIZAÇÃO DOS HOMENS E MULHERES DO CAMPO – DIALOGOS ENTRE A TEORIA HISTORICO E CULTURAL E OS PROCESSOS EDUCATIVOS NA LUTA SOCIAL.....	39
1.1 O drama da pobreza, da fome e da violência no rural brasileiro – breve contexto histórico	40
1.2 A teoria histórico-cultural e a luta social no campo no Brasil: o exercício da atividade criadora	47
1.3 - A teoria histórico-cultural e os processos educativos na luta social	60
CAPÍTULO II: PRÁTICAS E PROCESSOS EDUCATIVOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	71
2.1 Grito da Terra Brasil	74
2.2 A Marcha das Margaridas	87
2.3 Projeto de formação político pedagógico do movimento sindical rural e a criação da ENFOC.....	106
CAPÍTULO III – CAMINHO METODOLÓGICO	113
CAPÍTULO IV – ANÁLISE, DISCUSSÃO E AS REVELAÇÕES DA PESQUISA	141
4.1 – Gritando e marchando: governo é igual feijão, só funciona na pressão!	151
4.2 O CONDRAF, a negociação e o diálogo e a caixa de ressonância da representação social	166
4.3 A ATER nas demandas dos movimentos sociais e a PNATER como mecanismo de resposta.....	183
4.4 – Da implementação da PNATER ao processo de desmonte	217
CONCLUSÃO.....	236
REFERÊNCIAS	249
ANEXO 1 – Critérios utilizados pela FAO para a caracterização da fome e da insegurança alimentar	257
ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	259
ANEXO 3 – Mensagem enviada pela Fundação Perseu Abramo	266
ANEXO 4 – Atas do CONDRAF – dois exemplos para ilustrar este documento.....	267
ANEXO 5 – Roteiro utilizado nas entrevistas.....	288

INTRODUÇÃO

Em julho de 1997, embarco para Conceição do Araguaia, um pequeno município localizado no Sul do Estado do Pará, para desenvolver os trabalhos da residência agrônômica¹, como atividade final do curso de engenharia agrônômica, que cursava na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP)².

Apesar de ter desenvolvido vários estágios e viagens técnicas em várias partes do país durante os anos de graduação, em particular, esta viagem, me movia por outros pensamentos, dúvidas e inquietudes. Não seriam alguns dias, mas um período de 4 meses, vivenciando uma realidade completamente nova para mim.

Eu não seria o primeiro estudante de graduação da ESALQ a ter esta experiência acadêmica. No final dos anos 80 e início dos anos 90, representantes da Comissão Pastoral da Terra – CPT³, que atuavam na região Sul do Pará, e a Direção da ESALQ, estabeleceram um processo de cooperação técnica, que resultou na formação do Grupo de Extensão de Conceição do Araguaia – GECA, com a finalidade de promover intercâmbios entre alunos de graduação⁴ e agricultores familiares residentes nesta região, para vivenciarem realidades sociais, ambientais, culturais e agrícolas, e compartilharem conhecimentos e ideias.

Deste momento em diante, o GECA passa a organizar anualmente, grupos de estudantes para realizarem esta vivência e assim, permitir que no processo de formação acadêmica e, futuramente, profissional destes estudantes, a sensibilização sobre uma realidade bastante distinta de outras regiões brasileiras, pudessem influenciar na sua conduta cidadã e nas opções de trabalho e emprego.

A cooperação técnica entre a CPT e a ESALQ avança e um novo ator passa a interagir diretamente neste processo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição

¹ A residência agrônômica foi uma atividade acadêmica implementada em 1995 na ESALQ/USP, como uma possibilidade para os alunos desenvolverem no último semestre da graduação, uma atividade intensiva, em extensão, pesquisa ou ensino, equivalente em créditos a um semestre de disciplinas regulares. Era um instrumento optativo, em que os alunos interessados apresentavam um projeto, apoiado por um Professor Orientador e outro Professor Coorientador, contando ainda com um supervisor no local de desenvolvimento da atividade.

² A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” é um campus da Universidade de São Paulo, localizado no município de Piracicaba.

³ A CPT de Conceição do Araguaia contratou um ex-aluno da ESALQ, engenheiro agrônomo formado em 1989, como membro de sua equipe de trabalho. A partir deste vínculo, iniciaram as discussões em torno da cooperação técnica entre a CPT e a ESALQ.

⁴ Neste momento, a ESALQ oferecia dois cursos de graduação: Engenharia Agrônômica e Engenharia Florestal.

do Araguaia – STR, que exercia uma importante influência na organização social e política dos agricultores familiares do município de Conceição do Araguaia e da região.

Em 1995, um aluno da ESALQ realiza a primeira residência agrônômica nos assentamentos de reforma agrária localizado no município. Em 1996, outro aluno também realiza esta atividade e, em 1997, dois alunos: um no primeiro semestre e eu no segundo semestre deste ano.

Pouco a pouco, se estabelece uma dinâmica que perdurou por vários anos.

Por outro lado, agricultores familiares e representantes, do STR, também foram convidados a participar de atividades na ESALQ, estabelecendo-se, então, uma via de duplo sentido.

Isto permitiu que o universo acadêmico compreendesse, minimamente, a realidade desta região, ouvisse as manifestações dos agricultores e agricultoras e tomasse em conta no processo de formação acadêmica e profissional dos alunos, o quão importante era apresentar aos estudantes, que no Brasil havia muito mais que o agronegócio estabelecido e potencializado pelas grandes fazendas, e que as características da agricultura do Sul e do Sudeste brasileiro, eram uma parte de um mosaico de realidades sociais, ambientais, culturais, produtivas e etc.

No Sul do Estado do Pará, a agricultura familiar se mostrava presente, atuante e, sobretudo, viável, mesmo em uma região bastante desprovida de políticas públicas para o seu desenvolvimento, em comparação a outras regiões do país, especialmente a Região Sul, que contava com um arranjo de políticas públicas para apoiar o fortalecimento da agricultura familiar, ainda que tímido, mas em desenvolvimento.

Com este processo de intercâmbios, amplia-se em todos os atores envolvidos, a percepção de que algo muito positivo e inovador poderia ser desenvolvido, para favorecer o desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária nesta região do país.

Não foi difícil perceber, logo nos primeiros dias depois da minha chegada no município de Conceição do Araguaia, que eram temas recorrentes e que ganhavam força nas discussões entre os agricultores familiares e os assentados pela reforma agrária e suas organizações sociais: a organização social, o estabelecimento do diálogo com instituições públicas para promover o desenvolvimento sustentável da região e a geração e implementação de políticas públicas adaptadas para esta realidade.

Gradativamente, vou conhecendo este processo social de lutas, percorrendo a região, vivenciando realidades impressionantes, como a pujança das florestas e sua rápida substituição pelas pastagens, os rios e as paisagens contagiantes, mas, acima de tudo,

conhecendo sua gente, seu povo, as lideranças sociais, as histórias de luta pela terra, que tanto marcaram esta região, como um dos vários palcos históricos das lutas sociais rurais no Brasil.

É sobre estes temas que iremos discorrer neste estudo, vamos buscar compreender como se movia este processo de organização social, a percepção por parte dos atores envolvidos sobre o estabelecimento de diálogos em torno de políticas públicas e os fatores (e desejos) que alimentavam os principais protagonistas deste processo, agricultores familiares e assentados pela reforma agrária, em busca de melhorias e desenvolvimento para todos e todas.

De todas as inquietudes que vivi, uma delas me marcou profundamente e tratava de entender **como este processo social de lutas se configurava como algo educativo**. Parecia-me, ainda que não compreendesse, que havia um método de organização, de linguagem, de compartilhamento de ideias e de conhecimentos, entre os agricultores familiares e, destes para suas organizações sociais, como representantes perante o poder público.

Esta tese nasce a partir do contato com esta realidade e evolui para buscar descrever e demonstrar que **este processo educativo, se configura como um processo de desenvolvimento histórico e cultural** desta gente, que a partir da sua complexa realidade, de um contexto social marcado por desigualdades e violência, desenvolveram a capacidade de planejar, criar e ousar. Estavam conscientes de sua condição, e, mesmo assim, decidiram avançar.

Partiremos do pressuposto de que este comportamento humano se relacionava, absolutamente, com um fenômeno histórico e socialmente determinado, em que a relação dialética das pessoas com seu meio sociocultural se dá através das transformações que os seres humanos promovem para satisfazer suas necessidades. Neste caso, os agricultores familiares e assentados pela reforma agrária buscavam atender suas necessidades de vida social, cultural e econômica, e se organizaram para isto.

Percorreremos caminhos históricos, buscaremos evidências de que **há um processo educativo nas lutas sociais**, que as conquistas ocorreram e que o diálogo com o poder público resultou em avanços sociais importantes, mesmo que incompletos ou insuficientes, ou por um curto período de tempo. Uma janela se abriu, e logo se fechou. Estamos tratando de posicionar este estudo entre os anos de 2003 e 2016. O que passou neste curto período de tempo? Quais foram os aprendizados nesse processo?

Para adentrarmos ao tema, voltemos um pouco ao passado, na história de Conceição do Araguaia, e projetemos aos dias atuais. Vamos estabelecer esta conexão, passado e presente, como um gatilho, uma linha de tempo marcada por poucas oportunidades de diálogo entre sociedade e poder público, e em especial, o diálogo entre as organizações sociais do campo e o poder público, para **compreender este processo educativo de luta dos movimentos sociais rurais**, como sujeitos políticos e coletivos da história.

O Portal da Amazônia

Esta região onde se localiza o Município de Conceição do Araguaia é conhecida como “Portal da Amazônia”, localizado no Sul do Estado do Pará, ao Norte do Mato Grosso e a Oeste do Estado do Tocantins.

Somente em Conceição do Araguaia, mais de 3.000 unidades familiares de produção se distribuem pelos seus mais de 5.800 Km², e que representam uma história de ocupação e colonização marcada pela violência, pelo conflito fundiário e pela incansável busca de direitos e condições de viver no campo.

Contar esta história não é o propósito deste estudo.

Mas, o processo de organização social destes trabalhadores e trabalhadoras rurais sim, porque alcançaram resultados e conquistaram avanços, porque **aprenderam a lutar, mobilizar e reivindicar**. E estes **são os processos educativos que pretendo demonstrar neste estudo**, e que moveram a vida de milhares de pessoas, nesta região e em outras regiões do país.

Mas vamos retomar um pouco ao passado e entender porque apresento estes temas para esta pesquisa. Há uma linha do tempo importante para apresentar neste documento, pois considero que, passo a passo, os agricultores familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais, extrativistas e famílias assentadas pela reforma agrária, organizados, foram desenvolvendo processos de luta, e que as conquistas em termos de políticas públicas não se deram ao acaso, como que por um milagre ou bênçãos divinas, mas pelo resultado de um processo de construção social, diálogo e negociação com o poder público e aprimoramento de um processo educativo de luta social.

Como mencionei anteriormente, embarquei em uma viagem de 32 horas pelas rodovias que cortariam 5 Estados do Brasil, com perguntas, inquietudes, imaginando o que encontraria neste local e em quais situações estaria envolvido.

Escutava dos colegas que participavam do GECA, suas histórias incríveis pelos rios da região, das lavouras de arroz e milho, das romarias e procissões pelas estradas de terra, das reuniões realizadas no STR de Conceição do Araguaia, das florestas e castanhais cada vez mais raros e dispersos pela paisagem em transformação.

Acolhidos pelas famílias que viviam nos projetos de assentamento de reforma agrária, comiam a comida simples e farta, percebiam as dificuldades com a precariedade das escolas, dos serviços de saúde, das estradas esburacadas ora tomadas pelos atoleiros ora escondidas sobre a poeira vermelha, das pontes feitas de estacas de madeira e que cortavam dezenas de igarapés, da ausência do poder público municipal, estadual ou federal, e escutavam em detalhes, tantos capítulos das lutas e mobilizações sociais que ocorreram nesta região. Gente que vive na terra conquistada. E de gente que morreu assassinada lutando por ela.

Um pouco de história da região e seus habitantes

Há dois séculos passados, a região foi explorada pelos comerciantes europeus, em busca da borracha do caucho, da madeira e riquezas minerais, indiscriminadamente levados, com destino à Belém, capital do Estado do Pará, não sem antes promover a morte e a violência contra os povos indígenas que ali habitam. Pelos rios navegavam e por onde passavam, também realizavam o comércio de bens e utensílios, compravam especiarias⁵, carnes, pescados, couro e outros produtos existentes, feitos nas poucas comunidades ribeirinhas que existiam.

A chegada dos frades dominicanos no final dos anos 1800 marca o início da catequese dos indígenas *kayapós* (localizados no interior das matas, mais arredios e hostis) e dos *karajás* (localizados nas margens do rio Araguaia, mais receptivos e pacíficos). As missões dominicanas também chegavam aos pequenos povoados que existiam nas margens dos rios e deste processo de contato, nasce o vilarejo de Conceição do Araguaia, assim descrito por Ianni (1981)

[...] a 14 de abril de 1887, dia de quarta feira santa, o frei Gil de Vilanova, renovando o gesto histórico de Frei Henrique de Coimbra, no momento da descoberta do Brasil, celebrou o santo sacrificio debaixo de um frondoso pequizeiro, e batizou o lugar com o nome de Conceição do Araguaia, em homenagem à Virgem Imaculada (IANNI, 1981, p.33)

⁵ Segundo Ianni (1981), os mercadores europeus que acompanhados por “homens que conheciam a rota”, compravam cravo, salsaparrilha, cacau, castanhas, madeiras, animais, peles e óleos.

A valorização do caucho e da borracha em 1901, promove a chegada de extrativistas de distintas partes do Brasil, ampliando a pressão de extração sobre os cauchais e gerando conflitos entre extrativistas e os proprietários destas terras. Não se permitia a extração livre do caucho e, então, iniciaria um ciclo de exploração da mão de obra e do aviamento, concentrando as riquezas obtidas desta extração com os proprietários de terras.

Um estreito relacionamento entre os proprietários de terras e os mercadores europeus geram poder político e riqueza para poucos e, praticamente, nada pertencia aos habitantes do vilarejo e dos povoados localizados nas margens do rio Araguaia.

Pouco a pouco, foram chegando os pecuaristas e os madeireiros, que seguiam explorando os recursos naturais, modificando a paisagem e ocupando extensas áreas de terras.

Chegavam também trabalhadores rurais, homens e mulheres, em busca de oportunidades. Nestas grandes fazendas, foram explorados e aviltados, sem direitos e sem perspectivas. Um largo período de violência social e de destruição da natureza, que perdurou por décadas.

Nos anos de 1960, o que se viu na região foi uma reorganização da sociedade em torno da produção agropecuária em sítios e fazendas, com produção de subsistência ou, quando muito, uma comercialização regional de excedentes, com barganhas por bens industrializados ou serviços, tendo como agentes caboclos, sitiantes, fazendeiros, agregados, empregados, professores, policiais, religiosos e comerciantes (INTINI, 1997).

A cidade de Conceição do Araguaia, desde o início do seu povoamento até o final da década de 1970, constitui-se como “centro de irradiação econômica, social, política, cultural e religiosa”, na região sul do Pará (FIGUEIRA, 1998). Por ali chegam os migrantes que se dirigem à região. A atividade comercial é centralizada nessa localidade, entre as décadas de 1960 e 1970, quando novos núcleos urbanos mais interiorizados se constituem.

A economia baseada no extrativismo vegetal começa a ser modificada, a partir da decisão do Governo Federal, nos anos de 1960 e parte dos anos 1970, em abrir estradas na região Norte do País como as rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Transamazônica, visando à integração da região com o restante do País.

Em meados da década de 1970, as principais ações do Governo Federal foram voltadas ao fomento às atividades das grandes empresas agropecuárias e orientadas para

a exportação tais como a criação de gado, exploração madeireira e mineração, sustentadas por grandes incentivos fiscais.

Nesse período, a intervenção do Governo Federal se dá, a partir da instalação de agências federais num processo de desconcentração das capacidades institucionais do governo, visando à implantação dos programas de desenvolvimento da região. São criados, assim, em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e, em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA.

As intervenções do poder público para a consolidação de seus programas, como o estímulo à formação das grandes empresas agropecuárias, por meio de incentivos fiscais e creditícios, transformam a terra em mercadoria e passam a dotá-la de “um preço”. Essa privatização da terra apoiada pelo Estado tem como maior símbolo o “título” ou a “escritura” da terra, que garantem seu domínio jurídico. Assim se estabeleceu o predomínio desse tipo de propriedade sobre a ocupação ou a posse, aonde residiam os “posseiros”, desprovidos dos instrumentos legais, e que eram justamente, as formas de ocupação da terra utilizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, extrativistas e pelos agricultores familiares.

Pereira (2015) assim descreve os “posseiros” e explica como se dava este processo de violência que incidia sobre eles nas regiões Sul e Sudeste do Estado do Pará nos anos 70

O posseiro é aquele trabalhador rural que ocupa terras devolutas, não tem nenhum tipo de documento que o defina como possuidor de suas terras e, embora sendo expulso ou vivendo em constantes ameaças de expulsão, não ocupa uma área que já tenha título de propriedade, um dono anterior a sua posse. De acordo com essas análises, na luta pela terra, o posseiro é visto como aquele que sofre a ação dos que querem expulsá-lo da terra. As suas lutas surgiram “espontâneas” e defensivamente como resistência à ação de pistoleiros e de policiais a serviços de proprietários e empresários rurais. (PEREIRA, 2015, p. 63)

Sob o descaso do Estado, grileiros atuam intermediando negociações de grandes extensões de terra, onde viviam famílias e comunidades de trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas e ribeirinhos, que são expropriados, totalmente, de suas possibilidades de uso dos recursos naturais e, cada vez, as terras e estes recursos naturais passam a ser concentrados pelas empresas agropecuárias e as grandes fazendas de proprietários particulares.

Impulsionados pelos incentivos fiscais do governo federal, as empresas rurais desmatam imensas áreas de florestas e implementam a pecuária extensiva e a extração de madeira como regra geral e, localizadamente, o cultivo de grãos e de cana de açúcar.

Também neste período, grandes empreendimentos em infraestrutura atraem trabalhadores, como a construção da rodovia Belém-Brasília, sua ligação com Conceição do Araguaia e por aí a entrada para o Sul do Estado do Pará e a instalação de empreendimentos agroindustriais apoiados pelos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Acreditando neste “milagre” milhares de pessoas chegam à região e se instalam nas margens das estradas e dos rios.

Entre 1966 e 1975, 33 grandes projetos foram instalados em Conceição do Araguaia, ocupando 1/6 da sua área, ou o equivalente a 430.189 ha⁶ (INTINI, 1997, p.3). A concentração fundiária torna-se a característica da ocupação das terras produtivas.

Assim como no início do século, durante a exploração do caucho, a concentração de terras e a estrutura fundiária seguiam os mesmos padrões: poucos proprietários com muita terra e acesso aos recursos naturais, trabalhadores e extrativistas sem-terra e marginalizados.

A chegada de migrantes era muito maior que a oferta de trabalho, fosse nos empreendimentos agroindustriais ou nas obras de infraestrutura. Este contingente de pessoas sem perspectivas, vivendo nas áreas urbanas ou rurais, deflagra um processo de reclame e de mobilização, para garantirem seu acesso à terra e aos recursos naturais.

Pouco a pouco, a maioria dos empreendimentos agroindústrias entra em declínio, pelo esgotamento dos recursos naturais (extração excessiva das madeiras e degradação das pastagens) ou pelo simples desinteresse de seus proprietários, que já tinham obtido os lucros e vantagens que lhe convenia. Sobraram áreas de pastagens degradadas, florestas destruídas ou exauridas e dívidas retidas na SUDAM.

Em 1985, o STR de Conceição do Araguaia inicia a luta pela terra, organizando este contingente de trabalhadores, ocupando as terras pertencentes aos proprietários financiados pela SUDAM, endividados ou falidos, e promovendo o acesso à terra como principal bandeira de luta. As primeiras conquistas começaram apenas em 1988, quando as primeiras famílias foram assentadas nos projetos de assentamentos implementados

⁶ Estes dados foram obtidos no escritório da Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no município de Conceição do Araguaia, durante o trabalho de residência agrônômica desenvolvido por INTINI em 1997.

pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Um período marcado pelo conflito, pela morte e pela violência extrema.

Em 1994, com a diminuição das ocupações de terra e inúmeras áreas conquistadas e reformadas, intensificam-se os trabalhos com o objetivo de dar condições efetivas para as famílias viverem nestas terras, busca por alternativas produtivas, apoio à comercialização da produção e mobilizações por políticas públicas, como crédito rural e assistência técnica.

Instituições importantes passam a aderir a este processo, reconhecendo a legitimidade deste processo social e, assim, abrem canais de diálogo. A Embrapa Amazônia Oriental, a Universidade Federal do Pará – UFPA, o Banco da Amazônia – BASA, o Banco do Brasil – BB, o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA e o INCRA, entre outras, passam a relacionar-se com a representação social e política destes trabalhadores, o STR.

Em 1997, aproximadamente, 3000 estabelecimentos rurais existiam em Conceição do Araguaia, sendo que 366 imóveis detinham 86% das terras, e 2.689 estabelecimentos estavam ocupando os 14% restantes. Ou seja, mesmo com este intenso processo de lutas, a estrutura fundiária não se alterava profundamente.

Lutar pela terra era o começo de uma caminhada.

Os agricultores familiares e assentados pela reforma agrária, praticavam a “agricultura migratória”, chamada de roça de toco, que consiste no corte e na queima de vegetação existente, para o cultivo do arroz, do milho e da mandioca, praticando assim, uma agricultura de subsistência e a venda de excedentes no mercado local⁷.

A lavoura dependia da fertilidade natural dos solos e dos nutrientes oriundos das queimadas. Colhida esta lavoura, em sequência, instalavam-se as pastagens, gerando assim, um ciclo de substituição das florestas ou áreas de capoeira⁸, por pastagens.

⁷ Esta é uma característica da agricultura tradicional na Amazônia até os dias de hoje, é e resultante de uma mescla de conhecimentos entre a população migrante (com predomínio de nordestinos), descendentes de africanos e portugueses e a população indígena. As técnicas agrícolas utilizadas por esta agricultura tradicional, por séculos, têm sido suficientes para o atendimento das necessidades básicas de subsistências das populações sob estas condições ambientais (solos deficientes, áreas secas ou propensas a inundações, poucos recursos tecnológicos e uso intensivo da mão de obra), sem depender de insumos químicos e agrotóxicos (Noda & Noda, 1994).

⁸ Capoeiras é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos. O termo, oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada. Significa, literalmente, "mato do passado", de ka'a ("mato") e uera ("do passado"). A capoeira se dá principalmente em áreas de atividade agrícolas, em especial áreas de pastagem. Diferenciando-se de uma floresta primária, por não ter sofrido com desgaste causado pelo homem.

Raramente se utilizava uma mesma área para outro ciclo de plantios, o que gradativamente promoveu a pecuarização das unidades familiares de produção.

Este sistema de produção agrícola não era capaz de alcançar índices de produção e produtividade que permitissem uma elevação na qualidade de vida das famílias.

A luta pela terra passa, então, para outra dimensão simbólica: depois de conquistar a terra, vinha a necessidade de conquistar políticas públicas que promovessem a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e o estabelecimento de um modo de vida digno no campo.

Esta etapa exigiu dos trabalhadores e trabalhadoras rurais um outro nível de organização, que assim explica Hébette (2002) sobre este surgimento

O sindicalismo dos trabalhadores rurais, em que pese sua fragilidade, mostrou-se apto a acolher e aperfeiçoar contribuições, que a ele se ofereceram, e a criar e estruturar suas próprias estratégias de desenvolvimento. E o fez com vontade, pouco comum, de visar o interesse coletivo de sua categoria, substituindo em muitas oportunidades, as instituições sociais instituídas e suprimindo suas insuficiências e omissões. (HEBETTE, 2002, p. 169)

Esta criação mencionada pelo autor é extremamente valiosa para os intentos desta tese. Se tratará aqui justamente de compreender esta ação criadora dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados no movimento sindical rural e como isto influenciou suas estratégias de desenvolvimento e de organização social.

O “Portal da Amazônia” passa a ser palco de outro ciclo de lutas e mobilizações sociais, que não estavam desconectadas de outros processos de organização social em curso no Brasil, liderados pelos movimentos sociais rurais, em especial atenção, ao movimento sindical rural, protagonizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CONTAG e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST. No Estado do Pará, a representação do movimento sindical rural é exercida pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI, a qual o STR de Conceição do Araguaia é afiliado.

O que ocorreu na região Sul do Estado do Pará, em linhas gerais, guarda semelhanças a outros processos de luta social que ocorreram em outras partes do Brasil, como iremos comentar neste trabalho, onde as organizações sociais rurais, com ênfase na CONTAG, se apresentaram como principais protagonistas dessa história de luta pela terra e pelo acesso aos recursos naturais.

Para explicitar a escolha pelo movimento sindical rural como o ator político a ser considerado neste estudo, nos apoiaremos na constatação de Medeiros (1997) que considera que

Essa entidade sindical foi um ator importante no sentido de constituir esse segmento enquanto trabalhador no espaço público, ou seja, reforçar a dimensão do trabalho, da dominação e da exploração a que estavam submetidos. (MEDEIROS, 1997, p. 68)

Para os objetivos desta tese, narrar esta história representa um impulso para entrarmos efetivamente na investigação central deste trabalho. Como mencionado, o que ocorreu nesta região, respeitando todas as suas particularidades e circunstâncias, também ocorreu em outras partes do Brasil, onde a luta e a mobilização social das populações rurais se converteram em palcos de reivindicação e conquistas. Assim, vamos ampliar um pouco o olhar e compreender como este processo em curso no Sul do Pará se associava a um contexto histórico de amplitude nacional, com as conexões que se estabeleciam entre os movimentos sociais e o poder público.

Como indicado anteriormente, este estudo tem a intenção de investigar as **práticas, as vivências e os processos educativos de luta social**, que foram utilizados pelo movimento social rural sindical, em busca de conquistas sociais, direitos pelos seus territórios tradicionais e políticas públicas para o desenvolvimento econômico no campo brasileiro, especialmente, para as populações mais empobrecidas e marginalizadas.

Estes movimentos sociais, que reconhecemos como **sujeitos políticos coletivos**, empreenderam uma **práxis pedagógica**, forjada a partir de suas próprias experiências de organização, para romper o isolamento e a invisibilidade dada, tradicionalmente, pelo Estado brasileiro. A percepção de desigualdade era nítida e para modificar esta situação, foi preciso uma atividade criadora, emancipatória, que proporcionasse a estes atores sociais, a capacidade de diálogo e de negociação, para obter resultados em suas demandas.

Ocorre que a história de desenvolvimento do meio rural brasileiro sempre esteve permeada pelos conflitos sociais e agrários, em que a terra e o território permanecem no centro do problema social e, que, o Estado brasileiro privilegiou, notadamente, em suas políticas públicas, os setores oligarcas e o agronegócio exportador. As populações tradicionais, somadas aos agricultores familiares e aos assentados pela reforma agrária, não obtinham o tratamento devido, restando políticas públicas compensatórias ou

mitigadoras de conflitos. Um desequilíbrio evidente, se comparado com os investimentos e os recursos aportados pelo Estado no agronegócio exportador.

Uma breve janela no tempo foi aberta, entre os anos de 2003 e 2016, resultado de um longo processo de lutas sociais no Brasil, para que esta correlação de forças pudesse ser alterada, se não no todo, mas suficiente para viabilizar oportunidades de prosperidade econômica e social aos segmentos sociais que representavam os interesses dos mais excluídos. Este ciclo de lutas culminou com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002. Ou seja, não há um processo político-eleitoral dissociado da luta social, empreendida em todo o país pelos movimentos sociais que apoiaram politicamente a candidatura lançada pelo Partido dos Trabalhadores à época. E no rural, foram os trabalhadores e as trabalhadoras rurais os protagonistas deste processo histórico.

O ambiente social e político no campo sofre algumas alterações, pelas **oportunidades de negociação e diálogo** que passam a fazer parte do cenário político e institucional proporcionado pela **abertura de espaços públicos de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas.**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA conduziu este processo dentro do Estado, por meio da elaboração de Planos Safra⁹ para a agricultura familiar e reforma agrária e pelo fortalecimento e institucionalização do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF¹⁰, que oportunizou os canais de diálogo com os movimentos sociais do campo e outras representações institucionais de diversas organizações associadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Muitas foram as conquistas, fruto deste ambiente social, modificado pela vontade política de fazer diferente. Políticas públicas foram implementadas e apropriadas pelos movimentos sociais, que as internalizaram em suas estratégias de luta e conseguiram modificar positivamente, a vida de milhares de famílias, milhões de pessoas¹¹.

⁹ Plano Safra é uma denominação informal para descrever um conjunto de medidas administrativas e normativas, para a criação, inovação e implementação de políticas públicas para o meio rural, desenvolvido pelo MDA. Durante os anos de 2003 e 2014, o Plano Safra foi objeto de anúncio presidencial, em uma solenidade marcada pela presença das representações políticas dos movimentos sociais do campo.

¹⁰ Em 2003, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou Decreto Nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), presidido pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

¹¹ No decorrer deste estudo, serão apresentadas evidências sobre a implementação de algumas políticas públicas discutidas e formuladas no Condraf.

Desta forma, considerando os movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos, que passaram a dialogar com o Estado em espaços públicos de negociação, que exerceram sua representação social em busca de conquistas de direitos e que empreenderam uma **práxis pedagógica**, entendemos que **este estudo deve analisar estas trajetórias de organização e de luta**, verificando suas estratégias e caminhos, descrevendo suas práticas e suas vivências educativas, como parte do processo histórico de organização e de conquistas sociais, em um período da história recente do país, cujos avanços são relevantes.

E, além disto, descrever e demonstrar como **os movimentos sociais rurais emergiram neste complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social.**

Indo mais adiante, relacionar esta trajetória de lutas e conquistas em termos de uma **perspectiva histórica e cultural**, onde o ambiente em que forjaram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Um profundo desenvolvimento cultural e psicológico, que marca a conduta humana e sua intervenção social e política, modificando a si mesmo e aos outros. **Estamos falando de um complexo desenvolvimento humano, em que os indivíduos regulam seus próprios processos de comportamento e orientam esta atividade criadora para a luta social.**

Emancipação, libertação, direitos sociais e políticos e conscientização, todas estas palavras eram manifestadas com recorrência, como parte de um **processo educativo de luta, de afirmação e de criação humana.**

Para Martins (1994, citado por SAUER, 2010, p.36), as lutas dos movimentos sociais rurais ultrapassam a questão intrínseca do acesso à terra e ao território, porque são lutas pela libertação e emancipação humanas. **Isso é educação!** Estas lutas em busca de sobrevivência e reprodução social não se restringem à dimensão econômica, mas incluem demandas por saúde, educação, justiça e paz. São lutas que reivindicam “...integração política, emancipação, (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário”.

O que praticavam os movimentos sociais rurais era uma “práxis espacial emancipatória” (SOJA, 1993, citado por SAUER, 2010, p.37), ou seja, um processo social

de reinvenção do campo no Brasil sendo que a luta pela terra materializa esta recriação, agregando novos elementos e perspectivas à vida no meio rural, criando uma nova ruralidade.

Segundo Rancière (2013, p.34), “...chamar-se-á de emancipação à diferença conhecida e mantida entre duas relações o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade”. E mais, analisa que as pessoas, para se emanciparem precisam “estar conscientes de seu espírito emancipador”.

Andrews (2011, p.17), discutindo a obra de Habermas, afirma que para ele, a emancipação social cabe aos sujeitos sociais, e não ao Estado. Os movimentos sociais rurais, em suas manifestações políticas, afirmam esta intenção, reconhecendo a importância do Estado, mas nas políticas públicas, pois, sabem que lhes cabe a si mesmo, a busca pela emancipação.

Nesta direção, Tonet (2014) entende por emancipação humana

Uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social. (TONET, 2014, p.11)

E para Gohn (2006)

A emancipação só é possível a partir da formação de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa à que predomina o *status quo* vigente, que se contraponha à concepção hegemônica que reproduz a dominação existente cotidianamente. (GOHN, 2006, p. 545 e 546)

Este protagonismo social e político dos movimentos sociais do campo representa também um **processo pedagógico** que transforma as pessoas em atores e sujeitos de suas próprias biografias. Freire (1987, p. 10) analisa este momento como “...o processo em que a vida como biologia passa a ser a vida como biografia”.

Há uma realidade social no meio rural brasileiro que não pode ser negada. Segundo Freire

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão das práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, p.37)

Para isto, contudo, é preciso que “creiamos nos homens oprimidos” (FREIRE, 1987, p.53). Vejamos estas pessoas como seres capazes de pensar e de agir. Freire afirma que “... Os homens são seres da práxis, é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É a práxis. É a transformação do mundo”.

A práxis ou a reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas, é que promovem as transformações. “...É a conscientização, que não existe fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação – reflexão”. (FREIRE, 1979, p.26).

E a capacidade de transformação vem desta conscientização, já que “...Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne”. (FREIRE, 1979, p.41)

E neste aspecto, “...não se pode dar conscientização ao povo sem uma denúncia radical das estruturas desumanizantes”. (FREIRE, 1979, p.90)

Para Rancière (2013, p.57) “...Um camponês, um artista, se emancipará intelectualmente se refletir sobre o que é e o que faz na ordem social”. É possível, então, afirmar que uma vantagem da emancipação intelectual é que “cada cidadão é também um homem que realiza uma obra, com a pluma, com a purina ou qualquer outro instrumento”. (RANCIÈRE, 2013, p.150)

A conscientização é elemento central para a compreensão da realidade social.

Vigotski (2009, p.8), busca explicar a emergência da dimensão simbólica e da consciência tomando por base as condições materiais da existência, assumindo que “o homem é um agregado de relações sociais”. Condições e possibilidades da criação humana, da criação individual entretecida na construção histórica. É o protagonismo consciente, que permite a atividade criadora, que se desafia a mudança da realidade social.

Para Vigotski (2009, p. 14) “...Se a atividade do homem se restringisse à mera reprodução do velho, ele seria um ser voltado somente para o passado, adaptando-se ao futuro apenas na medida em que este reproduzisse aquele”.

E ainda, “...É exatamente a atividade criadora que faz do homem um ser que se volta para o futuro, erigindo-se e modificando o seu presente”. (VIGOTSKI, 2009, p.14)

Podemos aqui pensar na própria atividade pedagógica como atividade criadora. Esse modo de conceber traz significativas implicações sociais e políticas. (VIGOTSKI, 2009, p.23). Então, a abordagem de Vigotski entende que o processo de constituição do conhecimento ocorre por meio da relação das pessoas historicamente situado no ambiente sociocultural onde vive (MARQUES e MARQUES, 2006, citado por GEHLEN, 2010).

E os sujeitos políticos coletivos, na sua atividade pedagógica, na sua atividade criadora, forjam “...na sua experiência social, histórica, coletiva, sendo esta vista como condição fundamental na produção do novo”. (VIGOTSKI, 2009, p.24)

Na história recente do Brasil, e mais particularmente os movimentos sociais rurais passaram a exercer a sua atividade criadora, em busca de conquistas de direitos, nos espaços públicos que foram institucionalizados para a discussão, elaboração e implementação de políticas públicas.

Desenvolveram sua pedagogia de luta, afirmaram-se como sujeitos políticos coletivos e atuaram nas dimensões políticas, ambientais, culturais, agrárias e territoriais, procurando alterar a realidade e transformá-las naquilo que compreendem como o seu modo de vida, a partir de uma narrativa social, de lutas e organizações populares.

No entanto, percebemos um triste e trágico momento de desencanto, desesperança e de desestímulo, fruto das medidas adotadas nos últimos tempos pelo Governo Federal, que aplicou sobre as políticas públicas implementadas entre os anos de 2003 e 2016, medidas de retrocessos e de contingência. Há nítida desestruturação das políticas públicas e das instituições responsáveis pela sua execução¹². Como exemplo, por meio de Medida Provisória¹³, foi extinto o MDA, o principal interlocutor do Governo Federal com os movimentos sociais rurais. Sua extinção leva, inexoravelmente, a uma precarização na condição de dialogar, negociar e de reivindicar. A sensação de “terra arrasada”, que é expressa atualmente pelos interlocutores dos movimentos sociais rurais e por outras tantas pessoas que participaram deste virtuoso ciclo de inclusão econômica e social das populações mais empobrecidas e vulneráveis, indica a descrença nas instituições e na atual condução das políticas públicas para o meio rural.

As pontes construídas para o diálogo estão sendo demolidas. Contraditoriamente às estratégias construídas entre os períodos de 2003 e 2016, o momento atual é do descaminho, do retrocesso, da arbitrariedade e do predomínio de decisões que visam interesses, majoritariamente, dos setores do agronegócio exportador. Além disto, estão nomeando para os cargos de alto comando dos Ministérios, pessoas que, notadamente,

¹² Evidências sobre este desmonte das políticas públicas serão apresentadas no decorrer deste estudo.

¹³ Medida Provisória nº 726/2016 de 12 de maio de 2016, disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm>>

construíram sua história no caminho oposto ao dos movimentos sociais. Não são poucos os exemplos que poderíamos mencionar¹⁴.

Então, como tratar este desencanto e esta desesperança? Rancière (2013, p.55) diz que “a ponte é a passagem, mas também a distância mantida”.

Se a passagem representa a mudança na vida das pessoas, mas, a distância mantida significa a utopia de uma efetiva mudança no ambiente social e no enfrentamento das desigualdades, é possível afirmar que, por meio de práticas dialógicas, de internalização dos problemas sociais, da elaboração de políticas públicas apropriadas pelos movimentos sociais, a conscientização e o fortalecimento da luta social podem ocorrer?

Ou, ainda, que processos históricos e culturais conduzem a criação humana para o novo, para forjar seu desenvolvimento em um ambiente social criado pelo próprio homem, mas inadequado para sua vivência em igualdade de direitos?

E mais, este espírito sonhador é o que move os homens para a sua atividade criadora?

Este estudo vem em busca de debater estas perguntas e afirmar a tese de que **as práticas de organização social desenvolvidas e adotadas pelos movimentos sociais rurais demonstraram que é possível, em um ambiente político aberto ao diálogo, com espaços públicos de negociação institucionalizados e o exercício da participação social, promover a conquista de direitos e a transformação da realidade, construindo sua perspectiva histórica e cultural associada ao meio em transformação, e que esse conjunto se refere a um processo educativo.**

E para poder desenvolver este trabalho, estruturamos este documento da seguinte maneira:

CAPÍTULO I – A TRAMA E O DRAMA: ELEMENTOS PARA A ATIVIDADE CRIADORA E A CONSCIENTIZAÇÃO DOS HOMENS E MULHERES DO CAMPO – DIALOGOS ENTRE A TEORIA HISTORICO E CULTURAL E OS PROCESSOS EDUCATIVOS NA LUTA SOCIAL

Este capítulo traz os dados da realidade do meio rural brasileiro, evidenciados pela fome, a pobreza e a violência. Neste estudo, estes elementos da realidade serão abordados

¹⁴<<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/23/interna_politica,721073/ruralista-fica-com-a-secretaria-de-assuntos-fundiarios.shtml>

<<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ruralistas-rejeitados-pelas-urnas-voltam-ao-poder-em-cargos-do-governo/>>

<<<https://oglobo.globo.com/brasil/ruralista-vai-cuidar-de-demarcacao-de-terras-indigenas-licenca-ambiental-no-governo-bolsonaro-23313524>>

como **dramas sociais**, que precisam ser enfrentados e superados, através da ação organizada pela luta social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que chamaremos de **trama**, no sentido da organização das manifestações e mobilizações sociais por conquista de direitos. É a atividade criadora, transformadora das realidades. Toda esta discussão estará sendo realizada a partir da Teoria Histórico e Cultural e que, contando com outros autores, como Paulo Freire, será colocada em relevo para analisar os processos educativos na luta social, empreendidos pelo movimento sindical rural.

CAPÍTULO II: PRÁTICAS E PROCESSOS EDUCATIVOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Este capítulo descreve três iniciativas relevantes no Brasil, levadas a cabo pelo movimento sindical rural, que retratam historicamente como se deu o processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta por conquistas e direitos, que resultaram na realização dos Gritos da Terra Brasil, nas Marchas das Margaridas e na criação da ENFOC, como espaço de formação e reflexão, vinculado à CONTAG.

CAPÍTULO III – CAMINHO METODOLÓGICO

Este trabalho se guiará pelo uso do método histórico e dialético para a análise e compreensão da realidade em constante mudança, dialeticamente procurando discutir os processos educativos, as vivências e práticas educativas desenvolvidas pelo movimento sindical rural e as contradições existentes nos processos de negociação e diálogo estabelecidos com o poder público. Para isto, este trabalho reuniu um conjunto de informações relevantes, a partir da reunião de documentos do CONDRAF, das pautas das mobilizações sociais, articulando o caráter documental da pesquisa com entrevistas e dados sobre políticas públicas, particularmente a Política Nacional de ATER.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE, DISCUSSÃO E AS REVELAÇÕES DA PESQUISA.

O capítulo final do documento descreve minuciosamente a importância dos processos educativos na luta social, as vivências educativas e as estratégias empreendidas pelo movimento sindical rural na organização dos processos de luta, convergindo para a realização dos Gritos da Terra Brasil e das Marchas das Margaridas. Também descreve em detalhes o processo de negociação e diálogo entre os representantes dos movimentos sociais rurais com os gestores públicos, tomando o espaço público do CONDRAF como

o meio a ser investigado e, finalmente, analisando a Política Nacional de ATER como um exemplo de uma política conquistada pelos movimentos sociais rurais a partir da luta e da mobilização social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

CAPÍTULO I – A TRAMA E O DRAMA: ELEMENTOS PARA A ATIVIDADE CRIADORA E A CONSCIENTIZAÇÃO DOS HOMENS E MULHERES DO CAMPO – DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA HISTÓRICO E CULTURAL E OS PROCESSOS EDUCATIVOS NA LUTA SOCIAL

Muito do que vamos discutir nesta tese está associado a questões fundamentais do comportamento humano, das relações humanas com o meio social, da capacidade criadora de homens e mulheres do campo para romperem com seus dramas sociais e avançarem rumo a práticas educativas e uma consciência libertadora da sua própria condição e obterem conquistas efetivas, que garantam sua existência e reprodução humana e social. Estas relações, baseadas nas elaborações de Vigotski e Paulo Freire, principalmente, nos permitirão dialogar com a história do rural brasileiro, em uma perspectiva inovadora, discutindo a partir da realidade social, os processos educativos que foram forjados na luta, na resistência e na organização social e política.

Carvalho (2005), discutindo o papel das lutas camponesas, na perspectiva das suas conquistas históricas, em busca de cidadania e direitos do cidadão, mas indo mais adiante a esta perspectiva, discutindo a forma com que os camponeses transcendem as dimensões da sua condição social e forjam seus processos de luta social, afirma que “é nisso que o **movimento social camponês é, vamos dizer, criador**, em termos de processo histórico. É nisso que o **movimento social camponês exerce a atividade criadora**, porque ele propõe uma legitimidade emergente, algo que vai se propor”. (CARVALHO, 2005, p. 169)

Sauer (2010), afirma que o envolvimento nas lutas é um processo social que possibilita a reorganização das diversas representações, provocando alterações da percepção da própria identidade. Isto possibilita, também, uma constituição da consciência de sujeito, baseada na conquista do direito ao trabalho e no significado simbólico da produção.

Neste sentido, “este protagonismo (social e político das organizações agrárias) representa, também, um processo pedagógico que transforma as pessoas em atores e sujeitos de suas próprias biografias”. (SAUER, 2010, p. 43 e 44)

Há nítida concordância entre os autores Carvalho e Sauer neste aspecto, pois, como menciona Sauer (2010, p.76) “Como sujeitos políticos coletivos, os movimentos sociais lutam contra a exclusão política e por direitos que são constantemente negados, explicitando conflitos presentes na sociedade”.

Os modelos político-econômicos brasileiros para o desenvolvimento do meio rural têm sido historicamente baseados na constituição da grande propriedade privada ou das empresas agropecuárias. Esses adquirem novas e diferentes feições ao longo da história, mas não mudam significativamente, devido aos constantes pactos e rearranjos no poder e às alianças entre setores da classe dirigente urbana (setores industrial e financeiro) e a oligarquia rural. Sobre este processo de mudança constante, poderíamos também compreender como uma prática comunicacional para a tentativa de impor uma imagem de modernidade e de sustentabilidade.

Para Bruno (2012) o Movimento de Valorização do Agro – Sou Agro, foi uma forma de reposicionar a imagem do agronegócio nacional na sociedade, destacando suas contribuições econômicas e sua agenda social e ambiental de maneira a provar não ser um destruidor do meio ambiente, ancorando sua estratégia em um tripé de ações de comunicação, campanhas publicitárias e portais e redes sociais. Na mesma direção, Leite (2012) demonstra que a utilização do termo *agronegócio* vem no sentido de unir a perspectiva de administração com *marketing*, conferindo ao setor agropecuário uma proposta de análise mais sistêmica, que superasse os limites da abordagem setorial predominante, ressaltando a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura.

Os camponeses foram historicamente deixados de fora desses pactos e rearranjos políticos (MARTINS, 1981, citado por SAUER 2010, p. 77), sendo-lhes negado aspectos básicos de cidadania e democracia, como participação popular, incluindo as condições para a tomada de decisão. Consequentemente, suas lutas não estão restringidas a demandas pelo acesso à terra, mas também, são contra a exclusão política e marginalização social, portanto, são lutas eminentemente políticas por terra, cidadania e democracia (SAUER, 2010, p. 76 e 77).

1.1 O drama da pobreza, da fome e da violência no rural brasileiro – breve contexto histórico

Esta tese não pretende aprofundar estes aspectos, no entanto, é importante situá-los na perspectiva do **drama social** que fez (e ainda faz) parte da realidade de milhões de pessoas no rural brasileiro e que, justamente, sobre esta realidade, é que a luta e a mobilização social emergiram na forma de movimentos sociais rurais, em busca de seus direitos e conquistas sociais. O **drama social**, nesta tese, está associado ao sofrimento

ético-político “... abrangido pelas múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas” (SAWAIA, 2002, p. 104)

Como característica da desigualdade social e econômica que marca a condição histórica das populações rurais mais pobres e vulneráveis no Brasil, vamos apresentar alguns dados sobre a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais, o quadro da fome e da pobreza em que milhões se encontravam (e se encontram ainda em muitas regiões do país¹⁵), fruto de um processo histórico de opressão e concentração de riquezas, que contou com o apoio do **Estado** para esta configuração.

Estamos nos referindo a um processo histórico de décadas ou até de séculos, a depender da região (conforme o breve relato histórico presente na introdução deste trabalho, fazendo referência ao processo de ocupação da região sul do Estado do Pará), onde a posse da terra e a concentração fundiária são os elementos centrais e determinantes na origem destes dramas sociais. Para Avritzer (2007), desde o período histórico do Brasil colônia até os dias de hoje, dois são os fatores que contribuíram para esta realidade. O primeiro fator, refere-se à centralidade que a grande propriedade exercia no exercício de funções públicas, simbólicas e administrativas, representando a ação dos proprietários na realização das festas, eventos e na ação de uma administração pública precária (algo caracterizado pelo clientelismo exercido nas relações entre os *senhores* e *pessoas pobres*). O segundo fator, refere-se ao uso da violência no campo, como exercício ilegal e não transparente, do predomínio da autoridade oligarca no meio rural.

Sobre isto, Intini afirma:

O clientelismo na política brasileira tem sua origem no período colonial. É possível vislumbrá-lo nas relações estabelecidas entre os grandes senhores de engenho e seus colonos livres, agregados e os agricultores pobres que rodeavam o latifúndio. A ausência, quase total, do Estado, no período colonial, levava ao reforço do senhor de engenho como senhor absoluto, não só de poder econômico como também de poder político. O poder econômico e o poder político habitavam o mesmo lugar, a Casa Grande. O espaço público e o privado eram indistintos. A partir da Casa Grande, organizavam-se as atividades de caráter público (como as de governo), as atividades de trabalho e até as religiosas. (INTINI, 2004, p. 38 e 39)

¹⁵ Os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2021) indicam que o número de famintos e desnutridos no Brasil está retornando a índices de 2013. Uma volta ao passado e ao Mapa da Fome, publicação global que traz os países cuja população não consegue realizar alimentações diárias regulares e com a quantidade de calorias e nutrientes necessária. A pandemia do COVID-19, a retirada de direitos sociais e o desmonte das políticas públicas do campo são alguns dos responsáveis por este retrocesso.

Já no início do período republicano, o pacto por um federalismo oligárquico com a manutenção das estruturas agrárias vigentes permitiu que não ocorresse uma ruptura com as ambiguidades existentes no campo. Outra característica deste período, foi o desenvolvimento do campo brasileiro a partir de uma noção ambígua de fronteira, ocupadas, primeiramente, por posseiros sem direito de propriedade, sendo substituídos em seguida, por proprietários com títulos de terra de origem duvidosa (AVRITZER, 2007, p.157). Esse modelo de ocupação de terra no período republicano nada trazia de novo se comparado ao período colonial.

Sob o aparato militar, o Estado Brasileiro deixava de lado a ambiguidade que caracterizava a democracia populista e revelava-se, claramente, como um instrumento da dominação burguesa. Com isso, estavam contemplados tanto os velhos latifundiários como o grande empresariado moderno, nacional ou associado ao capital estrangeiro (INTINI, 2004). Como mencionado por Ianni, o papel do Estado era claro e contra as classes populares

(...) todo o peso do aparato repressivo do Estado é posto contra a classe operária e o campesinato(...) o planejamento governamental, a representação política, a censura, a política de arrocho salarial, a intervenção nos sindicatos urbanos e rurais, a destruição das ligas camponesas, a prisão, sequestro, assassinatos, e desaparecimento de operários e camponeses, tudo isto serve ao capital (IANNI, 1985, p.100-101)

Discutindo a partir da perspectiva marxista, a origem do Estado reside na emergência da propriedade privada, quando um dado grupo social se apropriou daquilo que a todos pertencia, subordinando os demais e transformando-os em força de trabalho. Mendonça (2012), continuando nesta análise, afirma que

O Estado, nessa perspectiva, deriva da necessidade dos grupos de proprietários privados de assegurar e ocultar – por meio de leis e demais medidas coercitivas capazes de manter os despossuídos nessa condição, sem se rebelarem contra ela – tal apropriação. (MENDONÇA, 2012, p. 351-352)

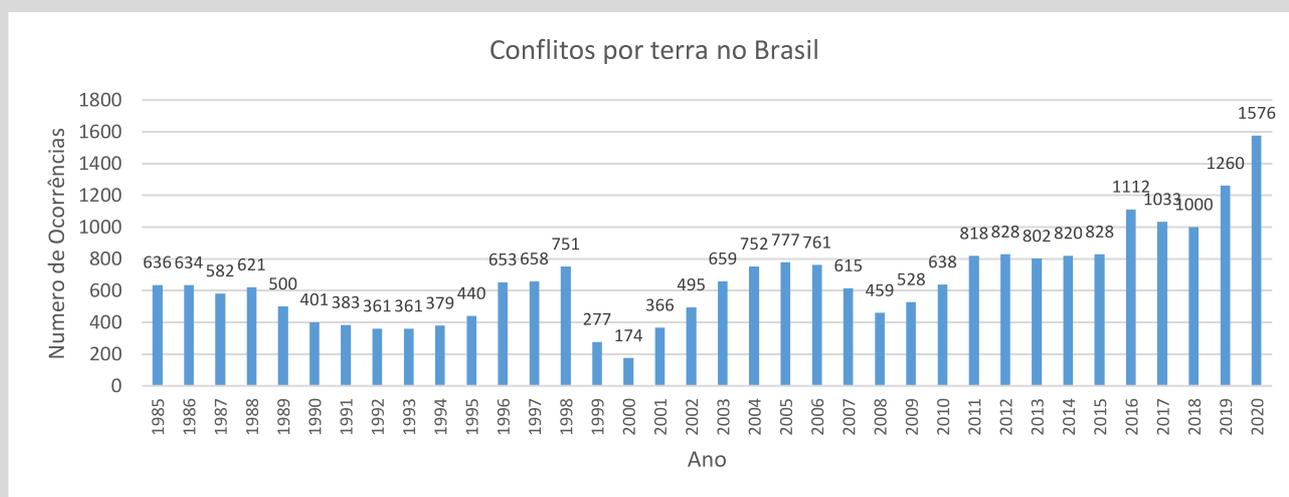
O Estado firma-se como um Estado despótico, autoritário em relação aos interesses das classes populares. Então, o que esta realidade social produziu no Brasil, em termos de violência, de fome e de pobreza? Os quadros a seguir procuram trazer evidências desta realidade opressora.

Começamos pelo quadro da violência rural, tomando por base, os dados históricos da Comissão Pastoral de Terra – CPT.

Quadro 1 - conflitos pela terra e violência no campo no Brasil

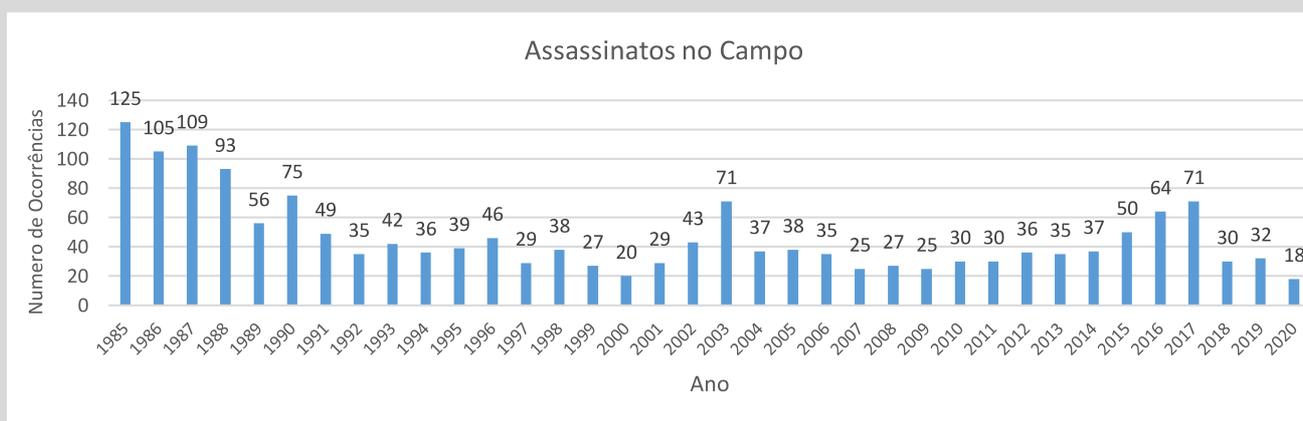
É fundamental registrar que o conflito no campo sempre existiu no Brasil, desde os tempo coloniais, movido pelo sistema patriarcal de distribuição de terras à época, passando pela ocupação e expansão do território nacional em busca das riquezas e da exploração dos recursos naturais, asseverado pela “modernização conservadora” da agricultura (expansão do agronegócio) e nos tempos recentes, pela dificuldade objetiva de garantir aos povos e comunidades tradicionais e aos agricultores familiares, camponeses, e demais populações rurais, o direito à terra e ao território sagrado e seus acessos aos recursos naturais tão fundamentais para sua reprodução familiar e sustentação econômica (CPT, 2021). A violência recua ou recrudescer, de tempos em tempos, mas nunca deixou de existir.

O gráfico abaixo demonstra os números de conflitos por terra no Brasil nos últimos 36 anos, o que comprova que a violência sempre foi parte da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.



Fonte: Setor de Documentação da CPT, 11/07/2021. Elaboração: Autor

Não obstante a existência de conflitos agrários, o número de assassinatos no campo é incrível, permanente e não faz distinção entre gênero, raça ou etnia. Evidentemente, são as lideranças sociais as mais ameaçadas, conforme os dados abaixo, mortas pelo uso extremo da violência no campo.



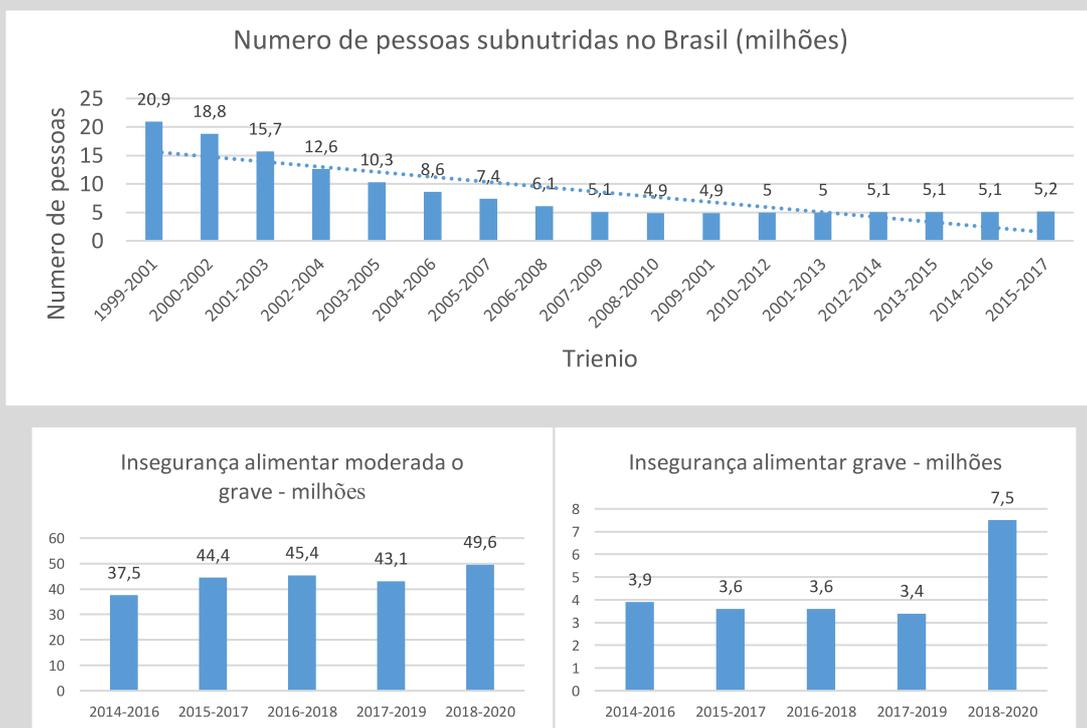
Fonte: Setor de Documentação da CPT, 11/07/2021. Elaboração: Autor

Vale ressaltar que esta diminuição nos últimos anos não se deve à diminuição da violência e sim ao medo instalado no seio dos movimentos sociais, que diminuiram suas ações de luta, como as ocupações de terras ou a resistência contra os despejos, por medo da violência policial e da pistolagem no campo. (CPT, 2019)

Já o segundo quadro, apresenta dados da fome no Brasil.

Quadro 2: subnutrição no meio rural brasileiro

Já na década dos anos 50, foram muito relevantes as contribuições de Josué de Castro, que chamou a atenção para o problema da fome a nível nacional e internacional, e propôs alternativas. Em seu clássico *Geografia da Fome*, já mostrava com números e estudos científicos que mediam os valores proteicos da alimentação dos nordestinos, como a subnutrição crônica os afetava (Carvalho, 2005, 343). No entanto, Josué de Castro também vinculava a fome com o acesso à terra, aonde os nordestinos com terra, poderiam ter alternativas de alimentação melhores que os seus conterrâneos urbanos. Outros importantes cidadãos brasileiros também trataram desse tema como Betinho, Dom Hélder Câmara e Dom Mauro Morelli. É importante destacar que o Brasil na sua Constituição Federal, reconhece o Direito à Alimentação como uma obrigação do Estado (Emenda Constitucional n.º 64/2010). O país conta ainda com uma Lei de Segurança Alimentar muito progressista que institucionaliza a Política e cria as bases para uma ampla participação social na definição das prioridades (FAO, 2016). É a partir dessa experiência, em conjunto com a implementação dos programas Fome Zero, Bolsa Família e Brasil sem Miséria em todo o território no período de 2003-2016, e de outras iniciativas que, em conjunto, resultaram na saída do país do mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014. Mas este esforço ainda não foi suficiente. Apesar de, no final dos anos 90, haver mais de 20 milhões de brasileiros subnutridos no Brasil e que, fruto de um conjunto de políticas públicas adotadas recentemente, reduzindo para em torno de 5 milhões de pessoas subnutridas, a tendência recente, a partir de 2016, é de ampliação destes números, como demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: FAO, 2021; Elaboração: Autor

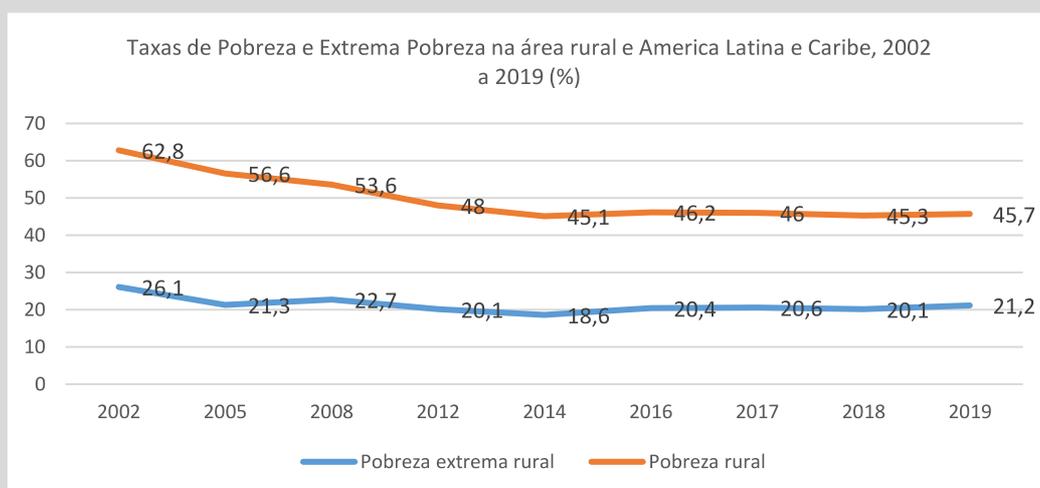
Para Abramovay (1985), a subnutrição em massa só será um velho capítulo da história da humanidade a partir do momento em que os pobres tiverem condições de exigir e obter aquilo a que têm direito no conjunto da produção nacional e internacional. Atualmente, estamos diante de um governo que desqualifica as políticas para a segurança alimentar e nutricional, extinguiu espaços de diálogo, como o CONSEA, e os dados indicam a retomada dos índices de insegurança alimentar no Brasil, um retrocesso lamentável. O Anexo 1 a este documento explica os critérios de classificação em termos de subalimentação ou de insegurança alimentar utilizados pela FAO.

Por fim, o terceiro quadro traz os dados da pobreza no Brasil.

Quadro 3: Pobreza rural na América Latina e no Caribe

A pobreza não é um fenômeno recente nos países da América Latina, tampouco no Brasil, e mostrou ser mais intensa a partir das crises econômicas que afetaram a região na década de 1980 (MIRANDA e TIBURCIO, 2013). Segundo os dados da FAO, entre 2002 y 2019, a América Latina e o Caribe tiveram êxito na redução da pobreza, considerando que esta reduziu um 18%, passando de 62,8 % a 45,1% e a pobreza extrema rural de 26,1% para 18,6% (FAO, 2021).

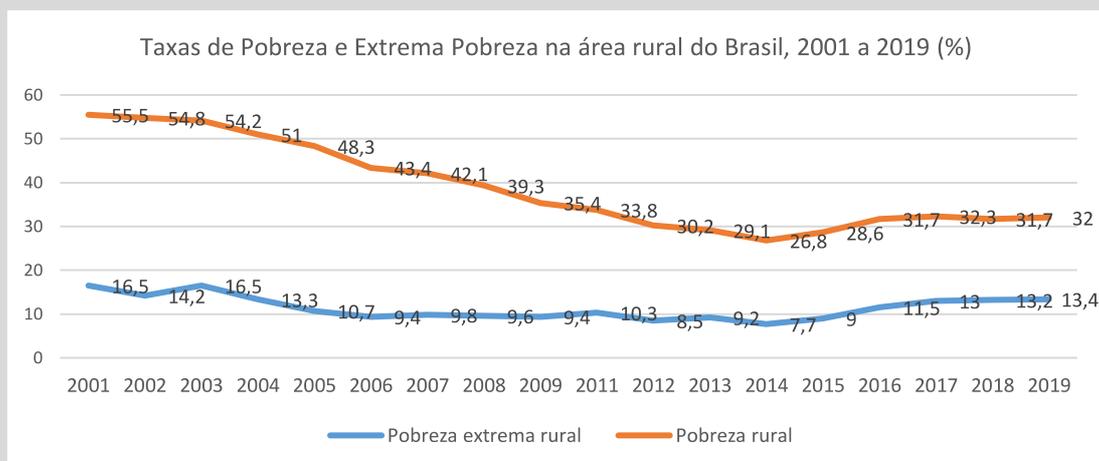
No entanto, percebe-se que a partir de 2014, se inicia um processo de estancamento desta redução e logo, vem um sutil incremento nestas cifras, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: FAO, 2021. Elaboração: Autor

No Brasil, no entanto, a redução da pobreza foi mais expressiva. Segundo LEITE (2013), foram desenvolvidas diversas ações públicas nos anos 1990, bem como uma campanha nacional contra a fome e a miséria. Todavia, somente a partir de 2003, o tema da pobreza passou a ser considerado como prioridade política na agenda nacional.

O Gráfico abaixo apresenta esta redução.



Fonte: FAO, 2021. Elaboração: Autor

Lamentavelmente vemos que as taxas crescem novamente a partir de 2015 e isto está associado ao desmantelamento das políticas públicas que foram implementadas a partir de 2003 e a instalação de uma agenda conservadora no campo.

A fome e a pobreza no Brasil não podem ser vistos como algo dissociado. Mielitz, abordando uma pesquisa global sobre pobreza no mundo, cita a consultora Dra. Deepa Naraya que formulou a seguinte definição de pobreza:

A pobreza é a fome. A pobreza é a falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não ser capaz de ver um médico. Pobreza é não ter acesso à escola e não saber ler. Pobreza é não ter um emprego, é medo do futuro, vivendo um dia de cada vez. Pobreza é perder uma criança por doença provocada por água impura. Pobreza é a falta de poder, falta de representação, falta de liberdade. (MIELITZ, 2013, p. 58).

Creio que, com estes quadros acima, pudemos demonstrar de forma breve e evidente, o quanto o drama social das populações rurais no Brasil reflete um quadro de profunda desigualdade, injustiça, violência e ausência do Estado. Para Sawaia,

[...] o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dos que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. (SAWAIA, 2002, p. 104)

E justamente contra este quadro é que as pessoas reunidas, criam e inovam e se tornam dispostas a lutar pelos seus direitos.

Retomando a narrativa histórica, a partir dos anos 1970, o campo brasileiro passa por profundas mudanças, resultante da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelo governo militar. Mas outro fator surge, como ação antagonista a este modelo e de resistência à sua implementação: a criação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT (FERNANDES, 2001).

Eis que as lutas sociais no campo tiveram um papel central tanto na redemocratização do país, quanto para colocar na pauta política, temas considerados desatualizados, como, por exemplo, a reforma agrária. Ainda segundo Fernandes (2001), as lutas sociais deram visibilidade a segmentos sociais que não apareciam na cena como sujeitos políticos (os chamados pequenos agricultores, camponeses) e permitiram a emergência e o reconhecimento de demandas relacionadas à extensão dos direitos de cidadania.

Com a Constituição Federal de 1988, outra importante mudança ocorre no campo, quando aparecem a segmentação dos direitos entre o campo e a cidade. Inicia-se um período de fortalecimento dos movimentos sociais rurais, para enfrentar o modelo de

produção agropecuária e a violência empregada contra os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, mas agora, também, para assegurar os direitos previstos na recente Carta Magna.

Para Sauer (2010), fruto dos conflitos agrários e da violação de direitos sociais, os movimentos sociais rurais não são parte da história progressa do Brasil, são movimentos contemporâneos, onde a disputa pela terra e pelo território são processos sociais, culturais, econômicos e políticos de modernização da sociedade brasileira. Os movimentos sociais como sujeitos políticos coletivos colocam a importância do rural, tanto na agenda política brasileira quanto nas interpretações da sociedade ocidental contemporânea.

Vamos discutir este processo social a partir da teoria histórico-cultural e verificar como os sujeitos, a partir das suas realidades sociais, enfrentam seus *dramas*, a partir da criação de suas estratégias de luta, elaborando uma *trama* social que permita romper com esta realidade.

1.2 A teoria histórico-cultural e a luta social no campo no Brasil: o exercício da atividade criadora

Há uma direta associação aos postulados da teoria histórico-cultural de Vigotski, que integra na sua análise, os fenômenos sociais e psicológicos, seguindo premissas do método histórico-dialético¹⁶, identificando as mudanças do comportamento humano ao longo do seu desenvolvimento e sua relação com o contexto histórico, e a materialidade dos elementos analisados, a partir das evidências que dialogam com este processo de inovação social.

Consideramos nesta tese, que a materialidade é o meio social rural, onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais forjaram sua luta e sua resistência e fortaleceram seus elementos identitários ao longo da história e os fenômenos sociais e psicológicos são suas formas de adaptação a este meio e a criação intelectual que desenvolveram para poder sobreviver e conquistar seus direitos.

Vigotski busca explicar a emergência da dimensão simbólica e da consciência, tomando por base as condições materiais da existência (VIGOTSKI, 2009). Vejam que o que foi descrito na **Introdução** desta tese, é justamente o que iremos discutir neste capítulo: a materialidade das condições de vida das pessoas no meio rural, com suas lutas

¹⁶ Vigotski procura nos seus postulados, encontrar outros princípios e argumentos que os sustentem, em diálogos com vários campos do conhecimento e diversas perspectivas teóricas, da psicologia, da reflexologia, da filosofia, da literatura e da arte, sobre o desenvolvimento humano e suas relações sociais.

diárias, enfrentando as dificuldades impostas por um Estado opressor (o **drama!**) e um outro conjunto de fatores associados à sua realidade social, que somente, por práticas sociais de organização e de criação (a **trama!**), poderiam ser enfrentados.

Assim, Vigotski propõe que a emergência da dimensão simbólica e da consciência são tomados a partir das condições materiais da existência, assumindo que o “homem é um agregado de relações sociais” (VIGOTSKI, 2009, p.8). A ênfase na internalização das práticas sociais e sua afirmação de que “as funções mentais superiores são relações sociais internalizadas” articulam o desenvolvimento humano à sua história e à sua cultura.

É nesta “trama” que estão as condições e possibilidades da criação humana, da criação individual, associados ao seu contexto histórico e cultural, baseados na organização social, que “se pode criar e produzir o novo. Não se cria do nada” (VIGOTSKI, 2009, p. 10). Esta criação humana, afeta e transforma, a si próprio e aos outros, gerando um processo de compreensão da realidade social em que estão inseridos os indivíduos, como um autêntico **drama**, onde o trabalho de constituição da consciência se dá do “homem sobre o homem”.

Da capacidade criadora do ser humano, Vigotski chama simplesmente de algo novo o que foi criado “pouco importando se o que se cria é algum objeto do mundo externo ou uma construção da mente ou do sentimento” (VIGOTSKI, 2009, p.11)

Das características desta capacidade criadora, destacamos um gênero denominado por Vigotski como criadora ou combinatória, que consiste na capacidade de o comportamento humano criar e recombinar novas imagens ou ações.

Vigotski afirma:

O cérebro não é apenas o órgão que conserva e reproduz nossa experiência anterior, mas também combina e reelabora, de forma criadora, elementos da experiência anterior, erigindo novas situações e novo comportamento (VIGOTSKI, 2009, p. 14).

E ainda:

Neste sentido, necessariamente, tudo o que nos cerca e foi feito pelas mãos do ser humano, todo o mundo da cultura, diferentemente do mundo da natureza, tudo isso é produto da imaginação e da criação humana que nela se baseia. (VIGOTSKI, 2009, p. 14)

Dialogando com um instrumento absolutamente real para a realidade dos homens e mulheres do campo, vejam o que analisa Vigotski, citando Ribot, sobre o processo de imaginação e criação humana:

[...] A grande maioria das invenções foi feita sabe-se lá por quem. Conservaram-se apenas alguns poucos nomes dos grandes inventores. Aliás, a imaginação sempre permanece por si só, quer se manifeste numa pessoa ou coletivamente. Quem sabe quantas imaginações foram necessárias para que o arado, anteriormente um simples pedaço de pau com as pontas calcinadas a fogo, se transformasse de um instrumento manual singelo no que é hoje, após uma série de modificações descritas em textos especializados (RIBOT, citado por VIGOTSKI, 2009, p. 15)

...

No entendimento comum, a criação é o destino de alguns eleitos, gênios, talentos que criaram grandes obras artísticas, fizeram notáveis descobertas científicas ou inventaram alguns aperfeiçoamentos na área técnica (VIGOTSKI, 2019, p.15).

No entanto, tratamos de discutir o processo de criação realizado por pessoas simples, que (supostamente) não reúnem as capacidades de criação, o que é algo absolutamente equivocado. Sobre isto, Vigotski afirma:

Da mesma forma, a criação, na verdade, não existe apenas quando se criam grandes obras históricas, mas por toda a parte em que o homem imagina, combina, modifica e cria algo novo, mesmo que esse novo se pareça a um grãozinho, se comparado à criação dos gênios. (VIGOTSKI, 2009, p.15)

...

Se levarmos em conta a presença da imaginação coletiva, que une todos esses grãozinhos não raros insignificantes da criação individual, veremos que grande parte de tudo o que foi criado pela humanidade pertence exatamente ao trabalho criador anônimo e coletivo de inventores desconhecidos. (VIGOTSKI, 2009, p.16)

Na mesma direção, Pederiva afirma:

A atividade criadora não é um produto de alguns seres seletos, de gênios, talentos, autores de grandes obras de arte, de descobertas científicas ou tecnológicas. Ela se manifesta em cada ser humano que imagina e combina, por mais insignificante que seu produto possa parecer frente às criações reconhecidas como grandes obras de arte em cada cultura. As premissas para criar existem na própria vida que circunda o homem. Aquilo que possui uma partícula de novidade em meio à rotina tem origem no processo criador do ser humano (PEDERIVA, 2013, p.168)

Estes homens e mulheres do campo, na sua simplicidade, na invisibilidade imposta pelo Estado e pelas oligarquias, trabalham juntos na sua trama, de forma anônima e coletiva, criando e inovando, lutando pela modificação das suas realidades.

É essa capacidade de fazer uma construção de elementos, de combinar o velho de novas maneiras, que constitui a base da criação.

Mas como ocorre a atividade criadora de combinação? Segundo Vigotski:

Ela não irrompe de uma vez, mas lenta e gradativamente, desenvolvendo-se de formas mais elementares e simples para outras mais complexas. Além disso, não existe de modo isolado no comportamento humano, mas depende diretamente de outras formas de atividade, em particular do acúmulo de experiência. (VIGOTSKI, 2009, p. 19)

Sobre o acúmulo de experiência, Pederiva menciona que “a atividade criadora é um processo de grande complexidade e mantém dependência com outras formas de experiência acumulada. Assim, ela sempre se compõe de elementos da realidade que são extraídos de experiências anteriores” (PEDERIVA, 2013, p. 168)

A história dos movimentos sociais rurais no Brasil é, efetivamente, o resultado de seu acúmulo, da somatória das suas experiências acumuladas, alternando momentos de conquistas e de derrotas, mas sempre objetivando as mudanças das condições de vida dos homens e mulheres do campo para algo melhor, seja no acesso ao seu território, seja nas conquistas de direitos.

Ou seja, trata-se de uma busca constante de satisfazer suas necessidades, não se submetendo à realidade em que se encontra, não aceitando esta adaptação, onde a imaginação caminha para o futuro desejando outra realidade e que, nas palavras de SAUER:

...as lutas dos movimentos sociais no campo não se restringem às lutas pela propriedade fundiária e pela manutenção dos valores tradicionais camponeses. Transcendem à luta pelo acesso aos meios de produção e se transformam em um processo de construção de sujeitos políticos, recriando relações sociais e transformando o espaço rural na constituição de uma nova ruralidade (SAUER, 2010, p. 36)

Esta “inadaptação”, para PEDERIVA (2013, p. 170), **“é a base de toda ação criadora. As necessidades movimentam o processo imaginativo”**.

Para compreender o mecanismo psicológico da imaginação e da atividade de criação a ela ligada, é melhor iniciar pelo esclarecimento da influência da realidade e da imaginação no comportamento humano. E isto é crucial considerando o ambiente em que estão inseridos os personagens centrais desta tese.

Das quatro formas principais de relação entre a atividade de imaginação e a realidade, Vigotski (2009, p. 20) demonstra que a imaginação não é um divertimento ocioso da mente, uma atividade suspensa no ar, mas uma função vital necessária.

A primeira delas consiste no fato de que toda obra de imaginação se constitui sempre de elementos tomados da realidade e presentes na experiência anterior da pessoa, em que a “a imaginação pode criar, cada vez mais, novos níveis de combinações, concertando, de início, os elementos primários da realidade e posteriormente, as imagens de cunho fantástico” (VIGOTSKI, 2009, p. 21)

Segundo afirma Vigotski, a mais importante lei que subordina a atividade da imaginação, refere-se que

A atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da diversidade da experiência anterior da pessoa, porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia. Quanto mais rica a experiência da pessoa, mais material disponível para a imaginação dela. (VIGOTSKI, 2009, p. 21)

Ou seja, a possibilidade de criação está associada à experiência humana, um incansável trabalho de planejar, criar, refletir e lutar. Uma pedagogia de luta, forjada a partir da experiência das pessoas do campo. Sobre isto, Ana Luiza Smolka, comenta:

Podemos aqui pensar na própria atividade pedagógica como atividade criadora. Esse modo de conceber traz significativas implicações sociais e políticas, e tem repercussões importantes, em particular no âmbito da educação pública e nas situações de maior precariedade nas condições de vida. (Comentário contido em VIGOTSKI, 2009, p. 23, box)

Com isto, utilizando a perspectiva de Vigotski sobre a experiência acumulada, concluímos que:

Todos nós utilizamos na ciência, na cultura e na vida a enorme quantidade de experiência acumulada pelas gerações anteriores, que não é transmissível mediante a herança biológica. Em outras palavras, no ser humano existe uma história, e essa experiência histórica, essa herança não física, é uma herança social. (VIGOTSKI, 2001, p. 62)

A segunda forma de relação entre imaginação e realidade consiste na relação entre o produto final da imaginação e um fenômeno complexo da realidade, e está subordinada à primeira lei aqui mencionada. Esses produtos da imaginação consistem de elementos da realidade modificados e reelaborados e depende de uma grande reserva de experiência anterior.

Essa relação do produto final da imaginação com algum fenômeno real é a forma superior de relação entre fantasia e realidade e torna-se possível graças a experiência alheia ou experiência social.

Sobre esta experiência social, tema fundamental na análise desenvolvida nesta tese, Ana Luiza Smolka comenta que “ao considerar a experiência prévia, no nível pessoal, Vigotski enfatiza que ela é forjada na e pela experiência social, histórica, coletiva, sendo esta vista como condição fundamental na produção do novo” (VIGOTSKI, 2009, p.24)

A pessoa não se restringe ao círculo e a limites estreitos de sua própria experiência, mas pode aventurar-se para além deles, assimilando, com a ajuda da imaginação, a experiência histórica ou social alheia. Assim configurada, a imaginação é uma condição totalmente necessária para quase toda atividade mental humana. (VIGOTSKI, 2009, p. 25).

Já a terceira forma de relação entre a atividade de imaginação e realidade é de caráter emocional, e pode ser manifestada de dois modos.

O primeiro modo indica que qualquer sentimento ou emoção tende a encarnar em imagens conhecidas correspondentes a este sentimento. Como exemplo, podemos mencionar que as pessoas aprenderam a expressar externamente seus estados internos e as imagens da fantasia servem de expressão interna dos nossos sentimentos. A desgraça e o luto são marcados com a cor preta; a alegria com a cor branca; a tranquilidade com o azul; a rebelião com o vermelho. As imagens e as fantasias propiciam uma linguagem interior para o nosso sentimento.

Neste sentido, Ribot, citado por Vigotski afirma:

[...] A alegria, a tristeza, o amor, o ódio, o espanto, o tédio, o orgulho, o cansaço, podem se transformar em centros de gravidade que agrupam impressões ou acontecimentos racionais entre si, mas marcados com o mesmo signo ou traço emocional. Com bastante frequência, essa forma de associação apresenta-se em sonhos ou devaneios, isto é, em um estado de ânimo tal que a imaginação tem total liberdade e funciona ao acaso, de qualquer jeito. É fácil entender que essa influência explícita ou implícita do fator emocional pode favorecer o surgimento de agrupamentos totalmente inesperados, representando um campo quase ilimitado para novas combinações, já que o número de imagens que tem a mesma marca afetiva é extremamente grande. (VIGOTSKI, 2009, p. 27)

Já o segundo modo, indica uma relação inversa entre imaginação e emoção. Neste caso, a imaginação influi no sentimento. Segundo Ribot, citado por Vigotski

[...] todas as formas de imaginação criativa contêm em si elementos afetivos”. Isso significa que qualquer construção da fantasia influi inversamente sobre nossos sentimentos e, a despeito de essa construção por si só não corresponder à realidade, todo sentimento que provoca é verdadeiro, realmente vivenciado pela pessoa, e dela se apossa. (VIGOTSKI, 2009, p. 28)

Aqui estão as ilusões, as construções fantasiosas, que nos fazem criar.

Por fim, a quarta e última forma de relacionar imaginação e realidade consiste em que a construção da imaginação pode ser algo completamente novo, que nunca aconteceu na experiência de uma pessoa e sem nenhuma correspondência com algum objeto de fato existente; no entanto, ao ser extremamente encarnada, ao adquirir uma concretude material, essa imaginação “cristalizada”, que se “fez objeto”, começa a existir realmente no mundo e a influir sobre outras coisas. Em outras palavras, esta imaginação torna-se realidade, tão real quanto as demais coisas e passam a influir no mundo real que os cerca.

Paulo Freire, discutindo a posição do “homem” com e na sua realidade, no mundo, afirma:

[...] a posição normal (do homem), era a de não apenas estar no mundo, mas com ele. A de travar relações permanentes com este mundo, de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz ao mundo natural...E de que, nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica, de sujeito para objeto, de que resulta o conhecimento. (FREIRE, 2000, p. 112-113)

Assim, indo muito mais além do que imaginar (e lutar) por seu território, por acesso à terra e por uma vida sem fome, pobreza ou violência, que os trabalhadores e trabalhadoras rurais se organizam para recriar a sua realidade, buscando concretizar uma realidade em que os direitos sociais e econômicos devem ser parte de seu meio.

Neste aspecto, Sauer, citando a Martins (1994) menciona:

Vários autores, a exemplo de Martins, têm demonstrado que as lutas camponesas ultrapassam a simples demanda por terra porque são lutas pela libertação e emancipação humanas. Estas lutas em busca de sobrevivência e reprodução social não se restringem à dimensão econômica, mas incluem demandas por saúde, educação, justiça, paz. São lutas que reivindicam “integração política, emancipação, (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, **diferente**, se necessário” (MARTINS, 1994, p. 159, citado por SAUER, 2010, p.36)

Então, este “diferente” que menciona Martins, poderia estar associado às formas de organização social, que materializam a imaginação humana de uma sociedade igualitária, promovendo a identidade ou autodenominação dos sujeitos para atuarem no seu cotidiano?

Nos parece que sim. E Carvalho, nesta direção, afirma que

Em virtude disto é que se pode dizer que mais que uma estratégia de discurso tem-se o advento de categorias que se afirmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso da terra. (CARVALHO, 2005, p. 69)

O advento da organização social, imerso nos contextos de opressão, de dominação e de violência que se verificou no campo brasileiro nas últimas décadas, pode ser assim descrito por Carvalho, tomando como exemplo a organização social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Amazônia nas décadas de 1980 e 1990:

Nas duas últimas décadas estamos assistindo na Amazônia ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade. Os movimentos sociais, que desde 1988 vem se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais uma de suas expressões maiores, conhecem no momento atual certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero, e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de encaminhar demandas aos poderes públicos. (CARVALHO, 2005, p. 84)

Em resumo, destas quatro formas de relacionar imaginação e realidade, podemos dizer que seu desenvolvimento descreve um círculo, em que os elementos que são construídos foram hauridos da realidade pela pessoa, pelos homens e mulheres do campo. Internamente, em seu pensamento, foram submetidos a uma complexa reelaboração, transformando-se em produtos da imaginação. Finalmente, ao encarnarem-se, retornam à realidade, mas já com uma nova força ativa que a modifica. **Assim é o círculo completo da atividade criativa da imaginação.**

É quando temos diante de nós o círculo completo descrito pela imaginação que os dois fatores – intelectual e emocional – revelam-se igualmente necessários para o ato de criação. Tanto o sentimento quanto o pensamento movem a criação humana.

Associando esta discussão à realidade do meio rural, de desigualdade e opressão, ou pelas marcas do **drama social** caracterizado pela pobreza ou pelas limitações de ascender aos direitos sociais básicos, em que a dominação exercida pelo capital sujeita os homens e mulheres do campo à condição de explorados, é que Pederiva indica que o círculo completo da imaginação à criação e da criação à realidade, é um ato de emancipação. Assim, menciona:

A sociedade desigualitária tenta se compreender, fundamentar-se naturalmente para a dominação comandada pela convenção. Só as circunstâncias e convenções podem separar e hierarquizar os homens, criando a dominação e forçando à obediência. Para modificar essa ordem, é preciso reconhecer sua insuficiência. A sujeição recíproca é o princípio da ficção política enquanto alienação original da razão em relação à paixão da desigualdade. O que o homem pode fazer para romper o círculo é emancipar-se, emancipando também a outros. (PEDERIVA, 2013, 164)

E esta criação humana poderia ser materializada na organização social, nas palavras de ordem, na forma de ações coletivas?

Nesse sentido, Ana Luiza Smolka, comentando a obra de Vigotski, enfatiza que **sim** e menciona que “A imaginação precisa ser completada, isto é, realizada num artefato, numa palavra, numa obra; precisa tomar uma forma, tornar-se um produto que possa integrar, de maneira objetiva, a produção coletiva”. (VIGOTSKI, 2009, p. 30).

A produção coletiva, então, é a própria necessidade do homem de se desenvolver em relação ao meio que o cerca, rompendo com a realidade (**o drama!**) e objetivando o equilíbrio das forças, das relações e para nós, nesta tese, para realizar as conquistas sociais, econômicas, culturais e territoriais na forma de direitos. Neste sentido, Vigotski afirma:

Se a vida ao seu redor não o coloca diante de desafios, se as suas reações comuns e hereditárias estão em equilíbrio com o mundo circundante, então não haverá base alguma para a emergência da criação. O ser completamente adaptado ao mundo não desejaria, não teria nenhum anseio e, é claro, nada poderia criar. Por isso, na base da criação há sempre uma inadaptação da qual surgem necessidades, anseios e desejos. (VIGOTSKI, 2009, p. 40)

Já foi mencionado anteriormente, que a atividade da imaginação se subordina à experiência, às necessidades e aos interesses na forma dos quais essas necessidades se expressam.

Um forte ímpeto que move as pessoas, para lutar por direitos, pelo território, pela liberdade e igualdade.

Há tempos, a psicologia estabeleceu a lei segundo a qual o ímpeto para a criação é sempre inversamente proporcional à simplicidade do ambiente.

E aqui, novamente, é importante mencionar que não há simplicidade no rural. A complexidade da realidade do rural brasileiro, já comentado nesta tese, é o que justamente moveu (e ainda move) o **ímpeto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais**, em busca de conquistas. É indubitável a necessidade de criar, inventar, enfrentar e de lutar por algo novo, para sobreviver frente ao **drama social** aqui relatado.

Vigotski afirma que:

Qualquer inventor, mesmo um gênio, é sempre fruto de seu tempo e de seu meio. Sua criação surge de necessidades que foram criadas antes dele e, igualmente, apoia-se em possibilidades que existem além dele. Eis por que percebemos uma coerência rigorosa no desenvolvimento histórico da técnica e da ciência. (VIGOTSKI, 2009, p. 42)

E ainda:

Nenhuma invenção ou descoberta científica pode emergir antes que aconteçam as condições materiais e psicológicas necessárias para seu surgimento. A criação é um processo de herança histórica em que cada forma que sucede é determinada pelas anteriores. (VIGOTSKI, 2009, p. 42)

Será que o fortalecimento histórico dos movimentos sociais rurais está associado a este fenômeno, de herança histórica, do acúmulo social e intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e por meio dos movimentos sociais rurais, atingiram as condições políticas para se organizarem e fazerem frente ao **drama social**?

Estamos nos referindo a pessoas de uma enorme simplicidade, com todos os limites para desenvolverem-se intelectualmente, impostos pela realidade opressora. Sobre isto, Vigotski afirma que

As classes privilegiadas detêm um percentual incomensuravelmente maior de inventores na área da ciência, da técnica e das artes porque é nessas classes que estão presentes todas as condições necessárias para a criação” (VIGOTSKI, 2009, p. 42)

Então é preciso crer na capacidade de organização, reflexão, criação e criatividade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sobre isto,

Se as condições de vida não são simplesmente dadas, mas são social e historicamente construídas, impõe-se ao homem as demandas de elaboração coletiva da consciência e da transformação e criação de condições apropriadas de humanização. (VIGOTSKI, 2009, p. 42)

Isto é a própria trama social, o ímpeto, a força que emerge e constrói os movimentos sociais rurais.

Paulo Freire, nos estimula a pensar sobre isto e nos empurra em direção a crer nos pobres, nos oprimidos e afirma que “é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar” (FREIRE, 1987, p. 53)

Evidentemente, que não é fácil criar a própria **trama social**. Sobre isto, Vigotski, citando Dostoievski, afirma que “A necessidade de criar nem sempre coincide com as possibilidades de criação e disso surge um sentimento de sofrimento penoso de que a ideia não foi para a palavra” (VIGOTSKI, 2009, p. 55).

Há um desejo de transmitir em palavras o sentimento ou a ideia que nos domina ou o desejo de contagiar o outro com esse sentimento. Este é o **ímpeto** da imaginação: pode encarnar-se, como verdadeira base e início da criação. Qualquer construção que parta da realidade tende a fechar o círculo e encarnar-se na realidade (VIGOTSKI, 2009, p. 58).

Ao surgir em resposta à aspiração e ao estímulo criador, a construção da imaginação tem a tendência de encarnar-se na vida. Por força dos impulsos contidos nela, tende a tornar-se criativa, ou seja, transformadora, daquilo em direção ao que a sua atividade orienta.

Enfim, de tudo isto que estamos aqui discutindo, podemos por ênfases ao tema da transformação da realidade, fruto de um espírito sonhador, de pessoas que imaginam realidades distintas das que estão inseridas, e ousam criar a partir do seu acúmulo histórico, da sua capacidade criadora, processos de luta e organização social. Para Paulo Freire, é esta a tarefa histórica dos oprimidos: transformar sua realidade social, objetiva.

Então Freire afirma que

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 1987, p. 37)

E estas transformações podem ser obtidas por meio de conquistas sociais, políticas e econômicas, e expressas de distintas formas e mecanismos, inclusive, por políticas públicas.

Neste estudo, compreenderemos que

As políticas públicas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal. (MOLINA, 2012, p. 588).

E para a autora,

[..] uma das maiores riquezas da experiência histórica da construção de políticas públicas refere-se exatamente à presença dos sujeitos coletivos de direitos. São eles e suas práticas os responsáveis pelas transformações que tem passado a elaboração das políticas públicas na área. A maior transformação refere-se ao caráter dos direitos por eles propugnados: direitos coletivos de grupos sociais excluídos historicamente da possibilidade de vivenciar direitos já existentes, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade de criação e positividade de novos direitos. (MOLINA, 2012, p. 589-590).

Enfim, todo futuro é alcançável pelo homem com a ajuda da imaginação criadora. A criação de uma personalidade criadora, projetada para o futuro, é preparada pela imaginação criadora que esta encarnada no presente.

Isto move as pessoas, e isto é fruto do seu comportamento frente a sua realidade, quando a conduta humana e a realidade social se somam para a criação do novo.

Para Vigotski:

se observarmos a conduta humana, perceberemos com facilidade que, geralmente, todos os movimentos e ações surgem como resposta a certos estímulos, excitações ou impulsos que denominamos **causa**. (VIGOTSKI, 2001, p. 47)

E, ainda:

Todos os nossos atos são precedidos inexoravelmente de alguma causa que os provoca, sob a forma de fato, acontecimento externo, desejo, impulso ou ideia interna. Todos os motivos de nossos atos estimulam (excitam) nossas reações. Portanto, a reação deve ser entendida como uma inter-relação entre o organismo e seu meio circundante. A reação sempre é uma resposta do organismo a determinadas modificações do meio e representa um mecanismo de adaptação sumamente valioso e biologicamente útil. (VIGOTSKI, 2001, p. 47)

Ainda sobre a conduta humana, Vigotski afirma que

en general, que su peculiaridad en primer lugar se debe a que el hombre interviene activamente en sus relaciones con el medio y que, a través del medio él mismo modifica su propio comportamiento, supeditándolo a su poder (VIGOTSKI, 1995, p. 90)

Então há uma influência do meio sobre o desenvolvimento psicológico e o comportamento das pessoas, e o contrário também, a partir de momentos essenciais que definem esta influência no campo do desenvolvimento da personalidade e a isto denominamos de vivência. (VIGOTSKI, 2018, p. 75)

Segundo Vigotski (2018)

A vivência é, portanto, uma unidade na qual se representa, de modo indivisível, por um lado, o meio, o que se vivencia – a vivência está sempre relacionada a algo que está fora da pessoa-, e, por outro lado, como em vivencia isso. Ou seja, as especificidades da personalidade e do meio estão representadas na vivência: o que foi selecionado do meio, os momentos que tem relação com determinada personalidade e foram selecionados desta, os traços do caráter, os traços constitutivos que tem relação com certo acontecimento. (VIGOTSKI, 2018, p. 78)

Então a conduta humana, precedida de uma causa, é caracterizada por uma reação, determinada, objetiva, associada à sua inadaptação ao meio que o circunda, estimulando a tomada de decisões e a busca de seus objetivos, vivenciando intensamente esta situação. Sobre isto, Vigotski afirma que,

El hombre, sin embargo, supedita el poder de las cosas sobre su conducta, lo pone al servicio de sus objetivos y lo orienta a su modo. Con su actividad externa modifica el medio circundante e influyente así sobre su propio comportamiento, lo subordina a su poder. (VIGOTSKI, 1995, p. 292)

E segundo o autor, é a vivência que auxilia a destacar as peculiaridades que desempenham um papel na definição da relação com uma dada situação, mencionando

Imaginem que, pela minha constituição, eu seja dotado de certas particularidades. É claro que vou vivenciar uma situação de um determinado modo. Contudo, se sou dotado de outras especificidades, certamente vou vivenciá-las de outra maneira. Por isso falam a respeito das peculiaridades constitutivas das pessoas, diferenciando-as em agitadas, comunicativas, animadas, ativas ou mais emotivas, indolentes e obtusas. (VIGOTSKI, 2018, p. 78)

Então, podemos compreender que a **conduta humana**, modificando o meio circundante e influenciando no próprio comportamento humano, poderia ser considerada como uma complexa experiência social da humanidade.

E esta experiência social, poderia ser compreendida como um processo educativo, em que **educar significa elaborar novas formas de conduta, em meio a processos de criação e de vivência em um determinado meio.**

Para Vigotski “**o ambiente social é a autêntica alavanca do processo educativo**” (VIGOTSKI, 2001, p. 76). E para Ferreira (2021, 96) “onde há relações humanas, há aprendizado”.

1.3 - A teoria histórico-cultural e os processos educativos na luta social

Recapitulando brevemente o que foi descrito anteriormente, esta tese vem procurando descrever e demonstrar, que há **um processo de desenvolvimento histórico e cultural na luta social, que se configura como um processo educativo** de pessoas simples, que a partir da sua complexa realidade, de um contexto social marcado por desigualdades e violência, desenvolveram a capacidade de planejar, criar e ousar. Entre o *drama social* e a *trama social*, demonstram um desenvolvimento cultural e psicológico, que marca a conduta humana e sua intervenção social e política, modificando a si mesmo e aos outros. **Estamos falando de um complexo desenvolvimento humano, em que as pessoas dominam seus próprios processos de comportamento e orientam esta atividade criadora, para a luta social.**

Estas se organizam na forma de movimentos sociais rurais, sujeitos coletivos e de direitos, imersos em uma realidade de desigualdades e que forjam processos complexos de imaginação e criação, para transformar este cenário.

Partimos do pressuposto que este comportamento humano se relacionava, absolutamente, com um fenômeno histórico e culturalmente determinado, em que a relação dialética das pessoas e seu meio social, e histórico-cultural se dá por meio das transformações que os seres humanos promovem para satisfazer suas necessidades e que os processos de criação estão associados à experiência humana, um incansável trabalho de planejar, criar, refletir e lutar. Uma pedagogia de luta, forjada a partir da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Sobre esta pedagogia, Paulo Freire assim descreve este processo, como

Àquela (pedagogia) que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação da sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1987, p.17)

Então, procuraremos discutir como este processo de organização social, fruto da imaginação e da criação humana, para romper com seus dramas sociais e transformar a realidade e o meio em que estão inseridos, pode ser descrito e demonstrado como um **processo educativo de luta social**, utilizando como elementos de análise, a experiência desenvolvida por movimentos sociais rurais no Brasil, em especial, **o movimento sindical rural**, aqui representado pela CONTAG, a partir da organização das manifestações do Grito da Terra Brasil, da organização social das mulheres trabalhadoras rurais, culminando com a realização das Marchas das Margaridas e finalmente, a criação da ENFOC. Três experiências relevantes e desenvolvidas em todo o território nacional, sendo assim, absolutamente ideais para esta análise.

Além disto, tomando por base a teoria histórico-cultural de Vigotski e outros autores, vamos aprofundar a análise sobre o desenvolvimento de processos educativos nesta complexa **trama social** e verificar como isto ocorre.

Vigotski foi capaz de agregar diferentes ramos de conhecimento em um enfoque comum, que não separa os indivíduos da situação cultural em que se desenvolvem. Deteve-se no estudo dos mecanismos psicológicos mais sofisticados (as chamadas funções psicológicas superiores), típicos da espécie humana, como o controle consciente do comportamento, raciocínio dedutivo e capacidade de planejamento e, com base em um raciocínio dialético, procurou identificar as mudanças qualitativas do comportamento que ocorrem ao longo do desenvolvimento humano e sua relação com o contexto social (REGO, 2001).

Um dos pontos centrais de sua teoria é que as funções psicológicas superiores são de origem social e histórico-cultural e emergem de processos psicológicos elementares, de origem biológica (estruturas orgânicas). Ou seja, segundo ele, a complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social. (REGO, 2001, p. 26)

A preocupação com o contexto social em que se dá este desenvolvimento de comportamento foi uma preocupação central na elaboração científica de Vigotski, como mencionam Cole & Scribner

(...) a identificação dos mecanismos cerebrais subjacentes a uma determinada função: a explicação detalhada da sua história ao longo do desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer as relações entre formas simples e complexas daquilo que aparentava ser o mesmo comportamento; e, de forma importante, deveria incluir a especificação do contexto social em que se deu o desenvolvimento de comportamento” (VIGOTSKI, 1991:10).

Como mencionado anteriormente, a teoria histórico-cultural de Vigotski tem como um dos objetivos caracterizar os aspectos do comportamento humano e de elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana, tomando por base a relação dialética entre as pessoas e o seu meio.

Sobre isto, Rego (2001), comenta que Vigotski dedicou-se ao estudo das funções psicológicas superiores, que consistem no modo de funcionamento psicológico humano, tais como a capacidade de planejamento e de imaginação, considerando ainda, que estes processos mentais são considerados como complexos porque referem-se a mecanismos intencionais, ações conscientemente controladas, processos voluntários que dão ao indivíduo a possibilidade de independência em relação às características do momento e espaço presente. Ou seja, não são processos inatos, eles se originam nas relações entre indivíduos humanos e se desenvolvem ao longo do processo de internalização de formas culturais de comportamento.

Também foi mencionado que há uma relação dialética da pessoa e seu meio social, histórico e cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. Em outras palavras, quando o ser humano modifica o ambiente por meio de seu próprio comportamento, essa mesma modificação vai influenciar seu comportamento futuro.

Então, as funções psicológicas especificamente humanas se originam nas relações das pessoas e seu contexto cultural e social. Isto é, o desenvolvimento humano não é dado a priori, não é imutável e universal, não é passivo, nem tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida humana.

E para isto, o ser humano desenvolveu signos, construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo. A linguagem é um

signo mediador por excelência, pois ela carrega em si os conceitos generalizados e elaborados pela cultura, sendo, assim, uma ferramenta auxiliar da atividade humana e fundamental na teoria histórico-cultural justamente porque é por meio dela que os processos de funcionamento psicológicos são fornecidos.

A elaboração científica de Vigotski buscou estabelecer estas conexões, por meio da perspectiva marxista de entendimento da sociedade humana, em uma articulação absolutamente inovadora para seu tempo, como mencionam Cole & Scribner:

Ao enfatizar as origens sociais da linguagem e do pensamento, Vigotski seguia a linha dos influentes sociólogos franceses, mas, até onde sabemos, ele foi o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa. Ao insistir em que as funções psicológicas são um produto da atividade cerebral, tornou-se um dos primeiros defensores da associação da psicologia cognitiva experimental com a neurologia e a fisiologia. Finalmente, ao propor que tudo isso deveria ser entendido à luz da teoria marxista da história da sociedade humana, lançou as bases para uma ciência comportamental unificada. (VIGOTSKI, 1991:10¹⁷)

Então a linguagem permite que a experiência humana e a atividade consciente do ser humano, sejam responsáveis pela grande maioria dos conhecimentos, habilidades e procedimentos comportamentais desenvolvidos, a assimilação e a internalização da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da história social, seja transmitida e compartilhada no processo de aprendizagem e de desenvolvimento.

Como afirmou Leontiev,

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.

E, ainda, que

O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inúmeras gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são criadores. As gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhe foram transmitidas e “passam testemunho” do desenvolvimento da humanidade” (LEONTIEV, 2004, p. 285).

¹⁷ Texto retirado da introdução da respectiva referência bibliográfica.

Então, estamos tratando de um processo de comunicação entre os seres humanos que promove, como consequência, a preservação e compartilhamento de informações e experiências constituídas pela humanidade ao longo da história. A linguagem é um sistema de signos que possibilita o intercâmbio social entre indivíduos que compartilham desse sistema de representação da realidade.

Os sistemas simbólicos (entendidos como sistemas de representação da realidade), especialmente a linguagem, funcionam como elementos mediadores que permitem a comunicação entre as pessoas, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante. É por esta razão que Vigotski afirma que os processos de funcionamento psicológicos são fornecidos pela cultura, através da mediação simbólica.

Nesta mesma direção, Santa (2014), discutindo e analisando a obra de Vigotski, particularmente sobre a ideia de mediação desenvolvida por ele, menciona que

A ação consciente do homem sobre o mundo, mediada pelo uso de instrumentos, representou o passo decisivo em direção à gênese do caráter genuinamente humano do homem. Vigotski estendeu essa concepção de mediação ao uso de signos, que a exemplo das ferramentas, são criados pela sociedade, agindo como transformadores da realidade sociocultural (SANTA, 2014, p. 3).

Para Rego (2001), uma das mais significativas contribuições das teses que Vigotski formulou, está a tentativa de explicitar (e não apenas pressupor), como o processo de desenvolvimento é socialmente constituído e que a estrutura fisiológica humana, aquilo que é inato, não é suficiente para produzir o indivíduo humano, na ausência do ambiente social. As características individuais (modo de agir, de pensar, de sentir, valores e conhecimentos, visão de mundo etc.) depende da relação do ser humano como meio.

Devido a essas características especificamente humanas torna-se impossível considerar o desenvolvimento como um processo previsível, universal, linear ou gradual. O desenvolvimento está intimamente relacionado ao contexto em que a pessoa se insere e se processa de forma dinâmica (e dialética) por meio de rupturas e desequilíbrios provocadores de contínuas reorganizações por parte do ser humano

Podemos concluir que o desenvolvimento humano se dá a partir das constantes relações com o meio social em que vive e que os elementos presentes no ambiente impregnados de significado cultural, que medeiam a relação do indivíduo com o mundo,

acabam por fornecer também seus mecanismos psicológicos e formas de agir nesse mundo. A experiência é considerada, então, um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Portanto, o desenvolvimento pleno do ser humano depende das experiências vivenciadas num determinado grupo cultural, a partir da relação com outros de sua espécie, e que constituem processos educativos.

Assim, as diversas experiências constituem aprendizados. “O aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (VIGOTSKI, 1991, p. 61).

Atento ao tema da aprendizagem, Vigotski, passa a analisar os processos educativos à sua época, examinar as teorias psicológicas formuladas sobre a constituição do psiquismo humano – o inatismo e o ambientalismo – e como estas diferentes concepções e modos de explicar as dimensões biológicas e culturais e a forma pela qual o sujeito aprende e se desenvolve, e, mais particularmente, as ações educativas que incidem sobre ele.

Cada uma destas teorias é marcada pelas características do momento e do contexto em que foi formulada e pelos diversos paradigmas e pressupostos filosóficos, metodológicos e epistemológicos que as inspiraram.

Rego descreve, sucintamente cada uma delas, da seguinte maneira:

A abordagem inatista é inspirada nas premissas da filosofia racionalista e idealista, se baseia na crença de que as capacidades básicas de cada ser humano (personalidade, potencial, valores, comportamentos, formas de pensar e de conhecer) são inatas, ou seja, já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar. Esta abordagem exclui as interações socioculturais na formação das estruturas comportamentais e cognitivas das pessoas (REGO, 2001, p. 86).

E sobre a abordagem ambientalista, afirma que

Em contrapartida, a concepção ambientalista inspirada na filosofia empirista e positivista, atribui exclusivamente ao ambiente a constituição das características humanas e privilegia a experiência como fonte de conhecimento e de formação de hábitos de comportamento. Assim, as características individuais são determinadas por fatores externos ao indivíduo. Nesta abordagem desenvolvimento e aprendizagem se confundem e ocorrem simultaneamente (REGO, 2001, p. 88).

Segundo Rego, os postulados do ambientalismo

Podem servir para justificar diferentes práticas pedagógicas. O impacto da abordagem ambientalista na educação pode ser verificado nos programas educacionais elaborados com o objetivo de estimular e intervir no desenvolvimento das crianças provenientes de camadas populares ou compensar, de forma assistencialista, as carências sociais dos indivíduos. Nesses casos o que está subjacente é a ideia de que a escola tem, não somente o poder de formar e transformar o indivíduo, como também incumbência de corrigir os problemas sociais (REGO, 2001, p. 88 e 89).

E segundo a análise de Rego, nesta perspectiva,

Os conteúdos e procedimentos didáticos não precisam ter nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as realidades sociais. Aprendizagem é memorização. Fixação e cópia estimulada por reforços positivos ou negativos. Consequentemente é insignificante o valor da educação. Ou seja, é tamanha a força modeladora (e opressora) do contexto social, que a escola se torna impotente e sem instrumentos para lidar com a criança, principalmente aquela proveniente das camadas mais populares (REGO, 2001, p. 85 a 92).

Vigotski é representante de uma outra maneira de entender a origem e evolução do psiquismo humano, as relações entre ser humano e sociedade e, como consequência, um modo diferente de entender a **educação**. Assim, Vigotski refuta as duas teorias acima mencionadas, considerando as relações sociais e culturais no processo de desenvolvimento humano.

Por meio do materialismo histórico-dialético, Vigotski considera o desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de internalização pelo ser humano da experiência histórica e cultural. O organismo e o meio exercem influência recíproca, portanto o biológico e o social não estão dissociados. Nesta perspectiva, a premissa é de que o ser humano se constitui como tal através de suas relações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.

No entanto, Vigotski considera na sua análise histórico-cultural, por meio de uma perspectiva dialética sobre os sistemas educativos, as características dos sistemas sociais vigentes e como isto pode ser plasmado sobre os processos educativos que incidem na conduta das pessoas. Sobre isto, afirma que

Basta observar os sistemas educativos em seu desenvolvimento histórico para perceber que os objetivos da educação sempre foram, nos fatos, totalmente concretos e vitais, e sempre corresponderam aos ideais da época, à estrutura econômica e social da sociedade, que determina toda a história de uma época. Mas, através das palavras, esses ideais sempre foram formulados de outro modo, devido, em cada oportunidade, à incapacidade científica do pensamento, ou à hipocrisia de classe da época (VIGOTSKI, 2001, p. 80).

E mais, exemplificando como as estruturas sociais incidem sobre os processos educativos, menciona que

O feudalismo, cujo único interesse educativo era criar servos submissos e resignados, não podia dizer isto abertamente e então teve de disfarçá-lo por meio da doutrina religiosa da salvação da alma. O mesmo ocorreu em todas as épocas, em que a classe (social) dominante dos exploradores, que também dirigia a educação, dissimulava, mediante palavras abstratas, o verdadeiro objetivo da educação. Atualmente, quando as contradições de classe ficaram evidentes, a necessidade dessa dissimulação desapareceu, e o ser humano de nossa época tende a formular de modo totalmente concreto e preciso o objetivo vital da educação (VIGOTSKI, 2001, p. 80).

Estabelecendo um elo com o que estamos discutindo nesta tese, sobre os contextos sociais, histórico e culturais que estão inseridos os camponeses no Brasil, e toda a história de violência e opressão sobre eles cometidos pelo Estado e pelas oligarquias agrárias, não há como não adotar a mesma perspectiva de Vigotski, sobre a influência e o poder exercido pelas classes dominantes, e como isto tem se reproduzido no rural brasileiro.

Ou seja, nas palavras de Vigotski:

Devemos levar em consideração que a educação sempre e em todas partes teve um caráter classista, ainda que seus defensores e apóstolos não se dessem conta disso. O que acontece é que, na sociedade humana, a educação é uma função social totalmente determinada, que sempre se orienta em prol dos interesses da classe dominante. (VIGOTSKI, 2001, p. 80).

Nesta mesma direção, Tonet (2014) discutindo um processo educacional que em seu conjunto possa favorecer a classe trabalhadora, afirma que

É necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico – amealhado até o momento pela humanidade, seria para ela impossível tanto iluminar o processo de sua libertação como construir uma outra e superior forma de sociabilidade. (TONET, 2014, p. 14)

Vigotski discute a educação como algo que “produz a seleção social da personalidade” e “que há um complexo processo inter-relação entre o mundo e o ser humano”. “A partir do ser humano como biótipo, a educação forma o ser humano como tipo social” (VIGOTSKI, 2001, p. 82)

O ser humano não é um receptáculo vazio, um ser passivo, que só reage frente as pressões do meio, e sim, aquele que realiza uma atividade organizadora na sua relação com o mundo, capaz de renovar a própria cultura.

É na relação dialética com o mundo que a pessoa se constitui e se liberta.

O desenvolvimento humano é compreendido não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim através de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro.

O ser humano é um ser cultural e histórico e é a satisfação de suas necessidades que o leva a trabalhar e transformar a natureza, estabelecer relações com seus semelhantes, produzir conhecimentos, constituir a sociedade e fazer história. Compreendido assim, como um ser em permanente desenvolvimento, que vai se constituindo no espaço social e no tempo histórico.

Então, para Rancière, não há sábios ou ignorantes, ou “escolhidos” para tornarem-se sábios. Ao contrário, ele indica que produzir o conhecimento

Não é fazer sábios, mas elevar aqueles que se julgam inferiores em inteligência, fazê-los sair do charco em que se encontram abandonados: não o da ignorância, mas do desprezo de si, do desprezo em si da criatura razoável. O desafio é fazê-los homens emancipados e emancipadores” (RANCIÈRE, 2013, p. 142).

Então Rancière analisa a capacidade humana de aprender sob o signo da igualdade (2013, p.29). As inteligências são as mesmas, não há hierarquia entre as pessoas, todos são semelhantes. Além disto, afirma que

A emancipação é a consciência dessa igualdade, dessa reciprocidade que, somente ela, permite que a inteligência se atualize pela verificação. O que embrutece o povo não é a falta de instrução, mas a crença na inferioridade de sua inteligência. E o que embrutece os “inferiores” embrutece, ao mesmo tempo, os “superiores” (RANCIÈRE, 2013, p. 65).

Em síntese, nesta abordagem, a pessoa produtora de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real, nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um alguém ativo que, em relação com o mundo, com seu objeto de estudo, cria no seu pensamento este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar constante. Rancière afirma que “não há homem sobre a Terra que não tenha aprendido alguma coisa por si mesmo” (2013, p.35)

A noção de constituição do ser humano como ser histórico traz implícita a concepção de que não há uma essência humana dada e imutável, pelo contrário, supõe pessoas ativas no processo contínuo e infinito de constituição de si mesmo, da natureza e da história.

Sobre isto, Rancière, discutindo a consciência da emancipação suscitada nas pessoas, afirma que

A consciência da emancipação é, antes de tudo, o inventário das competências intelectuais do ignorante. Ele conhece sua língua. Ele sabe, igualmente, usá-la para protestar contra seu estado ou para interrogar os que sabem, ou acreditam saber, mais do que ele. Ele conhece seu ofício, seus instrumentos e uso; ele seria capaz, se necessário, de aperfeiçoá-los. Ele deve começar a refletir sobre essas capacidades e sobre a maneira como as adquiriu. (RANCIÈRE, 2013, p. 60 e 61).

Não há como não realizar uma associação entre a elaboração de Vigotski e de Rancière com o que foi desenvolvido no Brasil pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizadas nos movimentos sociais rurais. Ideias-força sobre emancipação, igualdade, liberdade e consciência estão em todas as elaborações sociais e políticas destes movimentos, provenientes das pessoas que os compõe.

Paulo Freire aprofunda esta perspectiva, elaborando uma pedagogia para esta gente, convocando-os a reagir e a atuar. E afirma que

Por outra parte, não existem senão homens concretos (“não existe homem no vazio”). Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso. (FREIRE, 1979, p. 19)

[...] Se pretendemos, sinceramente, que se insira no processo histórico e que “descruzando os braços renuncie à expectativa e exija a intervenção”; se queremos, noutras palavras, que faça a história em vez de ser arrastado por ela, e, em particular, que participe de maneira ativa e criadora nos períodos de transição (períodos particulares porque exigem opções fundamentais e eleições vitais para o homem) (FREIRE, 1979, p. 22).

[...] Se é todo o anterior o que desejamos, é importante preparar o homem para isso por meio de uma educação autêntica: uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. Isto obriga a uma revisão total e profunda dos sistemas tradicionais de educação, dos programas e dos métodos (FREIRE, 1979, p. 22).

[...] O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la (FREIRE, 1979, p. 22).

E conclui de forma magistral:

Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; mas, neste caso, se as suporta com resignação, se busca conciliá-las mais com práticas de submissão que de luta. Isto é verdade se se refere às forças da natureza: seca, inundações, doenças das plantas e dos animais, curso das estações, isto não é menos verdadeiro dito das forças sociais: "o latifundiário", "os trustes", "os técnicos", "o Estado", "o fisco" etc., todos os "eles" de que nós não temos senão uma vaga ideia; sobretudo a ideia de que "eles" são todo-poderosos, intransformáveis por uma ação do homem do povo (FREIRE, 1979, p. 19 a 22).

Paulo Freire, nas ideias força que norteiam sua concepção sobre alfabetização e conscientização, afirma que "a vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não é adaptada ao homem concreto a que se destina (FREIRE, 1979, p.22). Para Freire, esse processo não é linear e unidirecional pois está intimamente relacionado à evolução histórica das necessidades e dos interesses culturais.

A análise realizada neste capítulo permite compreender que as práticas e vivências educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais rurais foram uma resposta aos fatores sociais e culturais que permeavam o seu meio e foram a base para engendram seu processo de desenvolvimento humano na busca da transformação da sua conduta.

CAPÍTULO II: PRÁTICAS E PROCESSOS EDUCATIVOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

As vivências e os processos educativos desenvolvidas pelo movimento social e sindical no Brasil são o foco deste trabalho. Verificaremos em que bases teóricas se organizaram e como estabeleceram um diálogo com os pressupostos da teoria histórico-cultural, em relação a seus processos educativos e de luta social. Digamos que este processo **no Brasil tem algumas décadas e iniciou com as lutas dos movimentos sociais rurais, elaborando sua pedagogia de lutas, em busca de reconhecimento, visibilidade e políticas públicas**, como mencionamos, preliminarmente, nesta tese.

Caldart (2000), sobre a dimensão pedagógica dos movimentos sociais do campo ou, ainda mais precisamente, sobre a pedagogia que vem sendo produzida pelos (e na formação dos) sujeitos sociais das lutas pela terra em nosso país, menciona que

Há muita diversidade entre os povos que fazem o movimento do campo hoje no Brasil. Há toda uma história das lutas sociais e da formação do campesinato brasileiro que poderia ser recuperada com esta preocupação específica de compreender os processos pedagógicos nela produzidos (CALDART, 2000, p. 2).

[...] Da mesma forma que é importante voltar a estudar a história do Brasil com o objetivo específico de compreender, por exemplo, a pedagogia da formação do sem-terra brasileiro, extraíndo lições de como acontece a formação humana vinculada ao processo de produção de novos sujeitos sociais (CALDART, 2000, p. 2).

A elaboração teórica e científica sobre os processos educativos dos movimentos sociais no Brasil vem avançando em marcos teóricos e conceituais, no seio dos movimentos sociais e, também, no ambiente acadêmico, com a estruturação de diversos cursos e programas de educação do campo, associados e em aliança com processos educativos desenvolvidos pelos próprios movimentos sociais, pelos institutos federais de ensino e universidades.

No entanto, a fundação deste tema emerge dos movimentos sociais, por um amplo processo de discussão e de demanda social, por uma busca incessante de reconhecimento das suas especificidades e da natureza não igualitária do campo brasileiro (com todas as suas contradições) tomando por base um outro projeto de desenvolvimento, contrário à hegemonia do capital.

Sobre isto, Sonia Meire de Jesus afirma que

A compreensão de que, se observarmos as diferentes formas de pensar e agir de diferentes grupos culturais excluídos da sociedade poderemos identificar neles, formas alternativas de organização e de produção de conhecimento, diferentemente do que está sendo posto pelo sistema capitalista. Elas podem ser interpretadas como sendo formas de organização cooperada e solidária, de produção de valores e de saberes contra hegemônicos e de participação social que propõem uma inversão na lógica da sociedade moderna ocidental (JESUS, 2004, p.64).

Na mesma linha, Santos, mencionando a forma com que os movimentos sociais defendem a necessidade de cessar o estigma que paira sobre o campo, de um lugar de atraso, de descaso e de inferioridade em comparação ao mundo urbano afirma que

Os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica. É o cenário de uma série de lutas e embates políticos. É ponto de partida para uma série de reflexões sociais. É espaço culturalmente próprio, detentor de tradições, místicas e costumes singulares. O homem e a mulher do campo, nesse contexto, são sujeitos historicamente construídos a partir de determinadas sínteses sociais, específicas e com dimensões diferenciadas em relação aos grandes centros urbanos (SANTOS, 2017, p. 211).

A lógica capitalista no campo incide sobre os meios de produção, sobre a natureza e os recursos naturais, e sobre as políticas públicas que, historicamente, privilegiaram o segmento que compreendemos por agronegócio exportador. Mas, não apenas sobre isto, também, sobre as políticas de cunho social e de direitos, como a educação. Inspiradas nas tradições urbanas, se buscava mitigar os problemas do campo, com políticas adaptadas à esta realidade. E a educação não foi diferente.

Sobre isto, Sonia Meire de Jesus afirma que é necessário experimentar outras formas e modelos de desenvolvimento, e o mesmo para o desenvolvimento de uma nova visão educativa

Ao invés de uma educação como meio de desenvolvimento da razão para a inserção do indivíduo na vida social, uma educação como meio de desenvolvimento cultural que se constrói entre diferentes sujeitos que se produzem entre os símbolos, os ritos, as narrativas, a técnica, a ciência, os saberes da tradição, ao mesmo tempo que produz e gera novos valores sociais. Esta afirmação tem como referência as diferentes possibilidades de construção de conhecimento-emancipação que estão sendo desenvolvidas nas práticas educativas nos últimos anos pelos movimentos sociais do campo. Essas práticas se sustentam em teorias que se pautam pelo movimento, pelas

constantes transformações e conservação da vida, pelo incerto, pelo movimento de ordem, desordem e reorganizações na luta pela terra, por flutuações políticas e econômicas, pelo revigoramento de culturas dispersas, pela unidade/diversidade que compõe o campo brasileiro (JESUS, 2004, p. 64-65).

Sonia Meire de Jesus, também menciona a intencionalidade deste conceito, comentando que

A busca de alternativas a um paradigma agrário capitalista imposto durante décadas em nosso país. Esse paradigma que procurou destituir o campo como território, tratou as pessoas como improdutivas porque não produzem para a exportação ou agronegócio e desqualificou os conhecimentos e saberes da tradição dos que vivem no campo como atrasados, porque não funcionam na mesma lógica racionalizante de expropriação e extorsão dos conhecimentos para acúmulo de poucos em detrimento de muitos (JESUS, 2004, p. 65).

Em consonância com os postulados de Vigotski, **em que o desenvolvimento do ser humano se dá a partir das constantes relações com o meio social em que vive e que os elementos presentes no ambiente humano estão impregnados de significado e sentido culturais**, Sonia Meire de Jesus, também menciona o significado que tem a formação humana no ambiente cultural e social presente no campo, afirmando que

Assim como o campo é reorganizado sempre por heranças culturais e por invenção de novas formas de relação com o ambiente cultural, as pessoas também trazem uma herança biológica e cultural que está sempre em reorganização. Por isso, o ser humano está sempre na busca de sua completude e é consciente disto. Como bem ressaltou Paulo Freire (1993), a condição de ser histórico-social dos homens faz com que ele "(...) experimente continuamente a tensão de estar sendo para poder ser e de estar sendo não apenas o que herda, mas também o que adquire e não de forma mecânica" (JESUS, 2004, p. 66).

Sonia Meire de Jesus também considera que a formação humana é o caminho pelo qual o ser humano busca sua completude, mencionando que a

Formação humana é essa busca e os aprendizados que faz em todos os momentos da vida. A formação humana deve ser todo o fundamento da educação porque através dela os sujeitos têm possibilidade de se constituir como ser social responsável pelos seus atos, inclusive pelo seu refletir, de estar no mundo e de dialogar, argumentando de forma ética com os seus semelhantes (JESUS, 2004, p. 66).

Nos últimos anos foram identificadas muitas práticas e vivências educativas, em todas as regiões do país, originadas no interior das organizações e movimentos sociais do campo.

Santos considera que à medida que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas e, assim, se justifica o fato de serem os movimentos sociais os mais engajados nessa luta, uma vez que “são esses movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos” (ARROYO, 2004, p.60, citado por SANTOS, 2017, p. 221).

Assim, a produção do conhecimento a partir das práticas pedagógicas dos movimentos sociais do campo, pode criar memórias, identidades e histórias vividas por pessoas que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo, da fome e a falta de projetos emancipadores para e com o homem e a mulher do campo (SANTOS, 2017, p. 210).

Vejam como o **drama social** mencionado no primeiro capítulo desta tese se relaciona com o que os autores acima mencionados discutem e, em contrapartida a isto, como também identificam na organização social (a **trama social!**) as vivências educativas que buscam a produção do saber construída em parceria com educadores, educandos, lideranças sociais, para criar as histórias de vida, valores e, finalmente, o reconhecimento social desta gente do campo.

Para ilustrar este processo de desenvolvimento de processos educativos desenvolvidos por movimentos sociais rurais no Brasil, e as vivências educativas que levaram a cabo como demonstração de sua capacidade e desejo de organizarem-se, tomaremos em conta, como mencionado anteriormente, três experiências desenvolvidas pela CONTAG: o Grito da Terra Brasil, a iniciativa das mulheres trabalhadoras rurais na organização das Marchas das Margaridas e a criação e o funcionamento da Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC, com uma breve recopilação de seus projetos pedagógicos e práticas educativas e de mobilização social, que serão analisadas no curso deste estudo.

2.1 Grito da Terra Brasil

Inicialmente, vamos descrever o Grito da Terra Brasil - GTB, uma grande mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país, que vinha sendo realizado desde 1994, liderado principalmente e mais recentemente pela CONTAG.

O GTB nasce inspirado nas mobilizações sociais realizadas na Amazônia no início dos anos 90, e mais fortemente no Estado do Pará, em um período de consolidação de lutas sociais iniciadas nas décadas anteriores, que se manifestou na conquista da legitimidade dos movimentos populares no campo e no acesso às políticas públicas pela produção familiar rural, que, em sua ampla diversidade, foi moldando a face organizativa e produtiva da região (AS-PTA¹⁸, 2019).

Um dos marcos organizativos dessa época foi a realização dos “Gritos”, uma forma de manifestação política que surgiu no Pará, em 1991, com o nome de “Grito do Campo”. Já em 1993, essa mobilização se irradiou por toda a região amazônica, intitulado-se “Grito da Amazônia”. A partir do ano seguinte, assume a dimensão nacional, com a criação do “Grito da Terra Brasil”.

Os primeiros “Gritos”, realizados em 1991 e 1992, cobravam a punição dos culpados pela violência no campo, bem como a desburocratização do Fundo Constitucional do Norte (FNO), de forma a possibilitar o acesso dos produtores familiares ao crédito rural. Dessas mobilizações, resultou a criação do FNO – Urgente, em 1992, a primeira experiência brasileira de crédito rural com condições diferenciadas para a produção familiar.

Os “Gritos” foram manifestações organizadas primeiramente pelas FETAGRI’s dos estados da Amazônia, com destaque para a FETAGRI Pará, ganhando dimensões maiores a cada ano em que se realizava, com a adesão de outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Na primeira edição, em 1994, a promoção do GTB era resultado de uma aliança entre diferentes movimentos e organizações sociais e dos trabalhadores, como a CUT/DNTR (Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT), a CONTAG, o MST, o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) e a CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil).

¹⁸ AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

Figura 1 – Cartaz do GTB do ano de 1994

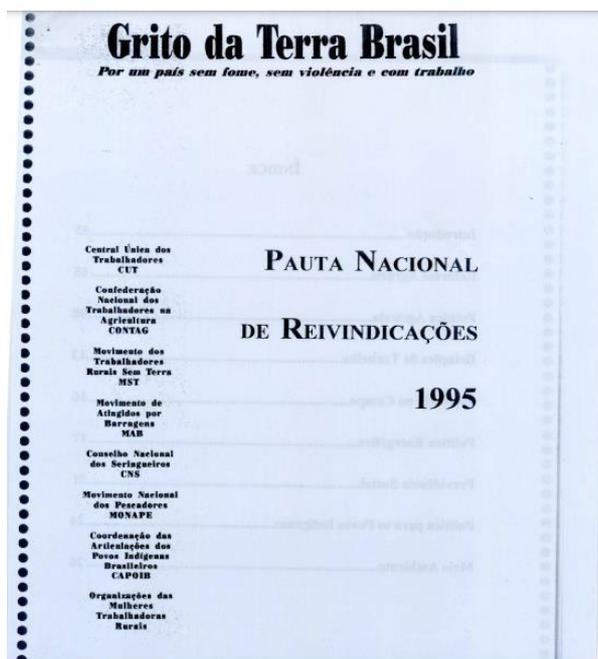


Fonte: CONTAG

No início, a pauta dos Gritos da Terra estava mais focalizada em questões vinculadas ao crédito e a assistência técnica para agricultura familiar, incorporando a cada ano, temas mais abrangentes, como o acesso aos serviços de educação, saúde, infraestrutura, previdência social entre outros (INTINI, 2004, p. 81).

Esta mesma aliança organizou o segundo GTB e nesta oportunidade se soma a este esforço a Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que juntos protagonizaram a mobilização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o Brasil.

Figura 2 – Pauta Nacional do GTB do ano de 1995



Fonte: CONTAG

Este foi o primeiro GTB no Governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. No documento de introdução à pauta desde 2º GTB, os movimentos sociais reunidos afirmam que

O modelo de desenvolvimento rural brasileiro é excludente para a maior parcela da população do campo, que são os trabalhadores rurais representados em toda a sua diversidade...

Prova disto é a absurda concentração fundiária existente, são 4,8 milhões de estabelecimentos rurais com menos de 50 hectares (82,5% do total), ocupando uma área equivalente a 13,2% da área agricultável do país...

Consequência desta injusta distribuição fundiária são os alarmantes índices de violência e impunidade contra os trabalhadores rurais brasileiros...

Dos 36 milhões de habitantes na área rural, 73% têm renda inferior a um salário-mínimo...

Da mesma forma, o atual Governo (de Fernando Henrique Cardoso), não prioriza os trabalhadores rurais em suas políticas para o campo. O interlocutor do Governo Federal para a questão agrícola tem sido a “bancada ruralista” que representa os interesses da minoria privilegiada na agricultura brasileira (CONTAG, 1995, p. 3 e 4).

Como podemos verificar, o tema da violência e da desigualdade foram alguns dos principais motivadores da realização deste GTB. Como já apresentado neste trabalho, o **drama social** à qual estavam submetidos os trabalhadores e as trabalhadoras rurais no Brasil foram os elementos centrais que motivaram esta mobilização conjunta dos movimentos sociais do campo. O próprio lema do 2º GTB expressava exatamente esta dimensão: **Por um país sem fome, sem violência e com trabalho.**

O GTB de 1996 merece um destaque especial, porque foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o primeiro programa realmente desenhado e implementado a partir de um processo de lutas e reivindicações dos movimentos sociais rurais.

Lauro Mattei (2006) descreve a criação do Pronaf como um produto da ação histórica dos trabalhadores rurais e como isto refletiu na conquista de uma política pública essencial a eles e também aos agricultores familiares, mencionado que

Neste cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior

segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares.

Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (MATTEI, 2006, p. 13 e 14).

E vincula esta conquista ao GTB e a outros fatores que foram decisivos para mudar o rumo das políticas de desenvolvimento rural nos anos 90, como as jornadas nacionais de luta, quando menciona que

Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil” (MATTEI, 2006, p. 14).

Sucessivamente, os GTB foram sendo organizados anualmente, e ajustando a pauta de negociações conforme os acordos estabelecidos entre os movimentos sociais e a conjuntura nacional.

Figura 3 – Cartaz do GTB do ano de 1998



Como exemplo, podemos mencionar o texto introdutório da pauta do quinto GTB, realizado no ano de 1998, com o lema “Reforma Agrária + Agricultura Familiar + Direitos Sociais = Emprego e Renda”, que anunciava:

As entidades representantes dos povos da terra promovem, pela quinta vez, o Grito da Terra Brasil. O objetivo desta ação é mobilizar e sensibilizar a sociedade brasileira para o conjunto dos problemas vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo, buscando o seu apoio às nossas propostas e a definição e implementação, pelo Governo Federal, de políticas concretas que possibilitem o desenvolvimento sustentável do meio rural.

[...] O Grito da Terra Brasil é mais um passo na luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras por condições dignas de vida e de trabalho, justiça social e democracia econômica para o conjunto da população brasileira. É um momento de protesto contra as políticas econômicas e sociais do Governo, de denúncia da violência e da impunidade no campo e de afirmação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável centrada no fortalecimento e expansão da agricultura em regime de economia familiar (CONTAG, 2021, p. 1).

Vemos que nesta edição, estão incorporadas dimensões importantes da realidade local dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como a renda, condições dignas de vida e trabalho, mas também as dimensões de contextos nacionais, como a conjuntura econômica e o tema da democracia. Também trazem no seu bojo o tema do desenvolvimento sustentável, que aparece pela primeira em um documento do GTB, desde a sua primeira edição, em 1994. Possivelmente, isto é decorrente das discussões iniciadas no MSTTR sobre o PADRSS, que tem como um dos elementos principais, o desenvolvimento sustentável no meio rural. Este tema passa a ser incorporado pouco a pouco nas discussões internas do MSTTR, a elaboração do PADRSS engatilha este movimento e as primeiras reflexões feitas na direção nacional da CONTAG começam a chegar nas dimensões estadual e local.

Tabela 1 – Tema, data e mandatário da República, durante os GTB realizados entre 1994 e 2016

Ano	Título do GTB	Data ou período de realização	Presidente (a) da República
1994	Contra a fome e a miséria, pelo emprego	9 de maio	Itamar Franco
1995	Por um país sem fome, sem violência e com trabalho	5 a 16 de junho	FHC
1996	Pela valorização da agricultura familiar, reforma agrária e emprego	1º de maio a 1º de junho	FHC
1997	Terra, agricultura familiar, emprego e salário digno	1º a 31 de maio	FHC

1998	Reforma Agrária + Agricultura Familiar + Direitos Sociais = Emprego e renda	23 de julho	FHC
1999	Desenvolvimento, Trabalho e Justiça Social		FHC
2000	25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta em defesa da vida		FHC
2001	Trabalhadores e trabalhadoras rurais avançando com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável		FHC
2002	Por um país democrático e igualitário, sem fome, sem violência		FHC
2003	Reforma Agrária, Agricultura Familiar Forte, Emprego e Salário, Saúde e Educação		Lula
2004	Grito da Terra Brasil 2004	17 a 21 de maio	Lula
2005	Quem grita tem o que falar: por uma vida digna no campo e na cidade	1 e 2 de junho	Lula
2006	Por renda e cidadania	6 a 18 de maio	Lula
2007	Grito da Terra Brasil 2007	21 a 25 de maio	Lula
2008	Desenvolvimento Sustentável com distribuição de renda e cidadania	12 a 16 de maio	Lula
2009	Reforma agrária, agricultura familiar, conservação ambiental - Por um Brasil Sustentável	25 a 29 de maio	Lula
2010	Reforma Agrária e Agricultura Familiar: bom pra você, melhor para o Brasil	10 a 14 de maio	Lula
2011	Por um Brasil Sustentável, sem fome e sem pobreza	17 e 18 de maio	Dilma
2012	Reforma Agrária: trabalho justo, produção de alimentos saudáveis e justiça no campo	29 e 30 de maio	Dilma
2013	Contag: 50 anos de luta por: Reforma Agrária, Sustentabilidade, Trabalho e Dignidade no Campo	21 e 22 de maio	Dilma
2014	Ano Internacional da Agricultura Familiar: terra, agroecologia e Soberania Alimentar	12 a 22 de maio	Dilma
2015	Desenvolvimento rural Sustentável com garantia de direitos e soberania alimentar	18 a 22 de maio	Dilma
2016	Democracia, terra, trabalho, alimentos saudáveis e garantia de direitos	16 a 20 de maio	Dilma

Fonte: Elaboração própria; Dados obtidos da página web da CONTAG

Seguindo nesta direção, o GTB de 1999 incorpora o tema do “desenvolvimento” já ao título desta edição, elevando assim, a perspectiva mais integral da pauta de reivindicações, articulando demandas concretas por políticas públicas, com as reflexões sobre o espaço rural e urbano, atividades econômicas, produtivas e a qualidade de vida.

No documento do GTB de 1999, é evidente este “chamado à sociedade” procurando contar com a adesão da população urbana aos temas que tocam o meio rural e também colocando o tema do desenvolvimento na sua perspectiva mais ampla, unindo as dimensões rurais e urbanas, com a seguinte mensagem:

Os diversos segmentos do campo se unem, através das suas entidades, para realizar o GRITO DA TERRA BRASIL/99, cujos objetivos centrais são: negociar com os governos federal e estaduais as legítimas reivindicações dos setores da agricultura brasileira e dar conhecimento a sociedade urbana da importância da agricultura como via para o desenvolvimento do País e como superação das dificuldades enfrentadas pelos homens e mulheres do meio rural (CONTAG, 1999, p. 1).

Figura 4 - Cartaz do GTB do ano de 1999.



Este documento também coloca ênfases no desenvolvimento sustentável e na elaboração e implementação de políticas públicas que tenham o ser humano como seu objetivo central. Assim, o documento menciona claramente em 8 aspectos, por onde este

desenvolvimento sustentável deveria ser realizado, abordando dimensões sociais, ambientais, produtivas, étnicas, culturais, entre outras, quando menciona:

As entidades que promovem o GRITO DA TERRA BRASIL/99 defendem que qualquer política econômica deva ter como centro e principal preocupação o ser humano, considerado em todos os seus aspectos. No setor rural, a elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável deve ser baseado nos seguintes pontos:

1. Realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária, que altere em definitivo a injusta estrutura agrária no campo brasileiro, integrando milhões de trabalhadores e trabalhadoras sem terra ao processo produtivo.
2. Fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar, assegurando os créditos e investimentos necessários para o pleno desenvolvimento de sua produção.

3. Projetos de desenvolvimento local, que privilegiem os moradores das pequenas e médias cidades, investindo nas atividades rurais não agrícolas, como pequenas agroindústrias, ecoturismo, etc.
4. Preservação da meio-ambiente.
5. Respeito à diversidade étnica e cultural existente no campo brasileiro, assegurando a todas plenas condições para sua manutenção e desenvolvimento.
6. Acesso a políticas sociais básicas, como saúde, educação, previdência e assistência social, lazer, cultura, etc.
7. Respeito às questões de gênero e de geração.
8. Respeito e cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais dos assalariados e assalariadas rurais (CONTAG, 1999, p. 1).

O GTB do ano de 2002 foi o último realizado na gestão do então Presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁹. Sob o lema “**Por um país democrático e igualitário, sem fome, sem violência**”, os trabalhadores e trabalhadoras rurais marcharam em Brasília reivindicando políticas públicas e direitos sociais, organizando uma pauta com 18 páginas contendo a diversidade de temas e aspectos reclamados ou denunciados pelo MSTTR. A pauta de reivindicações estava assim organizada:

1. Políticas de Reforma Agrária e Meio Ambiente
2. Política Agrícola
3. Assalariados e Assalariadas Rurais
4. Políticas Sociais
5. Combate à Violência e Impunidade no Campo
6. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONTAG, 2021)

O GTB de 2003 é o primeiro organizado no Governo do Ex-Presidente Lula²⁰. Havia uma enorme expectativa em relação a este Governo (como veremos e discutiremos neste documento) no que diz respeito ao procedimento de negociação e diálogo em torno das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim como, a concretização dos acordos estabelecidos em políticas públicas. Sob o lema “**Reforma Agrária, Agricultura Família Forte, Emprego e Salário, Saúde e Educação**”, o GTB entregou ao Governo uma pauta contendo **31 páginas**, estruturada da seguinte maneira:

¹⁹ <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/node/620768>>

²⁰ <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-04-09/lula-recebe-pauta-de-reivindicacoes-do-grito-da-terra>>

1. Reforma Agrária
2. Política Agrícola
3. Assalariados e Assalariadas Rurais
4. Políticas Sociais
5. Combate à Violência e Impunidade no Campo
6. Meio Ambiente (CONTAG, 2021)

Apesar da estrutura desta pauta de reivindicações não ser muito diferente da pauta entregue em 2002, o que se percebe claramente é a ampliação na quantidade de reivindicações em cada tema, com um detalhamento muito maior em termos de necessidades, com a focalização mais precisa em termos de públicos, com demandas mais evidentes para as mulheres, a juventude rural e os aposentados rurais, além de colocar mais ênfases a temas regionais do Norte e do Nordeste brasileiros e cobrar a reestruturação ou a criação de órgãos do Estado responsáveis por medidas e políticas relacionadas ao público do GTB.

A expectativa mencionada anteriormente e o avanço nas políticas públicas para o meio rural ocorridas já em 2003 e com outras medidas importantes anunciadas em 2004, não impediram que o GTB novamente colocasse a necessidade de “gritar” para dar mais visibilidade às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil. Sob o lema **“Quem grita tem o que falar: por uma vida digna no campo e na cidade”**, o GTB entregou ao governo uma pauta de **39 páginas**, contendo 326 reivindicações, a maior e mais completa pauta entregue até então, desde a edição de 1994.

Os GTB's foram seguidos ano após ano e em todos os anos no Governo do Presidente Lula houve uma audiência presidencial para o recebimento da pauta de reivindicações, algo que não foi comum na história dos Gritos.

Em 2010, o último GTB realizado durante os mandatos do Ex-Presidente Lula, a pauta entregue ao governo continha 213 itens, distribuídos em um documento com **19 páginas**, chamando a atenção para um aspecto em particular: **a consolidação das**

Figura 5 - Cartaz do GTB do ano de 2010.



conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não restavam dúvidas sobre os avanços conquistados, ano após ano, nas políticas públicas e a redução do número de itens da pauta poderia atestar isto de alguma maneira.

Porém um fator político de alta relevância estava influenciando o MSTTR neste momento: as eleições presidenciais e o risco de uma mudança na linha política do Governo Federal. Deste fator vem a demanda por “consolidar as conquistas”, em um sentido de transformar todas as políticas públicas conquistadas para o meio rural em uma legislação incluída na Constituição Federal, uma nítida semelhança com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. O Governo Federal, ainda em 2009, dá os primeiros passos para isto e inicia a redação de um documento denominado de Consolidação das Leis Sociais – CLS²¹. No entanto, o processo político eleitoral avança com muitas incertezas, não apenas no que dizia respeito à eleição do Presidente da República, mas também em relação ao novo Congresso Nacional que também seria eleito em 2010. O ex-Presidente Lula abre mão de tal medida e efetivamente não apresentou nenhum documento neste sentido²².

Já em 2011, o primeiro GTB realizado durante os mandatos da Ex-Presidenta Dilma Rousseff, sob o lema **“Por um Brasil Sustentável, sem fome e sem pobreza”**, vemos uma pauta estruturada de uma maneira completamente diferente das edições anteriores do GTB. Uma profunda menção aos temas da pobreza e da desigualdade, nominando como “pautas específicas” aquilo que anteriormente eram os temas

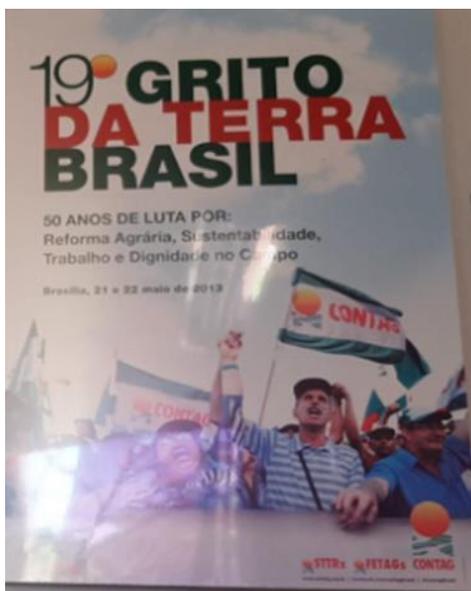
²¹<<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-acelera-a-consolidacao-de-leis-sociais,466992>>
<<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/2032929/governo-envia-ao-congresso-em-fevereiro-proposta-da-consolidacao-das-leis-sociais>>

²² <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2010/11/28/interna_politica,225167/lula-abre-mao-de-consolidar-leis-sociais.shtml>
<[https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?>](https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?)
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/08/781876-lula-desiste-de-consolidacao-das-leis-sociais-por-causa-da-eleicao.shtml>>

“tradicionais” que iniciavam as pautas, como a reforma agrária ou a política agrícola. A pauta estava assim estruturada:

- I. Ações Emergenciais de Combate à Pobreza Rural
- II. Combate à Desigualdade de Gênero e Geração
- III. Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental
- IV. Participação e Controle Social e Organização Sindical
- V. Orçamento Público Federal
- VI. Pautas Específicas
 - a. Reforma Agrária
 - b. Política Agrícola
 - c. Assalariados E Assalariadas Rurais
 - d. Políticas Sociais
 - e. Terceira Idade
 - f. Mulheres Trabalhadoras Rurais
 - g. Organização Sindical
 - h. Relações Internacionais (CONTAG, 2021)

Figura 6- Cartaz do GTB do ano de 2013



Em 2013, o 19º GTB que vem com a comemoração dos 50 anos da CONTAG, marcando um posicionamento crítico quanto ao favorecimento por parte do Estado ao agronegócio exportador, pela necessidade de “consolidar” as políticas públicas já conquistadas para o meio rural e com uma forte expressão aos sistemas sustentáveis de produção e políticas públicas para isto, como a política de financiamento rural para práticas de agricultura orgânica e agroecológicas, por exemplo. Outro aspecto que chama a atenção é o chamado para a negociação e para que o Governo enfrente efetivamente a fome e a pobreza no campo. Assim, a

pauta apresentada à Presidenta Dilma Rousseff, marca estes posicionamentos da seguinte maneira:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, no ano em que celebra 50 anos de sua constituição apresenta, a Vossa Excelência, a pauta do 19º Grito da Terra Brasil, construída pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-MSTTR. O 19º Grito da Terra Brasil expressa as principais demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que precisam ser urgentemente atendidas pelo governo federal. Para tanto, requeremos a abertura de negociações sobre todos os pontos da pauta com as áreas do vosso governo.

Reafirmamos ser imprescindível e urgente o redirecionamento no tratamento das políticas destinadas ao campo brasileiro, considerando que não haverá consolidação do desenvolvimento sustentável e nem combate à miséria se não forem enfrentadas as questões que estruturam o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio e no latifúndio, na concentração de terra, renda e poder, nas desigualdades e na degradação ambiental.

O desenvolvimento rural sustentável e o fim da fome e da miséria no campo se darão com a democratização da terra e do território com ações de reforma agrária; a conservação ambiental, o fortalecimento da agricultura familiar que é garantidora da soberania alimentar e da geração de postos de trabalho e de renda; com a garantia de direito ao trabalho e emprego dignos e com políticas públicas e fomento à organização que permitam a afirmação da cidadania e do fim das desigualdades. Na presente pauta, o MSTTR mantém a defesa intransigente da ampliação e do fortalecimento da reforma agrária; no aprimoramento do PRONAF e dos demais instrumentos que respondam às demandas da agricultura familiar e assegurem a soberania e segurança alimentar, renda e permanência das famílias no campo com dignidade e cidadania; nas ações que assegurem a convivência com o semiárido a partir da construção de uma Política Nacional; na efetiva aplicação da Política Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais; na organização sindical; na Política de Proteção Social; na implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; na proteção ambiental e no debate sobre os critérios de implantação de grandes projetos de infraestrutura, dentre outras políticas públicas essenciais à qualidade de vida e trabalho para os milhares de homens e mulheres do campo, das florestas e das águas.

Portanto, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais espera, neste Grito Terra Brasil, conquistas efetivas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que constroem o desenvolvimento rural sustentável e solidário (CONTAG, 2021).

Foto 1 – Entrega da pauta do GTB de 2013 à Presidenta da República Dilma Rousseff.



A pauta foi entregue²³ à Ex-Presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de abril de 2013, acompanhada de vários ministros e outras autoridades, marcando assim o início das negociações entre a CONTAG e o Governo Federal.

²³ <<https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/noticias/noticias-em-acervo/2013/04/24-04-2013-dilma-rousseff-se-reune-com-representantes-do-19o-grito-da-terra-brasil>>

Por fim, o 22º GTB de 2016 foi realizado no ano de 2016, no contexto da crise política e institucional que levou ao golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff e também foi o último a ser realizado. Com uma pauta enxuta de apenas 12 páginas, tocando a pontos centrais e colocando ênfases ao ambiente político daquele momento, o 22º GTB faz um apelo para a governabilidade e a preservação da democracia, quando menciona:

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) reconhece o cenário de profunda crise política e econômica em que as instituições de Estado e a nossa democracia estão ameaçadas. Deseja que os poderes de Estado e as organizações da sociedade civil encontrem alternativas que permitam estabelecer um pacto pela governabilidade do Brasil, preservando e fortalecendo as instituições públicas, a democracia e os direitos constitucionais (CONTAG, 2021).

Sabemos como se encerrou este ciclo político no Brasil. Esta tese focaliza sua reflexão e análise justamente entre o período de 2003 e 2016, por entender que neste período, as condições estabelecidas para os avanços nas conquistas sociais foram as melhores já vistas na história brasileira. Não é uma coincidência que este GTB foi o último a ser realizado. Os governos que sucederam à Ex-Presidenta Dilma Rousseff não ofereceram ou demonstraram nenhuma disposição para dialogar.

Desde então, os retrocessos nas políticas públicas para o campo, o recrudescimento da violência, a volta da fome e da pobreza a níveis históricos que já haviam sido superados, e mais recentemente, os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre a população, marcam o ambiente político completamente desfavorável para as populações rurais, em especial atenção aos mais vulneráveis, como as populações indígenas e de afro descendentes, quando o próprio Estado se posiciona como seu inimigo cotidiano, e os trabalhadores e trabalhadoras rurais, pelas recentes alterações nas leis trabalhistas que levam a perdas de direitos.

2.2 A Marcha das Margaridas

A segunda iniciativa que vamos descrever e analisar é a das mulheres trabalhadoras rurais na organização das Marchas das Margaridas, uma das mais importantes manifestações sociais e políticas atualmente no Brasil. A Marcha das Margaridas reflete a luta histórica das mulheres do campo por seus direitos, reconhecimento e visibilidade, em busca de políticas públicas, de representação política

e sindical e de emancipação para reverter este cenário de desigualdades e opressão. Tudo o que mencionamos até aqui neste trabalho sobre o **drama social** no meio rural brasileiro, pode ser compreendido de forma ainda mais intensa quando relacionado às mulheres trabalhadoras rurais.

Podemos começar esta descrição colocando ênfases na afirmação das próprias mulheres sobre como elas se reconhecem neste processo, a partir de um texto retirado de um dos seus manifestos.

“Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedadeiras, geraizeiras, e tantas outras, negras na grande maioria. Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios, que por sua vez abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar! Produzimos alimentos saudáveis para as nossas cidades e para a nossa população, garantindo a soberania alimentar e a preservação das nossas sementes crioulas, dos nossos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade!” (CONTAG, 2021, p.4).

A Marcha das Margaridas representa um coletivo de organizações sociais²⁴ e nasce com a marca da revolta, da indignação promovida pela violência contra a mulher e contra as lideranças dos movimentos sociais rurais. Esta violência histórica exercida pelo latifúndio e pelos detentores do poder no meio rural, oligarcas protegidos pelo aparato do Estado, que mata, mutila e escraviza milhares de brasileiros e brasileiras todos os anos no Brasil.

O nome escolhido para esta Marcha faz uma homenagem à trabalhadora rural Margarida Maria Alves, assassinada a mando de latifundiários e usineiros do "Grupo da

²⁴ Fazem parte do coletivo de movimentos e organizações sindicais e sociais que compõem a Coordenação política que organiza a Marcha das Margaridas: Movimento Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (CONTAG, Federações e Sindicatos), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial das Mulheres(MMM), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), União Brasileira de Mulheres(UBM), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Coordenação das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) (CONTAG, 2021, p.4).

Várzea", em 12 de agosto de 1983, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba, na porta de sua casa, diante do marido e do filho. Margarida era, desde 1973, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Sua atuação em defesa dos trabalhadores oprimidos incomodava os poderosos beneficiados com a estrutura do latifúndio. (TRASFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.1.).

No período em que esteve à frente do Sindicato, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e donos de engenho nesta região da Paraíba e com uma grande maioria destas ações com pareceres favoráveis aos trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Isto gerou a revolta e a ira dos latifundiários, que decidiram pela sua execução. Desde então, Margarida se tornou uma referência de luta para os movimentos sociais do campo, especialmente para as mulheres rurais (SILVA, 2008).

A designação da Marcha com o nome de Margarida foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdade nas quais vivem as trabalhadoras rurais no Brasil, denunciando a violência, a fome e a pobreza, na qual estão condenadas milhares de mulheres no campo.

A Marcha das Margaridas surge nos anos 2000, propondo um formato organizativo e a formulação de uma estratégia de ação coletiva própria, para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando, assim, uma grande força mobilizatória. E marchando, as mulheres do campo, das florestas e das águas como se denominam, adentram o espaço público, reivindicam sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas pautam novas questões, e amplia, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais. (Aguiar, 2015, p. 86 e 87)

Foram realizadas 6 Marchas das Margaridas desde a realização da primeira, em agosto de 2000. A tabela abaixo traz o ano, o lema de cada uma e o número estimado de participantes das Marchas realizadas até este momento. Convém informar que todas as Marchas foram realizadas em Brasília – DF

Tabela 2: ano, lema e número de participantes de cada Marcha das Margaridas realizadas em Brasília - DF

Ano de realização	Lema da Marcha	Número de Participantes
2000	2000 Razões Para Marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista	20.000
2003	2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista	40.000

2007	2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista	50.000
2011	Margaridas na luta por Desenvolvimento Sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade	70.000
2015	Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade	100.000
2019	Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência	100.000

Fonte: Elaboração própria; Dados obtidos da página web da CONTAG

A primeira Marcha das Margaridas foi realizada no ano de 2000, em Brasília. Sob o lema “2000 Razões Para Marchar: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, reunindo mais de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, que marchavam

“denunciando o modelo de desenvolvimento excludente; que condiciona as trabalhadoras rurais a uma vida de empobrecimento, discriminação, violência e exclusão social. Estamos marchando, sobretudo, para reivindicar políticas de desenvolvimento rural que atendam às nossas necessidades específicas, respeitem nossos direitos e promovam a igualdade entre mulheres e homens no campo. Estamos marchando para fortalecer a construção e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável que se baseia nos princípios da justiça, participação social, igualdade, preservação ambiental e respeito à diversidade (TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.2).

Figura 7 – cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2000



Esta Marcha foi realizada durante o Governo do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a pauta apresentada vem precedida por um manifesto político com uma crítica contundente sobre o modelo de desenvolvimento econômico e do desenvolvimento rural em marcha no Brasil, a ausência ou a insuficiência de políticas públicas desenhadas para atender

às necessidades específicas das mulheres na saúde, na educação e na previdência social, as condições de desigualdade impostas às mulheres e uma denúncia contra todas as formas de violência existentes contra elas, quando menciona que

O processo de globalização da economia, modernização tecnológica e implementação do neoliberalismo tem provocado diferentes impactos nas

sociedades capitalistas, inclusive o Brasil. Sua principal marca é o crescimento assustador dos níveis de desemprego, miséria e exclusão social de grande parte da população mundial; além do feroz avanço das potências econômicas sobre os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Este modelo de desenvolvimento neoliberal é excludente porque compromete a soberania dos Estados Nacionais e fere o direito à autodeterminação dos povos. Ele responde aos interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

A opção política e econômica do Governo Brasileiro pelo neoliberalismo tem acelerado ainda mais a exclusão social no país. Os programas e projetos de ajuste estrutural que estão sendo implantados no Brasil tem como principal meta credenciar o país na disputa pelo capital estrangeiro e o mercado internacional, em detrimento de investir nas áreas sociais.

O Modelo de Desenvolvimento implantado no campo ainda hoje se sustenta através da concentração de terras, da exploração inadequada dos recursos naturais, da exploração da mão-de-obra e discriminação contra as mulheres.

A política agrária do Governo FHC²⁵, denominada “Novo Mundo Rural”, na prática, anula conquistas sociais inseridas na Constituição Federal e no Estatuto da Terra, como o cumprimento da função social da propriedade e o instituto de desapropriação das terras improdutivas, substituindo-a pelo mecanismo de venda de terra à preço de mercado.

Foram reduzidos os recursos previstos para apoiar inicialmente a instalação de infraestrutura nos assentamentos. Hoje há escassos recursos para a construção de estradas, instalação de energia elétrica e abastecimento d’água.

A política neoliberal deste Governo, também vem causando impactos desastrosos na agricultura familiar. Houve queda do emprego no campo.

O Governo Brasileiro ainda não assumiu o compromisso de elaborar e implementar uma política de Segurança Alimentar. A maioria dos alimentos são produzidos com uma grande quantidade de adubos químicos, agrotóxicos, antibióticos e hormônios.

Apesar deste modelo insustentável e excludente, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais garantiu a conquista de programas de crédito para fomento da agricultura familiar, como o PRONAF, chegando a 1/3 da produção de alimentos no Brasil.

De todo o público beneficiado pelo PRONAF, 88% são homens chefes-de-família e apenas 7% são mulheres. Estes dados revelam mais uma vez que os critérios de acesso ao crédito, acabam privilegiando o homem chefe de família e impedindo, discriminando e excluindo as mulheres.

Milhares de pedido de salário maternidade continuam sendo negados às seguradas especiais pelos Postos de INSS.

No campo, os programas sociais como saúde, educação, habitação e lazer não atendem às necessidades da população, em especial das mulheres. Na maioria dos municípios, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) não foi efetivado.

Embora as mulheres jovens tenham mais acesso à escola e seja até mais escolarizadas que os homens; o índice de analfabetismo entre as mulheres mais velhas e negras é mais alto.

Os altos índices de prostituição, de abuso sexual de crianças e adolescentes e de esterilização massiva das mulheres denunciam, ainda, algumas formas de violência sexista que sofrem as trabalhadoras rurais.

Como estratégia de enfrentar a fome, pobreza e violência no meio rural, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com setores da sociedade civil, tem construído e implementado um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 2-17).

²⁵ FHC – Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso

Ao final do manifesto, percebe-se a vinculação deste processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais com a elaboração do PADRSS, unindo desta maneira um processo de reflexão e elaboração liderados pela ENFOC com uma ação de mobilização e de massas.

Cabe salientar que neste período, as mulheres ainda não tinham o espaço político devidamente consolidado dentro do movimento sindical, mesmo com os avanços obtidos

Figura 8 – Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2003



nos Congressos Nacionais da Contag. Foram muitos anos de luta e organização para conquistarem o espaço e a representatividade necessária dentro da estrutura sindical e isso se deu paulatinamente, até que no VII Congresso Nacional da CONTAG, em 1998, foi aprovado a cota de 30% de mulheres nas instâncias do movimento sindical e em 2003, finalmente, foi decidido pela paridade de gênero em todas as instâncias organizativas do movimento.

A segunda Marcha das Margaridas foi realizada em 2003. Foram 40 mil mulheres marchando sob o lema “2003 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, que afirmavam que esta Marcha “vem lutar por mudanças estruturais que combatam a fome, pobreza e violência, das quais as mulheres são as maiores vítimas”. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.3).

Na construção desta pauta, percebe-se claramente a perspectiva educativa do processo de mobilização que antecede a Marcha, quando no documento está descrito este processo da seguinte maneira

A construção dessa pauta mobilizou comunidades e municípios de todos os estados brasileiros, foram reuniões e rodas de conversa sobre os temas: terra, água, salário digno, saúde e a violência sexista. Estimulando o empoderamento de mais de 1 milhão de mulheres de todas as idades, cores e saberes, que participam do processo político-educativo e organizativo de construção desta pauta. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.3).

Esta foi a primeira Marcha realizada no Governo do Ex-Presidente Lula, com uma expectativa enorme por parte das mulheres em receber a atenção devida pelo Governo e também para obterem conquistas efetivas para as suas reivindicações.

Esperamos que o Governo Brasileiro, eleito e respaldado pela maioria do povo brasileiro, assumira compromissos com esta nossa luta. O Estado tem a responsabilidade de resgatar a dívida social para com as mulheres e inserir o campo na perspectiva dos processos sustentáveis de desenvolvimento, de maneira a superar todas as formas de injustiça, desigualdade, discriminação e todas as formas de violência. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.5).

A pauta com 140 itens distribuídos pelos mais diversos temas, cobrava do governo federal medidas concretas para a enfrentar a desigualdade no meio rural e também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para conquistarem sua independência, principalmente a financeira, como podemos ver:

As mulheres são a maioria dos que ganham salário mínimo. Por isso, o aumento do mínimo também pode ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza das mulheres. A valorização do salário mínimo representa ganhos concretos para as mulheres, representando melhoria nas condições de vida e maior independência financeira, social e pessoal e a elevação de sua auto-estima (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.18).

A Marcha também enfrenta as resistências que existem dentro do próprio movimento sindical e o processo de preparação para a Marcha é um exercício fundamental para a conquista de direitos dentro da estrutura do movimento. Se por um lado a Marcha visa apresentar e negociar com o Governo Federal os temas mais relevantes para a vida e dignidade das mulheres no campo, por outro lado, a Marcha procura romper com as resistências dentro da própria organização sindical, tocando em temas fundamentais como autonomia, conforme está no documento elaborado pelas mulheres.

As Comissões de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG romperam as fronteiras machistas do mundo sindical, e fizeram o debate político de questões como autonomia do corpo, sexualidade, planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e aborto (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.21).

E um outro tema fundamental para a autonomia e a independência das mulheres foi abordado contundentemente pela Marcha, quando reivindica os direitos igualitários entre homens e mulheres em vários temas (financiamento rural e assistência técnica, por

exemplo), mas em especial ao tema da propriedade da terra, quando denuncia que as mulheres raras vezes têm direito de registrar uma propriedade no seu nome, ou que elas sejam priorizadas nos processos de reforma agrária, além de outras reivindicações que permitam a permanência das mulheres nos locais aonde vivem, conforme denunciado na pauta, em vários itens presentes no capítulo “A Reforma Agrária como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável”.

As desigualdades baseadas no sexo, idade, raça e etnia confirmam que o campo esconde uma profunda desigualdade de relação entre mulheres e homens e uma estrutura patriarcal bastante opressiva. Demonstra também que as ações de reforma agrária e de fomento à agricultura familiar tiveram pouca influência na superação dessas desigualdades. No Brasil, de 1964 a 1996 nas ações de distribuição da terra, apenas 12,6% da documentação foi emitida em nome das mulheres.

5. Readequar o SIPRA (Sistema de Informações nos processos de Reforma Agrária) para o fornecimento de informações precisas sobre titulação conjunta, considerando situações conjugais, mulheres chefes de famílias e mulheres solteiras.

6. Realizar o cadastramento, os contratos e as titulações (definitivas ou de concessão de uso), obrigatoriamente, em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal.

7. Revisão dos cadastros, contratos e títulos emitidos anteriormente em nome exclusivo dos homens, para que seja feita a retificação para titulação conjunta.

8. Capacitar funcionários (as) responsáveis pelas operações de cadastramento, registro ou titulação de beneficiários, em relações humanas e relações de gênero, para que orientem sobre a documentação em nome do homem e da mulher.

9. Garantir agilidade nos processos de obtenção de terras e de implantação de assentamentos de reforma agrária, de populações ribeirinhas, extrativistas, remanescentes de quilombos.

10. Priorizar o assentamento das mulheres chefes de família, seja nas áreas de reforma agrária, de populações ribeirinhas, de extrativistas, remanescentes de quilombos.

13. Ampliar o Programa de Crédito Fundiário para todo o país enquanto política pública, e estimular a participação e titulação das mulheres e jovens nas ações do Programa, com tratamento diferenciado.

14. Realizar campanhas sobre a importância do associativismo e cooperativismo, estimulando a participação de mulheres e jovens.

15. Desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao PRONAF e aos Fundos Constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras.

25. Priorizar as mulheres, o direito de permanecer na parcela ou no assentamento, nos casos de separação conjugal.

26. Assegurar que as mulheres que tenham deixado as parcelas durante os processos de separação possam ser beneficiárias em outros projetos de assentamento. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 6 a 10).

Seguindo no decurso da história, vem em 2007 a terceira Marcha das Margaridas, realizada durante o segundo mandato do ex-Presidente Lula.

Figura 9 – Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2007



Mais de 50.000 mulheres marcharam sobre o lema “2007 Razões Para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, apresenta-se

“com temário e pauta, atualizados em função da conjuntura e cenário econômico e político da sociedade brasileira. Com essa iniciativa as mulheres trabalhadoras rurais assumem posicionamentos contundentes no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a construção de um Brasil verdadeiramente soberano, justo e solidário, com garantia dos direitos e cidadania plena das mulheres do campo e da floresta, de todas as raças e etnias, gerações e faixas etárias.” (TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.1).

As mulheres marcharam reconhecendo os avanços obtidos durante o primeiro mandato do governo do ex-Presidente Lula, mas está nítida a necessidade de seguir avançando, quando escrevem na pauta de negociações que

A Marcha das Margaridas 2007 reconhece os esforços do Governo Lula para superar as desigualdades sociais, com iniciativas para distribuição de renda e inclusão social, porém ainda insuficientes diante da realidade das mulheres trabalhadoras rurais (TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.2).

Os **dramas sociais** que foram mencionados neste documento estão presentes na pauta da Marcha das Margaridas, o que revela que os problemas seguem existindo, e que o governo federal, mesmo com várias medidas implementadas para enfrentá-los e o reconhecimento pelas mulheres sobre alguns avanços obtidos, ainda se faz necessário visibilizá-los e colocá-los como uma prioridade. Por isto, na pauta da Marcha de 2007, o

tema da fome, da pobreza e da violência seguem presentes e associados ao tema da terra, como elementos fundamentais para a igualdade e a melhoria das condições de vida das mulheres no campo:

A realização de uma Reforma Agrária ampla e massiva é para a Marcha das Margaridas uma condição primeira para mudar a realidade econômica e social das trabalhadoras e trabalhadores, no campo e na cidade, para vencer a fome, a pobreza e a violência e construir um país justo, soberano, democrático e sustentável (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 2).

Várias reivindicações que estavam na pauta da Marcha de 2003 relativamente ao direito à titulação conjunta da propriedade rural, alterações cadastrais e outras medidas normativas que permitissem a igualdade nas relações entre homens e mulheres no acesso à terra foram superadas neste período e já não constam mais na pauta de 2007.

Como exemplo, podemos mencionar a Portaria INCRA nº 981 de 02/10/2003²⁶, publicada poucas semanas depois da Marcha de 2003, que obriga a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para o homem e para a mulher, conforme descrito no seu artigo 1º:

Art. 1º O art. 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á:

I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira;

II - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro;

III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de:

a) casamento; e

b) união estável.

§ 1º O casamento se provará pela respectiva certidão.

§ 2º A união estável será declarada no momento da seleção.

§ 3º Não havendo, ainda, outorga de título, em caso de alteração das situações estabelecidas no inciso III, alíneas a e b, será priorizada a titulação em favor da mulher, cujos filhos estejam sob sua guarda.

Foram avanços importantes, mas as mulheres buscavam ampliar os direitos e conquistas na Marcha de 2007, agregando outros elementos relativos à sua autonomia e

²⁶ <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>>

independência e que enfrentassem o drama da fome, da pobreza e da violência, apresentando uma pauta com 107 demandas e reivindicações, tais como:

8. Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, visando universalizar o acesso das trabalhadoras assentadas, agricultoras familiares, extrativistas, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assalariadas à documentação civil e trabalhista.

10. Garantir as ações educativas no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural em todos os assentamentos, reservas extrativistas e acampamentos com programação e metodologia definidas com a participação das mulheres trabalhadoras rurais.

11. Estabelecer um processo crescente para que o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural seja consolidado em uma política pública permanente, estendida a todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

12. Inserir nos Programas de implantação e desenvolvimento dos assentamentos ações voltadas à prevenção e ao combate à violência sexista.

35. Reconhecer e divulgar amplamente os conhecimentos e atuação das mulheres agricultoras e em especial das populações tradicionais, ribeirinhas e povos indígenas na defesa da terra, água, recursos genéticos e biodiversidade, essenciais para a segurança alimentar e nutricional.

48. Incluir a discussão das relações sociais de gênero como tema obrigatório das ações programáticas do PRONATER 2007/2008 e no Programa de ATES de modo a reconhecer e estimular o protagonismo das mulheres na produção e gestão da unidade de produção familiar²⁷.

49. Estabelecer a participação mínima de 30% de mulheres como público das atividades de formação previstas nas ações programáticas do PRONATER 2007/2008 e no Programa de ATES.

50. Incluir na ação programática do PRONATER 2007/2008 – Apoio à transição agroecológica – cursos para grupos de mulheres agricultoras.

53. Realizar um estudo direcionado à avaliação da evolução e eficiência no acesso e utilização do crédito do Pronaf pelas mulheres agricultoras e o impacto do mesmo na melhoria de vida das famílias do campo.

54. Garantir a manutenção da modalidade do crédito Pronaf Mulher no processo de simplificação e desburocratização do Programa.

64. Realizar campanha nacional para divulgação do direito à creche e educação básica em período integral para os filhos e filhas das assalariadas e assalariados rurais.

90. Promover campanhas educativas permanentes, voltadas especificamente para as mulheres rurais, sobre gravidez na adolescência, prevenção das DST's e AIDS, prevenção de câncer, estímulo ao uso de preservativos, etc.

107. Realizar Campanha Nacional de Combate a Violência, com ênfase na prevenção e construção de mecanismos de fortalecimento da autonomia das mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e adoção de diversas estratégias para a sensibilização e comprometimento dos diversos setores da sociedade, levando em consideração as especificidades das crianças, jovens, mulheres

²⁷ Veremos no decurso deste trabalho como os movimentos sociais do campo enfatizam a importância da política de assistência técnica e da extensão rural para o seu desenvolvimento econômico e produtivo.

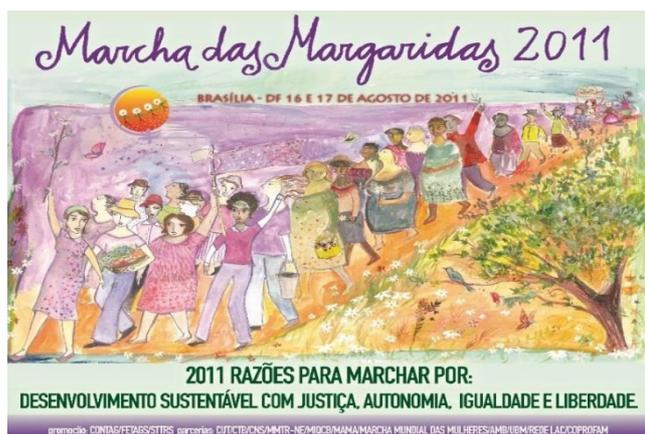
negras e mulheres rurais. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 4 a 17).

Já na sua quarta edição em 2011, 70.000 mulheres marcharam sobre o lema “Margaridas na luta por Desenvolvimento Sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Foi a primeira Marcha das Margaridas realizadas no mandato da Ex-Presidenta Dilma Rousseff.

A Marcha foi realizada partindo

da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e violência predominam entre as trabalhadoras do campo e da floresta. E para reverter essa situação se faz necessário e urgente um conjunto de ações e medidas estruturantes que componham, articuladamente, um projeto de desenvolvimento que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e em seu protagonismo econômico, político, social e cultural (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 7).

Figura 10 – Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2011



Fonte: CONTAG

No capítulo de apresentação da pauta de reivindicações, as mulheres descrevem o quanto o processo de preparação e de discussão realizado em milhares de reuniões pelo país é importante, e destaca o crescimento político da Marcha e a maior visibilidade das mulheres, mencionando também o caráter de formação que este processo proporciona a elas:

Estamos em pleno processo de construção da Marcha das Margaridas 2011 e podemos sentir e perceber a cada momento, em cada atividade de preparação nos estados e regiões, nos debates da coordenação ampliada, o quanto crescemos politicamente nestes anos. É verdade que vamos realizar a 4ª Marcha, e completamos neste ano 10 anos de Marcha das Margaridas. Percorrendo nossos documentos, o que acumulamos nestes anos, nossas conquistas, novos e antigos desafios, podemos constatar que, de fato, fazemos história neste país. Rompemos com a invisibilidade que nos foi imposta durante tantos anos de nossas vidas e às gerações que nos antecederam, para

fazermos presentes nos espaços políticos, dizer a que viemos, o que queremos e incidirmos nos rumos econômicos, sociais e ambientais do nosso país, com igualdade para as mulheres. O processo de construção da Marcha das Margaridas 2011 teve início com um amplo debate realizado durante o Seminário Nacional da Marcha das Margaridas, em novembro de 2010, que contou com a participação de companheiras de todo o país, do conjunto de organizações parceiras e entidades colaboradoras. Após o seminário realizamos várias reuniões nas quais definimos nosso lema, a plataforma política da Marcha das Margaridas 2011 e desenhamos este caderno. Elaborado pela Contag, com a contribuição de várias pessoas que integram organizações parceiras e entidades colaboradoras da Marcha das Margaridas, apresenta um conjunto de questões organizadas por eixo temático, para ser objeto de estudo e reflexão. Certamente, a partir deste processo, responsável pelo caráter formativo e propositivo da Marcha, avançaremos no exercício crítico sobre a nossa realidade, nossos problemas e o que nos desafia. Assim, reuniremos as condições necessárias para realizarmos as interlocuções com a sociedade e o Estado na perspectiva de darmos concretude ao nosso lema no cotidiano e na vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 5 e 6).

Novamente, o documento aponta que ocorreram avanços nas políticas implementadas nos governos do Ex-Presidente Lula, mas a luta não pode parar, porque a desigualdade, a violência e tantos outros tipos de discriminação e preconceitos contra as mulheres seguem existindo, principalmente para as mulheres negras e pobres, e também as resistências a serem enfrentadas dentro do próprio Estado, conforme descrito assim

A Marcha das Margaridas 2011 está em processo de construção e revela um crescente amadurecimento político, de caráter feminista, ao abraçar os desafios que a conjuntura atual apresenta para todas as mulheres trabalhadoras do país. É necessário desafiar os padrões tradicionais que se reproduzem na sociedade brasileira, de modo a qualificar e ampliar a agenda das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em toda a sua diversidade, cultural, étnica, racial e geracional. Na arena política está, por um lado, a sociedade representada pela cultura tradicional com toda sua carga de discriminação e preconceito contra as mulheres, o que se agrava ao tratar-se das mulheres negras e mais pobres. Por outro, o Estado, que compreende os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que reproduzem cada qual, segundo suas atribuições, a exclusão e discriminação às mulheres. Certamente podemos dizer que avançamos, mas não a ponto de rompermos com os padrões hegemônicos e conquistarmos uma nova cultura em nosso país, na qual as mulheres sejam reconhecidas e respeitadas e possam usufruir da autonomia, igualdade e liberdade. Uma sociedade sem violência, um Brasil justo e verdadeiramente democrático. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 8).

A pauta de reivindicações também vem muito mais robusta que as edições anteriores. Há uma ampliação de temas mencionados, avançando para temáticas ambientais, trabalhistas, de saúde e de educação, previdenciários e por políticas públicas para o maior empoderamento das mulheres, distribuídos em 191 itens.

Possivelmente este fenômeno está associado ao fato de uma mulher ocupar a Presidência da República pela primeira vez, o que parece ampliar as expectativas em torno da negociação da pauta apresentada, mas também pela importante aliança que se estabelece pela defesa do mandato da ex-Presidenta Dilma Rousseff, agregando à pauta, um capítulo sobre os “Desafios para a realização da Democracia, Poder e Participação Política das Mulheres do Campo e da Floresta” e neste capítulo, de onde podemos destacar a seguinte mensagem:

Manutenção e aprimoramento da capacidade crítica e de autonomia frente ao governo, com triplo movimento: não baixar a guarda, lutar pela democracia e pelo desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade para as mulheres, e saber defender a presidenta Dilma cada vez que ela for atacada como mulher. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 51).

Um dos grandes desafios desta Marcha e que também está presente nas edições anteriores, segue sendo a busca pela visibilidade e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres, além de seguir denunciando a pobreza que se faz presente nas mulheres mais que nos homens, conforme mencionado na pauta entregue ao Governo:

Um dos grandes desafios políticos da MARCHA DAS MARGARIDAS 2011 é dar visibilidade ao rural em toda a sua diversidade e aos sujeitos políticos que protagonizam a sua dinâmica social, econômica, política e cultural, especialmente as trabalhadoras do campo e da floresta. A visibilidade que se quer dar deve resultar em políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização. As trabalhadoras do campo e da floresta querem vencer a pobreza e conquistar desenvolvimento com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 10).

E novamente fica clara a relação existente entre o PADRSS, coordenado pela ENFOC, e a mobilização social das mulheres trabalhadoras rurais. Importante ainda constatar que isto está presente também nas pautas de outras Marchas (como o Grito da Terra Brasil), demonstrando o caráter estratégico deste Projeto com as mobilizações sociais:

A Marcha das Margaridas defende o desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar, como estratégia para romper com a atual lógica que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades. A agenda política do MSTTR orientada pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural

Sustentável e Solidário – PADRSS traz esses elementos em sua base crítica e propositiva e destaca o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 11).

Por fim, um tema que ganha uma grande importância nesta Marcha é a autonomia das mulheres, citada 53 vezes na pauta de reivindicações, demonstrando uma determinação explícita das mulheres contrariamente a qualquer tipo de violência, desigualdade, opressão ou submissão, além de estar reforçado a necessidade de a autonomia vir acompanhada da independência financeira, como podemos demonstrar com alguns exemplos de reivindicações contidos na pauta. O tema da autonomia é anunciado no título da marcha, e está presente desde o primeiro item da pauta de reivindicações, como podemos ver a seguir:

1. A Marcha das Margaridas 2011 constrói sua plataforma política sob o lema Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade, que contém uma concepção de desenvolvimento e integra um conjunto de significados, a partir da crítica feminista, fundada numa análise e compreensão sobre a vida das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta.

18. Justiça combina com autonomia econômica e pessoal ao fazer reconhecer e dar visibilidade à intensa jornada de trabalho das mulheres e articular as esferas da produção e reprodução. Somam-se à dupla jornada os trabalhos de militância nas comunidades, sindicatos e movimentos.

21. A garantia da igualdade e da liberdade requer a autonomia econômica e pessoal das mulheres, o que significa reconhecer que as mulheres são donas da própria vida, que seu corpo não pode ser apropriado, nem tampouco ser objeto de mercantilização. Liberdade implica em poder decidir sobre o corpo e a sexualidade e na extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como as práticas machistas e lesbofóbicas.

22. Finalmente, para que o desenvolvimento se faça de forma sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres é preciso vencer as desigualdades econômicas e políticas e garantir a cidadania íntegra. Significa vencer a pobreza, maior entre as mulheres, e maior ainda entre as mulheres negras, bem como assegurar a liberdade, a participação política e o acesso aos bens materiais e simbólicos, como a diversidade identitária, a formação política, a desconstrução de padrões patriarcais e sexistas e o acesso a políticas públicas.

46. A titulação, entretanto não basta. A conquista da autonomia econômica pelas mulheres do campo e da floresta depende de uma ampla reforma agrária, de políticas públicas que assegurem documentação, crédito, assistência técnica, e condições de comercialização.

97. A autonomia econômica significa para as mulheres da Marcha das Margaridas ter independência financeira, acesso aos recursos necessários para produzir, controle sobre o seu tempo, mas também ter o controle sobre a próprio corpo e sobre a sua vida. Em resumo, as mulheres devem ter liberdade de decisão, ser donas dos seus destinos e das suas vidas. Com este entendimento para debater autonomia econômica é fundamental o reconhecimento do trabalho das mulheres e o questionamento à divisão sexual do trabalho.

112. As políticas em curso mostram alguns avanços na situação das trabalhadoras da agricultura familiar. No entanto, há a necessidade de ampliar e aprofundar tais políticas e de garantir e efetivar a autonomia econômica das mulheres. Para tanto se tornam fundamentais o fortalecimento e consolidação, em políticas permanentes, de ações como o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. A garantia de comercialização estável da produção é um dos elementos fundamentais para efetivar a autonomia econômica das mulheres. Ao mesmo tempo reforça a segurança e soberania alimentar e o estímulo à produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia.

134. As mulheres vêm sofrendo, ao longo da história, violações ao direito sobre o próprio corpo e ao modo de viver a sua sexualidade. A defesa da autonomia das mulheres com o slogan “nosso corpo nos pertence”, significa que o corpo é o território, o lugar onde habitam e existem, portanto, lugar inviolável, onde a autonomia e a liberdade das mulheres devem se realizar.

146. A Lei Maria da Penha, uma conquista das mulheres e de toda a sociedade brasileira, foi e é reconhecida pela Marcha das Margaridas, por sua importância para garantir instrumentos e serviços de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência, e a punição dos agressores. A Marcha das Margaridas compreende, por outro lado, que a Lei tem os seus limites, ainda que venha ser exemplarmente aplicada. Combater a violência contra as trabalhadoras do campo e da floresta requer vigorosos investimentos para a conquista da autonomia econômica pelas mulheres, sobretudo, no que diz respeito ao apoio à organização produtiva e comercialização, que por sua vez implica em um conjunto de políticas que assegurem a documentação civil e trabalhista, o acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021).

Na sua quinta edição, em 2015, 100.000 mulheres tomaram as ruas de Brasília marchando sobre o lema “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Foi a segunda Marcha realizada durante o mandato da Ex-Presidenta Dilma Rousseff.

Figura 11 – Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2015



Fonte: CONTAG

E marcharam afirmando a

“Luta por um desenvolvimento sustentável, centrado na vida humana e no respeito ao meio ambiente, na diversidade racial, étnica, geracional e cultural e na autodeterminação dos povos. Este desenvolvimento sustentável tem a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar como estratégias para romper com a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades.” (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.3).

A pauta apresentada foi organizada de uma forma inovadora, apresentando as demandas das mulheres por região ou por bioma brasileiro, caracterizando as Margaridas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, da Região Nordeste, da região Sudeste e da região Sul, e logo em seguida, as demandas particularizadas ou tematizadas, colocando em detalhes as demandas das Jovens Margaridas, das Mulheres da Terceira Idade do Campo, das Florestas e das Águas, das Assalariadas Rurais, das Margaridas das Florestas, as Quebradeiras de coco babaçu, as Margaridas das Águas, as Margaridas Quilombolas e as Margaridas Indígenas.

A pauta ainda incluía a temas importantes como a soberania e a segurança alimentar, a agroecologia, a reforma agrária, a sociobiodiversidade, as mudanças climáticas, entre outros temas. Ao final, um documento muito rico, detalhado e que demonstra a capacidade criativa e inovadora das mulheres em preparar, ordenar e apresentar a pauta com suas demandas. São 72 páginas que percorrem uma enorme quantidade de temas e demandas.

No entanto, pela primeira vez, o tema da **democracia** surge com grande destaque, estando presente não apenas no nome da Marcha, mas repetida por 17 vezes em todo o documento, refletindo o ambiente político hostil ao Governo da Ex-Presidenta Dilma Rousseff que pouco a pouco se instalava no país, culminando finalmente no golpe jurídico e parlamentar realizado no ano de 2016.

No documento, está indicada a preocupação com o respeito aos princípios e garantias democráticas e como a democracia é importante em todos os espaços de poder, quando menciona que

Percebemos que no contexto político em que vivemos nada disso é possível se a democracia não for respeitada e fortalecida, se nosso poder de decidir os rumos do nosso país, da nossa comunidade, do nosso movimento, do nosso partido e até mesmo da nossa família não for garantido. Queremos ser ouvidas nos espaços da política, da família, do trabalho, e que nossos votos, nossas escolhas nas urnas sejam reconhecidas e garantidas (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p. 5).

E também exalta a necessidade de a democracia estar em sintonia com a participação popular e em especial com a participação das mulheres, considerando que, apesar de ser a maioria da população, as mulheres são minorias na direção das organizações, dos governos e dos movimentos, quando menciona na pauta que

Há várias maneiras de compreender o que é democracia, mas todas elas têm a ver com uma mesma coisa: a forma de exercer o poder. Assim, ao falar de democracia estamos sempre falando sobre quem decide, quem pode participar dos espaços de poder e quem o exerce. Poder de decidir os rumos do país, da comunidade, do movimento, do partido, e da família também. Tratamos do poder popular e da participação política das mulheres. Para o feminismo, a participação das mulheres é uma condição importante para a democracia e por isso aponta para uma das contradições de nosso tempo: a pouca presença das mulheres nos espaços de poder. Somos uma grande minoria na direção dos partidos, dos movimentos, dos governos. Estamos sub-representadas nas câmaras de vereadores e no congresso nacional, no judiciário. (TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS, 2021, p.65)

A Marcha de 2015 foi a última realizada no ciclo de governos que estamos enfocando este estudo. Não foi eventual o chamado das mulheres do campo, das florestas e das águas para defender a democracia. A partir de 2016, com o impeachment da Ex-Presidenta Dilma Rousseff, a condição política e institucional para a prática do exercício democrático vem se deteriorando rapidamente e chegamos ao cenário atual, aonde os Conselhos Nacionais de representação social já não existem mais e as mobilizações sociais estão sob forte vigilância pelas forças repressivas.

Podemos ver o reflexo imediato deste cenário mencionando o que ocorreu na última edição da Marcha das Margaridas realizada no ano de 2019, quando novamente 100.000 mulheres marcharam sobre o lema “Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência”.

Figura 12 – Cartaz da Marcha das Margaridas do ano de 2019



Fonte: CONTAG

Nesta Marcha, as mulheres se apresentaram afirmativamente da seguinte maneira:

Colocamo-nos na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência, para que o direito de vivermos com dignidade seja assegurado em todas as fases de nossas vidas. Acreditamos que é preciso mudar o mundo para mudar a vida das mulheres e, somente com transformações estruturais será possível alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos! (CONTAG, 2021, p.11).

Esta Marcha ocorreu particularmente em um ambiente político e institucional completamente distinto do que havia nas Marchas anteriores. Permeou a elaboração do documento, e apresentava-se nitidamente, a crítica e o repúdio à destituição da Presidenta Dilma Rousseff, por um golpe jurídico-parlamentar. E também já estava instalado na Presidência da República o atual mandatário, que não se pode caracterizar como alguém com posturas democráticas e de abertura ao diálogo. Por isto no lema da Marcha aparece claramente os temas da soberania popular e da democracia. No documento da Marcha, as Margaridas respondem desta maneira a pergunta “em que contexto marchamos?”:

Vivemos num contexto de retrocessos democráticos e de retirada sistemática de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, especialmente na América Latina e, sobretudo, no Brasil. Após vivenciarmos um período importante de governos da esquerda latinoamericana, verificamos recentemente uma guinada mais à direita em países como Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru e Brasil. Essa onda conservadora e autoritária, também observada em países como EUA, Filipinas e Israel, vem sendo fortalecida no Brasil desde o golpe de 2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, na prisão de Lula e no impedimento de sua participação no processo eleitoral. Isso contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro, um candidato de extrema-direita, cujo governo claramente alinhado aos Estados Unidos não tem medido esforços para colocar o Brasil a serviço de interesses privatistas contrários ao seu próprio desenvolvimento enquanto nação soberana, promovendo uma constante ameaça aos direitos já conquistados da classe trabalhadora, com fortes impactos na vida das mulheres (CONTAG, 2021, p. 4 e 5).

A Marcha é acima de tudo, um manifesto político, um grito de liberdade, uma denúncia pública e contundente sobre a violência sexista, a fome e a pobreza que afetam a vida de milhares de mulheres rurais.

A Marcha das Margaridas é fruto de um largo processo de organização das mulheres, em toda as partes do Brasil, um movimento que envolve milhares de pessoas, que vai construindo passo a passo este caminho até a sua realização. Mas como as

mulheres se organizaram para a realização das Marchas? E onde está a dimensão educativa disto tudo?

A partir das entrevistas realizadas neste trabalho, podemos tecer esta rede de ações, rodas de conversas, discussões nos grupos de mulheres, a sistematização das ideias e opiniões e a eleição dos temas principais que acabam, ao final, compondo uma pauta de reivindicações e um forte chamado a sociedade brasileira sobre as condições de vida das mulheres do campo, das florestas e das águas. Também a partir das entrevistas realizadas com Mazé Morais e Mundinha, podemos ver claramente a dimensão educativa deste processo, com as características próprias que foram construídas ao longo dos anos, caracterizando-se como um virtuoso **processo educativo de luta** das mulheres trabalhadoras rurais. Ferreira (2018) comenta justamente sobre isto indicando que a organização das mulheres, as reuniões, as atividades coletivas e a própria luta pela terra são processos educativos e que são as bases para a sua coletividade.

Seguiremos discutindo esta iniciativa no decorrer deste trabalho.

2.3 Projeto de formação político pedagógico do movimento sindical rural e a criação da ENFOC

Finalmente, vamos abordar a criação da ENFOC, como a terceira iniciativa a ser analisada neste estudo.

O movimento sindical rural no Brasil é representado a nível nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG, entidade fundada em 1964 e sediada em Brasília. Atualmente, conta com 27 Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, que compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Segundo informações contidas na página eletrônica da entidade²⁸, sua missão é lutar pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados (as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.

²⁸ <www.contag.org.br>

Dentro de sua estrutura, está localizada a Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC, criada em 2006 e voltada para o debate e reflexão das questões políticas e da análise crítica das práticas do MSTTR, além de promover estudos sobre temas presentes na agenda sindical. Os cursos de formação político-sindical da ENFOC contribuem para o processo de Multiplicação Criativa, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e Ação Sindical, e tem como princípios e fundamentos a teoria da educação popular e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADRSS). Define-se, portanto, como um projeto que almeja a construção de uma sociedade justa, soberana, democrática e solidária.

Tomaremos por base o documento denominado Projeto Político Pedagógico (PPP) da formação do MSTTR, disponível na página eletrônica da ENFOC²⁹, para resumidamente, caracterizar as iniciativas de formação e processos educativos desenvolvidos no âmbito do movimento sindical rural.

Assim inicia o documento da CONTAG, publicado pela Secretaria de Formação e Organização Sindical:

O MSTTR tem, ao longo de sua trajetória, investido na formação de seus dirigentes, assessores e lideranças, buscando a cada passo, incorporar os aprendizados, dialogar com os desafios e dilemas com os quais convive e avançar na luta sindical. Estamos falando de uma experiência que bebe nas fontes históricas da educação popular, nas histórias de resistência e luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, e também, na prática cotidiana do movimento sindical (ENFOC, 2010).

O documento sistematiza esse conjunto de fontes e referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos, ao tempo em que “se propõe a subsidiar o fazer educativo do MSTTR, re-orientar caminhos e contribuir para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da sua realidade e que possa intervir no sentido de promover a mudança”.

Segundo o documento, construir o projeto político pedagógico do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR implica em fazer opção coletiva do caminho político-pedagógico dos diferentes processos formativos desenvolvidos pelo MSTTR: **Caminho político**, no sentido de explicitar qual o projeto

²⁹ <www.enfoc.org.br/bibliotecas>

de sociedade que defende e qual mudança que esse projeto vislumbra; **caminho pedagógico**, que vai ser trilhado para dar conta da formação do ser humano, no projeto de humanidade que está referenciado; e os **caminhos metodológicos** que serão seguidos para atingir os objetivos que possibilitam a emancipação dos sujeitos.

Ainda segundo o documento, com esta definição de projeto político-pedagógico, a ENFOC partilha do pensamento de Gadotti (1992, citado no documento PPP) quando diz que o “projeto pressupõe uma ação intencionada com sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar”. Então, o PPP é mais do que um plano de ação: explicita os princípios políticos pedagógicos orientadores da formação, os sujeitos sociais da formação, os **caminhos pedagógicos e metodológicos adotados, os processos de gestão e organização do trabalho pedagógico. O referencial político pedagógico é o conjunto de práticas, princípios, valores que consideramos como orientadores para a ação individual e coletiva.**

A necessidade de articular dimensões do projeto político com o projeto pedagógico nasce das exigências que estão postas pela realidade do campo no sentido de um fortalecimento, renovação e comprometimento da organização sindical, com as demandas dos diferentes sujeitos sociais que produzem e reproduzem sua vida no espaço rural brasileiro. Estes sujeitos são desafiados a construir um projeto de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico capitalista em curso³⁰.

À medida que a luta avança, o antagonismo de classe fica mais evidente. Se por um lado os trabalhadores e as trabalhadoras lutam contra a exploração e a exclusão, por outro, o capitalismo se renova de modo tal que, mesmo os trabalhadores e trabalhadoras vivenciando alto grau exploração não os concebem enquanto tal. Ao mesmo tempo as estruturas de poder que dão sustentação a esse modelo de sociedade, constrói as condições para tornar as pessoas, cada vez mais “objetos” do capital e do capitalismo, “naturalizando” as relações orientadas pela lógica do lucro e não das necessidades humanas.

Compreende-se, portanto, não ser possível responder aos atuais desafios da ação sindical – transformar realidades e emancipar os sujeitos - sem haver forte investimento na formação política ideológica onde a identidade de classe entrelace todos os espaços e dimensões da coletividade.

³⁰ Aqui se percebe a convergência com o que apresentamos anteriormente neste documento, seguindo as citações de FREIRE, SANTOS e JESUS.

Há um amplo consenso quanto à importância da formação para o avanço da luta política. Assim como é consenso também que esse processo só se efetiva à medida que os espaços coletivizados sejam lugares onde a relação entre teoria-prática se articule no fazer pedagógico com o mesmo grau de importância. Estes devem assumir a formação política e ideológica como missão pedagógica de fortalecer a ação sindical e formar sujeitos críticos e proativos capazes de atuarem em diferentes espaços onde a luta política acontece.

Assim tanto a formação política como a ação sindical estão imbuídos do mesmo propósito: fazer dos lugares coletivos espaços efetivos de transformação social e a emancipação dos sujeitos.

Todavia, o Projeto Político-Pedagógico, não faz referência apenas a ação formativa da ENFOC, mais pretende ser o referencial político pedagógico da Política Nacional de Formação do MSTTR. E tem como pressupostos:

A relação entre organização e formação: na constituição e consolidação de espaços e instrumentos que evidenciem uma forte interação e integração entre as instâncias organizativas (CONTAG, FETAGs e STTRs), estimulando a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que possam sentir-se e saber-se parte de uma coletividade, e que, portanto, podem aprender, ensinar e contribuir com a mudança social. Assim, colocar a formação numa perspectiva transformadora, na qual as pessoas possam ler criticamente a sua realidade e transformá-la³¹.

A formação para a ação sindical: incentivando maior coesão e efetiva capacidade de reflexão crítica e de resposta dos (as) dirigentes, assessores (as) e lideranças do MSTTR às demandas e desafios que estão postos para os diversos sujeitos sociais do campo: agricultores (as) familiares, assalariados (as) rurais, assentados (as), extrativistas, ribeirinhos nas suas diversas modulações de gênero, geração, raça/etnia. A formação se coloca como estimuladora de mudanças de paradigmas, de atitudes, valores, comportamentos individuais e coletivos.

O aprimoramento, fortalecimento e socialização do PADDRS: na garantia de processos formativos que possibilitem uma formação para um projeto de sociedade, e não somente para aplicação de conhecimentos adquiridos. Ou seja, na reconstrução de uma mística de mudança social, passando pelo resgate das lutas, gestos, símbolos e atitudes de

³¹ Esta afirmação encontra ressonância nas elaborações de Vigotski. Por isto, compreendemos que há pontes de contato entre a elaboração deste PPP com os postulados da teoria histórico-cultural.

revitalização permanente do horizonte utópico, que combine o sonho de uma sociedade nova e o compromisso com construção desde agora.

Esta elaboração do PPP considera que há um contexto rural no Brasil que privilegia um segmento, em detrimento de outros. Assim, afirma que “que é preciso enfrentar esta visão hegemônica sobre o campo brasileiro (referindo-se ao agronegócio) e que a ação sindical se coloca na defesa do espaço rural, complexo, diversificado e centrado no ser humano, como lugar onde as relações sociais se estabelecem.

Para elaborar o PPP, a ENFOC partiu de um diagnóstico realizado em 2005, que indicava potencialidades e fragilidades contidas e identificadas em algumas iniciativas de formação e de processos educativos desenvolvidos pelas entidades sindicais, em diferentes locais do país, tais como:

Potencialidades: ação mobilizadora, maior participação de mulheres, diversidade de sujeitos e categorias sociais, identificação de novas práticas educativas em agroecologia, gênero, cooperativismo, elaboração espontânea de materiais didáticos, organização de pequenos coletivos de assessoramento, métodos participativos e adaptados às realidades locais.

Fragilidades: dificuldade de garantir participação de jovens, pouca formação político-pedagógica de dirigentes sindicais, ações formativas desconectadas das dimensões regionais ou globais, dependência de materiais didáticos externos, pouco financiamento para elaboração de materiais, contratação de pessoas ou para realização de atividades, descontinuidade e ações pontualizadas.

O **referencial político de formação** do MSTTR é o PADRSS, que define o desenvolvimento que se quer construir ao reconhecer na “gente do campo” sujeitos políticos que mobilizam, articulam e dinamizam a ação sindical para transformar as relações sociais e construir condições dignas de vida. O campo, nessa perspectiva, é um espaço complexo, de conflitos e contradições, configurado pela diversidade social, econômica, política e cultural e por relações de poder presentes na família, na comunidade, no território e nas organizações.

O PADRSS tem como pilares a reforma agrária com democratização do acesso à terra e a ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Esta, para além do tamanho da propriedade e da produtividade, se caracteriza por relações e modos de produzir, para os quais concorrem todos os membros da família. No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica relacional de contradições e

conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade).

Com essa compreensão, proporcionada pela abordagem de gênero, as mulheres trabalhadoras rurais têm ampliado e fortalecido sua organização para construir o PADRSS, o que implica na reconfiguração das relações entre homens e mulheres e no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades. Esse enfoque assumido pelo MSTTR, no seu conjunto, associa gênero à classe social e reconhece outras formas de discriminação e desigualdade a elas articuladas como as de geração, raça e etnia. As abordagens transversais de gênero, geração, raça e etnia podem explicar alguns fenômenos sociais que vêm ocorrendo no meio rural, como a feminização da pobreza, a masculinização do campo, o envelhecimento das pessoas com diminuição das taxas de natalidade (nascimentos) e a tendência de saída da juventude em busca de outras oportunidades de vida e de futuro. Tem contribuído também, para quebrar a indiferença frente às discriminações e preconceitos de raça e etnia.

Essa estratégia implica em orientar as ações e organização do movimento sindical pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadãos e cidadãs; nunca perdendo de vista a articulação entre o local, regional, territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, soberana, igualitária e solidária. A formação deve estar intrinsecamente ligada à ação sindical mais geral, assumindo forte conteúdo ideológico correspondente ao público destinatário: dirigentes, assessores e lideranças do MSTTR como condição a independência de classe e a luta pela transformação da sociedade. Deve também ser ao mesmo tempo pluralista e democrática, possibilitar aos educandos/as diferentes visões, inclusive, sobre temas polêmicos.

Já os referenciais pedagógicos e metodológicos se apresentam um tanto dispersos e fragmentados em documentos, experiências, falas e testemunhos, sendo necessária sua articulação. O desafio é recolhê-los, complementá-los e sistematizá-los. Estão ligados à pedagogia ou educação e, dentro desta, à metodologia, aos métodos, às técnicas e aos instrumentos de ação formativa. Toda essa questão política, pedagógica e metodológica está centrada na pedagogia para uma nova sociabilidade, que tem como fundamento a teoria da formação humana e um novo projeto de sociedade³².

³² Estão mencionados de forma evidente no PPP, as contribuições teóricas de Paulo Freire, como um expressivo influenciador teórico deste projeto.

Os princípios políticos e pedagógicos se entrelaçam em uma mesma perspectiva, fundamentando e orientando as práticas formativas, tais como:

- A compreensão do ser humano em sua totalidade
- A permanente abertura aos vários saberes
- A reconstrução da mística de mudança social
- Permanente articulação entre prática e teoria
- Interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos
- Formação pluralista, classista, crítica e criativa
- Formação numa perspectiva de ação transformadora
- Postura avaliativa e crítica permanente da ação e da prática formativa
- A pesquisa como princípio educativo
- A construção coletiva do conhecimento
- A vivência de relações horizontais entre educador e educadora, e educandos e educandos
- Fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça, etnia, geração, gênero e religião
- A memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação

Sobre as modalidades pedagógico-metodológicas da ação formativa, ressaltam-se duas: a formação programada e a formação na ação.

Ambas compõem o cotidiano sindical e cumprem papel estratégico na vida sindical. Tanto a formação programada como a formação na ação são espaços de reflexão política sobre os desafios inerentes a luta sindical. Os dois “lugares” são intencionalmente voltados para: planejar ação, politizar o cotidiano sindical, formar sujeitos autônomos, construir novos valores (individuais e coletivos) e contribuir para ressociabilizar os sujeitos e afirmar a identidade de classe e o respeito à diversidade dos sujeitos humanos e sociais.

Por fim, consideram como espaços formativos, os ambientes de abrangência nacional, regional, estadual, territorial e municipal, e organizando o tempo educativo, dentre as distintas iniciativas identificadas, entre o tempo escola e tempo comunidade.

Finalizando esta síntese, verificamos que a elaboração do PPP foi baseada em documentos empíricos (o diagnóstico realizado pela ENFOC) e por algumas contribuições teóricas, tendo como principal referência Paulo Freire. No decorrer dos trabalhos realizados para desenvolver esta tese, tivemos a oportunidade de investigar mais detidamente este processo, realizando entrevistas com pessoas da CONTAG e também da ENFOC e isto estará sendo demonstrado a seguir neste documento.

CAPÍTULO III – CAMINHO METODOLÓGICO

Esta tese vem discutindo por meio das lentes da teoria histórico-cultural, os processos de luta social desenvolvidos pelos movimentos sociais rurais, como sujeitos políticos coletivos, que empreendem a partir de um processo educativo e de suas práticas e vivências educativas, uma jornada de lutas e mobilizações em busca de conquistas e direitos, criando e recriando sua forma de lutar.

Trata-se de descrever e analisar fatos históricos, problematizados a partir de realidades objetivas, em que “...os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, articulando, porém, a disponibilização desses saberes com o aprofundamento da compreensão dos problemas da atualidade” (MOLINA, 2014, p. 280), permitem identificar e reconhecer que os movimentos sociais rurais são sujeitos ativos da história, construtores de seu tempo.

Esta é a natureza dos processos sociais de luta, enfrentando seus dramas sociais, a violência, a pobreza e a fome, e contra a sua invisibilidade política, pois, como menciona FREITAS:

Isso convém a ideologia pós-moderna porque tira o lugar do sujeito como construtor da história, porque se tudo é acaso, não há sentido em pensar um processo intencional de transformação da realidade. Esta interpretação convém ao status quo porque desarma o sujeito e o impede de colocar-se como sujeito da sua história (FREITAS, 2007, p. 49).

Para demonstrar a tese aqui apresentada recorreremos novamente aos postulados de Vigotski, além de outros autores, para desenvolver um procedimento de análise que permita compreender em um processo dialético, repleto de significados, representações e de contradições, como as práticas e as vivências educativas empreendidas pelos movimentos sociais rurais, forjaram sua prática social, nos espaços de negociação e diálogo, como um vigoroso processo educativo, para obterem suas conquistas e direitos.

Para Gonçalves (2017), Vigotski

...era dialético, levava em consideração, dentre outros fatores, a história e o ser humano como um processo contraditório e permeado de constantes conflitos e superações...e também materialista, pois, se debruçava em investigar a base material do que foi registrado, das coisas na sociedade e na natureza (GONÇALVES, 2017, p. 143 e 144).

Vigotski não somente estudou Marx, como utilizou-se de seu método materialista dialético para estudar os mais diversos fenômenos. Para Gonçalves, “a dialética materialista, a lógica marxista está onipresente nas análises que realiza Vigotski” (GONÇALVES, 2017, p. 162 e 163).

E para Santa (2014), nesta mesma direção, afirma que

Vigotski não foi um teórico do marxismo, mas um pensador marxista. Essa sutil diferença representa um fator determinante dentro da sua configuração intelectual, na medida em que o pensamento marxista representava o substrato teórico sobre o qual Vigotski construiu a sua psicologia, mas não os limites aos quais ela estava circunscrita. O materialismo histórico-dialético, entendido como método mais coerente de leitura da realidade em seu desenvolvimento histórico, representou para Vigotski uma importante ferramenta na tarefa de estabelecer um modelo científico de estudos dos fenômenos psíquicos (SANTA, 2014, p. 2).

Duarte (2012) também concorda com isto e comenta que **“era a partir do marxismo que Vigotski se relacionava criticamente com as mais diversas correntes da psicologia”** (DUARTE, 2012, p. 134).

Vigotski se via ao lado da dialética e Gonçalves afirma que Vigotski assim se assumia, quando mencionava que

Somos dialéticos e não pensamos, de modo algum, que o caminho de desenvolvimento das ciências ande em linha reta. E se nele há ziguezagues, retrocessos ou mudanças de direção compreendemos seu significado histórico e os consideramos (assim como o capitalismo é uma etapa inevitável em direção ao socialismo) como elos necessários de nossa corrente, etapas inevitáveis de nosso trajeto (VIGOTSKI, 2004, p. 404).

Ainda, segundo o autor isso “...fica evidente na citação acima porque Vigotski era conhecido por ter, mais do que qualquer outro psicólogo soviético, apreendido o sentido do método materialista histórico-dialético de Marx” (GONÇALVES, 2017, p. 162).

Vigotski movia seus estudos reconhecendo que “a dialética abarca a natureza, o pensamento, a história: é a ciência em geral, universal ao máximo. Essa teoria do marxismo psicológico ou dialética da psicologia é o que eu considero psicologia geral” (VIGOTSKI, 2004, p. 393).

Vigotski tomou como base o método dialético:

E pretendeu identificar as mudanças qualitativas do comportamento que se sucedem no decorrer do desenvolvimento biológico e a relação que ele estabelece com o contexto social, tendo suas atenções voltadas para o estudo das funções psicológicas superiores, típicas da espécie humana (...) A dialética

não era para Vigotski um dogma ou um catecismo, mas simplesmente a estrutura mesma do seu modo de pensar (SANTA, 2014, p.8).

Então, apoiando-se na teoria histórico-cultural para descrever e demonstrar esta tese, não há outro caminho metodológico a ser adotado que não seja este, amparado no materialismo histórico-dialético, porque estamos estudando uma realidade em movimento, dialeticamente.

Para Freitas, assumir uma abordagem marxista

[...] implica articular o método de análise da realidade, o sistema de categorias explicativas do modo de produção capitalista e sua superação, bem como, um conjunto de indicações tático -estratégicas que permitam construir a via do socialismo.

E ainda,

Um projeto histórico aponta para a especificação de um determinado tipo de sociedade que se quer construir, evidencia formas para se chegar a esse tipo de sociedade e, ao mesmo tempo, faz uma análise crítica do momento histórico presente (FREITAS, 2015, p. 142).

Vigotski em seus postulados, não deixa dúvidas sobre isto e afirmativamente, menciona que

Son aún muchos los que siguen interpretando erróneamente la psicología histórica. Identifican la historia con el pasado. Para ellos, estudiar algo históricamente significa el estudio obligado de uno u otro hecho del pasado. Consideran ingenuamente que hay un límite infranqueable entre el estudio histórico y el estudio de las formas existentes. Sin embargo, el estudio histórico, dicho sea de paso, simplemente significa aplicar las categorías del desarrollo a la investigación de los fenómenos. Estudiar algo históricamente significa estudiarlo en movimiento. Esta es la exigencia fundamental del método dialéctico. Cuando una investigación se abarca el proceso de desarrollo de algún fenómeno en todas sus fases y cambios, desde que surge hasta que desaparece, ello implica poner de manifiesto su naturaleza, conocer su esencia, ya que solo en movimiento demuestra el cuerpo que existe. Así pues, la investigación histórica de la conducta no es algo que complementa o ayuda el estudio teórico, sino que constituye su fundamento (VIGOTSKI, 1995, p. 67).

Além disto, uma realidade que esta entretecida por diversos aspectos, múltiplos laços existentes, com distintas lógicas, contraditórias. Sobre isto, Freitas menciona que

A realidade é contraditória. E ao aproximar pensamento e realidade, ao tentar compreender como a realidade se comporta, as contradições que fazem parte do mundo são incorporadas na dinâmica do pensamento e o pensamento dialético emerge como um pensamento por contradição. Mais uma vez: a realidade não é errática ou incerta, ela é contraditória (FREITAS, 2007, p. 48).

Uma das características fundamentais que distingue o materialismo histórico-dialético dos outros métodos é que é materialista, ancora-se nas contradições. “Os outros métodos não conseguem fazer isto porque não são dialéticos. E a realidade é movimento, a realidade é contradição e onde não há contradição não há movimento” (FREITAS, 2007, p.48). E enquanto uma estratégia do ser humano para abordar sua realidade, o materialismo histórico-dialético procura ser a expressão daquilo que se conseguiu acumular de entendimento sobre como opera a lógica do seu próprio pensamento.

Esse é um entendimento mais confortável do materialismo histórico-dialético: como categorias do pensar. Nesse sentido, elas representam aquilo que de melhor pode o ser humano organizar, até aqui, enquanto entendimento da lógica do pensamento ao confrontar-se com a realidade.

Assim, para investigar uma realidade

É prudente que, seu eu quero investigar uma realidade, (e aí não importa se é para efeito didático, pedagógico, se é para efeito de conhecimento, se é para traçar estratégia, uma luta), é prudente olharmos para as contradições daquela realidade investigada. Quais contradições estão presentes nessa realidade que eu quero investigar. É bom entender e perceber tais contradições. No começo elas provavelmente serão um emaranhado de contradições permeadas pela percepção do senso comum. Teremos que aumentar nossa compreensão e a pergunta será: que forças estão em jogo nessas contradições? Há algum aspecto decisivo? Há alguma contradição que se sobressaia? (FREITAS, 2007, p. 55).

Então, na contradição é que reside parte fundamental do objeto analisado. O autor, considera a contradição como algo vivo, dinâmico, visível, e que podem e devem ser documentadas, quando menciona que

Se você vai investigar onde a contradição não está presente, não a verá, verá outra contradição, mas aquela desejada talvez não. Portanto, a escolha do problema e dos sujeitos da pesquisa tem a ver com sua visão de mundo e com as contradições que você quer encontrar. As contradições têm que estar presentes para serem descritas, documentadas (FREITAS, 2007, p. 56).

O cerne do procedimento metodológico diz respeito à construção, no pensamento, do desenvolvimento das contradições presentes na prática, incluindo suas possibilidades de superação (FREITAS, 2015, p. 71).

A definição do método de investigação amparado na teoria materialista-dialética “é, portanto, o caminho para construir uma análise científica à base dos princípios

aplicados ao estudo de todas as formas e fenômenos da vida social” (VIGOTSKI, 1999, pags. 8 e 9).

Molina, discutindo por que utilizar o materialismo histórico-dialético para uma pesquisa com este caráter, afirma, citando a Thompson, que

O materialismo histórico precisa se ocupar de outros aspectos que estão além da economia, como o poder, a ideologia, a formação da consciência social, entre outros aspectos que possuem uma lógica diferente, porque a análise histórica está imersa em situações em que todos os sistemas funcionam conjuntamente e todos os circuitos se intercomunicam. Num determinado contexto histórico e social, as determinações materiais estão articuladas aos elementos subjetivos. As mudanças nas relações produtivas repercutem nas ideias e valores humanos, pois são efetivadas na vida social e cultural (MOLINA, 2014, p. 277).

Então, as determinações materiais, como acima mencionado, conformam o caráter materialista e objetivo da realidade. Uma realidade que deve ser transformada, superada, enfrentando o que é incompatível com a visão de mundo daqueles que desejam reencantar o modo de vida, especialmente no campo, quando consideramos todas as contradições associadas ao modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, e pelos dramas sociais que afetam a vida das pessoas.

O materialismo, além de histórico é dialético. O sentido da dialética é que essa materialidade movimenta-se por ser contraditória. E se essa materialidade se movimenta, significa que existem possibilidades de superar a materialidade de hoje. Portanto, como diz Freitas “a superação é um conceito fundamental no âmbito da dialética” (FREITAS, 2007, p. 54).

Mas o que significa a superação, do ponto de vista da luta social, do enfrentamento aos dramas sociais que aqui mencionamos?

Superar, no âmbito do materialismo histórico-dialético, implica em negar, mas implica, ao mesmo tempo, em preservar; essa é a beleza da dialética. Negar o que impede o novo, e preservar aquilo que dá base ao novo. Portanto, isso tem consequências práticas importantes na luta, no processo de luta. O novo não é algo que começará um dia por obra e graça de alguém. O novo já começou, o novo está em curso, agora. Aquela angústia: “mas quando é que vai mudar?” se resolve pelo conceito da superação. Já está mudando! A mudança pode não ter força para ser hegemônica, pode não ter força para superar o “velho”, mas ela está aí, embrionária, em desenvolvimento.

Nos processos de mudança qualitativa supera-se aquilo que é incompatível com o novo, preservando aquilo que é compatível. Não se começa do nada. Há um processo (FREITAS, 2007, p. 54)

Um diálogo absolutamente interessante entre Vigotski, Rancière e Freitas, de como superar o “velho”, a criação do novo, a criação humana, como práticas sociais e de comportamento humano. O reencantar, que tanto necessitamos cultivar atualmente. Tudo isto em bases materiais, de uma realidade marcada pelo drama social, e que forjaram processos educativos dos movimentos sociais, por meio das suas práticas e vivências educativas, na luta social e na forma de dialogar com o Estado.

Ser materialista significa, portanto

[...] admitir que o mundo existe objetiva e independentemente do sujeito que o conhece. O materialista admite a existência de um mundo objetivo que pode ser conhecido e transformado. A realidade é uma materialidade objetiva. Este é o sentido do materialismo. E por que é necessário conhecer a realidade por uma ótica materialista? Porque queremos transformar a realidade (FREITAS, 2007, p. 52).

A realidade é um sistema de contradições. Para refletir sobre ela, não basta rever a história, é preciso ampliar a perspectiva de análise, ampliar a visão do conjunto, buscando compreender os diferentes elementos que compõe o objeto em análise. Um sistema de compreensão de uma realidade envolve a produção, a partir da prática, de conceitos e categorias. Esta é a forma como o pensamento humano processa sua interação com a realidade (FREITAS, 2007, p. 50).

Para além das representações e das significações que o ser humano constrói, há um mundo de acontecimentos que é passível de ser conhecido e estudado. Tais acontecimentos podem ser sintetizados em conceitos e categorias carregadas de contradição no e pelo pensamento. O materialismo histórico-dialético diz respeito a este processo.

Para o autor, Marx deixou sistematizado sobre seu método poucas páginas, sem deixar, no entanto, de ser preciso, quando afirma que

[...] é necessário aprofundar nosso conhecimento abstrato (visão sincrética de mundo) em direção ao concreto como “síntese de múltiplas determinações”. No primeiro nível estão os fatos e as versões e visões que temos destes, como representações. Pelo pensamento, construindo os conceitos e categorias científicos, vamos aos poucos pintando um quadro mais real, no sentido de mais abrangente e objetivo daquela área investigada, na forma de um sistema conceitual que supera a visão inicial sincrética. Se o nível abstrato das representações ainda aparece velado, o nível do concreto emerge desvelando as relações investigadas (FREITAS, 2007, p. 51).

Então, por onde começa a pesquisa?

A pesquisa há de iniciar necessariamente com o estudo das formas concretas, porque só através da análise e compreensão das mesmas o pesquisador poderá ir acercando-se paulatinamente ao conhecimento de leis mais gerais. Em todo momento, o pesquisador poderá chegar ao abstrato unicamente partindo do concreto (FREITAS, 2015, p. 81).

A construção de conceitos e categorias é um processo do pensamento em confronto com as singularidades e generalidades de um determinado processo particular investigado. Aí está o sentido de se falar em conceitos como “ferramentas de análise”. O conceito ou categoria demarca a entrada da análise pelo que é genérico de forma a permitir enxergar melhor aquilo que é singular em um dado objeto investigado.

Esta é a visão da totalidade, que na dialética marxista, nos permite compreender as contradições da realidade e sua permanente transformação.

Konder, sobre a totalidade, afirma que

Para a dialética marxista, o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. [...] qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 2008, p. 35).

E, sobre a visão de conjunto, segue mencionando que esta “é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela.” (KONDER, 2008, p. 35).

Sobre isto, Konder afirma que

Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais (KONDER, 2008, p.37).

Mas, em se tratando de analisar uma realidade objetiva, qual a dimensão desta análise? Até onde buscamos a compreensão desta realidade, considerando o processo dialético e de transformação da realidade? Teremos compreendido em sua totalidade o processo histórico que estamos estudando?

Para Freitas, estas questões não podem ser respondidas, senão da seguinte maneira:

Uma descrição do real investigado, suas características e contradições, por mais completa que seja, não estará acabada sem um exame de como este real se desenvolveu historicamente. A evolução do objeto pesquisado mostra as razões históricas de sua constituição e o desenvolvimento das próprias contradições ao longo do tempo. (FREITAS, 2007, p. 53)

Em relação à totalidade, a teoria dialética recomenda que prestemos atenção ao “recheio” de cada síntese, quer dizer, às contradições e mediações concretas que a síntese encerra (KONDER, 2008, p. 41 e 42).

O pensamento dialético é, por sua característica, então, um paciente e profundo exercício de revisitar a história, ampliar o campo de visão e analisar os elementos concretos da realidade. Não é um exercício simples, e por isto, não é um ato de promover o conhecimento sobre uma realidade, mas, sim, um processo, um caminho, que estimula o ser humano para ir além das aparências e do senso comum. Sobre o pensamento dialético, o autor afirma que

A dialética é muito mais exigente [...] Para reconhecer as totalidades em que a realidade está efetivamente articulada, o pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade (KONDER, 2008, p. 43 e 44).

Então esta é uma escolha que assume o compromisso de ser assim, ampla, pensando as contradições entre as partes e união destas, indo além das aparências e aprofundando estas conexões, em um diálogo entre sínteses e análises que não esclareçam a dimensão imediata, mas histórica.

O **sentido histórico**, portanto, é um elemento central neste processo de análise e justamente por aí iniciamos esta tese, trazendo para os dias atuais, os processos de luta social que há décadas iniciaram no Brasil. Por isto, o GTB e a Marcha das Margaridas são eventos importantes porque historicamente refletem as contradições existentes em cada tempo histórico. Sobre isto, Freitas comenta que

Como todo conhecimento humano é datado, também é assim com o materialismo histórico-dialético – não por vontade (ou ideologia) deste ou daquele acadêmico, mas por resultado histórico. O conhecimento humano é sempre uma construção aberta – daí seu sentido histórico (FREITAS, 2007, p. 46).

Nesta direção, Molina, discutindo como avançar nas reflexões sobre as contribuições do materialismo histórico-dialético para a pesquisa em educação, menciona

[...] a necessidade de revisitação da própria história e a socialização com o coletivo de educandos, com o acréscimo de informações sobre os processos econômicos, políticos e culturais, vivenciados pela sociedade no mesmo período histórico, ampliando a compreensão crítica dos educadores (MOLINA 2014, p. 275).

Encerrando esta caracterização da perspectiva da totalidade na pesquisa, a síntese vem de Marx, citado por Freitas (2015), quando afirma que

Ainda que partamos das representações seremos forçados, pela via da análise, a encontrar os conceitos mais simples, as determinações abstratas mais elementares. Com base nessas determinações mais simples é que se construirá uma totalidade rica em determinações e relações numerosas (FREITAS, 2015, p. 76).

E também vem de MARX a compreensão de que nossa análise parte do concreto:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2008, p. 258 e 259).

E Freitas, auxiliando a compreender o pensamento marxista, afirma:

Para esclarecer este texto é preciso entender que o processo científico do pensamento, no método dialético, começa na abstração que resultou da busca das determinações do real (FREITAS, 2015, p. 77).

Vigotski, citando Engels, coloca de forma clara como o processo científico pode se deparar com outros fatos que, novamente, reposicionam o pensamento e a observação, quando

Se observan nuevos hechos que vienen a hacer imposible el tipo de explicación que hasta ahora se daba de los hechos pertenecientes al mismo grupo. A partir de ese momento se hace necesario recurrir a explicaciones de un nuevo tipo, al principio basadas solamente en un número limitado de hechos y observaciones, hasta que el nuevo material de observación depura estas hipótesis, elimina unas y corrige otras y llega, por último a establecer la ley en toda su pureza (VIGOTSKI, 1995, p. 63).

Sigamos então para discutir sobre o método científico, já considerando o antes exposto neste capítulo, tomando a decisão de conduzir metodologicamente este estudo por caminhos fundamentados no materialismo histórico-dialético.

Para Vigotski,

En cualquier área nueva la investigación comienza forzosamente por la búsqueda y la elaboración del método. Podríamos enunciar como tesis general, que todo planteamiento fundamentalmente nuevo de los problemas científicos conduce inevitablemente a nuevos métodos y técnicas de investigación. El objeto y el método de investigación mantiene una relación muy estrecha (VIGOTSKI, 1995, p. 47).

E que

La búsqueda del método se convierte en una de las tareas de mayor importancia de la investigación. El método, en este caso, es al mismo tiempo premisa y producto, herramienta y resultado de la investigación. El método ha de ser adecuado al objeto que se estudia (VIGOTSKI, 1995, p. 47).

O método é o caminho, que nos permite definir procedimentos, conceitos e categorias a serem analisadas.

Sobre isto, Vigotski define o método como

[...] o modo de investigação ou de estudo de uma parte definida da realidade; é o caminho do conhecimento que conduz à compreensão de regularidades científicas em algum campo. Contudo, obviamente, uma vez que cada ciência tem seu objeto de estudo específico, é necessário um método específico para o estudo de qualquer um deles. O método é um caminho, um procedimento. Por ser um procedimento, consequentemente, depende do objetivo para o qual a ciência se orienta num determinado campo. Se cada ciência tem suas atribuições e objetivos específicos, então, é claro que elabora também seus métodos de estudos específicos, seus caminhos de investigação. Assim, pode-se dizer que, da mesma forma que não existe ciência sem seu objeto, também não existe ciência sem seu método. O caráter deste é sempre definido pelo caráter do objeto da ciência (VIGOTSKI, 2018, p. 37).

Na mesma direção, ressaltando a importância do método, Freitas menciona que “Todos sabemos que o método é essencial em uma pesquisa – depois de identificado o problema. Problema e método tem uma relação direta”. (FREITAS, 2007, p. 45). E afirma ainda que a “principal verificação de uma proposta de trabalho, de um método, é feita pela História.” (FREITAS, 2007, p. 46).

Estabelece-se assim, uma conexão entre estes autores, partindo da necessidade de estudar a realidade como algo em movimento. Freitas, então, resume esta percepção da seguinte maneira:

Em suma: nossa interpretação é materialista porque tem como base uma materialidade objetiva que pode ser conhecida e modificada, é dialética porque reconhece que nossa materialidade é contraditória, que essa materialidade se movimenta e, se ela se movimenta, ela é histórica, ela cria uma história, ela faz história, nós fazemos história (FREITAS, 2007, p. 54).

Compreendida a questão do método, partimos para posicionarmos sobre os procedimentos e as técnicas de pesquisa. Para Vigotski,

El conocimiento del método y su argumentación principal es la condición imprescindible para tener la posibilidad de entender todos los capítulos de su historia. Los hechos que trataremos en nuestra exposición, las generalizaciones que hagamos de los datos obtenidos, las leyes que trataremos de establecer a base de tales generalizaciones, todo estará determinado en lo más fundamental y esencial por aquel método, por aquel procedimiento con ayuda del cual estos hechos fueron obtenidos, con ayuda del cual fueron generalizados y subordinados a una ley determinada (VIGOTSKI, 1995, p. 48).

Compreendendo a perspectiva histórica-dialética como fundamento teórico e científico para esta pesquisa, e que a materialidade e a totalidade são elementos fundamentais para a compreensão do processo histórico e social em que os movimentos sociais estão imersos, praticando uma pedagogia de lutas e vivenciando dia a dia o desafio de organizar os trabalhadores e trabalhadoras e representa-los frente ao Estado, discorreremos sobre as técnicas de pesquisa que iremos utilizar, no intuito de obter informações, dados, elementos para a análise e discussão deste estudo. As técnicas de pesquisa estão associadas ao objeto em análise, como menciona Vigotski:

La técnica concreta puede adoptar formas variadas según sea el contenido del problema que se estudia, la personalidad del sujeto, las tareas específicas de la investigación en concreto y, finalmente, el carácter de la investigación (VIGOTSKI, 1995, p. 48).

Para Freitas, estas técnicas de estudo

São particularmente úteis neste processo, pois permitem um aprofundamento da descrição e um grande volume de informações sobre o caso estudado. Mas a escolha do caso a ser estudado é fundamental, pois deve conter as contradições do problema de pesquisa que são de interesse do pesquisador, bem como manifestá-las em seu estado mais avançado (FREITAS, 2007, p. 53).

Compreendemos que este procedimento permitirá constatar e evidenciar as contradições, as negociações estabelecidas entre os atores envolvidos em espaços

públicos como o CONDRAF, as condutas adotadas e as vivências educativas adotadas pelos movimentos sociais neste período histórico entre 2003 e 2016, a partir da verificação dos registros documentais, confrontando com as políticas públicas implementadas.

Freitas, descrevendo um processo de investigação sobre o funcionamento de uma determinada escola, mencionava a necessidade de “entrar dentro” dela, estar em contato com as contradições do dia a dia, com o seu desenvolvimento, com os movimentos que ocorriam ali. O que buscava era identificar as contradições presentes, dentro deste dinâmico processo.

Assim, descreve as técnicas de pesquisa que utilizou

Neste processo, fizemos uso de técnicas de entrevistas com os envolvidos no processo educativo, técnicas de observação e registro das atividades escolares e de sala de aula, técnicas de análise de documentação da escola, entre outras. Com os dados descritivos da realidade em mãos, novamente nossa concepção de mundo voltou a atuar durante o processo de análise dos dados. As categorias de análise vão emergindo da realidade (ou sendo adicionadas pelo pesquisador a partir de seu quadro teórico e visão de mundo). Em nosso caso, examinando o que era genérico e persistente na prática da professora com seus alunos, pudemos reconstruir o conceito de avaliação e construir a categoria da avaliação informal (FREITAS, 2007, p. 56 e 57).

Compreendido o tema do método como o caminho que nos leva à compreensão da realidade alvo deste estudo e das técnicas de pesquisa que empregaremos para obter e facilitar a reunião de dados, informações e outras evidências que permitam a análise material, histórica e dialética dos processos sociais de negociação e diálogo estabelecidos pelos atores sociais protagonistas deste tempo, e como as práticas e vivências educativas do movimento social e sindical se materializa e se manifesta neste processo, detalharemos em seguida, as iniciativas realizadas durante o trabalho de campo, que incluíram entrevistas, pesquisas sobre as ações e agenda de trabalho do CONDRAF, estudo e coleta de dados e informações sobre as Marchas das Margaridas e o GTB, a criação da ENFOC e o processo de formação e as práticas e vivências educativas do movimento sindical, a análise de políticas públicas elegidas como prioritárias pelos movimentos sociais rurais nos diálogos estabelecidos no CONDRAF e logo o esforço de analisar todo este conjunto de informações, a luz do objeto de pesquisa.

Iniciemos com as entrevistas que foram realizadas durante o trabalho de campo.

A decisão tomada para definir sobre as pessoas a serem entrevistadas não foi um processo simples. Alguns fatores dificultaram a realização das entrevistas, mas também

era preciso eleger as pessoas que vivenciaram os processos educativos, organizativos e políticos que estão no centro deste estudo. Era preciso ser assertivo e estratégico nesta escolha, além de contar, obviamente, com a aceitação por parte de cada um e cada uma em conceder a entrevista.

Cabe mencionar que três fatores foram relevantes durante o período de trabalho de campo, que dificultaram sobremaneira a realização das entrevistas: 1. A mudança de residência deste autor, em função dos compromissos laborais, do Brasil para o Chile, aonde o problema da distância geográfica se somava à intensa rotina do trabalho; 2. A pandemia do COVID-19, que manteve as fronteiras fechadas por meses, impedindo qualquer possibilidade de encontros presenciais e as profundas alterações nas rotinas de trabalho de um sem número de pessoas, incluindo aquelas que finalmente selecionamos para as entrevistas e, 3. As eleições municipais que de alguma maneira mobilizaram o tempo e a disponibilidade de ao menos dois dos entrevistados.

Assim, todas as entrevistas foram realizadas de maneira virtual, sendo necessário vencer as dificuldades de conectividade de pelo menos dois entrevistados, que passaram a residir em municípios localizados em áreas com pouca estrutura de internet e a disponibilidade de tempo de outros dois entrevistados, envolvidos nos processos de campanhas eleitorais para as eleições municipais em 2020.

Além destes casos, uma entrevistada passou a residir por um período na Inglaterra, por motivos de trabalho e acadêmicos, o que exigiu outra negociação de tempo e horário.

Assim, em meio a este contexto, decidimos por 6 entrevistados e entrevistadas, que concederam a este estudo entrevistas ricas em detalhes, em conteúdos e sobretudo, com uma enorme visão crítica e sensível à realidade social do campo³³. Também com uma profunda análise política e institucional sobre o que representou o período político e institucional no Brasil compreendido entre os anos de 2003 e 2016, pois todos e todas estavam completamente comprometidos em suas funções com a realização de diálogos políticos, elaboração de políticas públicas, mudanças nas realidades do meio rural para uma melhor qualidade de vida e acesso a direitos, organização dos movimentos sociais e a realização do GTB e da Marcha das Margaridas.

Os 6 entrevistados e entrevistadas foram (e ainda são!) personagens relevantes para a organização social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, para a luta política

³³ Todos os 6 entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o uso das entrevistas concedidas para este estudo. No Anexo 2 está a minuta do documento que foi assinado.

e partidária e para o fortalecimento de outros espaços de luta política e social, como a academia. São estes os entrevistados:



Alberto Ercílio Broch, natural de Espumoso- RS, agricultor familiar e proprietário de uma área de terras em Alto Alegre/RS. Começou sua militância no início dos anos 80 na Igreja Católica, na Pastoral da Juventude. Em 1983, iniciou sua participação no movimento sindical no STTR de Espumoso. Em 1986 foi eleito presidente do STTR de Espumoso.

Em 1989 foi eleito vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG/RS), sendo reeleito no mandato seguinte, chegando à Presidência da FETAG em 1994. Logo em 1995 assume a Secretaria de Política Agrícola da CONTAG, sendo reeleito para o mesmo cargo em 2001.

Durante o quadriênio de 2005/2009, ocupou a Vice-Presidência da entidade e dirigiu a Secretaria de Relações Internacionais além de ser eleito secretário-executivo da Coordenação das Organizações dos Produtores Familiares do Mercosul Ampliado (COPROFAM).

Em 2009 é conduzido ao cargo de Presidente da CONTAG, sendo reeleito para o período de 2013-2017. Em seguida, para a gestão de 2017-2021 foi eleito vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da CONTAG e foi eleito presidente da COPROFAM em julho de 2017. Em março de 2019 foi eleito vice-presidente do Fórum Rural Mundial. Em 2021, foi reeleito para a Vice-Presidência e Secretaria de Relações Internacionais da CONTAG.

A entrevista com Alberto Broch foi realizada no dia 9 de março de 2020.



Elvino José **Bohn Gass**, nasceu no município de Santo Cristo - RS, noroeste do Rio Grande do Sul. Agricultor familiar, professor e militante no movimento sindical rural, presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo por duas vezes (1986-1989 e 1992-1995). Fundador do PT, sempre integrou direções partidárias em nível local e estadual. Fundador da CUT, integrou sua direção nacional.

Graduou-se em Estudos Sociais, com licenciatura em História, pela Unijuí e Pós-Graduação em Gestão Social pela UFRGS. Em 1996, elegeu-se vereador em Santo Cristo. No mesmo ano, renunciou à vaga de vereador para assumir, como suplente, a vaga do deputado estadual. Foi reeleito deputado estadual em 1998, 2002 e 2006, com votação em mais de 250 municípios gaúchos. Na Assembleia Legislativa Estadual do Rio Grande do Sul - ALERGS, foi líder da bancada petista, além de ter presidido a Comissão de Agricultura e coordenado as frentes parlamentares em defesa da extensão rural e da economia popular e solidária.

Em fevereiro de 2011 assume pela primeira vez o cargo de deputado federal e atualmente exerce seu terceiro mandato, sendo neste momento, líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

A entrevista com **Bohn Gass** ocorreu no dia 21 de janeiro de 2020.



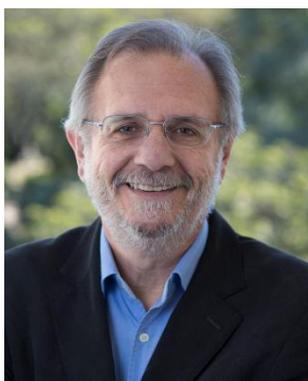
Maria José Morais Costa, mais conhecida como Mazé, é natural de Batalha - PI. Agricultora familiar, começou a atuar no MSTTR em 2005, como secretária de Jovens do STTR de Batalha. Em seguida, passa a integrar a Comissão Estadual de Jovens da FETAG-PI e foi suplente da Diretoria de Jovens do Pólo de Esperantina. Logo, assumiu a Secretaria de Jovens da Federação.

Em 2013, foi eleita secretária de Jovens da CONTAG. No mesmo período, assumiu a Secretaria de Juventude da COPROFAM e compôs a Diretoria Ampliada da CUT Nacional.

Em 2017, foi eleita secretária de Mulheres da CONTAG e, no mesmo ano, suplente do Comitê de Mulheres da Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabaco y Afines (Rel-UITA).

Em 2019, coordenou a 6ª Marcha das Margaridas, maior mobilização social protagonizada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, com mais de 100 mil participantes. Em 2021 foi reeleita para o cargo de Secretária de Mulheres da CONTAG.

A entrevista com a **Mazé Morais** ocorreu no dia 24 de julho de 2020.



Miguel Soldatelli Rossetto nascido em São Leopoldo - RS, em 4 de maio de 1960, é político, sociólogo e sindicalista brasileiro. Como metalúrgico e petroquímico, ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministro do Desenvolvimento Agrário nos governos Lula (janeiro de 2003 a 31 de maio de 2006) e Dilma (março de 2014 a setembro de 2014).

Também foi presidente da Petrobras Biocombustível de maio de 2009 até março de 2014; e ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Trabalho e Previdência Social no Governo da Ex-Presidenta Dilma Rousseff. Foi também vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão de Olívio Dutra e candidato ao Governo do Estado em 2018.

Em maio de 2020, o PT anunciou apoio à pré-candidatura de Manuela D'Ávila (PCdoB) à Prefeitura de Porto Alegre, indicando o ex-ministro Miguel Rossetto como vice da chapa.

A entrevista com o ex-Ministro **Miguel Rossetto** ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2020.



Raimunda de Oliveira Silva (**Mundinha**), Educadora Popular, Coordenadora Pedagógica da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) e integra a Equipe de Coordenação Estratégica do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL). Graduação em História pela Universidade Regional do Cariri (CE) - URCA, em 1995.

Educadora Popular com experiência em facilitação de processos de desenvolvimento organizacional e planejamento participativo, formação de educadores e educadoras e lideranças de movimentos sociais, sindicais e populares. Fez uma Pós-Graduação Lato Sensu em Prática Social Reflexiva pela Crossfields Institute, em 2018, e é mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela UnB de Planaltina na linha de pesquisa - Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade, em 2019.

Coordenadora da ENFOC e membra do Conselho da CEAAL, onde desenvolve processos de construção coletiva de conhecimentos a partir da sistematização de experiências formativas, com produção de artigos e livros em coautoria com a rede de educadores e educadoras populares da ENFOC. Colaborou com o Projeto Residência Agrária Jovem da Unb de Planaltina - DF.

A entrevista com a **Mundinha** ocorreu no dia 30 de março de 2020.



Nascida em Descalvado - SP, em 12 de agosto de 1962, **Tereza** Helena Gabrielli Barreto **Campello** é economista e filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Também é formada pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em Saúde Públicas pela FioCruz. Foi a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante o governo da Ex-presidenta Dilma Rousseff.

Foi professora do curso de Economia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), assessora econômica do Gabinete de Planejamento e Orçamento Participativo - OP do município de Porto Alegre, assessora do Governador Olívio Dutra e Secretária Geral Adjunta de Governo no Rio Grande do Sul. Participou da equipe de transição entre os governos do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ex-Presidente Lula, tendo sido Assessora Especial da Presidência da República e membro do grupo de trabalho que

desenvolveu, organizou e implementou o programa Bolsa Família. Na Casa Civil, esteve à frente de projetos prioritários na área de desenvolvimento social, tecnológico e ambiental. Foi Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no período de janeiro de 2011 a maio de 2016, tendo coordenado o Plano Brasil Sem Miséria. Recentemente estava como pesquisadora associada da Universidade de Nottingham, Inglaterra. Atualmente coordena a cátedra Josué de Castro, na Universidade de São Paulo - USP.

A entrevista com a ex-Ministra **Tereza Campello** ocorreu no dia 24 de janeiro de 2020.

As entrevistas tinham um roteiro básico e todos (as) entrevistados (as) responderam as mesmas perguntas³⁴. Naturalmente durante as conversas, outros temas eram mencionados, mas estavam todos dentro de um “campo de investigação” desejável.

Procurávamos compreender como se desenvolveram os processos de organização social, as práticas e as vivências educativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, os processos de luta e de organização das pautas de reivindicações, o Grito da Terra Brasil e o valor simbólico e político das Marchas das Margaridas e a organização das mulheres trabalhadoras rurais. E aonde o processo de aprendizagem, o processo educativo e de formação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais estava presente nisto tudo, no seu ato de criar e recriar a sua realidade. Todo um esforço histórico, de décadas de luta e de mobilização, que perpassaram vários governos e regimes políticos, finalmente estavam “sentados na mesa” com os representantes do poder público. Por fim, conhecer o processo que levou à criação da ENFOC e sua importância para a formação política do movimento sindical rural.

Também queríamos verificar como os gestores públicos percebiam este processo de negociação, a presença de representantes dos movimentos sociais nos espaços públicos, a relação do Estado com estes sujeitos políticos coletivos e a resposta dada pelo Governo Federal às demandas apresentadas pelo movimento.

Além disto, verificar como cada entrevistado percebia a participação social, a relação aberta e dialogada entre as partes, a autonomia de cada ator, a importância de colocar as pessoas do campo na agenda de prioridades, em especial os mais vulneráveis.

As contribuições de cada um deles, além de serem relevantes para as funções que desempenhavam a época, também nos auxiliaram a perceber a dimensão simbólica da

³⁴ O roteiro utilizado nas entrevistas está no Anexo 5 deste documento

participação social nos espaços de negociação e diálogo, as contradições existentes na formulação e na gestão das políticas públicas e, principalmente, uma análise crítica sobre como se encerrou este ciclo em 2016. Teria este período contribuído a uma elevação no grau de consciência dos atores envolvidos, ao desenvolvimento de novas formas de diálogo e negociação e a possibilidade do pleno exercício da democracia nos espaços públicos?

Por isto, nos interessava saber a opinião de cada um deles sobre os processos de negociação e diálogo estabelecidos com o poder público federal, a maneira de organizar as pautas de reivindicação e em especial atenção sobre como se dava este processo de diálogo no CONDRAF. Perguntamos também a cada entrevistado (a) quais foram as principais políticas públicas conquistadas no período de 2003 a 2016 e como isto alterou as realidades no meio rural.

Também, consideramos importante tentar entender como um ciclo virtuoso de elaboração e de implementação de políticas públicas termina de maneira tão desastrosa, com um impeachment da Ex-Presidenta Dilma Rousseff e tudo o que se sucedeu desde então. Perguntamos a cada um o que ocorreu, onde “falhamos? Que erros foram cometidos?” E porque um sentimento de desencanto se instala no seio dos movimentos sociais rurais³⁵. O desmonte das políticas públicas é nítido e não pode se negado, em todas as áreas e políticas, não apenas para o campo, a agricultura familiar, a reforma agrária, mas severamente sobre o meio ambiente, a saúde e a educação públicas.

Mas também nos interessava saber quais foram os acertos e o aprendizado sobre este ciclo virtuoso e de alguma maneira ouvir sobre as expectativas de um outro e possível novo período ou ciclo político aonde os trabalhadores e trabalhadoras rurais estivessem outra vez nas prioridades do governo federal e para isto instigamos cada a um a se manifestar sobre um necessário reencantamento, um desejo profundo de “virar as páginas” deste atual momento e novamente restabelecer um ambiente democrático e de diálogo no país.

Nas entrevistas, foi possível captar também a importância dos valores políticos e simbólicos da luta social, em distintos tempos históricos e como isto favoreceu aos movimentos sociais participarem da arena pública de diálogo e negociação durante os

³⁵ Ressalto que algumas entrevistas foram realizadas em um momento pré-pandemia. Ainda não estava instalada a catástrofe sanitária no Brasil, o que dificulta enormemente a realização das manifestações coletivas em espaços abertos, reuniões de pessoas, encontros presenciais etc. Recentemente, no ano de 2021, estão sendo realizadas várias manifestações massivas em protesto contra o atual governo.

anos de 2003 e 2016, a partir dos relatos das experiências individuais e coletivas que foram relatadas durante as conversas.

Além disto, do ponto de vista de cada um, verificamos como percebiam os posicionamentos institucionais e de participação social de cada ator, com suas vozes e condutas.

Em meio à realização das entrevistas, seguimos o caminho de coleta, organização e análise das informações existentes sobre o CONDRAF.

Lamentavelmente, por força do Decreto nº 9.784, de 7 de maio de 2019, que extinguiu um sem-número de órgãos colegiados, Conselhos e outros espaços que permitam a participação social e popular, toda a informação pública sobre o CONDRAF simplesmente desapareceu. Existem ínfimas referências sobre o Conselho nos sites dos órgãos do Governo Federal. Não há dúvidas que esta prática antidemocrática e autoritária vem no sentido de apagar a memória e as informações sobre as atividades desenvolvidas pelo CONDRAF durante todos os seus anos de funcionamento. Uma medida execrável, porém, coerente com a linha política do atual mandatário da República.

Assim, para recuperar estas informações, foi preciso recorrer a rede de contatos pessoal para encontrar algo guardado nos “pen-drives” de quem trabalhou ou vivenciou as ações do CONDRAF durante os mais de 15 anos de existência. A rede funcionou e várias pessoas compreenderam que o que estava em marcha era um esforço de reunir a memória histórica do Conselho.

Isto exigiu alguns meses, para reunir e logo para organizar as informações obtidas. Felizmente, boa parte da informação foi coletada e sistematizada e de aí conseguimos verificar uma enorme quantidade de reuniões, eventos, as Conferências Nacionais, normativos, resoluções os diálogos institucionais promovidos pelos membros do Conselho e etc.

Assim, demos seguimento ao objetivo de estudar o processo de negociação e diálogo no CONDRAF, como forma de analisar e discutir a participação social neste espaço público, a partir das informações e dados obtidos. É um estudo detalhado, aonde o registro histórico, contido nas atas e resoluções de cada reunião deste colegiado, foi verificado, do ponto de vista do seu acolhimento ou não por parte do Governo Federal, a partir do processo de formulação e implementação de políticas públicas, que tenham sido oriundas deste diálogo. Além disto, lendo cada uma das atas, foi possível identificar as manifestações dos conselheiros membros dos movimentos sociais, nas suas críticas,

sugestões, agradecimentos, reconhecimentos, denúncias e outros tantos posicionamentos que contribuíram para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

Foram realizadas **49 reuniões ordinárias do CONDRAF³⁶ entre os anos de 2003 e 2016**, sendo a primeira delas a 16ª Reunião Ordinária realizada no dia 3 de dezembro de 2003 e a última a 65ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2016. Também foram realizadas neste período histórico **8 reuniões extraordinárias**, sendo a primeira delas a 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 4 de novembro de 2004 a última delas a 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de maio de 2016, esta última já coordenada pelos golpistas de plantão, após o afastamento temporário da Ex-Presidenta Dilma Rousseff.

Fruto da intensa busca que realizamos para reunir o acervo do CONDRAF, conseguimos reunir **todas** as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas entre 2003 e 2016, exceto a ata da 55ª Reunião Ordinária, que lamentavelmente não foi localizada.

Um interessante e necessário **acervo histórico**, onde estão as sínteses dos processos de diálogo das **principais políticas públicas implementadas no campo recentemente no Brasil**, e mais especialmente no período entre 2003 e 2016. Cada um destes documentos foi lido e identificados os autores de cada manifestação e sua representação social, e neste exercício foi possível ver claramente os acordos, divergências, conquistas e frustrações, relativas ao processo de negociação e diálogo entre representantes dos movimentos sociais e do governo federal representado no Conselho.

Também foi objeto de investigação no acervo histórico do CONDRAF, as demandas elaboradas e apresentadas pelas mulheres rurais organizadas nas Marchas das Margaridas e também aquelas apresentadas pelo GTB.

O intuito deste exercício foi verificar como a pauta de reivindicações reverberava dentro do Conselho, e como a partir da realização da Marcha e do GTB, se estabelecia uma dinâmica de negociação e diálogo entre as partes. Armamos desta maneira, um ótimo enlace entre a organização das mulheres e seu processo de formação para a Marcha e a manifestação política do movimento social com a dinâmica de funcionamento da

³⁶ O CONDRAF é órgão colegiado e integrava a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi instituído pelo Decreto Presidencial no 4.854, de 8 de outubro de 2003, como uma reestruturação do antigo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Por isto a numeração das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas antes de 2003 foram mantidas como parte da série histórica de atividades do Conselho.

instância pública encarregada de acolher, discutir e dar efetividade às demandas sociais das populações do campo. O mesmo processo foi realizado para o GTB.

Bem, até aqui descrevemos como realizamos as entrevistas e o que procurávamos obter em cada uma. Também discorremos sobre o que buscávamos nos registros históricos do CONDRAF e estabelecemos um vínculo concreto entre a Marcha das Margaridas, o GTB e o Conselho, em busca de evidências de que nos governos que existiram entre 2003 e 2016, havia abertura ao diálogo e à negociação com os movimentos sociais. E também verificar neste espaço como os movimentos sociais, a partir de seu protagonismo, conquistaram políticas públicas, frações do Estado que se colocaram à disposição deste processo de organização e luta social, cristalizada na demanda social e implementada pelo Governo Federal como fruto de um processo de negociação e diálogo.

Neste sentido, incorporamos a este estudo o conceito de Estado ampliado de Gramsci, como uma relação social, uma condensação das relações presentes na sociedade, tanto na esfera da sociedade civil, como na esfera da sociedade política. Mendonça (2012), discutindo a obra de Gramsci, descreve o pensamento do autor sobre isto, mencionando:

A sociedade civil como o conjunto dos agentes sociais, associados aos aparelhos privados de hegemonia, cernes da ação política consciente, e organizados pelos intelectuais orgânicos de uma classe ou fração, visando obter determinados objetivos. Em contrapartida, a sociedade política engloba o conjunto de aparelhos e agências do poder público propriamente dito (MENDONÇA, 2012, p. 352-353).

Assim, o conceito de Estado ampliado vai além das instituições públicas como entendido pelo senso comum e passa a integrar a vida cotidiana das pessoas, em um movimento dialético, aonde a correlação das forças vigentes em uma das esferas repercute sobre a outra.

São os movimentos sociais rurais que aqui estamos considerando como os sujeitos coletivos que, mediante seu processo de organização social, de elaboração de uma consciência, procuram atingir esta sociedade política, expondo seu projeto político pedagógico, sua visão de mundo, pautados por seus valores, demandas, crenças e necessidades, em busca de conquistar frações do Estado que estão, em princípio, dominadas pela classe dominante. É o princípio de funcionamento da hegemonia, que para Gramsci, ocorre quando a visão de mundo de um grupo se impõe sobre a de outro grupo.

Segundo Pronko (2012), discutindo a obra de Gramsci,

A sociedade civil é o espaço principal para o exercício da função hegemônica e a arena privilegiada da luta de classes, pela atuação dos chamados “aparelhos privados de hegemonia”: organizações nas quais se elaboram e moldam as vontades e com base nas quais as formas de dominação se difundem, generalizando modalidades de convencimento adequadas ao grupo ou fração dominante (PRONKO, 2012, p. 392).

E justamente sobre a vontade deste coletivo, é que Medeiros (2020) indica que ela é fruto de uma linguagem comum, que articula queixas e demandas, delimita os adversários e determina a escolha das iniciativas adequadas, em determinada condição política, para visibilizar e demonstrar sua força. E para romper a lógica hegemônica, é preciso construir vontade política, baseada na cultura e nos valores (SILVA, 2012, p. 272).

Por isto, Gramsci chama a atenção para o fato de que

O desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 1999, p.104).

A vontade coletiva, demonstrada por este sujeito coletivo, foi abordado por Gramsci (2002), quando investigava como se formavam estas vontades e como estas se apresentam para os fins imediatos e concretos a que se propõe, comentando que

Se trata de un proceso molecular, minuciosísimo, de análisis extremo capilar, cuya documentación está constituida por una cantidad infinita de libros, de opúsculos, de artículos de revistas y periódicos, de conversaciones y debates verbales que se repiten infinitas veces y que en su conjunto gigantesco representan este trabajo del que nace una voluntad colectiva de un cierto grado de homogeneidad, de ese cierto grado que es necesario y suficiente para determinar una acción coordinada y simultánea en el tiempo y en el espacio geográfico en el que el hecho histórico se verifica (GRAMSCI, 2002, p. 314-315).

E a ação coordenada se constitui como um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida, um sistema vivido de significados e valores, que ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente (PRONKO, 2012, p. 394). Segundo Silva (2012) é com base na experiência, no cotidiano, tomando as

representações da realidade, que se conforma a consciência do ser social, uma prática do dia a dia, uma filosofia da *práxis*.

Segundo Monasta, 2010, discorrendo sobre a obra de Gramsci, a filosofia da *práxis* é

Um instrumento ideológico para expandir a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, tornando as massas populares melhor capacitadas para controlar suas vidas e “dirigir” a sociedade ou “controlando os que a dirigem” (MONASTA, 2010, p. 30).

Além disso, aproveito este momento para ressaltar o que diz Mendonça (2012) sobre as contribuições teóricas que aproximam a Marx, Gramsci e Vigotski, quando menciona que

O cenário acadêmico buscou camuflar ou se mostrou incapaz de encontrar o fio condutor das valiosas contribuições teóricas destes autores. Assim, foram negados seus princípios fundamentais – a necessidade de transformação e superação da sociedade capitalista e a luta pelo socialismo – que se diluíram em visões fragmentadas e imediatistas, comprometendo o desenvolvimento da trajetória marxista em sua essência, já que Gramsci e Vigotski dão continuidade à produção teórico-prática de Marx. Em momentos históricos diferenciados, os três autores fizeram da teoria um instrumento de reflexão e ação revolucionárias visando ao socialismo (MENDONÇA, 2012, p. 8).

Finalizando esta abordagem, tem sido a partir da ação mobilizadora e consciente dos movimentos sociais do campo, na luta por direitos e conquistas historicamente a eles negados, que diferentes níveis de governo têm criado espaços institucionais para o desenvolvimento de políticas públicas que deem conta das demandas do campo. São as lutas protagonizadas pelos sujeitos coletivos do campo que desencadeiam mudanças na sociedade e no Estado, que abrem caminhos para transformações e para a consolidação de políticas públicas que refletem minimamente o atendimento às garantias constitucionais de igualdade previstos na Constituição Federal de 1988.

Resta então explicar a escolha por uma política pública que possa exemplificar claramente todo este processo, desde a organização das pautas e reivindicações dos movimentos sociais, passando pelas negociações com as instâncias políticas do Governo Federal até aterrissarem no órgão responsável pela sua implementação e por fim, a partir de dados relativos à execução orçamentária e financeira e a implementação desta política, confirmar o interesse público em levar a cabo a reivindicação social.

De igual maneira, demonstrar que na mesma medida que o Governo Federal acolhe a demanda social e aporta recursos públicos para sua efetivação, constatar que o efeito contrário também ocorre, e rapidamente.

Construir exige tempo, dedicação, elaboração de marcos normativos, leis, decretos, portarias ministeriais, diálogo, negociação, conferências e um sem-fim de reuniões para ajustar e dar forma a uma política. Porém destruir e colocar todo este esforço literalmente na lata do lixo é fácil. Este estudo irá demonstrar isto claramente.

Cruzando as respostas dos 6 entrevistados(as) sobre quais foram as políticas públicas implementadas mais relevantes no período de 2003 a 2016, com as leituras das atas das reuniões do CONDRAF e as manifestações dos movimentos sociais ali representados, exercendo seu protagonismo social e político, e a resposta do Estado dada a partir da expansão orçamentária e financeira e a agenda implementada, como os eventos realizados sobre uma determinada política, decidimos por analisar a elaboração e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

A ATER recebeu toda a atenção do CONDRAF. Foi instituído um Grupo de Trabalho específico sobre esta política e também foi a única política gerenciada pelo MDA a ser debatida a partir de duas Conferências Nacionais específicas sobre este tema.

Neste sentido, iremos analisar a PNATER no seu conjunto, dados orçamentários, execução física e financeira, realização das Conferências Nacionais de ATER, evidenciar os diálogos estabelecidos no CONDRAF sobre esta política e outros elementos relevantes que encontraremos no decorrer da análise dos dados e informações. Também mencionar que a demanda por ATER estava presente recorrentemente na pauta de reivindicações dos movimentos sociais, como na pauta do movimento rural sindical, representado pelo Grito da Terra e também na pauta das Marchas das Margaridas.

Desta maneira, estabelecemos umnexo entre a demanda social, o protagonismo dos movimentos sociais, o diálogo e a negociação estabelecidos na esfera pública do Estado, a conquista de uma política pública de âmbito nacional e enfim a sua estruturação no orçamento da União, como uma fração do Estado conquistada pelo movimento social.

Para finalizar este capítulo com a descrição das iniciativas que levamos a cabo durante o trabalho de campo, recorreremos novamente ao que menciona Freitas, que “fazendo uso de técnicas de pesquisa de observação direta e de levantamento da representação que os sujeitos fazem, do real, insere-se na teoria do conhecimento materialista histórico-dialético” (FREITAS, 2015, p. 72 e 73).

Sabemos que esta análise não permitirá o exame de tudo ou do todo. O objeto escolhido para esta pesquisa é dinâmico, tanto à sua época, como segue sendo dinâmico. Possivelmente, as **categorias de análise** que poderíamos constatar hoje, com as

características do atual governo, seriam outras, diferentes das que escolhemos para o ciclo de 2003 e 2016.

Se antes, nossas constatações estavam associadas à autonomia, à democracia, à conquista de direitos e de políticas públicas, à elevação de consciências, a participação social, possivelmente agora seriam o autoritarismo, a violência, o preconceito, o desmonte das políticas públicas para o campo ou o conservadorismo.

Enfim, estamos desenvolvendo uma análise, onde o passado, o presente e o futuro são parte do todo, e o **processo dialético** ampara este movimento, este ambiente em permanente transformação. A teoria histórico-cultural também assim se desenvolveu, compreendendo que há algo indissolúvel no tempo.

Sobre isto, Vigotski afirma que

El estudio de las funciones rudimentarias debe ser el punto de partida al investigar, mediante el experimento psicológico, la perspectiva histórica. En ese punto se unen indisolublemente el pasado y el presente. La luz de la historia ilumina el presente y nos encontramos simultáneamente en dos planos: lo que es y lo que fue (VIGOTSKI, 1995, p. 65).

Gonçalves, sobre isto, também indica que

O método materialista histórico-dialético coloca, como ocorreu, por exemplo, com Marx e Vigotski em seus estudos, na fronteira tênue entre o passado, o presente e o futuro, entre o que aconteceu, acontece e o que pode vir a acontecer, entre o conhecido e o desconhecido, entre o que se sabe e o que não se sabe, entre o que foi descoberto e o que ainda há por descobrir, etc. Aqui reside o caráter temporal-existencial e ao mesmo tempo atemporal-essencial da dialética (GONÇALVES, 2017, p. 157).

Em consonância com esta compreensão, Molina, citando Saraiva, nos confirma a necessidade de refletir sobre as práticas, sobre os erros e acertos, pensar o novo e estar pronto para um novo ciclo de lutas e conquistas, quando afirma que

A história, ao (re) construir o passado, assume um compromisso com o presente, levando os homens a fazer as reflexões sobre suas próprias experiências como sujeitos coletivos, contribuindo, desse modo, para posicioná-los diante do futuro. Assim, podemos afirmar que a história é a ciência que estuda o passado, mas com o compromisso crítico de nos fazer compreender, questionar e tentar transformar o presente e nos direcionar para um futuro que desejamos (MOLINA, 2014, p. 276).

Esta será, portanto, uma **pesquisa dialética**, que procurará em fontes documentais e testemunhos, compreender como o processo educativo e as práticas e vivências

educativas do movimento social e sindical resultou em conquistas sociais, no período de tempo em que uma janela de diálogo esteve aberta por força da luta e da organização dos movimentos sociais.

O método de pesquisa de Marx é conhecido como o método dialético do abstrato ao concreto. O ponto de partida é uma clara distinção entre o “empírico” e o “pensado”, no sentido de que o primeiro tem existência independente do segundo (FREITAS, 2015, p. 75).

Sobre esta abstração, que caminha para o concreto, Freitas, analisando conceitualmente o método dialético, afirma que

No plano conceitual, o primeiro momento é o da “representação” do empírico e uma representação é, para Marx, um ato cognitivo inicial, confuso e caótico. Não é em si o conhecimento, mas o início do conhecimento que ganha corpo a partir de determinações abstratas que, analiticamente, permitem formular conceitos simples. É pelo caminho das determinações abstratas e dos conceitos simples que o processo de abstração se desenvolve progressivamente. A essência da abstração consiste em tomar, provisoriamente, uma parte destacada do todo (FREITAS, 2015, p. 75).

Sobre esta decisão de adotar, portanto, a pesquisa dialética, Freitas menciona que

A pesquisa dialética é mais fácil de ser vista em ação e não na estática das páginas dos relatórios de apresentação da pesquisa onde a formalização obriga ao rompimento dos múltiplos laços existentes na realidade e, não raramente, se limita ao que deu certo. A realidade é a multiplicidade de relações em desenvolvimento com a qual o pesquisador tem que se confrontar e procurar compreender nas suas linhas mais centrais. Isso é o mais relevante. Não há um ponto certo de penetração nesta realidade, nem um ponto de chegada pré-definido (FREITAS, 2007, p. 47).

Este estudo parte de diferentes realidades, em um ambiente dinâmico, de grandes transformações no país, em um curto espaço de tempo. Um enorme desafio de definir datas, períodos, tempos históricos, recortes e focalizações. No entanto, o desafio foi colocado à nossa frente e registrar este período histórico é fundamental.

Por aí seguiremos, em um árduo e detalhado trabalho de buscar revelar dialeticamente, os processos de diálogo estabelecidos no espaço público aqui representado pelo CONDRAF, reunindo dados, informações e testemunhos, analisando e identificando as contradições, um momento da história brasileira aonde as representações sociais dos movimentos rurais, exerceram suas práticas de luta social e vivenciaram efetivamente um conjunto de conquistas políticas e sociais.

Um caminho de investigação que pretende articular a compreensão do momento histórico com os problemas da atualidade, fazendo uso de um método que continua sendo uma das melhores formas de construir historicamente o estudo da realidade, penetrar nessa realidade e construir categorias de entendimento sobre ela.

Apostemos nesta direção, mesmo considerando que

Nenhuma teoria pode ser tão boa a ponto de nos evitar erro. A gente depende, em última análise, da prática – especialmente da prática social – para verificar o maior ou menor acerto do nosso trabalho com os conceitos e totalizações (KONDER, 2008, p. 41).

CAPÍTULO IV – ANÁLISE, DISCUSSÃO E AS REVELAÇÕES DA PESQUISA

Vamos iniciar o processo de análise deste estudo primeiramente a partir das entrevistas realizadas.

Vamos tomar as palavras dos entrevistados sobre alguns aspectos que estamos abordando neste estudo e discutir com mais profundidade elementos associados aos processos educativos, a luta e a mobilização social, a importância das políticas públicas para a mudança do contexto econômico e social e também as suas compreensões sobre o caráter emancipatório e de elevação de consciência que a organização social pode promover.

Também vamos destacar a importância dada por eles para os processos de negociação e diálogo e como isto ocorria antes do período de 2003 a 2016 e também durante este período, analisando as discussões ocorridas no CONDRAF. Daremos destaque às mobilizações sociais como a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra e como estes processos de organização social estão marcados pelos símbolos da educação, da aprendizagem e da organização interna do movimento social.

Começamos discutindo se os processos de organização e luta social são processos educativos e em que medida, a partir das práticas e das vivências educativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, se conforma no âmbito do movimento sindical, um espaço de mudança, de inovação e criação, fortalecendo a capacidade de intervenção deste ator no seu espaço local e ampliando este processo em busca de conquistas e de direitos a partir das jornadas nacionais de lutas. Sobre esta luta constante para a criação de uma nova realidade no meio rural, tomemos as palavras de Vigotski (2001) quando menciona que

Ao mesmo tempo, a vida vai se revelando como um sistema de criação, de permanente tensão e superação, de constante combinação e criação de novas formas de comportamento. Assim, cada ideia nossa, cada um de nossos movimentos e vivências educativas constituem a aspiração a criar uma nova realidade, o ímpeto para a frente, rumo a algo novo. (VIGOTSKI, 2001, p.303)

O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais está organizado em mais de 4000 STR, em 27 federações estaduais e a CONTAG como órgão de representação nacional.

Esta estrutura capilarizada permite ao movimento sindical incidir a nível local, na comunidade, no assentamento rural, nos municípios e outros espaços para discutir e

reivindicar melhorias na qualidade de vida do seus afiliados, conquistar políticas públicas e denunciar as formas de violência e opressão existentes. A questão é como se organizam para isto, para buscar resultados efetivos a partir de um processo de organização coletiva, empregando métodos e técnicas de discussão e de aprendizagem.

Já abordamos neste documento que as mulheres rurais são um exemplo de como esta organização ocorre na esfera local e como vai se articulando até as instâncias nacionais de organização social, seja na Direção na CONTAG ou na Secretaria Nacional de Mulheres, ou a partir dos processos de capacitação e formação organizados pela ENFOC, orientados pelo PPP do movimento sindical ou no PADRSS, que sistematizam um conjunto de fontes e referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos que se propõe a organizar o “fazer educativo do MSTTR”, contribuindo para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da sua realidade e que possam intervir no sentido de promover a mudança.

Particularmente sobre a ENFOC, vimos claramente que ela organiza os processos de formação política e sindical do movimento, e também apoia na elaboração das pautas de reivindicação que são organizadas pela CONTAG durante o Grito da Terra e a Marcha das Margaridas.

Durante as entrevistas realizadas, percebemos que, sim, há um processo formativo em marcha que é reconhecido e valorizado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nas palavras de Mazé Moraes, percebemos a importância do processo de formação realizado pela ENFOC na organização das mulheres rurais, com uma clara referência ao PADRSS e também como ela considera esta dinâmica como um processo de educação:

Por isto a gente diz que o movimento sindical é uma universidade, porque a gente faz este processo de formação muito interligada com nossa escola de formação, a ENFOC, que traz vários temas importantes, desde nosso projeto de desenvolvimento rural e solidário, como outros temas importantes, como o patricariado, a questão do Estado, vários temas que vem e que nos mulheres estamos bebendo nesta fonte, enquanto uma educação não formal, mas uma educação que tem contribuído muito para o nosso dia a dia, para nossa formação política, para nossa educação. Tem nos ajudado bastante.

E

Voltando ao tema da educação, para a gente, o processo educativo sempre foi muito importante. As mulheres sempre fizeram este processo de formação através de oficina, de seminário, de encontros, enfim, as mulheres sempre fizeram e tiraram temas importantes para debater, a gente sempre fez isto.

Sobre esta educação não formal mencionada por Mazé, importante mencionar o que Tonet afirma sobre a educação, quando diz que “Sabemos que a educação escolar é apenas uma forma de educação. Esta, em sentido mais amplo, é efetivada em todos os espaços da vida social”. (TONET, 2014, p.10)

Mundinha também aborda esta questão, quando discute em que medida o movimento sindical é um espaço de educação, mencionando que

Um dos elementos muito forte que é discutido é quanto, ou em que medida, o movimento sindical é em si um espaço educativo. Quando a gente compreende o movimento como sendo em si mesmo um processo educativo.

As práticas cotidianas empregadas pelos STR e Federações, com a orientação da ENFOC vem no sentido de oferecer uma orientação pedagógica que permita articular as ações de luta e de mobilização de incidência local com o PADRSS. Mundinha comenta sobre isto, mencionando que isto ocorre

Articulando o processo das ações, com a organização e com a incidência nos espaços locais. Este programa constituía um campo de capacitação e negociação em âmbito local e estas capacitações conjugava um elemento que era a identificação das demandas locais e identificação e elaboração de propostas.

E que isto está considerado como uma vivência pedagógica, algo dinâmico, vinculado à ação cotidiana de lutas e reivindicações, articulando a incidência política com o processo educativo, estruturado e planejado. Sobre isto, Mundinha menciona que

Dentro desta trajetória, vai se discutindo como o processo educativo que articula ação, organização e formação, como este processo se articula na vivência pedagógica, pensar em uma ação com perspectiva educativa requer um planejamento, requer preparação, não pode ser uma ação aventureira, tem que ser uma ação preparada, e que esta ação, para ter um caráter educativo precisa estar muito bem articulada com a característica e a capacidade organizacional do movimento.

Mas isto nem sempre foi assim. Em algum momento no interior do MSTTR, foi percebida a necessidade de organizar esta ação pedagógica, estruturada em um processo educativo, porque a dinâmica de organização do movimento sindical não estava considerando adequadamente a necessidade de preparar sua intervenção. Consumidos seguramente por uma quantidade considerável de demandas, o tema da preparação, da

formação, ficou em segundo plano. Assim, Mundinha comenta que o movimento fez uma reflexão sobre sua capacidade de intervenção, quando menciona que

Então, foi aí que gerou esta crítica, que o movimento precisava reforçar seu processo educativo, porque a gente estava perdendo a qualidade de enfrentamento e de incidência nas políticas públicas. A gente estava metido no processo e estava tendo pouco tempo de reflexão sobre a prática, que é um dos princípios do processo educativo.

O desenvolvimento de processos de organização nos movimentos sociais realizados conjuntamente com práticas educativas também leva ao desenvolvimento de tecnologias sociais e de aprimoramento do conhecimento popular, realizadas por um sem número de iniciativas. Pessoalmente participei de várias atividades em Conceição do Araguaia - PA aonde os agricultores se reuniam para conversar sobre técnicas de manejo das áreas de produção, armazenamento de sementes, melhoramento genéticos de rebanhos e as mulheres faziam o mesmo, conversando sobre as hortas, as criações de pequenos animais, a produção de doces, compotas e outros produtos. São processos educativos, que unem o aprimoramento do conhecimento popular com a organização social.

Sabemos que isto é uma prática que ocorre em todas partes do país, a partir de iniciativas que levam ao melhor convívio das pessoas com as condições climatológicas, por exemplo. Na região semiárida do Nordeste Brasileiro, uma das tecnologias sociais mais importantes é a construção de cisternas para o armazenamento de água das chuvas e destinada ao consumo familiar.

Estas tecnologias sociais passam a influenciar a elaboração das políticas públicas. Há vários casos que podemos mencionar para além das cisternas. A Agroecologia como prática e princípio científico de produção agrícola carrega em si muito do conhecimento popular e tradicional desenvolvido por gerações de agricultores, povos indígenas e outras populações tradicionais. **Tudo isto é educação.** E passa a ocorrer um frutífero processo de multiplicação do conhecimento.

Sobre isto, Tereza Campello comenta que

Como eles viram multiplicadores, como viram pedreiros, começam a fazer outras cisternas. Então, um processo educativo de cidadania e ao mesmo tempo de conhecimento, não só de participação, mas de conhecimento, de como lidar com as cisternas, de como lidar com as sementes. Então este é um processo de conhecimento mesmo. Tem gente na Embrapa hoje estudando isto. Como a

ciência ou o conhecimento tradicional de laboratório passa a aprender com a sociedade. Então aí tem uma discussão de aprendizagem muito linda.

A negociação e o diálogo também são processos educativos, que os trabalhadores e trabalhadoras foram aperfeiçoando ao longo da sua história e desenvolveram suas próprias ferramentas pedagógicas e estratégias de luta e de mobilização.

Alberto Broch manifesta de forma clara este entendimento. Quando perguntado se a preparação do MSTTR para a luta social e a organização de uma pauta de reivindicações é um processo educativo, ele responde que

A minha resposta é afirmativa. É um processo pedagógico. Um processo de participação social, um processo de diálogo político que nós chamamos de diálogo sério, que não é um diálogo entre surdos e mudos.

Indo um pouco mais a fundo, Alberto entende que este processo pedagógico não é restrito aos atores sociais, mas também influencia os representantes do setor público. Durante as discussões da pauta do Grito da Terra entre os representantes da CONTAG e do governo, segundo Alberto, há um processo educativo para ambos os lados, quando diz:

Eu estava falando da importância deste processo pedagógico, formativo, muito importante para as organizações, há um crescimento neste processo todo, tanto para as organizações, como inclusive para os gestores públicos, para os ministros. Nós conseguimos perceber neste diálogo, nesta metodologia, nesta pedagogia de um diálogo político, da negociação, da apresentação da proposta, da formação nossa, que nos obriga a estudar, a qualificar as propostas, e ao mesmo tempo compreender como se dá o orçamento, o processo legislativo porque não basta somente apresentar a proposta.

E enfatiza a riqueza deste momento quando menciona que

Este foi um processo muito pedagógico, um processo educativo, um processo muito forte, por exemplo, da gente aliar o processo formativo, para nós e para o próprio governo, para os técnicos, de participação social. Isto eu faço muita questão de dizer, que foi um momento muito rico, da nossa experiência no Brasil

Interessante mencionar neste momento, como esta prática da negociação e a construção de agendas que priorizem a mudança social pode ser visto como exercício educativo segundo a reflexão de Gohn (2014), quando menciona que

Esta (educação popular para a cidadania) se faz na prática, ou seja, no exercício do cotidiano, como a participação em conselhos e colegiados ou cursos de capacitação, mas também se orienta para a retomada da utopia, priorizando a

construção de agendas que priorizem a mudança social. Isto significa politizar o político, no sentido de uma socialização do poder e não numa república de técnicos, especialistas e competentes no gerenciamento das diretrizes do FMI, do Banco Mundial, etc. Essa repolitização da esfera pública está intrinsicamente articulada ao debate amplo, envolvendo inclusive a mídia para se legitimar, sobre um projeto emancipatório, sobre a natureza da democracia como soberania popular. (GOHN, 2014, p.548)

Sobre esta experiência, Miguel Rossetto expressa a mesma percepção, mencionando que quando os movimentos sociais ou a sociedade organizada, vem em direção ao Governo para negociar suas demandas, ocorre um processo de aprendizagem para todos, forjado no ambiente da tensão e da necessidade de resposta por parte dos agentes públicos:

Mas é obvio que é um aprendizado educativo, de mediações de interesses de classes, estabelecendo prioridades, aprendendo a conhecer e superar limites, aprende a compor os interesses populares, de uma maioria, por uma escola, por um posto de saúde, de um hospital, de uma estrada asfaltada, de um programa de apoio à agricultura, um programa de apoio as cooperativas. Tudo isto cria uma experiência política extraordinária.

Confirma também que esta experiência política é realizada em um ambiente de contradições, de forte tensão política, aonde todos os lados têm que estar preparados para esta negociação. Interessante notar que Miguel Rossetto chama a atenção para a qualidade também da pauta apresentada pelo movimento social, conforme Mundinha também havia mencionado anteriormente, o que exige inevitavelmente um processo de preparação, por parte do movimento social.

Ela joga, tensiona, exige formação, exige capacidade de resposta, exige preparação, qualificação, portanto, ela é um processo que exige tempo. E ele positivamente tensiona a todos os agentes. Tensiona o governo que tem que responder, tensiona os movimentos populares que tem que apresentar pautas com qualidade, questiona a legitimidade das demandas populares. Então é um processo rico neste sentido. Não tem moleza. Todo mundo aprende e tem que responder a esta dinâmica

A experiência do Orçamento Participativo realizado nos anos 80 pelo Governo Municipal da Cidade de Porto Alegre e também pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul, nos quais Miguel Rossetto e Tereza Campello foram partes integrantes, também geraram estes espaços de aprendizagem de todos envolvidos, agentes públicos e representantes dos movimentos sociais e da sociedade. Miguel Rossetto menciona com detalhes o que representou a experiência do OP nestes governos:

Imagina milhares de agricultores, funcionários públicos, empresários, pequenos e micro, dono de lancheria, hotel, vai botando....tudo...., trabalhador, metalúrgico, bancário, petroquímico, comerciante, vai botando...toda esta turma sendo informada de onde vem o dinheiro público, os salários dos servidores, do judiciário, quanto ganha um deputado, quanto custa uma assembleia, quanto ganha um professor, quanto custa uma escola, quanto é o incentivo fiscal para uma empresa grande... Todo este processo da receita pública, da arrecadação pública. Isto é um processo educativo importante. E também significa um aprendizado em estabelecer prioridades. É óbvio que é um processo conflitivo.

No entanto, a abertura para o diálogo nem sempre ocorreu. Mencionamos neste estudo que os processos de negociação e diálogo **antes** do período de 2003 e 2016 não existiam ou, quando existiam, eram forjados a partir da pressão dos movimentos sociais rurais, utilizando também estratégias de mobilização marcadas pela ocupação dos espaços públicos (como rodovias, praças, áreas públicas urbanizadas) ou por medidas radicais, como as greves de fome e as vezes conflitos armados.

Nos anos 80, mesmo com o processo de redemocratização em marcha e a redação de uma nova Constituição Federal, a prática do diálogo e da negociação não estavam presentes no cotidiano dos movimentos sociais e o poder público, não apenas o nacional, como também as instâncias subnacionais, que não facilitavam a composição de mesas de negociação ou espaços de diálogo.

Sobre isto, Bohn Gass menciona que

Às vezes ficávamos dias acampados para marcar uma audiência. Para marcar uma audiência, as vezes com um ato de greve de fome. Teve uma greve de fome de 7 dias, para poder ser recebido pelo governo. Os governos sequer recebiam. Quando recebiam, mas era aquela história dos cachorros que receberam os prefeitos, que rasgaram as calças do Senador Suplicy³⁷, para ser recebido.

E também comenta que quando estava à frente do STR de Santo Cristo – RS, era preciso chamar a atenção do poder público com medidas mais radicais, como estas mencionadas em seguida:

Eu me lembro de uma, em 86, 87, uma das grandes manifestações a partir da seca, que não tinha apoios, eram acampamentos, ao longo das rodovias, geralmente estas pautas vinha com trancamento de trevos de rodovias.

³⁷ Bohn Gass está se referindo a uma manifestação da CUT em maio de 1998, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília - DF

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21059806.htm>>

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/05/20/cachorro-da-pm-morde-a-calca-de-suplicy-a-entrada-do-congresso-nacional>>

<<https://www.facebook.com/EduardoSuplicy/posts/1811401522299486/>>

Então, em 2003, com a chegada ao Governo pelo ex-Presidente Lula, resultado de um longo e profundo período de lutas da classe trabalhadora, esta janela no tempo traz uma enorme expectativa nos movimentos sociais, principalmente por uma mudança na forma de relacionamento com a sociedade e na condução de novas políticas públicas que enfrentassem o drama social presente no meio rural.

Com isto, ocorre uma mudança no ambiente institucional, com a abertura ao diálogo e o estabelecimento de novas metodologias de negociação. Alberto relembra este momento de transição entre o Governo FHC e o início do Governo Lula, com o seguinte comentário:

Mas foi um momento que a gente conseguiu com muita habilidade política, negociar políticas públicas. No final do Governo FHC e no início do Governo Lula, nós fomos aperfeiçoando os processos de mobilização e sem dúvida alguma, a relação no diálogo mudou, para um diálogo muito mais respeitoso, e isto não significa dizer que nós não tivemos momentos tensos, especialmente na questão agrária

Bohn Gass também considera que neste momento a relação com o Estado sofre uma mudança considerável, comentando que

O governo Lula conversou com o povo, os outros governos não conversaram, sentavam quando eram pressionados, mas não tinham a partir do governo, uma política pública.

Esta mudança foi determinante na construção de espaços públicos de negociação e diálogo, como os Conselhos nacionais e também na forma com que os representantes do poder público passaram a acolher as reivindicações do MSTTR.

Quanto a isto, podemos mencionar que foram criadas áreas específicas no Governo Federal para enfrentar temas históricos, como as demandas das mulheres rurais, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres³⁸. Sobre isto Mazé Morais comenta que

Foram vários espaços importantes, a abertura que a gente tinha, de poder conversar, mesmo que a gente não teve tanto avanço quanto a gente queria, mas ao menos a gente dialogava. O governo escutava, parava para ouvir as trabalhadoras rurais, ouvir a demanda e encaminhava, não 100% como a gente queria.

³⁸ A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estava vinculada à Presidência da República e foi criada por força da Medida Provisória nº103, de 1º de janeiro de 2003.

As expectativas sobre este novo ciclo de governos a partir da eleição do ex-Presidente Lula vieram acompanhadas de contradições. Como mencionado por Mazé Moraes, nem tudo foi atendido, apesar de terem ocorridos avanços muito relevantes em termos de políticas públicas. Mas, segundo Mazé,

Com o governo é sempre aquele ditado: “governo é como feijão. Só vai na pressão”. Por mais que a gente tinha um governo que a gente chamava de nosso, outros chamavam de esquerda, outros chamavam de esquerda porém não totalmente nosso. Mas mesmo assim, tinha dificuldade e tinha que pressionar para poder sair as questões. Claro que era um governo mais sensível as questões das mulheres do campo, das florestas e das águas

O reconhecimento por parte do MSTTR da sensibilidade e abertura do governo para discutir e atender as demandas dos movimentos sociais também foram mencionadas por Alberto, mencionando a dinâmica de negociação que se estabelecia ao redor da pauta de reivindicações do Grito da Terra. Sobre isto, ele mencionou que

É claro que tivemos anos que saímos muito contentes e outros anos que saíamos bastante magoados, porque a gente achava que não tinha avançado o suficiente. Muitas vezes, uma negociação de algo que estava na pauta, a gente conseguia 2 anos pra frente. Não conseguia neste ano, então ela voltava, voltava, até que a gente conseguia tirar uma política.

As relações estabelecidas entre os movimentos sociais e o Governo Federal, em grande medida tensas e conflitivas, faziam parte de uma dinâmica legitimada pela própria natureza dos atores presentes na arena de negociação. Cabe ressaltar que muitos gestores nomeados para cargos nos Governos Lula e Dilma eram egressos dos movimentos sociais e sindicais. Tereza Campello comenta sobre isto mencionando que

Nunca se faz reunião com movimento social para receber elogio. Isto é de uma dor para nós. Não sei se é objeto teu, mas eu acho que faz parte do processo de aprendizagem. Você estava do outro lado até pouco tempo atrás. E ouvir isto dos seus parceiros, companheiros, dói. Só que tem que entender que este é o papel deles. Se eles estivessem em outro papel, não estariam representando o povo. E o seu papel não é apenas mostrar os limites, não porque você não está atento, mas porque há limites reais, legais, como a gente viveu no Condraf, no Consea, para explicar que “olha, seu limite de compras públicas, está dado pela lei 8666”.

Então o caráter pedagógico do processo de negociação e diálogo era algo vivo, real, que tocava diretamente o movimento social e também os representantes do poder público. Um fazer e refazer permanente nas reivindicações e nas propostas apresentadas pelo Governo, até que se encontrava um ponto de acordo, uma decisão que abarcaria as

expectativas dos trabalhadores e trabalhadoras e também estivesse dentro dos limites do Estado de Direito. Isto também é um processo de aprendizagem. Mundinha comenta sobre isto, mencionando que era preciso enfrentar os dilemas do próprio movimento sindical, encontrando um ponto de equilíbrio entre as expectativas da base social do MSTTR e os limites existentes no Estado. Sobre isto comenta que

Então querer que ao mesmo tempo a gente, pressionados pela própria base da CONTAG, pelo próprio movimento, para avançar em algumas políticas, a gente queria mostrar para estas pessoas quais eram os limites, as amarrações do Estado brasileiro, para entendê-lo por dentro, para tentar ajudar as pessoas a entender e tentar ajudar o próprio Estado a perceber que a nossa pressão e as nossas políticas que estávamos propondo faziam todo o sentido pros trabalhadores e que elas eram necessárias e que eram possíveis de serem negociadas e acordadas

O MSTTR passa a aprimorar o processo de elaboração da pauta de reivindicações, fazendo deste exercício um procedimento educativo, utilizando ferramentas e práticas pedagógicas que permitissem a organização das demandas objetivas, concretas, por políticas públicas nos temas da agricultura, da infraestrutura rural, das mulheres rurais, da juventude e outros temas e também a melhor compreensão do funcionamento do Estado, das normas, da linguagem burocrática. Esta apropriação fez com que a pauta de reivindicações chegasse ao Governo com mais qualidade e a discussão realizada entre os técnicos e representantes do MSTTR e do Governo se realizassem em um outro patamar de qualidade. Além disto, era preciso manter a organização interna no MSTTR para não perder o desenrolar dos acordos realizados. Mundinha comenta sobre esta preocupação de dar continuidade à incidência do MSTTR junto às distintas áreas do Governo, mesmo depois de realizadas as negociações e os acordos, tanto na Marcha das Margaridas como no Grito da Terra, explicando que

Eram muitos grupos de trabalho, cada processo de negociação destes a gente saía com vários GT para pensar, como dar concretude as questões que nos negociávamos na Marcha das Margaridas e no Grito da Terra, e tudo isto virava um processo educativo, porque não era só pensar como se efetivava a demanda. Era mais do que isto. Era pensar que tipo, como, que arranjos a gente tinha de fato em condições de negociar e fazer com que estes arranjos não mudassem ou tirassem do foco o que de fato a gente tinha negociado. Como dar efetividade a uma demanda que foi acordada politicamente na hora de uma negociação, que nem sempre, neste momento eram levados em consideração estes arranjos, burocráticos, legais, institucionais.

Esta metodologia passa a ser utilizada pelo MSTTR em cada processo de negociação e de efetivação dos temas acordados com o Governo Federal, tanto na **Marcha das Margaridas**, quanto no **Grito da Terra**, como veremos a seguir.

4.1 – Gritando e marchando: governo é igual feijão, só funciona na pressão!

A Marcha das Margaridas vem marcada por um intenso processo de discussão nacional, procurando considerar os aspectos e as necessidades inerentes das mulheres rurais nos distintos ambientes rurais, a partir de uma mobilização nacional em torno da composição da pauta nacional, conforme menciona Mazé Morais:

A pauta nacional era construída através de um processo de formação na base, através de plenárias, de oficinas de encontros, para poder ouvir as mulheres do campo, das florestas e das águas, de todo nosso Brasil, para ouvir a demanda e fazia a sistematização desta pauta, olhando o Brasil todo e a gente fazia alguns dias antes da entrega desta pauta, que geralmente era entregue no Ministério do MDA, a gente entregaria ali, junto com os ministros e eles distribuiriam nos ministérios e nos dariam um retorno para gente. Nossa pauta ia desde a questão da terra, da educação, da agroecologia, da saúde, da previdência, da violência, então trazia tudo isto.

Também a partir das conversas realizadas com Mazé Morais e Mundinha, podemos ver claramente a dimensão educativa e pedagógica deste processo, com as características próprias que foram construídas ao longo dos anos, ou seja, uma pedagogia própria desenvolvida pelas mulheres rurais, para estruturar todo este processo de lutas.

Quando perguntado sobre o processo de organização da Marcha, Mundinha responde que

É uma ação mobilizadora de longo prazo, porque a marcha das Margaridas não se localiza como ação efetivamente só em Brasília, ela é um processo de mobilização e de formação que se dá ao longo de 2 anos ou 3 anos, que a mulherada passa se organizando para a Marcha, então, o exemplo da Marcha é o exemplo mais forte do que a gente apresenta enquanto uma articulação de ação, organização e formação, neste tripé de um fazer político mais estruturado, refletido, que produz alguma incidência mais forte, tanto para a pauta externa como a gente chama o processo de negociação e de mobilização junto aos governos, gestores e também para dentro do movimento, como o movimento se reorganiza, se reinventa internamente, cria seus espaços internos, para acolher estas demandas que vem e se reorganizar para enfrentar as questões mais externas na sociedade.

E sobre esta mesma pergunta, Mazé Morais responde que

A Marcha tem todo um processo de formação na base. As mulheres vão para Marcha, vão para Brasília, as mulheres participam do movimento, mas isto vem pelo processo de base. A gente tem feito muito isto através das comissões

de mulheres, o processo de formação, de entender temas que não são puxados e que a gente traz para a mesa, colocando em evidência e estudando e aprendendo.

E continua mencionando que

A pauta nacional era construída através de um processo de formação na base, através de plenárias, de oficinas de encontros, para poder ouvir as mulheres do campo, das florestas e das águas, de todo nosso Brasil, para ouvir a demanda e fazia a sistematização desta pauta, olhando o Brasil todo.

E quando conversamos sobre o processo de formação política, de elevação do grau de consciência das mulheres a partir do seu engajamento na organização da Marcha, escutamos de Mazé Morais que

A Marcha das Margaridas, a luta das mulheres, de organização das mulheres, para a gente é muito significativa. Além da gente se sentir mais empoderada. Porque é uma coisa quando você tem conhecimento, tem informação, mas outra coisa é quando você ouve alguém lá da base, uma companheira, e ouvir o depoimento de que a partir da Marcha, mesmo que seja uma companheira que não foi na Marcha em Brasília, mas ela sabe o que é a Marcha, ela sabe o significado político da Marcha na vida dela. Mas por que, Mazé, ela sabe? Porque teve um processo de formação lá na base.

E Mazé conclui mencionado que se trata de “um processo de elevação de consciência este nosso processo”. Trata-se de um processo de reflexão profundo e sobre isto, Gohn (2006) comenta que

A emancipação das consciências implica compreender que a realidade onde estamos inseridos não é estática, nem fruto de uma ordem natural ou de qualquer outra força extraterrena. O processo reflexivo sobre a realidade é uma condição de constituição dos sujeitos históricos que podem se posicionar, emitir opiniões, fazer escolhas, construir rumos para suas vidas. (GOHN, 2006, p. 546)

A realização da Marcha exige um comprometimento muito forte por parte das mulheres. Há evidentemente uma desconfiança sobre sua capacidade de organização, de liderança, porque segue enraizado a lógica patriarcal e machista, não apenas na estrutura do movimento sindical como na sociedade em geral, aonde os homens sim conseguem organizar estes grandes processos e eventos. Sobre isto Mundinha nos comenta que

Quando as mulheres começaram a organizar a Marcha das Margaridas, estas críticas ou cobranças, acabaram ficando muito mais presentes em relação as

mulheres e elas mesmas foram se cobrando muito em relação a como responder aos desafios que vinham sendo acentuados em função da realização da Marcha das Margaridas. Então, organizar uma mobilização desta natureza se tornava cada vez mais exigente para as mulheres. Então, a articulação do processo formativo junto com a escola vem muito fortemente com esta pauta da marcha das margaridas.

E ano após ano, a Marcha foi conquistando resultados. Novas e mais políticas públicas foram sendo criadas e implementadas. Várias conquistas no tema da reforma agrária, da titularidade da terra, na documentação básica, no acesso a políticas públicas como o crédito rural, na assistência técnica e também políticas nas áreas da saúde, da educação e da cultura. Não é o propósito deste artigo descrever as políticas públicas implementadas, principalmente entre os anos de 2003 e 2016, mas existem muitas publicações no campo acadêmico e empírico que abordam este tema³⁹.

Sobre as vitórias das Margaridas, Mazé Moraes nos comenta:

A gente pautava, uma pauta com vários itens, não éramos atendidas em todos, mas a gente voltava 4 anos depois dizendo “a gente quer mais”. A gente conseguiu a titulação, agora a gente quer o crédito, agora a gente quer o fomento, agora a gente quer a assistência técnica”.

E que

Então, as mulheres voltavam para os seus Estados contentes, porque tinha sido atendida e uma das coisas muito importante que eu estou lembrando aqui foi a questão da titulação conjunta. Uma conquista muito importante da Marcha das Margaridas, porque antes a gente não tinha direito de colocar o nosso nome no documento da terra. Eram só os companheiros.

Percebemos que a Marcha das Margaridas toca profundamente os temas mais importantes para o movimento organizado das mulheres do campo, das florestas e das águas. Elas são desafiadas a enfrentar todas as barreiras existentes, na sua vida cotidiana e na sua ação militante. Também são desafiadas a provar a sua capacidade, sua força mobilizadora e política. Ao fim e ao cabo, organizam seu próprio processo de formação, realizam as atividades de mobilização, de discussão e de sistematização das suas propostas e demandas, elevando seu grau de consciência e construindo seu processo pedagógico de lutas, uma pedagogia das mulheres trabalhadoras rurais.

³⁹ A título de recomendação, sugere-se uma busca na COLETÂNEA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019, disponível no link <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=646&ap=1&nw=1&ap=1>> e também o conteúdo publicado pelo extinto Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, NEAD, do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje disponibilizado na plataforma de documentos de domínio público do governo federal <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=32498>

Para Tonet (2014) “a luta social é este elemento fundamental (a formação da consciência). É na luta social que essa consciência, dependendo, também, de determinadas condições, é forjada de maneira muito mais rápida e clara”. (TONET, 2014, p. 15)

Sobre isto, Santos considera que à medida que se eleva a consciência do povo sobre seus direitos, novas políticas públicas são exigidas e, assim, se justifica o fato de serem os movimentos sociais os mais engajados nessa luta, uma vez que “são esses movimentos os grandes educadores coletivos da nova consciência política dos direitos”. (ARROYO, 2004, p.60, citado por SANTOS, 2017, p. 221). Por isto as pautas são cada vez mais bem elaboradas, mais amplas no conteúdo e na demanda social. Há um processo educativo nisto tudo, de elevação de consciência, de uma criação intensa e profunda por parte dos seus protagonistas.

Nesta direção, Caldart afirma que

Uma luta que permite a um ser humano parar de morrer, só pode nos trazer lições fundamentais de pedagogia, principalmente se acreditamos que em tempos de desumanidade crescente, a educação somente tem sentido como uma prática radical de humanização, ou de formação humana em seu sentido mais inteiro e profundo; e que neste tempo e em nosso país, um dos saberes fundamentais para os educadores e educadoras do povo é, como diz Paulo Freire, o aprendizado de que mudar é difícil, mas é possível (CALDART, 2000, p. 7).

Assim, a produção do conhecimento a partir das práticas pedagógicas dos movimentos sociais do campo, pode criar memórias, identidades e histórias vividas por pessoas que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo, da fome e a falta de projetos emancipadores para e com o homem e a mulher do campo (SANTOS, 2017, p. 210).

Finalmente, Aguiar comenta a importância da Marcha das Margaridas, comentando que

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas vem mostrando, a cada ano em que ocorre, para a sociedade e para o próprio movimento sindical, uma extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade das trabalhadoras rurais, ao se nomearem mulheres do campo e da floresta, de renovar antigas bandeiras de lutas e de reafirmar os seus direitos, ao propor a construção de políticas públicas que respondam às suas reivindicações (AGUIAR, 2015, p.89).

Seguiremos as análises agora abordando o Grito da Terra Brasil que é a mobilização nacional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Brasil, liderado

pela CONTAG, que reúne as demandas de distintas áreas e necessidades em uma pauta nacional, para ser discutida e negociada junto ao Governo Federal. O “grito” é o reconhecimento da realidade, da elevação da consciência sobre a condição de desigualdade, fome, violência e outras formas de opressão impostas aos trabalhadores e trabalhadoras. E o reconhecimento da realidade se torna ação, conforme nos explica Paulo Freire (2000)

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação. (FREIRE, 2000, p. 114)

O “grito” vem da necessidade de este povo ser ouvido, visibilizado, a partir de um processo intenso de mobilização, que conta com o protagonismo das organizações sociais do campo, como bem foi mencionado por Alberto Broch:

Então essa era a ideia, de que a terra grita. Era este o sentido. E ao mesmo tempo, colocar o protagonismo das organizações, colocar a sua capacidade política de propor, de construir políticas, de dizer exatamente as suas necessidades e nem sempre o gestor público poderia ter uma visão igual ao dirigente, que vive o drama de quem fez esta proposta. Por isto que foi este processo de grito da terra protagonizado por este diálogo político.

Como comentado anteriormente neste documento, o GTB foi organizado pela primeira vez em 1994 e nasce sob o signo da denúncia dos movimentos sociais rurais contra a fome, a pobreza e a precária condição de emprego dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, inspirado nas mobilizações sociais realizadas na região Norte do país. Estas mobilizações tinham como principal reivindicação a luta pelo acesso ao crédito rural, a partir dos recursos existentes no FNO, geridos pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA. Alberto comenta sobre isto também, explicando que

Ele começou com este nome, porque lá em 1994, 1995, se espelhou em uma ação de massa que as nossas federações da região Amazônica fizeram. Eles disseram o seguinte: Nós vamos fazer o Grito da Amazônia. E eles conseguiram negociações importantes, com os governos do Estado da Amazônia, principalmente com o BASA (Banco da Amazônia), sobre os Fundos Constitucionais. Você sabe a gente tem o do Centro-oeste, o do Nordeste e o do Norte. FNO, FNE e o FCO. Então, no início, começou com o Grito da Amazônia discutindo estes recursos do FNO. Aí, esta experiência nos alertou para fazer um Grito a nível Nacional, e aí surgiram várias ideias.

No seu início, o GTB contava com uma aliança política de vários movimentos sociais, como o MST e a CUT, e organizações de assessoria e apoio, como o Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais - DESER e a CPT, como menciona Alberto:

Em meados dos anos 90, vem o Grito da Amazônia e aí, baseado nestas experiências, pensamos então, porque não fazer nacionalmente o Grito da Terra, por terra, e aí se origina esta ideia do grito, que foi se aperfeiçoando a cada ano. No início, sem dúvida nenhuma, era só uma mobilização de massa. Importante dizer também, que o início do Grito da Terra era feito por todas as entidades do Campo. A Contag coordenava, mas nós tínhamos os índios, o MST, a CPT, a CAPOIB, várias entidades e esta coisa durou uns 2 ou 3 gritos e logo começou a ter problemas internos, aquelas disputas enormes e a CONTAG foi tomando uma exclusividade deste processo do Grito.

Cabe mencionar que vinculado do processo de elaboração e mobilização do GTB, ocorria no âmbito do MSTTR, a discussão e a consolidação do PADRSS, ainda no seu estágio inicial. No final dos anos 90, o MSTTR passa a discutir internamente a necessidade de criar um referencial teórico-pedagógico para organizar a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que culminaria posteriormente no Projeto Político Pedagógico – PPP do MSTTR, que seria incorporado e liderado pela ENFOC, a partir da sua criação em 2006. Talvez por este motivo é que o GTB realizado no ano de 2001, trazia a menção clara ao tema do Desenvolvimento Rural Sustentável, uma bandeira de luta que estava sendo incorporada e fortalecida no MSTTR.

Figura 13 - Cartaz do GTB do ano de 2001



Fonte: CONTAG

Sobre isto Mundinha explica que a principal preocupação do MSTTR neste período era justamente vincular ao processo de mobilização, um programa de capacitação, que fortaleceria a incidência do movimento sindical a nível local e também nacional, comentando que

Nos anos 90, quando o movimento discutiu a criação e a elaboração do seu projeto alternativo, ele foi muito vinculado às pautas de negociação e de mobilização do grito da terra. Anterior a este processo, teve toda uma estratégia

de construção de um programa de capacitação em desenvolvimento local, e este programa foi articulando o processo das ações, com a organização e com a incidência nos espaços locais. Este programa constituía um campo de capacitação e negociação em âmbito local e estas capacitações conjugava um elemento que era a identificação das demandas locais e identificação e elaboração de propostas. E envolvia um conjunto de atores. Envolvia lideranças de base, diretores do sindicato, envolvia os parceiros, os gestores, um conjunto de atores de âmbito local. Esta experiência foi muito efetiva de como você vincula um processo educativo a uma ação de incidência. Seja no campo da política pública, seja em outros campos.

Novamente, surge nas palavras de Mundinha, como o MSTTR aplicava a todo este processo intenso de mobilização social, um processo educativo.

Neste mesmo período, outras frentes de luta e mobilização ocorriam no país, como já foi mencionado neste documento. As alianças entre os movimentos sociais se reproduziam em diferentes regiões do país, reivindicando temas associados à política agrícola, como crédito rural, preços justos e assistência técnica, além de demandas sociais e por infraestrutura rural. Sobre isto, Bohn Gass relata o que se passava na região do Rio Grande do Sul em que atuava:

E existiam necessidades destas pautas, o uso a época da mecanização, dos juros exorbitantes à época e que unificou contra a correção monetária, isto era muito forte nos anos 80, que fez com que vários movimentos se conjugassem. As organizações sem uma pauta clara não mobilizam. E conseguimos mobilizar nacionalmente, pelas articulações dos sindicatos, como era o sistema contaguiano, tinha a presença do MST, e o que era novidade naquele momento foi determinante, foi de fato a organização da CUT, e o DNTR.

Então era este o desenho inicial, com a Contag, MST, CUT e outros movimentos e organizações sociais. As marchas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos indígenas, pescadores, seringueiros, extrativistas, agricultores familiares passaram a ser recorrentes em Brasília, ano após ano, promovendo entre os representantes dos movimentos sociais e do governo, os espaços de negociação e diálogo, que nem sempre foram amistosos, como comenta Alberto

Ele nasceu através das grandes mobilizações de luta, ele nasceu e os Gritos da Terra nem sempre foram muito amáveis ou cordiais. Nós já tivemos momentos de tensão, momentos de muita mobilização, momentos no início do governo FHC várias situações de ocupações de Ministérios em Brasília, se recordarmos lá em 1996, 1997, 1998, as ocupações do Ministério do Planejamento, aonde espelhados um pouco nos movimentos de Paris, além das ocupações nos Ministérios, foram parar dentro dos Ministérios animais, peru, cabrito, porco, fomos parar na justiça, rendeu muitos processos judiciais neste período.

Percebe-se claramente a dificuldade de diálogo com o Governo Federal naquele momento e como o movimento usava de artimanhas pouco convencionais para chamar a atenção dos gestores públicos, mas também da sociedade e dos órgãos de imprensa, e assim enfrentar a invisibilidade que estes órgãos impunham aos trabalhadores e trabalhadoras rurais⁴⁰. Segundo esta reportagem da Folha de São Paulo, de 15 de maio de 1997, “Além do peru, os agricultores também fantasiaram um bode e o batizaram com o nome do ministro da Agricultura, Arlindo Porto”. Segundo a reportagem “os manifestantes disseram que colocaram o peru no gabinete do ministro porque é um animal de "muito papo e pouca ação””. Isto demonstrava a insatisfação dos movimentos sociais em relação à forma com que o Governo Federal tratava a mobilização e as demandas sociais.

Dizia o Presidente da CONTAG à época, Francisco Urbano, que "Desocupamos o ministério, mas vamos voltar a ocupar agências bancárias, propriedades e prédios público se não houver uma resposta concreta do governo". Assim eram as relações entre o Governo Federal e os movimentos sociais nesta época.

Voltando ao tema do processo de organização da pauta de reivindicações e como isto vem articulado a um processo educativo no interior do movimento sindical, Alberto explica que o próprio movimento precisava acomodar suas diferenças, o que ele considera como um processo pedagógico, de discussão e estabelecimentos de acordos entre as diferentes instâncias do MSTTR. Assim ele comenta sobre isto:

A Contag, através das suas 27 federações e dos 4000 sindicatos, começava o processo 7 ou 8 meses antes, mandando uma orientação as federações, para que elas consultassem os sindicatos, sobre as pautas, o plano safra, desde a quantidade de recursos, os juros, tetos, enfim, depois deste debate nos Estados, a gente ficava uma semana em Brasília, fechando esta pauta, que nem sempre era fácil para o nosso lado, conciliar por exemplo, o Norte, o Nordeste, o Sul e o Sudeste. Nós tínhamos que fazer um processo pedagógico interno, de nos acertar e fechar uma pauta nacional, mesmo que internamente nós tínhamos muita diferença do ponto de vista regional.

Este “ritual”, repetido ano após ano, até a realização do último Grito da Terra, realizado no ano de 2016, tem um “roteiro”, portanto, que implica em uma construção interna ao movimento sindical, desde as consultas municipais, passando pela organização da pauta estadual, que finalmente é levada para a CONTAG, para a concretização da pauta nacional. Este é um processo que exige uma pedagogia, uma maneira de ser arquitetada,

⁴⁰ <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc150502.htm>>

que é resultado da criação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para Alberto, este “ritual” é

Um processo pedagógico que vale a pena ser estudado, que são os processos dos Gritos da Terra. É um processo que você entrega uma pauta, esta pauta não é construída por um grupo de gente, esta pauta é construída em alguns casos por 6 ou 7 meses, por debates locais, nos estados, nos municípios, que vem a Brasília, fecham a pauta, esta pauta é bastante qualificada, é entregue em uma sessão solene com o Presidente da República, com os Ministros juntos, e se estabelecem prazos de negociação destas políticas públicas e que depois tem um momento em que as pessoas vem pra Brasília, 5, 10, 15, 20 mil trabalhadores, vem pra pressionar os órgãos mais sensíveis, que não avançaram, e se termina com uma negociação direta com o Presidente da República e os Ministros.

Finalmente, apesar de o GTB não ser mais atualmente uma iniciativa articulada em conjunto com outros movimentos sociais rurais como a FETRAF e o MST⁴¹, o GTB, na sua dimensão política nacional, acaba por influenciar positivamente nos processos de negociação dos outros movimentos sociais. Particularmente em um período mais recente, durante o Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff, em que as pautas dos movimentos sociais eram entregues separadamente, o GTB exerceu uma influência positiva, pela sua dimensão nacional e porque também facilitou a realização deste roteiro de negociação e diálogo com o Governo Federal, a partir da sua própria experiência histórica. Sobre isto, Alberto menciona que

O pessoal ligado ao MST, a FETRAF, que mesmo tendo surgido depois disto, eles também tiveram papéis importantes porque, ao seu modo, eles faziam ações nacionais também, entregavam a pauta ao governo também. Mas importante dizer que, sem dúvida alguma o Grito da Terra sempre foi o carro chefe, o que conquistava o Plano Safra, e estas pautas que eles entregavam ajudavam muito, em determinado momento, principalmente o Governo Dilma, que mesmo entregue de forma separada, a gente fazia muita negociação conjunta. Importante dizer que, embora o Grito fosse uma ação muito forte da Contag, organizada nacionalmente, mas que isto sim ajudava a negociação dos movimentos.

Concluindo, Alberto menciona a importância do GTB, no seu sentido político e pedagógico, e aproveita para expressar seu pesar em relação ao atual contexto político nacional e de ausência de diálogo com o Governo Federal, quando diz que

⁴¹ Alguns movimentos sociais rurais não existiam nos anos 90, como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF.

Esse momento eu não tenho dúvida em dizer que foi responsável por todas as políticas públicas conquistadas no Brasil nos últimos 20 anos. Este processo é muito pedagógico, e que infelizmente estamos perdendo agora.

A análise vem demonstrando o caráter pedagógico e de aprendizagem que a mobilização social do MSTTR representa para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, a partir de um processo de construção de uma pauta nacional, que reúne as principais demandas do movimento social. Vimos também que isto foi desenvolvido ao longo de muitos anos, um processo engendrado a partir de experiências de mobilização social que tinham no “grito” a sua maior expressão, para romper com a invisibilidade imposta pelo Estado e que foi evoluindo em termos pedagógicos, políticos e principalmente, obtendo conquistas importantes, especialmente entre os anos de 2003 e 2016. As marchas que estamos tomando como base para esta análise, claramente apresentam uma evolução histórica, ano após ano, incorporando segmentos sociais mais específicos, como no caso de mulheres indígenas ou quilombolas, e reivindicando políticas públicas com uma pauta complexa, detalhada e específica em vários pontos, abordando temas que vão muito mais além das tradicionais reivindicações por políticas agrícolas.

Isto significou, como demonstrado anteriormente, que a negociação e o diálogo também se tornaram mais complexo, exigindo do movimento social uma maior apropriação sobre os temas que estava reivindicando e também para os agentes públicos, uma melhor capacidade de resposta. Muitas políticas públicas implementadas durante os anos de 2003 e 2016 nasceram deste processo de lutas e reivindicações, que partia da denúncia das condições de vida, da fome, da violência exercida contra as populações mais vulneráveis no meio rural, da desigualdade econômica e social e também dos modelos de desenvolvimento baseados na grande propriedade privada historicamente privilegiada pelos governos e culminava com uma lista de temas e demandas apresentados ao Governo Federal.

Vamos então verificar como este processo se deu recentemente e como esta construção social e política resultou em conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, tensionando o Governo Federal para reagir as suas demandas. Também demonstrar o caráter educativo deste processo e como o MSTTR incorpora o desafio de negociar suas demandas necessitando ao mesmo tempo compreender as amarrações e limites impostos pelo Estado.

Será possível verificar também que a pressão política é necessária e gerar o tensionamento com o Estado é imprescindível para alterar a lógica estabelecida, romper com as amarras e efetivamente impor a todos os envolvidos na negociação um processo de criação que permita elaborar medidas e políticas públicas que alterem o quadro social denunciado pelos movimentos sociais.

Iniciemos com as palavras de Bohn Gass, sobre a necessidade de mobilizar e pressionar o governo, a partir de uma pauta organizada.

O Pronaf, que muita gente acha que foi com o Lula, foi o primeiro programa no governo do FHC, depois muita, muita mobilização nacional, que era uma amostra que os governos cedem quando há pressão. Nosso querido Adão Preto sempre dizia que “amolece feijão é na pressão”. Pressão, é isso aí. Com pauta objetiva, que mobiliza, a partir de coisas concretas, a seca, o juro alto, o preço baixo, preços nos mobilizavam.

E para estabelecer uma dinâmica neste processo de lutas, o movimento organizava distintas frentes de ação, algumas vezes em diferentes níveis de governo, para justamente conseguir estabelecer uma ponte que unisse a dimensão local, as demandas concretas e do dia a dia, com os espaços de tomada de decisão, que como bem sabemos, estão concentrados predominantemente no Governo Federal, na Presidência da República e nos Ministérios. Bohn Gass novamente menciona esta articulação entre a instância local e a nacional, onde o “povo na rua” é imprescindível.

Quando era luta de política agrícola, como juros bancários, eram ocupações nas cidades, e era por diversos dias. E enquanto isto acontecia, nós tínhamos comissões negociando nas prefeituras, comissões negociando nos governos estaduais, comissões a nível federal ou mesmo ações em Brasília, nos ministérios, mas era um período efervescente das lutas também. Onde as pautas de reivindicações eram só na pressão. De povo na rua. Não tinha outra coisa.

E na eleição do ex-Presidente Lula estavam depositadas as enormes expectativas dos movimentos sociais, não apenas para obterem, finalmente, as políticas públicas que por décadas reivindicaram, mas principalmente, que este processo fosse realizado a partir de um outro ambiente de negociação e diálogo. Esta expectativa foi mencionada por Tereza Campelo, quando menciona que

Então quando a gente chega no governo federal, em 2003, já existia uma expectativa muito grande da sociedade, de que a construção de espaços de convivência, de controle, de participação, fosse feita. Então existia uma expectativa gigantesca, não só que a gente entregasse coisas, não só que a gente passasse a investir no social, passasse a fazer a reforma agrária, passasse a

construir projetos com a perspectiva de inclusão social e um modelo de desenvolvimento para isto, mas principalmente, que os setores organizados tivessem neste processo.

Era justamente este o desafio. Como criar políticas públicas e atender as reivindicações históricas dos movimentos sociais, estabelecendo mecanismos de participação social e de diálogo, partindo de uma estrutura governamental e de marcos jurídicos que não estavam desenhados para funcionar nesta lógica?

Um outro processo de aprendizagem nasce neste momento, quando a composição dos Ministérios e outras áreas do Governo Federal, se abrem para a presença e a participação mais intensa dos representantes dos movimentos sociais e mais que isto, parte dos cargos técnicos e políticos passam a ser ocupados por pessoas oriundas dos movimentos sociais, que encontram uma estrutura de Estado arcaico, patrimonialista e excludente. Sobre esta situação, Tereza Campelo menciona que

O que eu acho mais interessante nisto que eu acho que você está falando, sobre aprendizagem, é que é uma aprendizagem dos dois lados. Inclusive, a loucura que parte do nosso povo vem do movimento social, em especial nesta área de desenvolvimento agrário.

Ou seja, o desejo de “fazer” que permeava estes novos gestores e dirigentes de órgãos públicos exigiu “de cara” uma aprendizagem sobre a burocracia, as normas, as travas, enfim, tudo que por décadas foram mencionados pelos gestores públicos que negavam repetidamente aos movimentos sociais, a impossibilidade de serem implementadas as medidas e políticas reclamadas pelos movimentos sociais, simplesmente porque “não dá”, “não pode” e etc. Neste sentido, o processo de aprendizagem “dos dois lados” produziu um efeito fundamental nos movimentos sociais e pudemos ver isto na elaboração das pautas. Esta aprendizagem sobre a burocracia e o conhecimento sobre o funcionamento do Estado permitiu ao MSTTR a elaboração de pautas de reivindicação muito mais elaboradas, detalhadas, onde a demanda chegava acompanhada de uma proposta. Mais que reivindicar, o GTB e a Marcha das Margaridas diziam o **que** queriam e **como** queriam as políticas públicas para seu público. Um profundo processo de empoderamento do movimento social, conforme descreve Alberto Broch

Porém é um processo evolutivo, de compreensão política, do porquê que não, da questão do orçamento, da questão da limitação dos marcos regulatórios, a questão da lei, de envolver o Congresso Nacional. Este diálogo ou a

negociação da política pública, para mim, é um instrumento mais poderoso de empoderamento da sociedade civil e que ao mesmo tempo cria para o próprio gestor público, para o próprio governo, uma legitimidade da própria política pública.

Importante também destacar como este processo de aprendizagem é incorporado pelo MSTTR e na função exercida pela ENFOC, de transformar este desafio de compreender o Estado em uma ferramenta de luta, de empoderamento, ampliando a capacidade de elaboração do próprio movimento social. Sobre isto Mundinha comenta que

Então a gente quer que ao mesmo tempo que a gente, pressionados pela própria base da CONTAG, pelo próprio movimento, para avançar em algumas políticas, a gente queria mostrar para estas pessoas quais eram os limites, as amarrações do Estado brasileiro, para entendê-lo por dentro, para tentar ajudar as pessoas a entender e tentar ajudar o próprio Estado a perceber que a nossa pressão e as nossas políticas que estávamos propondo faziam todo o sentido pros trabalhadores e que elas eram necessárias e que eram possíveis de serem negociadas e acordadas.

E mais que compreender e se apropriar de como funciona o Estado e sobretudo como incidir sobre ele a partir dos processos de negociação e diálogo, vem outro desafio importante que é não perder o foco no processo de negociação e deixar que as amarras burocráticas e toda a linguagem técnica utilizado pelos agentes do Estado desviassem a atenção daquilo que se buscava implementar. Este foi um processo educativo incorporado tanto pelo GTB como pela Marcha das Margaridas, a partir da organização de grupos de trabalho que mantivessem o foco no tema negociado e seguissem no seu processo de aprendizagem sobre ele. Mundinha descreve este processo, mencionando que

Eram muitos grupos de trabalho, cada processo de negociação destes a gente saía com vários GT para pensar, como dar concretude as questões que nos negociávamos na Marcha das Margaridas e no Grito da Terra, e tudo isto virava um processo educativo, porque não era só pensar como se efetivava a demanda. Era mais do que isto. Era pensar que tipo, como, que arranjos a gente tinha de fato em condições de negociar e fazer com que estes arranjos não mudassem ou tirassem do foco o que de fato a gente tinha negociado. Como dar efetividade a uma demanda que foi acordada politicamente na hora de uma negociação, que nem sempre, neste momento eram levados em consideração estes arranjos, burocráticos, legais, institucionais.

Ou seja, entendo que as palavras de Mundinha estavam se referindo a processos de negociação e de diálogo que se estabeleciam no passado, em que o Governo reagia positivamente a uma demanda discutida e negociada, mas que na prática nada acontecia.

Por isto, a dinâmica estabelecida entre o MSTTR e o Governo na discussão da pauta do GTB, era precedida de um “ritual” que se instalava no âmbito do Governo Federal, a partir da definição de um método de trabalho, que preparava o caminho da negociação a ser estabelecida, conforme relata Alberto Broch:

Depois de estabelecer esta pauta, a gente conseguia uma audiência com a Casa Civil, com a Secretaria Geral da Presidência e nós então, perante a Presidência da República, a gente quase sempre foi com o Presidente da República, entregávamos esta pauta oficialmente e ali acordávamos com o próprio Presidente da República, para que ele nomeasse um coordenador das negociações, acompanhado pela Casa Civil ou pela Secretaria Geral, e aí, se abria o processo de negociação com os Ministérios. Nós sempre trabalhávamos antes com as Secretarias Executivas dos Ministérios, com os técnicos e depois fazia uma rodada de negociação com os ministros.

Este método de trabalho, associado ao processo de aprendizagem e de apropriação realizado pelo movimento social, somados à disposição política dos Governos estabelecidos entre os anos de 2003 e 2016, resultaram em conquistas e resultados expressivos para o movimento social e que o próprio Governo Federal também celebrava, como menciona Miguel Rossetto

Nós produzimos um conjunto de programas públicos e de políticas que tinham como referência a sua universalização. Ou seja, chegar na base do rural, do Brasil inteiro, que não tinham acesso.

Este reconhecimento também vem dos representantes dos movimentos sociais. Alberto Broch menciona como este diálogo a partir da apresentação das pautas dos movimentos sociais, foi resultando paulatinamente em políticas públicas, que nasceram e foram implementadas e aperfeiçoadas, com a dimensão mencionada por Miguel Rossetto, de caráter universal.

Mas eu diria que foi ali, neste processo, que nasceram o Pronaf, o PAA, o PNAE, que aperfeiçoou estas políticas, que discutiu todo o processo da assistência técnica, a questão do crédito fundiário, a questão do seguro da agricultura familiar, os programas de habitação e toda esta gama de políticas, para jovens e mulheres, esta gama de políticas que foram conquistadas.

Cabe ressaltar que o aperfeiçoamento mencionado por Alberto, diz respeito ao processo de melhoria e de qualificação de uma política pública, que após sua implementação, passa a ser novamente questionada pelos movimentos sociais e com isto, na pauta de reivindicações, vem as novas demandas sobre esta política, para que seu

desenho seja continuamente ajustado conforme as distintas realidades sociais, ambientais, de público e etc.

Este mesmo reconhecimento vem por parte do movimento das mulheres, quando Mazé Morais menciona alguns exemplos de conquistas e como isto seguia animando o movimento social das mulheres para seguirem com sua mobilização por outras e novas políticas públicas.

Então as mulheres voltavam para os seus Estados contentes, porque tinha sido atendida e uma das coisas muito importante que eu estou lembrando aqui foi a questão da titulação conjunta. Uma conquista muito importante da Marcha das Margaridas, porque antes a gente não tinha direito de colocar o nosso nome no documento da terra. Eram só os companheiros. Então para gente a titulação, a campanha de documentação, tem várias coisas.

As primeiras, que eu estou citando aqui para você, a questão da titulação conjunta, a questão da documentação, a campanha de violência contra as mulheres, as unidades móveis, que veio com a Dilma, enfim, foram várias conquistas, através das Marchas e isto animava e fortalecia, porque quanto mais a gente conquistava, mas a gente queria.

As políticas públicas claramente seguiam um processo de aperfeiçoamento, como o crédito rural do Pronaf, os programas de compras públicas PAA e PNAE e a assistência técnica para agricultores familiares e assentados pela reforma agrária. Mas outras foram também inovadoras e representaram importantes avanços para o campo. Este termo **inovador** atribuo ao fato de que em grande medida, as políticas discutidas e negociadas entre os movimentos sociais e o poder público, principalmente antes do período de 2003 a 2016, estavam muito associadas ao tema agrícola. Isto pode ser constatado no Grito da Amazônia, que sim continha um claro caráter de denúncia contra a violência imposta pelo Estado e pelo latifúndio aos trabalhadores rurais, mas também uma bandeira de luta muito forte que era o acesso ao financiamento rural. Também vimos isto nos testemunhos dos entrevistados, quando mencionavam que a negociação por melhores preços dos produtos agrícolas era uma bandeira que mobilizava os agricultores e também o acesso ao crédito rural. Todas estas reivindicações tinham um caráter bastante focalizado em políticas agrícolas.

Mas então o ciclo que se iniciou em 2003, abre a perspectiva dos movimentos sociais para reivindicarem outro tipo de política, indo mais além do agrícola, e entrando nos temas da saúde, da educação, da previdência, e também mantendo os temas todos associados à política agrícola em evidência. Esta inovação também era do próprio Estado, que a partir da negociação com os movimentos sociais, passava a agregar elementos

inovadores na formulação, normatização e implementação de políticas públicas. Sobre isto, Alberto Broch exemplifica esta inovação no tema da habitação rural, quando menciona que

A partir daí a institucionalização das políticas de crédito, como o Pronaf, o Seguro Renda. Não é fácil ter uma política pública do Seguro renda, do seguro da agricultura familiar, um seguro específico da agricultura familiar, que não garantia somente o seguro do banco, mas assegurava a renda do próprio agricultor. O programa das compras governamentais, como o PAA e o PNAE, embora já sofremos no último período, na tua gestão⁴², por falta de recursos, mas o programa das compras governamentais, como uma das principais políticas públicas de inserção comercial da agricultura familiar, a questão de avançar em um programa que nós nunca tínhamos ousado em fazer isto, a habitação rural.

Finalizando esta etapa da análise, vemos nas palavras de Alberto Broch o significado concreto das conquistas obtidas pelo movimento social, quando menciona que

Esta política pública para os beneficiários do meio rural que foi tão importante para melhorar a qualidade de vida, para colocar não só a política da agricultura familiar, toda a política deste governo, que quase 4 milhões de pessoas no processo de consumo, que estavam alijados, que saíram do mapa da fome, diminuir a miséria.

Assim, encerramos esta etapa e partimos para outra etapa do processo de análise relativo ao processo de negociação e diálogo estabelecido entre os movimentos sociais e o Governo Federal, tomando agora o CONDRAF como a instância pública que foi instituída para dar abrigo a esta antiga reivindicação dos movimentos do campo, que reivindicaram por décadas, a criação de uma instância permanente de diálogo, mas que incorporasse efetivamente o caráter de proposição de medidas e de políticas públicas, configurando um espaço de negociação, mas também de criação e de inovação.

4.2 O CONDRAF, a negociação e o diálogo e a caixa de ressonância da representação social

Como já mencionado neste estudo, nos interessa identificar como os movimentos sociais reconheciam o CONDRAF como uma instância de participação social, para realizar os processos de negociação e diálogo que foram estabelecidos entre os

⁴² Alberto está se referindo a este pesquisador, que durante o período de 2014 e 2016, exerceu o cargo de Diretor de Política Agrícola da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e era responsável por uma parte da execução de um programa de compras governamentais de alimentos, chamado PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

representantes dos movimentos sociais e os representantes do Governo Federal, tomando como base as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, que contém os registros históricos das discussões. Também, a partir dos documentos obtidos e analisados e das entrevistas realizadas, destacar os conflitos existentes e como os movimentos sociais percebiam e se manifestavam positivamente ou contrariamente ao Governo Federal, exercitando neste espaço, sua incidência política, com os princípios democráticos que marcaram os governos entre os anos de 2003 e 2016.

Nesta direção, iniciemos verificando a percepção sobre a importância do CONDRAF e como a relação política estabelecida nesta instância de negociação e diálogo permitia um processo de aprendizagem para todos ali representados, seja do setor público, ou das representações sociais. Cabe ressaltar que iremos apoiar esta análise não somente nas entrevistas que foram realizadas, mas também a partir dos registros presentes nas atas das reuniões do Conselho, o que significa mencionar um outro conjunto de pessoas que participaram do Conselho como membros do Governo ou como representantes de movimentos sociais.

O CONDRAF foi um Conselho criado ainda durante o mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como fruto de uma intensa mobilização social dos movimentos do campo, conforme Alberto Broch menciona: “este processo não veio de graça. Foi muita luta, tem toda razão, foi conquistado dentro do governo FHC”.

A gênese do CONDRAF está no Decreto nº3.200 de 6/10/1999, que dispunha sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CNDR e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O CNDR foi criado como integrante do gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária⁴³ à época. Era formado por 12 membros do poder público e sete da sociedade civil, o que caracterizava a ausência de paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Suas principais funções eram

I - Coordenar, articular e propor a adequação de políticas públicas federais às necessidades da reforma agrária e da agricultura familiar;

⁴³ O Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária foi criado logo em seguida ao Massacre de Eldorado dos Carajás. Manteve este nome desde a data da sua criação em 30 de abril de 1996 até o dia 26 de novembro de 1999, quando passa a ser nominado de Ministério do Desenvolvimento Agrário e manteve esta designação até a sua extinção, no dia 12 de maio de 2016.

II - Aprovar a programação físico-financeira anual do PRONAF e do Programa Nacional de Reforma Agrária, acompanhar seu desempenho e apreciar os pertinentes relatórios de execução;

III - Articular-se, orientar e coordenar as ações dos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural, que venham a se formar por livre determinação dos Estados e Municípios, com objetivos similares em seu âmbito de atuação e sejam pelo CNDR reconhecidos;

IV - Proceder a estudos de avaliação do PRONAF e do Programa Nacional de Reforma Agrária e propor redirecionamentos. (BRASIL, 1999)

Durante o período posterior à criação do Conselho houve demora na indicação de nomes para ocupar as vagas tanto do governo quanto da sociedade civil, assim como para iniciar as atividades do Conselho – isto aconteceu em razão do **ineditismo** de um diálogo entre movimentos sociais rurais e governo (MATTEI, 2010, citado por IPEA, 2012, p. 13).

A este **ineditismo** relacionado à prática de diálogo entre movimentos sociais e poder público, também poderíamos acrescentar a ideia inovadora de um Conselho que abriga a intencionalidade de realizar a gestão e a implementação de uma política de âmbito nacional, neste caso, do PRONAF. O CNDR passa por alterações e passa a ser denominado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, em um processo assim descrito pelo IPEA (2012)

Em 2001 o CNDR passa pela primeira modificação, agora denominado órgão colegiado integrante da estrutura do MDA, aumentando o número total de conselheiros e diminuindo a disparidade entre governo e sociedade civil. Naquele momento, dos 29 conselheiros, 16 pertenciam ao setor público e 13 constituíam a sociedade civil. É ampliada, também, a finalidade do Conselho, que, além de elaborar o PNDRS, deve, entre outras funções, acompanhar o desempenho de seus programas e estimular e orientar a criação de Conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável (IPEA, 2012, p. 13 e 14)

Mesmo com esta atualização na composição do CNDRS, o tema da paridade é uma barreira que não foi superada e notadamente se percebe a dificuldade do Governo Federal à época em facilitar a participação social nestes espaços públicos.

Mas foi durante o primeiro ano do governo do ex-Presidente Lula, quando o Conselho passa a se chamar CONDRAF, que finalmente a paridade é uma realidade, e a nova composição definida pelo seu decreto de criação, estabelece o número de 38 conselheiros com direito a voz e voto, sendo 19 representantes de organizações da

sociedade civil e 19 representantes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e também aumenta a diversidade de setores representados no Conselho. (BRASIL, 2003).

O ex-Ministro Miguel Rossetto comenta sobre esta diversidade presente no CONDRAF, mencionando que

O Conselho procurava representar democraticamente a expressão de toda a diversidade social rural, na sua diversidade extraordinária. Foi uma grande qualidade as pessoas conhecerem o Brasil, conhecerem estes milhões de invisíveis, ninguém sabia quem estava no Pará, no cerrado, no Nordeste. Nem o que se produzia. Foi uma grande conquista popular.

A atuação do CONDRAF direciona-se no sentido de inserir os atores sociais rurais na gestão das políticas públicas e no planejamento para o desenvolvimento rural do país. É a inovação que mencionamos anteriormente, quando

O CONDRAF conseguiu fazer que o Conselho não apenas tratasse das políticas que já existiam, mas também passasse a se constituir em um espaço democrático de construção e acompanhamento de políticas públicas (MATTEI, 2010, citado por IPEA, 2012, p. 14)

Um dos conselheiros do CONDRAF comentando sobre o caráter democrático do Conselho e o desafio de consolidar este espaço de participação social na definição e na discussão de políticas públicas, fez este registro na 27ª Reunião Ordinária

O conselheiro ressaltou dois aspectos aos desafios, às perspectivas, que, para uma próxima gestão estão colocados e sobre o próprio papel do CONDRAF. Um desafio importante está sinalizado que é o aprofundamento das articulações das políticas públicas, seja no plano interno ao Ministério, seja na relação com as demais pastas, de maneira a ampliar o processo de consolidação dessas políticas. Outro aspecto diz respeito, essencialmente ao CONDRAF, uma vez que esse espaço de debate tem uma importância muito grande entre outros Conselhos nacionais e há a necessidade de ter uma meta, como objetivo, um processo amplo, democrático, massivo de construção da Conferência Nacional, no próximo período, para que se consolide, efetivamente o CONDRAF como um espaço de gestão dessas políticas, como um espaço democrático de participação entre estado e a sociedade civil na definição das políticas de desenvolvimento que possam vir a atender esses desafios de: preservação ambiental, garantia de renda, debate sobre o modelo tecnológico, educação do campo, enfim, tantas outras políticas que precisam ser consolidadas. (João Torrens, conselheiro e representante do DESER. Registro na Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de dezembro de 2006)

Esta mesma percepção de um espaço democrático foi mencionada por Alberto Broch, quando menciona dois dos mais importantes Conselhos criados pelo ex-Presidente Lula: “nós tínhamos o próprio CONSEA, o próprio CONDRAF, que as vezes eram

coordenados por membros da própria sociedade civil. Eram processo extremamente democráticos, que avançou muito”.

O CONDRAF a partir de 2003 passa a ser um espaço relevante na discussão e na elaboração de políticas públicas para o meio rural e reconhecidamente se consolidou como uma instância que influenciava decisivamente nas políticas conduzidas pelo MDA e também por outros órgãos federais que estavam ali representados. Sobre isto, Miguel Rossetto coloca claramente a importância que o CONDRAF recebeu a partir de 2003, mencionando que

O Condraf tinha um estatuto político muito forte, era ligado diretamente ao gabinete do Ministro, à Secretaria Executiva do Ministério, que coordenava o CONDRAF, e sempre foi um espaço muito forte de presença dos movimentos populares e da sociedade. Discutíamos o orçamento, no último período, dentro do CONDRAF. Era um espaço único, mas com muitas variações estaduais, que também tinham um Conselho de gestão. O CONDRAF era um Conselho com participação das organizações populares e órgãos do governo e todo esforço sempre foi baixar esta estrutura toda, para os Estados e seus Conselhos Estaduais de Desenvolvimento, inclusive para os municípios.

Em um balanço da gestão do MDA entre os anos de 2003 e 2006 e da sua relação com o CONDRAF, o Ex-Ministro Guilherme Cassel, fez um pronunciamento, ressaltando a importância da relação do Ministério com o CONDRAF e como isto contribuiu ao fortalecimento do MDA, estando assim registrado na ata da 27ª Reunião Ordinária do Conselho

Seu funcionamento ajudou muito o MDA. Falou que ao final de quatro anos é possível fazer alguns balanços, ver o que funcionou e o que não. O CONDRAF teve permanência, sendo um espaço livre de crítica, um espaço de prestação de contas, de formulação de políticas. Em nome de toda a equipe do MDA, agradeceu a contribuição de todos (as) nesse primeiro período. Afirmou que o CONDRAF se constituiu no melhor espaço para compartilhar conceitos gerais de balanço da gestão, o espaço mais qualificado, no âmbito do MDA, pela sua composição. No período de quatro anos, o primeiro mandato do Presidente Lula teve uma grande conquista, que foi dotar o Estado brasileiro de uma rede de políticas públicas permanentes, seja para a agricultura familiar, seja para a reforma agrária, porque o País, ao longo da década de noventa, assistiu ao desmantelamento de políticas públicas, com pouca capacidade de planejar e exercitar o seu papel. (Guilherme Cassel, Ex-Ministro do MDA. Registro na Ata da 27ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de dezembro de 2006)

De maneira entusiasmada, Bohn Gass atribui ao CONDRAF a oportunidade de que este processo de diálogo representava um processo educativo, de crescimento pessoal para todos que ali estavam, por parte das organizações sociais e do poder público, afirmando que a experiência de participar no Conselho foi

Exemplar, ótima, formou gente, capacitou gestores, fez todo este processo educativo que nós falamos. Ele se viabilizou porque eles tinham um fundo o qual eles podiam decidir. Teve este aspecto, que era deliberativo, mas eles tinham na mão um objeto concreto, que eram recursos sobre os quais desenvolviam programas. Era um espaço de decisão, mas com recursos, programas, eles podiam sugerir e eles tinham recursos sobre os quais tomavam decisões. E acompanharam a implementação delas.

Isto que mencionam Bohn Gass e Miguel Rossetto é algo crucial. Prover o Conselho de respaldo político para discutir e deliberar, mas também para manejar os recursos orçamentários disponíveis. Segue Bohn Gass afirmando a importância desta experiência, mencionando que

Esta foi uma experiência riquíssima, por isto eu diria dê poder ao povo, criem Conselhos, criem mecanismos, repassem recursos, a experiência de um Conselho participativo, e o Fórum Social Mundial, que foi esta experiência e o Conselho Participativo, as pessoas decidirem efetivamente sobre a renda que vão administrar. O CONDRAF foi este negócio. Tinha recursos também sobre os quais eles podiam decidir e isto dava aprendizados, poderes, consciência, empoderamento, capacidade de mobilização em torno desta pauta.

E Bohn Gass também menciona que os programas quando instituídos sem uma instância de controle social que realmente acompanhe a sua implementação, acaba sem realizar nada de concreto e neste sentido, valoriza o CONDRAF como uma instância que realmente seguiu acompanhando de perto as políticas públicas implementadas, em um processo de institucionalização e de efetivação destas medidas.

Geralmente, estes programas não vão até o final, ou não tem a consistência, porque não tem efetivamente, o controle, o “olho do dono não engorda o boi”, digamos assim. O controle efetivo da sociedade, não é reivindicar uma coisa e deixar que os outros façam. É reivindicar, construir e os Conselhos são exatamente este espaço. E se esses Conselhos só são consultivos, é para “inglês ver”. Eles precisam ter mecanismos decisórios.

E esta institucionalização também foi reconhecida por Alberto Broch, quando menciona que as reivindicações do GTB acolhidas pelo Governo e então incorporadas na rotina do Conselho, demonstra a importância do CONDRAF no processo de formalização das demandas.

Este processo pedagógico, de participar destes Conselhos, eu me lembro o quanto exigia de nós uma preparação para a gente entrar, os burocratas do governo, os técnicos e a gente ali, negociar oficialmente as políticas. Porque as políticas de negociação do Grito, não eram políticas institucionalizadas,

eram espontâneas. Foi institucionalizado um pouco mais através do CONDRAF.

E foi a partir das pautas dos movimentos sociais rurais, não apenas a pauta do GTB ou da Marcha das Margaridas, mas também as outras pautas apresentadas por outros movimentos sociais, como o MST e a FETRAF, que o CONDRAF passa a discutir e a gestionar políticas específicas para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, os agricultores familiares, as mulheres e a juventude rural e outros temas, criando instâncias internas de trabalho⁴⁴, para organizar estas demandas e adotar providências necessárias, conforme menciona Miguel Rossetto

Desenvolvimento rural, com comitês técnicos, cria câmaras técnicas da reforma agrária, da agricultura familiar, incorpora as agendas de gênero, incorpora as agendas de juventude, cria novos programas. Eu lembro que o Programa Minha Casa Minha Vida Rural teve um debate muito importante dentro do CONDRAF, vários programas.

Vejamos o depoimento do representante da CONTAG no CONDRAF sobre a importância das negociações das pautas dos movimentos sociais com o poder público e como o CONDRAF fortaleceu este processo, quando mencionou

Que acompanhou as negociações finais que culminaram com uma audiência com o Presidente da República, no dia dezoito de maio, tendo havido avanços significativos em relação aos assalariados, uma vez que tem se hoje em torno de cinco milhões de assalariados, muitos sem carteira assinada, o que exige ações de fiscalização do Ministério do Trabalho. Outro avanço foi em relação as políticas sociais, como a política da previdência, da aposentadoria de trabalhadores (as) rurais, sobre o Projeto da Previdência que, nesse momento, está tramitando na Câmara dos Deputados. Avançou-se em pontos importantes no Plano Safra e uma das questões importantes foi avançar na comercialização. O Conselheiro ressaltou como uma das questões mais importante nos últimos dois anos, no PRONAF, sem dúvida nenhuma, além do seguro renda, é a questão do seguro agrícola da agricultura familiar. Mesmo assim continua como um problema muito sério e uma das questões centrais das negociações, como se pode avançar numa política de renda para a agricultura familiar? Evidentemente, em alguns pontos não se consegue avançar a contento, mas as negociações continuem abertas, porque esse é um processo permanente de discussão. E, por último, é muito importante que num espaço como esse do CONDRAF seja reafirmado que uma política pública como essa é muito importante e já se torna um modelo para outros países poderem ir construindo processos semelhantes. Essa política deve ser construída, aperfeiçoada e foi muito importante a aprovação da Lei da Agricultura Familiar (Alberto Broch, conselheiro e representante da CONTAG. Registro na Ata da 26ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2006)

⁴⁴ Comentaremos sobre as instâncias internas do CONDRAF, quando discutirmos como a Política Nacional de Assistência Técnica foi conduzida pelo Conselho.

Aliás, podemos mencionar que em várias reuniões do CONDRAF encontramos registros sobre o processo de negociação da pauta do GTB, realizados pelos representantes da CONTAG no Conselho, manifestando as conquistas obtidas e também as reivindicações que não foram atendidas pelo Governo. Da mesma forma, existem vários registros sobre o processo de negociação das pautas apresentadas por outros movimentos sociais rurais, como a FETRAF. Em seguida, destacaremos algumas destas manifestações.

Finalizando, a Palavra dos Conselheiros, Manuel dos Santos fez um rápido informe sobre o Grito da Terra que reuniu, em maio, mais de 5000 lideranças sindicais na Esplanada dos Ministérios, para apresentar e defender suas propostas e propôs a constituição de uma agenda positiva da agricultura familiar (Manuel dos Santos, Conselheiro e Presidente da CONTAG. Registro na Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de junho de 2004)

A seguir, passou a palavra a Alberto Ercílio Broch, que em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) relatou aos presentes à reunião o Grito da Terra 2005, que apresentou ao Presidente da República uma extensa pauta de reivindicações e, ao mesmo tempo, desencadeou um processo de negociação com vários ministérios cujo objetivo é tornar mais efetivas as ações e políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Destacou que importantes conquistas já foram realizadas e projetos foram apresentados tanto ao governo quanto ao legislativo, principalmente em relação ao tema da previdência rural, enfatizando a necessidade de concretizar avanços na área da assistência técnica aos agricultores familiares (Alberto Broch, conselheiro e representante da CONTAG. Registro na Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada no dia 8 de março de 2005)

Passou a palavra ao Conselheiro Gilmar Pastorio fez um informe sobre a Terceira Jornada Nacional da Agricultura Familiar, ocorrida em maio, onde participaram mais de dois mil agricultores (as) de vinte estados, durante uma semana em Brasília. O movimento foi iniciado no mês de abril com ações regionais, microrregionais e no início de maio com ações estaduais em quatorze Estados e em Brasília. Duas questões são extremamente importantes para agricultura familiar. A primeira é a possibilidade e o compromisso do Governo, inclusive do Presidente Lula, da criação da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) da agricultura familiar. Precisa-se de um instrumento que possa qualificar o processo de comercialização para a agricultura familiar. Uma outra questão é a ampliação do crédito para doze bilhões de reais e um debate que discute para quem e para que servem esses recursos. Outra questão é a habitação rural, para a garantia da casa própria para o (a) agricultor (a) familiar. (Gilmar Pastorio, conselheiro e representante da FETRAF – Brasil. Registro na Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de junho de 2007)

A Conselheira Carmen Foro informou sobre o décimo terceiro Grito da Terra Brasil, em que a CONTAG mobilizou trabalhadores e salientou que a data do Grito da Terra se transformou na data-base de negociação. A pauta foi entregue ao Governo no dia doze de abril e desde então foi construído um processo de negociação. No mesmo período em que outros movimentos estavam em Brasília, a CONTAG também estava no processo de negociação desta pauta. A palavra do Ministro trouxe uma sinalização do que foram as negociações e

que propostas serão aportadas nas ações de Governo, inclusive, no próprio Plano Safra 2007-2008. Na pauta foi feito um conjunto de negociações com diversas áreas do Governo Federal. A avaliação desse processo é positiva, porém alguns desafios, que são históricos e estruturantes, em que não se obteve bons resultados, serão pautados na continuidade da negociação, dentre eles, a revisão dos índices de produtividade. (Carmen Foro, conselheira e representante da CONTAG. Registro na Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 de junho de 2007)

Alberto Broch informou sobre a 14ª edição do Grito da Terra Brasil, atividade realizada pela Contag, no período de 12 a 15 de maio de 2008, como um momento de mobilização de milhares de trabalhadores (as) rurais para a negociação de políticas públicas para o campo brasileiro. Disse que o balanço dessa ação foi muito positivo, especialmente as negociações feitas com a Presidência da República em relação às políticas públicas na área da agricultura familiar, como o melhoramento de linhas do Pronafe e de articulação com o MDA e Incra e sugeriu que o Plano Safra fosse lançado durante a Conferência (Alberto Broch, conselheiro e representante da CONTAG. Registro na Ata da 32ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de maio de 2008)

Gilmar Pastorio informou sobre a realização, pela FETRAF-Brasil, da Quarta Jornada Nacional da Agricultura Familiar, com 21 dias de mobilização social com a participação de 60 mil agricultores (as) familiares em todo o país. Destacou como principais pontos de debate com o governo, a Medida Provisória 410 e as políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar. Falou que apresentaram um conjunto de ações denominado PAC Mais Alimentos, com 18 iniciativas que desafiam o governo a construir um processo de aceleração na construção de uma política alimentar que supra a necessidade interna do país e que o transforme num grande exportador de alimentos limpos. (Gilmar Pastorio, conselheiro e representante da FETRAF – Brasil. Registro na Ata da 32ª Reunião Ordinária⁴⁵, realizada no dia 28 de maio de 2008)

E no CONDRAF a Marcha das Margaridas era um tema recorrente. Existem vários registros que descrevem o processo de negociação da pauta apresentada, e como isto contribuiu para as conquistas das trabalhadoras rurais, se não como se esperava, mas com alguns resultados concretos, conforme menciona Mazé Moraes.

Foram vários espaços importantes, a abertura que a gente tinha, de poder conversar, mesmo que a gente não teve tanto avanço quanto a gente queria, mas ao menos a gente dialogava. O governo escutava, parava para ouvir as trabalhadoras rurais, ouvir a demanda e encaminhava, não 100% como a gente queria.

A seguir, apresentamos dois dos vários registros que existem nas atas das reuniões do CONDRAF, que mencionam a realização das Marchas e as negociações que ocorreram com o Governo Federal.

⁴⁵ Para ilustrar nesta tese como são as atas do CONDRAF, esta ata está presente no Anexo 4 deste documento

A Conselheira informou ainda que nos dias vinte e um e vinte e dois de agosto, a CONTAG e várias organizações parceiras, irão realizar a Terceira Marcha das Margaridas, que é um processo de mobilização das trabalhadoras rurais do Brasil inteiro. Quando se pensa o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e as políticas públicas que vão garantir vida digna no campo, não se pode deixar de trazer para o centro da discussão política o que significam os sujeitos políticos que estão vivendo no campo, jovens, mulheres. Não podemos partir do pressuposto de que estamos vivendo numa situação de absoluta igualdade. Essa é a razão prioritária da mobilização dessas trabalhadoras, no sentido de pautar, dialogar, conversar, negociar e garantir conquistas importantes para que, na formulação e elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural se tenha inclusão e perspectiva de gênero. Espera-se cinquenta mil mulheres trabalhadoras rurais que estão sendo mobilizadas, uma força política muito grande, esperando que o que não se negociou no Grito da Terra Brasil, possa ser negociado nesse período (Carmen Foro, conselheira e representante da CONTAG. Registro na Ata da 28ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de junho de 2007)

Em seguida, Carmen Foro, da CONTAG, fez um informe sobre a Marcha das Margaridas, ocorrida nos dias vinte e um e vinte e dois de agosto, ressaltando que foi a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do país e que a pauta da marcha teve exatamente a ver com o debate que ocorre nesse Conselho. Disse que apresentaram no dia vinte e cinco de julho uma pauta ao governo, com cento e sete pontos, como resultado dos debates que as mulheres fizeram em diversos lugares do Brasil. Disse que o significado da Marcha das Margaridas é muito importante por trazer temas de políticas públicas que dialoga com o que se tem acumulado, inclusive no Condraf e que se projeta para o debate da própria Conferência. Fazer essa mobilização também significou dialogar para além do governo. Foi um diálogo com a sociedade, Câmara, Senado e que as mulheres fizeram isso ao longo desse período. (Carmen Foro, conselheira e representante da CONTAG. Registro na Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de agosto de 2007)

O CONDRAF poderia ser considerado então como uma caixa de ressonância dos movimentos sociais? Acredito que sim, e vários depoimentos podem ser mencionados confirmando esta ideia. Miguel Rossetto outra vez menciona a diversidade de temas que passam a ser discutidos no Conselho e reconhece que o CONDRAF foi muito mais além dos temas agrícolas e agrários. Talvez esta seja a principal marca do Conselho e sintetiza a sua evolução, se tomarmos em conta o antigo CNDR e as funções para as quais foi criado, muito limitado nos temas e na incidência política junto ao próprio Ministério a qual estava vinculado. O MDA e o CONDRAF cresceram juntos, como menciona Miguel Rossetto

Avançamos em relação as políticas agrícolas e fundiárias, fomos para o Conselho de Desenvolvimento Rural. Qualidade de vida. Ter escola, ter hospital, ter energia elétrica, de ter estrada, portanto o rural incorporou na vida mesmo, um conceito para além das questões das políticas agrícolas e fundiárias. Discutimos a questão ambiental. Incorporamos um conceito de

qualidade de vida produtiva, de renda e de acesso a direitos fundamentais. O Condraf, transformou esta agenda e o MDA em um grande Ministério.

Se por um lado o CONDRAF tem este reconhecimento por parte dos movimentos sociais, também precisamos destacar os conflitos que existiram nesta relação entre os representantes do poder público e os representantes da sociedade civil. E não foram poucos e tampouco isolados, mas sim, uma característica constante durante as discussões travadas no Conselho.

Sobre isto, Tereza Campello comenta que é preciso compreender esta situação e considerar que, mesmo estando presentes em uma instância pública, os movimentos sociais necessariamente devem seguir cumprindo com seu papel e não vê outra postura dos movimentos que não seja esta, de crítica, quando menciona que

O papel do movimento é tencionar o governo para ir muito além dos seus limites. Esse é o papel dos movimentos sociais. Tem que entender isto. Ou você quer esperar que o movimento social seja pelego? O papel do movimento social é tencionar para o Estado ir muito além dos seus limites, sempre. Quando sentava no CONDRAF era isto que vinha, quando sentava no CONSEA, que era um Conselho de super tensionamento, era isto que vinha.

Esta relação conflitiva também foi mencionada por Miguel Rossetto, que considera este tensionamento como um processo de aprendizagem, que ao final, se estabelece dentro das regras do jogo democrático, tendo no diálogo permanente a sua melhor prática de convivência

Este processo é um processo conflitivo. É um aprendizado, aonde um governo tem limites, e é tensionado por limites legais, orçamentários e aonde os movimentos sociais aprendem também, a compor, conviver com os limites, estabelecer prioridades, calendários. Mas fundamentalmente, a experiência mais valiosa é a do diálogo permanente.

Vejamos a partir de alguns registros encontrados nas atas das reuniões do Conselho, como este conflito foi registrado. Além disto, como os representantes dos movimentos sociais questionavam os representantes do Governo sobre a implementação das políticas públicas, a disponibilidade de recursos orçamentários, e outras contradições identificadas no processo de discussão e de efetivação dos compromissos negociados entre o Governo e os movimentos sociais, nas suas jornadas de lutas.

Debateu-se, então, o Plano de Safra, apresentado pela manhã, tendo sido questionados: a diminuição de recursos para o programa de aquisição de

alimentos; o volume de recursos do Pronaf B, para o Nordeste; a destinação de recursos para os produtos da cesta-básica (30% do custeio) e o seguro-renda. Foi ainda questionado a mudança de foco no Programa de Combate à Fome e no programa de aquisição de alimentos pelo MDS que teve como consequência a diminuição de recursos para o programa de grande interesse para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Secretário Bianchini respondeu que será necessário uma melhor integração entre os três ministérios, MAPA, MDS e MDA e da necessidade de aliar o aumento de recursos com a qualificação do Programa e de recursos para a assistência técnica; que os recursos dos Fundos Constitucionais também serão aplicados no Pronaf B, ampliando o teto em 50% que, aliado ao Garantia Safra da Ação Emergencial do Fome Zero e do Compra Direta, deverá atender à demanda do Nordeste; no Grupo C, deve ser mantido o incentivo à produção de alimentos; o Seguro-Renda, além de assegurar a dívida do banco, deve assegurar a manutenção familiar ou o PROAGRO PLUS mas essa política ainda está em debate no Governo; será dada continuidade a compra dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, para os programas de leite, porque são políticas de geração de renda nos municípios, que levam ao desenvolvimento local, como também no apoio às cooperativas da agricultura familiar. (Registro na Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de junho de 2004)

O que se propõe é que os Conselhos potencializem as discussões do desenvolvimento, não focando apenas em programas de governo, principalmente os programas do Governo Federal. Que eles passem a ter um papel de atuar como aglutinadores, que potencializa as articulações sociais e consolida acordos relativos ao desenvolvimento rural sustentável. A proposta é que os Conselhos contemplem 3 questões básicas: a representatividade, a partir das organizações sociais, que elas estejam mais fortemente representadas; a diversidade, ampliando a base dos atores sociais na constituição desses Conselhos; e a pluralidade que pressupõe-se nas diferenças das organizações, sindicatos e cooperativas. Recomenda-se um amplo processo de sensibilização e de consultas aos principais atores envolvidos para a reconstrução desses espaços, para que eles não sejam constituídos de cima para baixo, mas resultado de um amplo debate, num processo de sensibilização da necessidade de reformulação e recriação desses Conselhos. Deve, ainda, estar precedido de mapeamento das comunidades rurais e entidades ligadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural e que na normatização dos Conselhos seja feita em formato de lei municipal, estadual e federal. Assim, seria garantida maior legitimidade dessas instâncias e evitaria a descontinuidade que é muito forte nos municípios, principalmente onde você tem Conselhos que estão relacionados a um programa, não há uma continuidade da ação. O eixo principal é que atue de forma estratégica no processo de desenvolvimento rural sustentável, não se restringindo a gestão operacional de programas. (Reginaldo Alves de Souza, conselheiro e representante da ONG CAATINGA. Registro na Ata da 19ª Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de setembro de 2004)

Guilherme Cassel, falando sobre sua satisfação de estar presidindo a reunião do Condraf na condição de Ministro salientando que a reunião do Condraf sempre foi agenda prioritária não só dele como também do Ministro Miguel Rossetto, reconhecendo o trabalho do Secretário Humberto Oliveira em ter constituído o Conselho num espaço de reflexão das políticas do desenvolvimento rural e agrário, o que tem permitido ao Ministério discutir, elaborar e criar políticas de desenvolvimento rural, da agricultura familiar e da reforma agrária. Salientou a importância de congregar em um espaço fraterno, crítico, rigoroso, a sociedade civil, os movimentos sociais, outros ministérios e os governos estaduais que, de alguma forma, se envolvem com o trabalho da agricultura familiar, da reforma agrária, do desenvolvimento rural. (Registro na Ata da 26ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2006)

E seguindo na análise das atas, percebe-se que também há uma fadiga no modo de funcionamento do CONDRAF. Os movimentos sociais passam a criticar duramente a dinâmica das reuniões, a dificuldade de realizar reuniões com mais tempo para debates e não com um caráter mais informativo, e mencionam, inclusive, a necessidade de uma nova alteração no formato e na composição do Conselho, indicando que a alternância no exercício da Presidência do CONDRAF, entre um representante do Poder Público e um representante da sociedade civil, passa a ser um tema crucial para manter o vigor deste espaço de diálogo. Vejamos alguns registros sobre isto encontrados nas atas das reuniões do colegiado.

O Conselheiro demonstrou insatisfação com o Conselho, porque tem sido um mero espaço de informes. Enfatizou que querem ser protagonistas, seja no Pronaf, seja na questão territorial, seja no Plano Safra, no Brasil sem Miséria, porque os Conselhos como espaços de controle social e de participação social são uma conquista e um direito assegurado na Constituição de 88 e na legislação, mas deve ser garantida na prática: querem debater sobre a elaboração, os encaminhamentos e o processo de implementação dessas políticas (Amadeu Bonato, conselheiro e representante do DESER. Registro na Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2012)

O Conselheiro lembrou que o Condraf é um espaço de conquista da relação Estado/sociedade, espaço de diálogo, de interação entre a sociedade civil e o governo e esse espaço precisa ser reformulado. É necessário inovar o processo de participação, precisa debater a política de desenvolvimento rural do Brasil, debater na centralidade do governo e com outros Conselhos que tratam de políticas que também são do MDA – o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Silvio justifica sua argumentação, pois na análise, o Condraf vem sendo um espaço de informes, de monólogo. (Silvio Ney, conselheiro e representante da Unicafes. Registro na Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2012)

Eu queria pedir desculpas, perdão, dizer a vocês, tornar à mesa, a minha fala não tira a importância de nada que vocês trouxeram para cá nem a importância do esforço que o Ministério está fazendo em relação ao envolvimento das áreas sobre o tema que precisamos tratar em relação ao Plano Safra. O que eu vou trazer aqui é em relação à dificuldade que traz para nós enquanto Conselheiros para poder interagir com vocês e debater, é impossível em três minutos eu tratar sobre Plano Safra em relação a diversos temas que já foram trazidos aqui, a metodologia, a sistemática impossibilita, inviabiliza o debate nesse espaço e aí eu queria reclamar e pedir para que a gente repensasse isso porque não tem possibilidade da gente fazer uma interação, um debate que foi o que a gente inclusive propôs aqui enquanto CONDRAF para que não fosse um espaço apenas informativo mas um espaço efetivo de debate em relação às questões e a sistemática inviabiliza isso, não tem a mínima possibilidade de fazer essa interação, para nós não tem condição de continuar com esse processo (Silvio Ney, conselheiro e representante da Unicafes. Registro na Ata da 54ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2013)

Adhemar Lopes de Almeida reconhece que o Comitê de Fundos de Terras e do Reordenamento Agrário (CPFTRA) já vinha questionando e reconhecendo o esgotamento do desenho atual dos Comitês e CONDRAF, implicando em distanciamento e dificuldades na articulação com outras temáticas, como a questão da reforma agrária, a questão do acesso e estrangeirização das terras e a importância de articular a reformulação com os eixos de planejamento do MDA e PNDRSS. (Adhemar Lopes de Almeida, Secretário de Reordenamento Agrário do MDA e conselheiro. Registro na Ata da 64^a Reunião Ordinária⁴⁶ realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015)

E vemos que o Secretário Executivo do CONDRAF, em 2013, se posiciona frente a estas críticas, procurando explicar de alguma maneira que o Conselho adotou uma outra dinâmica nas reuniões, não mais em um único dia, mas em dois dias, para dar mais espaço para os debates. Finalmente, acaba por acolher a crítica feita por um conselheiro

Rapidamente aqui não que o tema não precisa ser debatido mas até pelo rumo que tomou a nossa reunião, queria dizer que é só imaginar um jogador de futebol que chega no estádio e não tem jogo, é mais ou menos isso que acontece se eu como secretário executivo não quisesse que tivesse debate no CONDRAF, tanto é que temos feito reuniões ordinárias de dois dias, temos procurado não encher muito a pauta, não ter muitos itens na pauta que é para possibilitar o debate agora peço aos companheiros que não levem como parâmetro o rumo que tomou a nossa reunião hoje, todo mundo foi testemunha, nós chamamos essa reunião em articulação como gabinete do Ministro, com a Secretaria Executiva, com os órgãos do Ministério para que o dia todo fosse ter debate sobre o Plano Safra e as coisas que estavam relacionadas com ela como essa questão de agência de ATER agora o rumo que tomou fez com que a gente não tivesse capacidade de aprofundar o debate mas certamente enquanto tivesse conseguido, se a gente tivesse seguido a nossa pauta isso teria acontecido, nós temos na Secretaria Executiva do CONDRAF seguindo as orientações não só do Ministro mas aquilo que vem do plenário que é o fato da gente poder aprofundar os debates conseguir fazer isso, se vocês notarem, a nossa reunião tem sido todas de dois dias com uma pauta que a gente tenta não colocar tudo para dentro dela para fazer discussões mais aprofundadas mas quanto à de hoje eu absorvo a crítica (Roberto Nascimento, Secretário Executivo do CONDRAF. Registro na Ata da 54^a Reunião Ordinária, realizada nos dias 15 e 16 de maio de 2013)

As críticas ao CONDRAF perpassaram os anos de existência do Conselho, e temos este último registro realizado por um dos conselheiros, realizado no final de 2015, meses antes do golpe contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff

Jean Marc Von Der Weid (AS-PTA) expõe em sua análise que o CONDRAF não cumpriu exatamente o seu papel, se encontra esvaziado, associado ao governo e sem capacidade de iniciativa. Ressalta que as reuniões têm sido basicamente informativas e sem aprofundamentos de temas que dialoguem com a necessidade e interesse de todos. Citou o exemplo da homologação dos territórios, discussão sobre a qual não há uma apropriação maior para omitir opinião. Relativo aos comitês, com raras exceções, eles funcionaram porque

⁴⁶ Para ilustrar nesta tese como são as atas do CONDRAF, esta ata está presente no Anexo 4 deste documento

havia uma relação de apadrinhamento e apoio financeiro do Governo, como o de ATER. (Jean Marc Von Der Weid, conselheiro e representante da AS-PTA. Registro na Ata da 64ª Reunião Ordinária realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015)

E sobre a alternância na condução do Conselho, encontramos algumas manifestações sobre isto, e vale ressaltar que esta primeira que apresentaremos a seguir foi expressada durante uma reunião realizada no ano de 2008. A segunda, quatro anos depois, em 2012, e finalmente, conforme demonstraremos em seguida, foi somente em 2015 que este processo realmente teve início no Conselho. Vejamos estas manifestações a seguir

Em relação à presidência do Conselho, o GT sugeriu, a partir das deliberações da I CNDRSS, uma alternância entre o poder público e a sociedade civil na condução dos trabalhos ou, como uma segunda proposta do GT, que a presidência fosse exercida por um conselheiro da sociedade civil. Em todos os dois casos, a Presidência será assessorada por uma secretaria-executiva composta por membros do governo (Ata da 34ª Reunião Ordinária, realizada no dia 9 de dezembro de 2008)

A questão da presidência do Condraf, nós queremos dialogar sobre ela. Entendendo o seguinte: queremos que tenha a presença mais permanente do Presidente do Condraf participando de todo o espaço e que assuma isso, mas também que a sociedade civil possa também, em algum momento, assumir o mandato da Presidência, assim como acontece no Consea. (Silvio Ney, conselheiro e representante da Unicafes. Registro na Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2012)

Vale ressaltar, que foram realizadas algumas alterações na composição e na estrutura do CONDRAF, por meio de alguns decretos do MDA. Porém a alternância na Presidência do Conselho somente foi considerada no seu período mais recente e nunca se efetivou, apesar de ter sido discutida e aprovada pelos membros em 2015, durante a 60ª Reunião Ordinária do Conselho, com a criação de um Grupo de Trabalho que estaria a cargo de organizar uma proposta para isto.

Em 3 de maio de 2016, foi publicado o Decreto nº 8.735⁴⁷ que instituiu a nova estrutura e composição, definindo o colegiado com 46 membros, sendo 28 da sociedade civil e 18 do poder público. Este Decreto também definiu o procedimento para as eleições dos membros e da Presidência do CONDRAF, indicando que uma Comissão Eleitoral estaria responsável por este processo.

Assim, no dia 9 de maio de 2016, se publica a Resolução CONDRAF nº 116, que institui a Comissão Eleitoral e dá outras providências para que este processo se concretize.

⁴⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8735.htm>

No entanto, este rito é estancado pelo golpe jurídico-parlamentar, que afastou a ex-Presidenta Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2016. Como sabemos, o MDA foi extinto neste mesmo dia e o CONDRAF passa a ser vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão criado junto à Casa Civil da Presidência da República e que passa a incorporar parte das atribuições do extinto Ministério.

No dia 11 de julho de 2016, é publicada a Portaria nº1.390 da Casa Civil da Presidência da República, dispendo sobre as competências a serem exercidas pelo Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, e destacamos o seu art. 3º, que trata da autorização concedida ao Secretário para ele designar os membros do CONDRAF, um enorme retrocesso em relação ao processo que estava em curso no âmbito do Conselho:

Art. 3º Compete ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário representar o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf.

Parágrafo único. Ficam delegadas ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário as seguintes competências:

I - Designar os membros do Condraf, nos termos do art. 3º, §1º, do Decreto nº 8.735, de 3 de maio de 2016;

A partir daí, podemos dizer que se inicia outro capítulo na história do país, com o encerramento do ciclo de governos que perdurou entre 2003 e 2016.

Vimos nesta análise como o CONDRAF durante os anos de 2003 a 2016 funcionou como um espaço de convergência entre a sociedade civil e o Poder Público, com os principais temas relacionados ao desenvolvimento rural e às demandas dos movimentos sociais rurais sendo discutidas em conjunto, tornando este espaço um local de diálogo e negociação permanentes. Vimos também que no CONDRAF se discutiram os temas conjunturais, celebrando as conquistas obtidas pelas mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores familiares e as mulheres rurais e agregando cada vez mais temas de outras naturezas, muito mais além do tema agrícola ou agrário, como os temas de gênero e geração, saúde e educação no campo, habitação rural, infraestrutura, entre outros.

Estas discussões, apesar das dificuldades e limites apresentados, também eram movidas por esperança, no sentido de mudanças qualitativas. Sobre isto, Gohn (2014) entende que

Os conselhos e colegiados são parte de uma gestão compartilhada e a ação de governar permite construir espaços de liberdade, de maior equidade, em suma de construção de projetos emancipatórios com marcos referenciais substantivos e não cenários armados estrategicamente. Reiteramos, finalmente: a participação da sociedade civil nessas novas esferas públicas via conselhos ou outras formas de mediação institucionalizadas não significa uma substituição do Estado, mas um espaço de luta e controle quanto ao exercício dos direitos de cidadania ou direitos coletivos: a oferta de educação, saúde e demais serviços sociais de qualidade para todos, em direção a um projeto de emancipação dos excluídos. (GOHN, 2006, p. 548 e 549)

E para cada um dos temas tratados, as políticas públicas discutidas e negociadas deveriam dar conta das demandas e necessidades das populações rurais, em especial aos mais vulneráveis. O tema do orçamento e da disponibilidade de recursos financeiros permearam constantemente as discussões, e como foi mencionado aqui, foi no CONDRAF que se gestionaram várias iniciativas e medidas implementadas pelo MDA, principalmente.

No entanto, vimos também que este ambiente abrigava contradições no que diz respeito ao caráter e ao funcionamento das reuniões, levando os membros da sociedade civil, a criticarem abertamente a Secretaria Executiva do Conselho, ou as vezes diretamente ao próprio Ministro do MDA, demonstrando enorme insatisfação com o funcionamento do Conselho. Apesar de alguns conselheiros identificarem a necessidade de uma profunda alteração no mecanismo de funcionamento do Conselho, propondo claramente um novo processo de eleição para a sua presidência e também outra composição entre membros da sociedade civil e do poder público, as mudanças foram realizadas lentamente. Em especial ao tema da eleição da Presidência, considerando a alternância na condução do Conselho entre poder público e sociedade civil já ter sido registrada nas reuniões realizadas em 2008, este mecanismo foi formalmente e oficialmente proposto somente em 2016, mas não houve tempo para ser implementado.

Assim, aqui estão registradas algumas das contradições existentes nesta relação entre os movimentos sociais e o poder público, e foi possível identificar em algumas das manifestações aqui presentes, que há nisto tudo um processo educativo, de formação e de elevação de consciências, mesmo que sejam fruto de momento de conflito e de tensão. Aliás, como também mencionado aqui, não deveria ser nenhuma surpresa encontrar nos registros das reuniões as críticas e as divergências, ou os movimentos sociais não estariam

cumprindo com o seu papel. Tampouco seria esperado por parte dos que conduziram o MDA nestes anos todos uma postura de repressão ou de censura aos representantes da sociedade civil, pois isto representaria uma contradição brutal entre o discurso e a prática democráticas que eram sempre mencionados pelos mandatários.

Para terminar esta análise, como foi mencionado na metodologia deste trabalho, resta, a partir da escolha de uma política pública, demonstrar claramente todo este processo educativo e de elaboração da demanda por parte do movimento social e sindical, a organização das pautas e das reivindicações presentes no GTB e na Marcha das Margaridas e chegando às negociações com as instâncias políticas do Governo Federal até aterrissarem no órgão responsável pela sua implementação. Por fim, a partir de dados relativos à execução orçamentária e financeira e a implementação desta política, confirmar o interesse público em levar a cabo esta reivindicação social, consolidando uma política pública de âmbito nacional e abrangente suficientemente para dar conta de atender aos mais diversos grupos sociais no meio rural, em especial os mais vulneráveis.

Como foi mencionado, faremos esta análise a partir da PNATER, utilizando as informações obtidas nas entrevistas, nas atas das reuniões do CONDRAF, nas pautas dos movimentos sociais apresentadas nos GTB e na Marcha das Margaridas e nos dados orçamentários e financeiros obtidos em fontes oficiais.

4.3 A ATER nas demandas dos movimentos sociais e a PNATER como mecanismo de resposta

Este trabalho não irá descrever a história da ATER no Brasil, tampouco irá analisar sua trajetória conceitual ou filosófica com profundidade. A ATER vem sendo estudada por inúmeros autores ao longo das últimas décadas que fizeram ou seguem fazendo estas análises e nosso foco aqui é apresentar como esta política passa a ser reivindicada pelos movimentos sociais rurais, como uma das mais importantes iniciativas para seu desenvolvimento econômico e social.

Veremos também que esta demanda está associada ao crédito rural, ao menos em uma parte importante da história da ATER, e que era uma reivindicação da agricultura familiar e dos assentados pela reforma agrária. Somente em um período mais recente da história da ATER, a partir dos anos 2000, que a ATER passa a estar inserida nas demandas de outros movimentos sociais, como a organização social das trabalhadoras rurais, ou associada a projetos de recuperação ou conservação ambiental.

Rapidamente, mencionaremos alguns tempos históricos que fazem nexos com a reivindicação dos movimentos sociais e a partir de aí, traçar na linha do tempo dos GTB e das Marchas das Margaridas, como o governo Federal, entre os anos de 2003 e 2016, responde a esta reivindicação, além de demonstrar que a PNATER incorpora várias outras dimensões na ATER, que não se registrou em qualquer outro tempo histórico desta política, como o atendimento a populações tradicionais e populações indígenas.

Comentando brevemente sobre a história da ATER no Brasil, Peixoto (2008) indica que esta remonta ao período imperial, em um estudo aonde aborda a história da legislação da ATER no Brasil, mencionando que

O Governo Federal propunha, já na legislação de meados do século XIX, algumas ações de extensão rural, embora muito rudimentares ou implícitas em outras políticas públicas. Por exemplo, os registros do Sicon⁴⁸ mostram que em 1859 e 1860 foram criados 4 institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações (PEIXOTO, 2008, p.11).

Segundo o autor

A primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, mais comumente citada pela bibliografia que trata deste tema, é a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras (Peixoto, 2008, p. 15).

A ATER no Brasil contou, ao longo do tempo, com a disponibilidade de investimentos do poder público e oferecia aos agricultores um modelo de serviços gratuitos, tendo como um dos pilares para a manutenção destes serviços as instituições estaduais de ATER, chamadas comumente de EMATER⁴⁹. (Peixoto, 2008, p. 9). O serviço de ATER buscava o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade e apostava basicamente em agricultores com capacidade de resposta para isto, utilizando o crédito rural como elemento essencial. Aliás, veremos que o crédito rural sempre esteve intimamente relacionado à ATER, e esta intermediação realizada pelos extensionistas entre os agricultores e os agentes financeiros continua até os dias atuais.

Mesmo mencionando em algumas etapas da sua história a intenção de focalizar-se nos pequenos produtores, ao fim e ao cabo, os beneficiários acabavam sendo os grandes produtores e as agroindústrias rurais.

⁴⁸ SICON - Sistema de Informações do Congresso Nacional

⁴⁹ Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

Sobre isto, Oliveira (2013) resgatando a história da extensão rural no Brasil e dialogando com vários autores, indica sobre a ATER

Seu caráter classista e desigual, demonstrando que, contrariamente ao que a maioria defende, desde sua criação, a extensão rural não foi pensada para alcançar o pequeno agricultor desfavorecido, mas foi confabulada por interesses pessoais de empresas internacionais, como a Rockefeller e os grandes proprietários de terras de Minas, de São Paulo e demais regiões do Brasil. O objetivo principal eram as linhas de crédito e o desenvolvimento tecnológico que beneficiaria grandes produtores (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

O processo de consolidação do extensionismo foi extremamente marcado pelas relações Brasil e Estados Unidos a partir de 1945 com a assinatura de acordos, sobretudo de cooperação técnica entre ambos países. Esse programa de incentivo bilateral injetou recursos materiais e intelectuais através de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros mediante intercâmbio e cursos de treinamento nos EUA (Oliveira, 2013, p.29). E na mesma direção, Peixoto explica que

O método de ação das ACAR⁵⁰ foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades, e sim pelas associações. Todavia, o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos (PEIXOTO, 2008, p. 18 e19).

Em 1956, é criado no Brasil a ABCAR, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e segundo Oliveira, esta

Priorizava o ensinamento de técnicas e difusão de tecnologias a serem adquiridas via crédito rural com o fito de aumentar a produtividade do campo (...) A criação da ABCAR atendia aos interesses de crédito rural e extensionismo para que os pequenos proprietários aumentassem sua produtividade via tecnologia” (OLIVEIRA, 2013, p.46).

A ABCAR coordenava nacionalmente esta iniciativa, tendo as ACAR como agentes locais para a sua implementação. O crédito rural era o objetivo final e Peixoto coloca isto claramente quando menciona que

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas

⁵⁰ Associações de Crédito e Assistência Rural

pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (PEIXOTO, 2008, p. 18).

A lógica veiculada pela extensão rural no Brasil, num primeiro momento, decorre de um projeto de desenvolvimento para o campo atrelado ao aumento da produtividade via inserção de tecnologias e insumos agrícolas industriais (OLIVEIRA, 2013, p. 48).

Outro fator interessante mencionado por Oliveira é que o crédito rural praticado pela ABCAR tinha por característica integrar um programa promocional de bem-estar rural, de cunho educativo e financeiro, pois o pequeno produtor não era contemplado pelas linhas regulares de crédito fornecidas pelos bancos que os consideravam um “grupo muito arriscado” (OLIVEIRA, 2013, p. 56).

Entrando nos anos de 1970, o Governo Federal decide por reestruturar a ABCAR e dotá-la de um sistema centralizado, vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária e com relação direta com a pesquisa agropecuária, liderada no Brasil pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Neste momento, inaugura-se um novo período da história da ATER no Brasil, liderado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, conforme comenta Peixoto:

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado através da Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A Lei nº 6.126, de 1974, estabelecia ainda os objetivos, as fontes de recursos da Embrater e promovia a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária⁵¹. (PEIXOTO, 2008, p. 23).

O Governo Federal, à época, motivado pela decisão de desenvolver economicamente o país, elege a agricultura como um dos setores estratégicos e impulsiona um vigoroso processo de modernização no campo, com todas as contradições inerentes a este processo, como foi comentado na introdução deste trabalho.

⁵¹ A Embrater foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74. Tendo as estruturas das ACAR sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema ABCAR transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (PEIXOTO, 2008, p.24).

Implementa-se um conjunto de políticas e de medidas para impulsionar o setor rural e a agroindustrialização do país, tendo novamente, o crédito rural e a assistência técnica como instrumentos para este processo. Segundo Grisa (2014), durante o regime militar

Argumentava-se que a agricultura precisava modernizar-se para cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do país. O ajuste entre o setor da agricultura e a industrialização da economia do país passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de estruturas (GRISA, 2014, p.5).

Ainda durante este período, e como já foi comentado neste trabalho, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não encontraram espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos políticas para a categoria social, estando excluídos de participar, restando uma atuação crítica e propositiva por parte da CONTAG, mas sem incidência direta (GRISA, 2014, p. 5)

Este cenário começa a ser alterado no final dos anos 1970, quando no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em 1979, a CONTAG manifesta-se de maneira mais combativa e reivindica além da reforma agrária, uma política agrícola adequada aos pequenos agricultores. E esta mudança é incrementada a partir da redemocratização e a nova Constituição Federal de 1988 (GRISA, 2014, p. 5).

A nova Carta Magna traz no seu Artigo nº 187⁵² uma importante conquista para este segmento social, reconhecendo os trabalhadores rurais como público e protagonista na construção da política agrícola, assim como dá destaque à ATER e ao crédito rural, entre outras medidas, como podemos ver:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e **trabalhadores rurais**, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - Os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - Os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - A assistência técnica e extensão rural;
- V - O seguro agrícola;
- VI - O cooperativismo;

⁵² <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

- VII - A eletrificação rural e irrigação;
- VIII - A habitação para o trabalhador rural.

Em 1991, é instituída por meio da Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro, a chamada Lei Agrícola,⁵³ que apresenta um conjunto de políticas e instrumentos para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da agroindústria e das atividades produtivas pesqueiras e florestais. A Lei trouxe um conjunto de ações e instrumentos de política agrícola, entre eles a assistência técnica e a extensão rural e o crédito rural, em consonância com a Constituição Federal de 1988, descritos em seu artigo 4º da seguinte maneira:

Art. 4º As ações e instrumentos de política agrícola referem-se a:
I - planejamento agrícola; II - pesquisa agrícola tecnológica; **III - assistência técnica e extensão rural**; IV - proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais; V - defesa da agropecuária; VI - informação agrícola; VII - produção, comercialização, abastecimento e armazenagem; VIII - associativismo e cooperativismo; IX - formação profissional e educação rural; X - investimentos públicos e privados; **XI - crédito rural**; XII - garantia da atividade agropecuária; XIII - seguro agrícola; XIV - tributação e incentivos fiscais; XV - irrigação e drenagem; XVI - habitação rural; XVII - eletrificação rural; XVIII - mecanização agrícola; XIX - crédito fundiário.

Um novo ciclo de negociações e diálogos surge com a redemocratização, e os movimentos sociais rurais, como já mencionado neste documento, iniciam as grandes mobilizações, como o Grito da Amazônia no início dos anos 1990 e os Gritos da Terra, no ano de 1994. Neste momento, visualizamos que a luta social dos movimentos do campo incorpora em seu discurso a necessidade de novas políticas agrícolas e agrárias, adaptadas para a sua realidade, finalmente contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento rural implementado no Brasil durante as décadas anteriores.

Claramente podemos identificar o nexos entre as mobilizações sociais e a luta por políticas públicas realizadas no início dos anos 1990, e a história da ATER pode ilustrar este processo, considerando que nos mais de 50 anos de sua existência, raramente elegeu a agricultura familiar como o público prioritário. Esta modernização do campo, propagado pelo Governo Federal desde os anos de 1970, que nunca chegou aos agricultores familiares, finalmente agora encontra no processo de redemocratização, um terreno propício. Assim comenta Grisa sobre isto:

⁵³ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm>

Aproveitando as possibilidades abertas pela redemocratização, os representantes da agricultura familiar recrudescem sua postura propositiva e, por meio de mobilizações sociais expressivas, (como os Grito da Terra Brasil, cuja primeira edição foi realizada em 1994) passaram a exigir políticas específicas para a categoria, bem como a participação na construção destas” (GRISA, 2014, p.7).

Finalmente, em 1995, é criada a primeira política nacional direcionada diretamente à agricultura familiar, o PRONAF, que se delineava como uma política de crédito rural que contribuía para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares ao mercado (GRISA, 2014, p. 8). E para impulsionar o crédito rural na agricultura e na reforma agrária, surge um primeiro programa de ATER exclusivamente destinado para este público. Em 1997, foi implementado no Brasil o Projeto Lumiar, essencialmente estruturado como uma nova assistência técnica aos projetos de assentamento rural, coordenado pelo INCRA. Segundo Schmitz,

O Lumiar nasce como um programa emergencial em que o INCRA era o principal provedor de recursos, como fruto da pressão dos movimentos sociais e do reconhecimento do Governo Federal quanto à insuficiência das suas ações no componente de assistência técnica nas áreas de reforma agrária, especialmente diante do perigo de que os investimentos nos outros componentes como acesso à terra, infraestrutura e crédito fossem comprometidos (SCHMITZ, 2003, p. 69).

E, para Peixoto, a criação do Projeto Lumiar se deu

Em decorrência da dificuldade das entidades estaduais de Ater de assistirem aos assentados da reforma agrária, o Incra lançou o Projeto Lumiar, uma inovadora experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais. O Lumiar chegou a contar com 1.392 técnicos contratados, que assistiam a 1.300 dos 3.800 assentamentos do Incra, existentes em 2000. Segundo o Governo, em 1999 o Projeto Lumiar beneficiava quase 104 mil famílias de assentados (PEIXOTO, 2008, p. 31).

No entanto, concomitante a criação e a implementação de uma política de ATER para a reforma agrária, a ATER liderada pela EMBRATER e direcionada para a agricultura em geral, vinculada ao MAPA, vivia um ciclo de alta instabilidade política e institucional. Não vamos recontar esta história aqui, pois esta está muito bem documentada em vários documentos⁵⁴ e porque não é o foco deste trabalho, mas não

⁵⁴ Ha uma vasta bibliografia sobre isto. Recomendamos a leitura do livro Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil, de Glauco Olinger (1996) e A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre

podemos deixar de mencionar ao menos um fato relevante, ocorrido no ano de 1994, que foi a criação no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA do Departamento de Assistência Técnica Extensão Rural, o DATER⁵⁵, instituído pelo Decreto nº 1.261, de 04 de outubro de 1994. Trato de dar a relevância a este fato, porque a PNATER que comentaremos em seguida neste documento, foi coordenada e implementada por este departamento, a partir de 2003, já no MDA, ou seja, 9 anos depois da sua criação.

O Projeto LUMIAR trouxe a inovação da contratação para a realização dos serviços de ATER o setor não estatal, composto por ONG's, cooperativas e outras organizações da sociedade civil, fato inusitado quando vemos na história da ATER no Brasil, um centralismo por parte das instituições públicas de ATER, federais (ABCAR e depois EMBRATER) ou estaduais (ACAR, depois EMATER). Se para o público da reforma agrária o LUMIAR proporcionava em alguma medida os serviços de ATER, para o restante da agricultura familiar, restava os serviços de ATER proporcionados pelas EMATER.

Com o crescimento do PRONAF, ainda que paulatino e concentrado no Sul do Brasil, cresce a demanda por parte dos movimentos sociais do campo por uma política de ATER massiva e exclusiva para a agricultura familiar. E na Região Norte, dado a irrelevância do PRONAF nesta época para esta região, a luta dos trabalhadores rurais para a obtenção do crédito rural se concentrava no FNO, gerido pelo Banco da Amazônia. Os Gritos da Amazônia estavam intimamente ligados à luta pelo crédito rural. Assim Sousa (2002), descreve como começou a luta dos trabalhadores rurais do Estado do Pará, no início dos anos de 1990, por acesso ao crédito e comenta que

Foi organizada uma caravana de camponeses para a capital do estado, no mês de abril daquele ano (1991), com o lema *O Grito do Campo* e tendo como enfoque principal a questão da violência no campo. No mesmo ano foi organizado o *Segundo Grito do Campo*. Nesse segundo movimento já foi incluída na pauta a questão do FNO. Era o início de um processo de lutas que se denominou de um novo ciclo de mobilizações dos camponeses do Pará (SOUSA, 2002, p. 160).

da modernização agrícola, de Oriovaldo Queda (1987). Dois grandes documentos que retratam a história da ATER no Brasil, com suas contradições, paradigmas, resultados e consequências.

⁵⁵ Embora o Governo Federal tenha criado um departamento exclusivamente voltado para a Ater, a ação do Dater foi também limitada devido, não só à carência de recursos financeiros, como também pela pouca representatividade política dos setores executores de Ater no MAARA. Assim, o Dater também não conseguiu desempenhar o importante papel que a Embrater exerceu no passado. (Peixoto, 2008, p. 29)

Foram conquistados efetivamente uma quantia de recursos financeiros do crédito rural do FNO pelos trabalhadores rurais no Estado do Pará. No entanto, entre outras condições exigidas pelo BASA; estava a comprovação da existência de ATER vinculada a cada projeto financiado. Com o desmonte da EMBRATER e as constantes crises institucionais da política de ATER no Governo Federal, a EMATER do Estado do Pará entra em colapso, praticamente paralisando suas ações, o que afetou imediatamente a contratação do crédito rural. Vemos outra vez, a vinculação do crédito rural com a ATER e como a ausência de um afeta diretamente ao outro. Sobre isto, Sousa (2002) comenta que

Em 1999 foram financiados 24 projetos com valores bem inferiores aqueles dos anos anteriores que já eram baixos. Esta situação se deve ao fato de que o banco só financia projetos que apresentem garantias de assistência técnica, o que significa que deve haver um (01) técnico para cada 50 projetos a serem implantados. Com o processo de desmonte da EMATER, os produtores tiveram dificuldades de apresentar esta garantia à esta instituição bancária. Em diversos municípios as próprias prefeituras municipais realizaram acordos com o Governo do Estado, através do qual se tornou possível viabilizar assistência técnica aos produtores (SOUSA, 2002, p. 168).

Em função de situações como estas, que o movimento social do campo passa a cobrar cada vez do Governo Federal uma verdadeira e necessária política de ATER exclusivamente para a agricultura familiar. Os recursos do Governo Federal para a ATER coordenados pelo DATER eram ínfimos e a experiência do LUMIAR demonstrou a factibilidade de a ATER ser realizada por um serviço não estatal. Sobre isto, Peixoto (2008) comenta que

Durante alguns anos após o lançamento do Pronaf, cujos recursos disponibilizados cresceram a cada safra, ocorreu um choque entre o que restava do setor estatal de Ater e o Terceiro Setor (composto por organizações não governamentais, sindicatos, associações), pela disputa da mesma fonte de recursos federais para o setor da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que se consolidava o Pronaf, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade (PEIXOTO, 2008, p. 31).

Estamos em 1997 e, pela primeira vez, está na pauta do GTB deste ano a reivindicação dos trabalhadores rurais para que a União aportasse recursos da ordem de R\$ 50 milhões para uma política de ATER exclusivamente para a agricultura familiar. Nessa época, coordenados pelo DATER, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MAA, contando com recursos técnicos e apoio oferecidos pelo PNUD, foi realizada uma larga jornada nacional de diálogos sobre a ATER com foco na

agricultura familiar, gerando nesta oportunidade, as primeiras concepções sobre o que seria uma ATER direcionada para este segmento social, conforme descreve Peixoto (2008):

Entre 4 e 8 de agosto de 1997 realizou-se um seminário nacional sobre Ater, seguido de seminários nas 27 unidades da Federação, dos quais participaram 5 mil pessoas. Estas reuniões culminaram com a realização de um workshop, entre 24 e 28 de outubro de 1997, promovido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Faser, Contag e Asbraer, no qual se fizeram representados setores do governo, da Ater estatal, movimentos sindicais de trabalhadores rurais e dos trabalhadores em Ater, ONGs e universidades, oriundos de todas as unidades da Federação. Deste evento surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de ATER pública estatal e não estatal, descentralizado, pluralista, autônomo e gratuito. Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusiva para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes (PEIXOTO, 2008, p. 31).

Entre os anos de 1997 e 2001, decisões importantes foram adotadas para constituir uma estrutura governamental federal destinada a elaborar e implementar políticas para a agricultura familiar e outros segmentos sociais do campo. Obviamente isto não se deu ao acaso, tampouco foi uma decisão de governo para acompanhar as reivindicações dos movimentos sociais rurais. É um fato notório que o Governo Federal reagiu às pressões sociais, nacionais e internacionais, decorrentes de chacinas contra os trabalhadores rurais. Peixoto explica como foi o criado o Ministério para cuidar da reforma agrária, depois da chacina de Eldorado dos Carajás, mencionando que

Em consequência da repercussão negativa e das pressões políticas resultantes, tanto no Brasil quanto no exterior, dos conflitos por terra no Pontal do Paranapanema (SP), em meados dos anos 90, e das tragédias de Corumbiara-RO (09/08/1995) e Eldorado dos Carajás-PA (17/04/1996), o Decreto nº 1.888, de 29 de abril de 1996, criou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, retirando do MAARA a atribuição sobre a reforma agrária (PEIXOTO, 2008, p. 30).

Podemos então elencar estas decisões, para verificarmos em uma linha do tempo, a criação de estruturas de gestão e de políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, bem como o primeiro espaço de diálogo instituído a nível federal, para tratar dos temas relacionados a estes segmentos.

Vejamos então as principais medidas adotadas e o instrumento normativo relacionado a cada um:

Tabela 3 - Medidas adotadas pelo Governo Federal para criar institucionalidades para a agricultura familiar e a reforma agrária entre 1999 e 2001

Ano	Medida	Instrumento	Fato relevante
1999	Criação do Projeto Lumiar	Ato Interno do INCRA	Primeira iniciativa de ATER pública, gratuita, não estatal, exclusivamente para famílias assentadas pela Reforma Agrária
1999	Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), integrante do então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária	Decreto nº 3.200, de 6 de outubro de 1999 ⁵⁶	Criação do CNDR
1999	Transformação do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar	Medida Provisória (MPV) nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999 ⁵⁷ , art. 17	Traz a Agricultura Familiar para uma estrutura federal de governo
1999	Transforma o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário	Medida Provisória (MPV) nº 1999-13, de 14 de dezembro de 1999 ⁵⁸	Este Ministério seria o embrião do futuro MDA
2000	Transforma o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário em Ministério do Desenvolvimento Agrário	Medida Provisória (MPV) nº 1.999-14, de 13 de janeiro de 2000 ⁵⁹ , art. 17, item XII	Cria o MDA
2000	Institui na estrutura regimental do MDA duas Secretarias importantes: a Secretaria de Reforma	Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000 ⁶⁰ , que em	Determina que a SRA terá competências em apoiar programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e

⁵⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3200.htm>

⁵⁷ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1911-12.htm>

⁵⁸ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1999-13.htm>

⁵⁹ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1999-14.htm>

⁶⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3338.htm>

	Agrária – SRA e a Secretaria da Agricultura Familiar -SAF	seu Art. 7º dispõem das competências da SRA e no Art. 8º dispõem das competências da SAF	profissionalização dos assentados da reforma agrária e determina que a SAF terá competências para apoiar programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização voltados a agricultores familiares.
2000	Transformação do CNDR em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)	Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000 ⁶¹	Incorpora o conceito de sustentabilidade ao nome do Conselho
2000	Cria no MAA a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC) e vinculado a ela cria o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER)	Decreto nº 3.527, de 28 de junho de 2000 ⁶² , Art. 11	Compete a SARC coordenar a política de ATER por meio do DIER e extingue o DATER
2001	O CNDRS aprova a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, no âmbito do MDA	Resolução nº 26, de 28 de novembro de 2001	Primeiro documento que desenha uma política nacional de ATER para estes públicos.

Fonte: Portal da Legislação Federal⁶³ & PEIXOTO (2008). Elaboração: própria.

Com a criação do MDA, as atribuições legais para implementar as políticas de ATER passam a ser executadas entre os dois ministérios, o MDA e o MAA. Se bem o tema da ATER ganhava relevância e estava claramente presente nas competências dos dois Ministérios, restava o Projeto Lumiar como ação concreta e em funcionamento, porém exclusivamente para o público da reforma agrária e a ausência de uma estratégia para implementar a política nacional de ATER no meio rural para o outro conjunto de beneficiários.

Outro fato impõe novo retrocesso às iniciativas de ATER até então implementadas: a extinção do Projeto LUMIAR em 2000. Deste fato até a implementação da PNATER em 2003/2004, o que vimos foi um completo vazio quanto à oferta de ATER aos agricultores familiares e aos assentados pela reforma agrária. Um verdadeiro vácuo

⁶¹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm>

⁶² Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3527.htm>

⁶³ <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>

institucional, que foi corrigido apenas com a implementação da PNATER, liderada pelo MDA.

Por todos estes elementos históricos aqui mencionados, é que a PNATER tem uma enorme relevância histórica. Por mais de 70 anos, a ATER foi objeto de uma incrível instabilidade política e institucional, um vai e vem sem fim, entre criações e extinções de órgãos responsáveis pelas iniciativas de ATER no Brasil.

Por isto, falar da PNATER não é apenas descrever sobre uma política pública importante, relevante e inovadora. É sobretudo falar da ausência de uma política que acentuou o descaso e a invisibilidade por parte do Poder Público para a agricultura familiar e a para a reforma agrária, isto sem mencionar outros tantos agricultores, extrativistas, pescadores entre outros públicos, que seguramente poderiam contar com a ATER para alavancar seu desenvolvimento econômico e social. E não foi por falta de **gritar** ou de **reivindicar**. Aqui vimos que a demanda por ATER estava presente desde as primeiras grandes mobilizações sociais realizadas no período da redemocratização e com muito mais ênfase nas pautas apresentadas pelas Marchas das Margaridas e pelos GTB, a partir de 1994.

Por tanto, a PNATER é a materialização de uma demanda histórica dos movimentos sociais, e que finalmente ganha força e relevância, entre os anos de 2003 e 2016, como veremos a seguir.

Mencionamos anteriormente o DATER, que sobrevivia no MAA sem recursos financeiros e sem uma estratégia de implementação de políticas de ATER. Porém uma mudança significativa se deu a partir da publicação do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003⁶⁴, que efetuou a transferência da competência relativa à assistência técnica e extensão rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁶⁵ para o MDA. Sobre esta medida, Peixoto comenta que

A partir daí ficou evidente a política governamental de concentrar a regulação e o fomento das ações de ATER no MDA, e não mais no MAPA que, de fato, nada vinha fazendo em relação a esta atribuição que lhe fora legalmente determinada (PEIXOTO, 2008, p. 36).

⁶⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4739.htm>

⁶⁵ O novo nome dado ao MAA, que passa se chamar de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi realizado por intermédio da MP Medida Provisória nº 2.143-36, art. 17, inciso XIII, de 24 de agosto de 2001.

No entanto, o que foi transferido foi a competência legal e não a estrutura existente no MAPA, o DIER. O DATER renasce finalmente no MDA, vinculado à estrutura da Secretaria da Agricultura Familiar, a partir da publicação do Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004⁶⁶, que aprovou a nova Estrutura Regimental do MDA. Vejam que já havia passado mais de um ano do início do Governo do ex-Presidente Lula, o MDA já figurava como o interlocutor dos temas da agricultura familiar e da reforma agrária no âmbito do Governo Federal, mas a ATER ainda não dispunha de um órgão ativo e operante.

Isto não significou a ausência de iniciativas no campo da ATER pela SAF. Durante o ano de 2003 e em parceria com o CONDRAF, foi elaborado o documento que deu origem à PNATER e que finalmente foi publicado em maio de 2014.

Também durante os anos de 2003 e 2004, no âmbito do CONDRAF, se discutia a retomada da política de ATER e a estruturação de uma nova institucionalidade para gerir a política. Vejamos o que consta nas atas do CONDRAF sobre isto:

Em seguida o Secretário de Agricultura Familiar, Valter Bianchini apresentou o Plano de Safra 2003-2004 da Agricultura Familiar, destacando a ampliação do volume de recursos disponíveis, o aumento dos beneficiários atendidos e a simplificação no acesso ao crédito por meio da criação de um cartão para o PRONAF e da destinação de maior volume de recursos às cooperativas de crédito. Ressalta ainda a proposta de recomposição de um **Sistema Nacional de Assistência Técnica**, sob responsabilidade do MDA, buscando integrar a ATER pública oficial e não oficial.

E

Quando da abertura do debate sobre a criação de outros possíveis Comitês a se criar, foi deliberado pela Plenária que a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF – deveria encaminhar, para apreciação na próxima reunião, proposta de **instituição de Comitê de ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural, com incorporação das sugestões relacionadas à articulação do tema à outras políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar, destacadas por diversos conselheiros presentes. (Registro na ata da 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de dezembro de 2003)

Se em 2003 se discutia a institucionalidade, ao início de 2004, já havia uma indicação mais clara de como o MDA, através da SAF, organizaria um sistema nacional de ATER, conforme descrito a seguir:

Em seguida, o Secretário de Agricultura Familiar, Valter Bianchini, apresentou um balanço dos dois primeiros quadrimestres do plano de safra 2003- 2004 (...) ressaltou ainda, a proposta de recomposição de um **sistema nacional de assistência técnica e extensão rural**, sob

⁶⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5033.htm>

responsabilidade do MDA, buscando integrar a Ater pública oficial e não oficial. (Registro na ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de março de 2004).

Também neste momento, o CONDRAF publica a Resolução nº 40, de 5 de abril de 2004⁶⁷, que cria o Comitê de ATER no âmbito do Conselho, para finalmente ampliar a institucionalidade da nova PNATER no âmbito do MDA e criar um espaço de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais para a discussão e a implementação da nova política. Assim anunciava o Presidente do CONDRAF a criação do Comitê de ATER, resgatando a necessidade de reestruturar um sistema de ATER a nível nacional:

CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 5 DE ABRIL DE 2004

Cria o Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável -CONDRAF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF, no uso de suas atribuições, conferidas pelo § 1º do art. 4º e § 5º do art. 6º do Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, bem como o disposto no art. 22, no inciso I do art. 24, nos §§ 2º e 4º do art. 25 e nos arts. 26 e 29 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, torna público que o Plenário do CONDRAF, em Sessão Plenária, realizada em 10 de março de 2004, considerando:

- a) que o Decreto nº 4.739, de 23 de junho de 2003, transferiu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a responsabilidade pela política de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- b) a necessidade de reestruturação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e da implementação de uma nova política, voltada para o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária;
- c) que cabe aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a universalização do conhecimento necessário aos agricultores familiares e assentados⁶⁸

No entanto, e como esta tese vem procurando demonstrar, as conquistas em políticas públicas obtidas pelos movimentos sociais rurais não se dão ao acaso, tampouco as medidas adotadas pelo Governo Federal são atos de sua própria decisão ou vontade.

⁶⁷ Disponível em <<<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>>

⁶⁸ Disponível através de <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>

Vejam que em várias pautas do GTB, o movimento social rural reivindica a elaboração de uma política nacional de ATER e um espaço institucionalizado para discutir e participar da sua elaboração. A partir da leitura das pautas de reivindicação apresentadas pelo GTB, encontramos as seguintes reivindicações sobre o tema da ATER, antes da publicação da PNATER, em 2004 ou de qualquer outra medida adotada no MDA ou no CONDRAF.

Tabela 4 - demandas por ATER apresentadas pelo GTB durante os anos de 1998 a 2004

Ano	Reivindicação	Item da pauta
1998	Que seja efetivada a criação do Conselho Nacional da ATER, conforme deliberado no Workshop Nacional da ATER, em 1997. Este Conselho terá por objetivo, principalmente, dar continuidade às ações de planejamento e coordenação das políticas de ATER para a Agricultura Familiar;	Item 5, p. 10
2000	Transferência dos programas exclusivos de apoio ao desenvolvimento da Agricultura Familiar existente no Ministério da Agricultura e Abastecimento para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (programas de apoio ao cooperativismo e de ATER);	Item 4, b, p. 6
2001	Criação no Orçamento Geral da União, Unidade Orçamentária destinada a financiar a implantação de programas de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Formação e Capacitação, Cooperativismo e Associativismo, exclusivos ao apoio do desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário.	Item X, 2, p.14
	e Aprovação e implementação da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural recomendada e pela Câmara Técnica do CNDRS (a proposta encontra-se em fase de ajustes finais nos Estados) e A gestão dos serviços de Assistência Técnica será feita entre Governo e os beneficiários.	Item XI, b, p. 15
2002	Implementar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a Agricultura Familiar, com base na Resolução nº 26 do CNDRS, de 28/11/2001	Item III, 1, p.3
	e Enquanto não seja implementada a Política Nacional de ATER, disponibilizar recurso para a contratação de técnicos para todos os assentamentos e Incluir no Orçamento Geral da União Unidade Orçamentária destinada a financiar a implantação de programas de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, Formação e Capacitação,	Item X, 2, p. 8

	<p>Cooperativismo e Associativismo, exclusivos para apoio do desenvolvimento da Agricultura Familiar, no MDA</p> <p>e</p> <p>Implementar a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural aprovada pelo CNDRS</p> <p>e</p> <p>Que a gestão dos serviços de Assistência Técnica seja feita entre Governo e os beneficiários</p>	Item 11, 1d, p.9
2003	Institucionalizar a política de ATER para agricultura familiar, no MDA, tendo por base o documento orientador aprovado no CNDRS em 2002	Item 8, 3, p.12
2004	<p>Implantar a Política Nacional de Assistência Técnica, observando todas as recomendações aprovadas no Seminário Nacional</p> <p>e</p> <p>Implementar a política de ATER de acordo com as diretrizes estabelecidas no Seminário Nacional</p> <p>e</p> <p>Criar o Comitê da ATER no CONDRAF com participação de instituições governamentais e não-governamentais representativas daquele Conselho</p> <p>e</p> <p>Realizar evento nacional para avaliar as propostas de operacionalização da Política de ATER, envolvendo instituições governamentais e não governamentais.</p>	<p>Item C, 28, p. 4</p> <p>Item F, 62, a, b, e d, p. 13</p>

Fonte: pautas dos GTB. Disponível no sítio CONTAG: www.contag.org.br. Elaboração: própria

É nítida a insistência por parte do movimento social para que a ATER ganhe institucionalidade, que sejam implementadas as medidas contidas nos poucos documentos elaborados entre 1998 e 2004, que os beneficiários estejam participando das discussões e que o MDA seja o órgão responsável pela coordenação e implementação da política.

Entendo que poderíamos considerar que, a partir de 2004, com a publicação da PNATER, o tema da ATER ganha um ritmo no MDA e também passa a receber maiores dotações orçamentárias por parte do Governo Federal.

Também por parte dos movimentos sociais a ATER vai ganhando mais espaço nas pautas de reivindicação, tanto no GTB como na Marcha das Margaridas. Como característica marcante na história da ATER, vimos sua vinculação com o crédito rural e isto não deixou de existir a partir da implementação da PNATER. No entanto, a ATER

passa a estar presente nas pautas de reivindicações associadas a inúmeros temas, como apoio para projetos de desenvolvimento econômico de jovens e mulheres rurais, recuperação ambiental, fortalecimento e expansão das práticas produtivas sustentáveis, com ênfase na agroecologia e também associada ao desenvolvimento e disponibilização de tecnologias.

Outro elemento importante a ser considerado, é que as pautas de reivindicações trazem a demanda de ATER não mais apenas para o público da reforma agrária ou para a agricultura familiar. As demandas de ATER para as mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e as comunidades indígenas também passam a estar presentes. E isto foi, em alguma medida, acolhido pelo MDA, passando a implementar ações de ATER para estes públicos específicos.

A porta de entrada para todos estes temas no âmbito de uma política abrangente e inovadora de ATER, foi justamente a PNATER, e a vontade política de implementá-la. E sobre isto, Diesel (2015) menciona desta maneira o ambiente favorável à implementação da PNATER

Em síntese, o avanço alcançado nesse período referiu-se ao compromisso político do governo federal em apoiar a Ater, a definição de sua competência administrativa (Dater/SAF/MDA), definição da sua orientação (formulação da política pública – Pnater) e avanços na regulamentação legal da atividade. Ou seja, no período, criaram-se as condições para o reconhecimento político da pertinência dessa atuação e as condições jurídicas e institucionais básicas para seu exercício sem que, contudo, houvesse se constituído um programa específico de Ater (DIESEL, 2015, p. 112 e 113).

Ainda segundo a autora, até 2004, poderia ser considerado um período de “avanços na materialização da atuação do governo federal no apoio à Ater” (DIESEL, 2015, p. 112) e definitivamente, a partir deste ano, a PNATER passa para um outro estágio, o da implementação. Sobre isto, a autora indica que

O desafio da implementação, no caso, remete à realização do que estava prevista no Plano Plurianual 2004-2007. Nesse, cada programa dispõe de uma dotação orçamentária, que passa a ser avaliada, em termos de efetividade, a partir do cumprimento ou não de metas. Em termos gerais, a execução orçamentária passou a ser considerada um importante indicador de capacidade de implementação (DIESEL, 2015, p. 116).

A autora faz referência ao fato de que, apesar de ter sido lançada a PNATER como uma política de âmbito nacional, esta seguia vinculada no Plano Plurianual – PPA 2004-2007 ao Pronaf, novamente ressaltando a aproximação das políticas de crédito rural com

a ATER. A ATER ainda não tinha, portanto, uma institucionalidade robusta, própria, e seguia de alguma maneira subordinada a outras políticas vinculadas ao Pronaf, mas não deixando de buscar a sua conexão com os princípios da PNATER, como menciona Diesel (2015) em seguida:

Do mesmo modo, no âmbito da Ater observou-se tanto subordinação aos objetivos e concepções particulares aos programas, quanto a resistência à essa subordinação, a exemplo do condicionante colocado na atuação no âmbito do Programa Biodiesel e do Pronaf, quando surge a ressalva ao cumprimento da orientação desde que seja “de forma compatível com a Pnater”. Nesse contexto a orientação da Ater buscou contribuir para avanços na política de crédito, mas também procurou alternativas para uma ação autônoma, mais coerente com os princípios da Pnater, sob risco de perda de sua identidade e apoio (DIESEL, 2015, p. 115).

O GTB de 2007 aponta a necessidade de a PNATER avançar no sentido de tornar-se um programa próprio no PPA, reivindicando ao Governo Federal “Criar o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do Plano Plurianual 2008-2011”⁶⁹.

E nos anos seguintes, o GTB segue reivindicando a estruturação da PNATER em torno de um programa, como mencionado na pauta de 2008 e na pauta de 2009, respectivamente, conforme demonstrado a seguir

Garantir a aplicação R\$ 420 milhões do Governo Federal, para o Programa Nacional de ATER (PRONATER) no PPA, destinando R\$ 100 milhões para os Territórios da Cidadania e R\$ 320 milhões para demais áreas (CONTAG, 2021, p.3).

E na pauta de 2009

- a. Aprovar a Lei Geral da ATER;
- b. Centralizar todos os recursos de Programas e Ações de ATER do Governo Federal no DATER/SAF/MDA (CONTAG, 2021, p.10).

Novamente, parte do movimento social a reivindicação para o fortalecimento e a estruturação da política de ATER. De toda forma, estava em marcha um processo de institucionalização da ATER, com a realização de várias iniciativas associadas à gestão e a implementação da PNATER, conforme menciona DIESEL (2015):

Do ponto de vista legal, prossegue o processo de institucionalização da Pnater. Nesse sentido, a Portaria Ministerial nº 25, de 29 de março de 2006, criou o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) e estabeleceu as instâncias de gestão e execução da Ater pública no

⁶⁹ Disponível em <<<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>>

país, explicitando a pluralidade de agentes que compunham o arranjo operacional da política: o Dater/SAF/MDA, responsável pela coordenação do processo de implementação da Pnater; o Comitê de Ater do Condraf, responsável pela gestão social da política; e as entidades de Ater, públicas e privadas, responsáveis pela prestação dos serviços (DIESEL, 2015, p. 116 e 117).

O DATER segue liderando a implementação da PNATER no âmbito do MDA e também em busca de uma maior institucionalidade da política, trabalhando em duas direções basicamente: a publicação de uma Lei Federal para a PNATER e a criação do seu respectivo programa no PPA. Um processo complicado e com várias deficiências institucionais, como menciona DIESEL (2015), citando o Relatório de Gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 2008:

No Relatório de Gestão de 2008, publicado em 2009, aponta-se o problema dos meios e instrumentos de operacionalização das ações de Ater como limite à obtenção de resultados: Destacam-se duas “ameaças” à ampliação e qualificação desta ação orçamentária [...]: a) precariedade do quadro de pessoal e da estrutura de trabalho da SAF; b) forma de contratação e de repasse dos recursos públicos federais para a prestação de serviços de ATER, sendo estes por natureza, contínuos e ininterruptos. As modalidades contrato e convênio são ineficazes e prejudicam a perenidade da oferta dos serviços de ATER (DIESEL, 2015, p. 24 citando o Relatório de Gestão SAF/MDA, 2008, p. 42).

A concretização do PRONATER no PPA chegou antes da publicação da Lei, como comenta DIESEL (2015):

No PPA 2008-2011 destaca-se a incorporação do Programa 1427, que organizou a ação governamental em referência à Pnater. A partir de então se constituem (ou são formalizadas) as ações orçamentárias que geram a dinâmica interna de planejamento e execução da política. Ou seja, o programa organiza a alocação de esforços, conhecimentos e recursos para o alcance de resultados, tornando mais objetiva a avaliação da ação empreendida (DIESEL, 2015, p. 123 e 124).

No entanto, e de maneira contraditória ao propagado pelos gestores do MDA recorrentemente, no que consiste à disposição de discutir democraticamente as políticas públicas e as iniciativas desenvolvidas pelo Ministério, seja com os movimentos sociais ou com o CONDRAF e o Comitê de ATER, o texto da Lei de ATER não seguiu este caminho, conforme relata DIESEL (2015):

Diferente à estratégia adotada na construção dos marcos normativos, que vão sendo formulados e legitimados de modo centralizado, evitando espaços ou instâncias colegiadas, como o Comitê de Ater do Condraf. O Condraf, por exemplo, era visto pelos que se aproximavam à vertente tecnocrática, como

um ambiente de defesa do projeto da Pnater, de um modo geral relativamente avesso aos interesses das entidades públicas de Ater e insensível às demandas por resultados de curto prazo. Assim, o projeto de lei (nº 5.665/2009) que deu origem à Lei de Ater tramitou ao longo de 2009 sem que houvesse ampla mobilização em torno de seu conteúdo. Diferente do processo de formulação da Pnater, a Lei de Ater transitou por um circuito mais restrito de gestores públicos, vinculados à SAF/MDA, não tendo sido colocada em discussão, por exemplo, no Comitê de Ater do Condraf (DIESEL, 2015, p. 122 e 123).

E a crítica sobre este processo também se deu no âmbito do Condraf, conforme manifestou um dos conselheiros, em duas reuniões ordinárias do Conselho:

O conselheiro Jean Marc Von der Weid registrou que foi anunciada a edição de uma Medida Provisória sobre ATER ou Projeto de Lei que não foi discutida no CONDRAF ou no Comitê de ATER. Para ele, tal fato é preocupante e deveria ser protestado junto ao DATER e à SAF. (Jean Marc Von der Weid, conselheiro e representante da AS-PTA. Registro na Ata da 37ª Reunião Ordinária realizada nos dias 21 e 22 de julho de 2009)

e

Jean Marc teceu considerações ressaltando os impactos decorrentes dos avanços e retrocessos nas cooperações entre o governo e as organizações da sociedade civil que atuam no âmbito da promoção do desenvolvimento. Em seguida, ressaltou que a proposta da Lei de Ater deveria ter passado pelo Comitê de Ater do Condraf e que, não tendo ocorrido esta discussão, seria razoável que o Condraf indicasse algumas organizações para dialogar sobre a regulamentação de ATER. (Jean Marc Von der Weid, conselheiro e representante da AS-PTA. Registro na Ata da 39ª Reunião Ordinária realizada nos dias 2 e 3 de dezembro de 2009)

Estranhamente, a Lei de ATER foi “apresentada” ao CONDRAF somente após ser sancionada pelo Presidente da República, conforme registrado em uma das Reuniões Ordinárias do Conselho:

O secretário Humberto Oliveira dá início à reunião e passa a palavra ao Diretor da Secretaria de Agricultura Familiar, Argileu Silva, para que ele possa fazer a **Apresentação da Lei de ATER – SAF**. O diretor da SAF fez um apanhado do histórico da Lei de ATER e expôs seus principais pontos. Para falar sobre a Regulamentação da Lei ele convidou o coordenador da Secretaria Executiva, Fabiano. Após esse momento, o secretário Humberto Oliveira abriu espaço ao **Debate em Plenário**. Os conselheiros José Claudenor, Valter de Carvalho, Marcialene Preisler, Álvaro Afonso, Antônio Lucas, José Aldo, João Torrens, Elisângela dos Santos se pronunciaram e tiveram suas dúvidas prontamente esclarecidas pelo senhor Argileu Silva. Humberto Oliveira considerou todos os questionamentos pertinentes e importantes para se entender a Lei de ATER, demonstrando ainda mais o interesse do CONDRAF no assunto (Registro na Ata da 40ª Reunião Ordinária, realizadas nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2010).

Finalmente, em 2010, o Governo Federal publica a PNATER como uma Lei Federal e também, associada a ela, anuncia a criação do Programa Nacional de ATER – PRONATER, concretizando assim, mais uma etapa no processo de institucionalização da política e incorporando as reivindicações dos movimentos sociais. A PNATER e o PRONATER passam então a constarem na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010⁷⁰, nos seus artigos 1º e 6º, descritos a seguir:

Art. 1º. Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Art. 6. Fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Esta Lei trouxe no seu bojo uma inovação na forma de implementar a PNATER, não mais por convênios entre o MDA e as entidades de ATER, mas agora a partir de contratos, regulamentados pela Lei nº 8.666/1993 e a partir da seleção de propostas apresentadas nas Chamada Públicas de ATER, um instrumento para a seleção e posterior contratação dos serviços de ATER. Estes dispositivos estão presentes na Lei, nos seguintes dispositivos:

CAPÍTULO IV DA CONTRATAÇÃO DAS ENTIDADES EXECUTORAS

Art. 18. A contratação das Entidades Executoras será efetivada pelo MDA ou pelo Incra, observadas as disposições desta Lei, bem como as da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 19. A contratação de serviços de Ater será realizada por meio de chamada pública, que conterà, pelo menos:

I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta; II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;

III - a área geográfica da prestação dos serviços;

IV - o prazo de execução dos serviços;

V - os valores para contratação dos serviços;

VI - a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;

VII - a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificações técnico-profissionais;

VIII - os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora. Parágrafo único. Será dada publicidade à chamada pública, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, por meio de divulgação na página inicial do órgão contratante na internet e no Diário Oficial da União, bem como, quando julgado necessário, por outros meios.

⁷⁰ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm>

Por um lado, esta modalidade de contratação facilitou a focalização dos serviços de ATER, pois as Chamadas Públicas convocavam entidades para apresentarem propostas de ATER para uma realidade pré-determinada, no território, no público, nos serviços a serem prestados, entre outras solicitações por parte do MDA. Sobre isto, Diesel (2015) menciona que

Nesse contexto a passagem do convênio para o contrato orientado por metas pré-definidas pelo contratante há um reforço à focalização, o que implica também numa revisão dos preceitos da Pnater, para a qual a universalização do acesso à Ater era elemento fundador das formulações que lhe deram origem. Teoricamente a focalização (grupos, segmentos e territórios) seria inevitável, afinal os processos de universalização de políticas públicas, em temas relacionados a situações de desigualdades e diversidades regionais, são geralmente combinados com políticas ou ações focalizadas (DIESEL, 2015, p. 124).

E por outro lado, esta modalidade traz como consequência negativa a exclusão de famílias, principalmente as mais pobres, e logo, uma contradição a um preceito definido no início da PNATER, a universalização dos serviços de ATER. Além destes fatos, fica evidenciado que o DATER, mesmo com os esforços promovidos pelo MDA para estruturá-lo, seguia com uma estrutura precária e pouco preparada para a elevada carga de trabalho e de responsabilidade para implementar a PNATER, conforme comenta DIESEL (2015):

As Chamadas resolveram, em um primeiro momento, um problema operacional (contratação relativamente facilitada), mas criaram outros, destacando-se a incapacidade de acompanhamento e avaliação pelo MDA e dificuldade de compatibilização com a normatividade da Pnater. Auditoria realizada pelo TCU em 2012 evidenciou as dificuldades operacionais que caracterizam a ação do MDA, limitando a capacidade para acompanhamento e avaliação das ações. Além disso, apontaram-se limitações relativas à focalização (tamanho dos lotes e formas de identificação e seleção das famílias beneficiadas, que estaria excluindo famílias mais pobres) e a inobservância da continuidade na prestação de serviços de Ater, preceito estabelecido pela Pnater, ao estabelecer contratos anuais e não renováveis (DIESEL, 2015, p. 125).

Estas situações reverberaram dentro do CONDRAF, que já vinha criticando a conduta dos dirigentes do MDA na discussão da PNATER e também na forma de implementação da política. Foi necessário que o corpo técnico do DATER se manifestasse no CONDRAF, para explicar os novos procedimentos e também retomar um

compromisso com o Conselho, de utilizar o Comitê de ATER, como espaço de discussão e de aperfeiçoamento da PNATER. Há um registro no Condraf sobre isto:

Foi feito, por João Intini, da Coordenação de Fomento ATER e Hur Ben Correa da Silva, um relato sobre as chamadas públicas da ATER, destacando-se que está prevista a Conferência Nacional de ATER. Encaminhamentos. Em relação à ATER: convocação de Reunião Extraordinária do Comitê de ATER na primeira semana de outubro para debater a Chamada Pública de ATER e a preparação da Conferência Nacional de ATER, prevista para abril de 2011; definição de que somente serão lançadas novas Chamadas Públicas após a reunião do Comitê de ATER (Registro na Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de setembro de 2010).

No ano de 2010, o primeiro ano de implementação desta nova modalidade de contratação foram realizadas quatro rodadas de abertura de Chamadas Públicas, totalizando 137 chamadas, visando a atender a 290 mil agricultores familiares. (DIESEL, 2015, p. 124). Mas como vimos neste registro histórico, o próprio DATER refaz seu processo de implementação da PNATER, reconectando-se ao Comitê de ATER, como também passa a colocar a realização da Conferência Nacional de ATER - CNATER como uma prioridade. A lei de ATER define que a Conferência será o ambiente elaborador da PNATER e do PRONATER, portanto, sua realização era uma questão obrigatória, conforme disposto na Lei:

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA REFORMA AGRÁRIA - PRONATER

Art. 6º Fica instituído, como principal instrumento de implementação da Pnater, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Art. 7º O Pronater terá como objetivos a organização e a execução dos serviços de Ater ao público beneficiário previsto no art. 5º desta Lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira.

Art. 8º A proposta contendo as diretrizes do Pronater, a ser encaminhada pelo MDA para compor o Plano Plurianual, será elaborada tendo por base as deliberações de Conferência Nacional, a ser realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei definirá as normas de realização e de participação na Conferência, assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil.

A 1ª CNATER enfim entra na pauta de prioridades do Comitê de ATER e desta maneira, na pauta do CONDRAF, passando a ocupar parte expressiva das discussões do Conselho. Como veremos a seguir, além das discussões sobre os preparativos da CNATER, também as discussões sobre a data da sua realização demandaram muita atenção dos membros do Conselho, na medida em que se avizinhavam eleições e também a realização de outra conferência organizada também pelo CONDRAF, à Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS:

O Sr. Hur Bem, Coordenador do Comitê de ATER do CONDRAF, informou que o Comitê de ATER, por delegação do CONDRAF, se reuniu em outubro do corrente ano, para discutir a Conferência Nacional de ATER, prevista na Lei 12.188 de janeiro de 2010. Destacou que o objetivo da Conferência é produzir diretrizes para o Plano Plurianual/PPA e para o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/PRONATER. Ressaltou que a proposta do Cronograma da Conferência teria início em fevereiro de dois mil e onze com a etapa preparatória, a ocorrência das conferências estaduais de 16 a 31 de março e a etapa nacional no final de abril do mesmo ano, tendo a participação de dois terços da sociedade e um terço poder público, como delegados eleitos pelas conferências estaduais, e delegados natos constituídos pelos conselheiros do CONDRAF, pelos membros do Comitê de ATER, pelos secretários-executivos dos Conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável e por membros do governo federal. Os delegados natos somariam cento e cinquenta e convidados e observadores cinquenta. Previu-se uma conferência com mil delegados, devendo haver paridade entre homens e mulheres e uma recomendação às conferências estaduais que garantissem a participação de públicos específicos e povos e comunidades tradicionais. Ressaltou que seriam sete os eixos que permeariam as discussões durante a conferência e que contribuiriam para a definição das linhas de ação de ATER e a necessidade e adequação da assistência técnica ao PPA. Por fim, destacou que o Comitê atendeu a demanda do CONDRAF de criação da comissão executiva nacional, ao passo que criava a coordenação nacional da conferência, além de mais três comissões: a comissão executiva, a comissão de conteúdo e metodologia e a comissão de mobilização, que apoiariam a execução na realização das conferências. Isto posto, o Sr. Humberto Oliveira propôs como encaminhamento realizar gestão junto ao Presidente do CONDRAF, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, a fim de prorrogar o prazo de realização da Conferência Nacional, garantindo ainda conferências municipais, estaduais e territoriais a tempo de apresentar diretrizes ao PPA, conforme disciplina a Lei. Após longo debate, o Plenário recomendou a realização da Conferência em junho, de forma a não impedir as contribuições ao PPA, e a realização das conferências territoriais no dia subsequente às conferências municipais (Registro na Ata da 44ª Reunião Ordinária, realizada no dia 8 de dezembro de 2010).

E, em 2011, a primeira reunião ordinária do CONDRAF toca no tema da data de realização da Conferência, e também já se iniciam as primeiras manifestações sobre a implementação da PNATER por meio das Chamadas Públicas:

O Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, Argileu Martins, lembrou que

o objetivo da Conferência de ATER era produzir as diretrizes para o PPA, todavia, por ocorrência do período de eleições no ano anterior e a contenção orçamentária no início do governo, não foi possível efetivar a realização da conferência e todo o processo que a antecede. Diante destas dificuldades, a alternativa proposta pelo MDA era a realização da Conferência próxima à realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e convocação para uma reunião ampliada do Comitê de ATER, na segunda-feira, dia 23 do corrente mês, a fim de produzir as referidas diretrizes para o PPA (Registro na Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2011)

e

O Conselheiro Willian Clementino da Silva Matias, da Contag, assim como o Conselheiro Silvio Ney Barros Monteiro, da Unicafe, e a Conselheira Francisca Cristina do Nascimento, da ASA, defenderam a independência da Conferência de ATER em relação à Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e a realização da mesma no corrente ano e, como pauta do Condraf, discutir o balanço das chamadas públicas de ATER. O Conselheiro Luiz Cláudio da Silva (Mandela), da Caritas, sugeriu um debate, por meio de oficina ou simpósio, para além da Conferência de ATER, a fim de discutir a execução, as problemáticas e os desafios colocados no processo de execução da Lei de ATER (Registro na Ata da 45ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de maio de 2011).

No ano de 2010, a realização das primeiras Chamadas Públicas para a contratação dos serviços de ATER era uma novidade e não havia precedente na história da ATER no Brasil de algo com esta natureza.

Na pauta de reivindicações do GTB de 2010, a demanda por ATER focalizava a ampliação de recursos no orçamento do MDA, principalmente. No entanto, em 2011, a pauta do GTB passa a incorporar este instrumento como o mecanismo de implementação da PNATER, e reivindica a contratação dos serviços de ATER selecionados no ano de 2010, a publicação de novas Chamadas Públicas, além da realização da CNATER, estando claramente conectada às discussões travadas no CONDRAF sobre este tema. Estas reivindicações estão descritas abaixo:

Garantir o empenho e contratação dos serviços de ATER das Chamadas Públicas de 2010, suplementando-os em R\$ 300 milhões, para atendimento de 300 mil famílias em 2011 nas ações voltadas a: produtos da sócio-biodiversidade, produtos da cesta básica, diversificação nas áreas de fumiçultura, ovinocaprinocultura, convivência com o semiárido, hortifrutigranjeiros, leite, café e processamento de alimentos, organização da produção para acesso a mercados e gestão dos estabelecimentos (Item 41 da pauta do GTB do ano de 2011, p. 9).

Publicar novas chamadas públicas de ATER em 2011, priorizando as regiões norte e nordeste, dando ênfase a ATER para redução da pobreza rural (Item 43 da pauta do GTB do ano de 2011, p. 9).

Garantir a realização da 1ª Conferência Nacional de ATER em junho de 2011, para definir as ações, temas e recursos orçamentários para o Plano Plurianual 2012-2015 (Item 45 da pauta do GTB do ano de 2011, p. 9).

Com aproximadamente 1 ano de implementação, as Chamadas Públicas de ATER já instigam no CONDRAF as inquietudes dos conselheiros e representantes da sociedade civil. E, finalmente, no CONDRAF, se estabelece um acordo para a realização da CNATER:

Dando prosseguimento a pauta da reunião relacionado a Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o Diretor do DATER/SAF Argileu Silva fez explanação sobre a reunião do Comitê de ATER, realizada nos dias 25 e 26 de julho de 2011, que destacou a Conferência de ATER e as Chamadas Públicas que somaram cento e quarenta e três chamadas, duzentos e sessenta e nove milhões de reais com um público de mais de duzentos e sessenta e oito mil agricultores familiares. Dando continuidade, Ronaldo Ramos do Comitê de ATER apresentou os encaminhamentos e a síntese do debate feito pelo Comitê de ATER em relação as Chamadas Públicas e alegou que já passou da hora de consolidarem o Ministério do Desenvolvimento Agrário como Ministério essencial e estratégico para as políticas para a agricultura familiar. Walter Carvalho, da ASSOCENE e membro do Comitê, em nome do Comitê, expôs as proposições apresentadas, especialmente em relação a Conferência de ATER e sua realização ainda em 2011. O Plenário do Condraf fez um intenso debate, diante da proposta do Secretário do Condraf de adiamento da realização da Conferência para 2012, próxima a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. O Plenário votou deliberando, por unanimidade, que deveria ser realizado em 2011. Posteriormente também deliberou que as etapas preparatórias e estaduais devessem ocorrer ainda em 2011, pela realização de um seminário que sistematizará as proposições dessas etapas no final do ano e que a etapa nacional da Conferência Nacional de ATER será realizada até abril de 2012. Foram deliberados os seguintes encaminhamentos em relação a Conferência de ATER: a realização das etapas preparatórias e estaduais, conferências municipais, territoriais e estaduais de ATER, entre setembro e novembro de 2011; o MDA apoiará a realização das Conferências Estaduais e as demais deverão ocorrer aproveitando eventos já programados; a realização de um seminário de consolidação de propostas estaduais no período da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, programada para 30 de novembro a 4 de dezembro; a realização da etapa nacional até abril de 2012 (Registro na Ata da 46ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2011).

E nas reuniões seguintes do CONDRAF, durante o ano de 2011, trataram dos procedimentos para a realização da CNATER:

Encerrado o ponto de pauta, Argileu Martins da Silva trouxe as conclusões do grupo que debateu, em paralelo, **a 1ª CNATER: o período de abril de 2012 para a Conferência seria mantido**, entretanto, que seria necessário a redução de participantes para 600, devendo haver uma proporcionalidade entre o número de delegados e o número de agricultores familiares em cada estado, sendo que as conferências estaduais ocorreriam por conta dos estados, com alteração do regimento interno, que desobrigasse a realização de conferências

estaduais para a etapa nacional. As propostas do grupo foram debatidas e aprovadas pelo Plenário, ouvido o Presidente sobre as sugestões apresentadas (Registro na Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 4 e 5 de outubro de 2011).

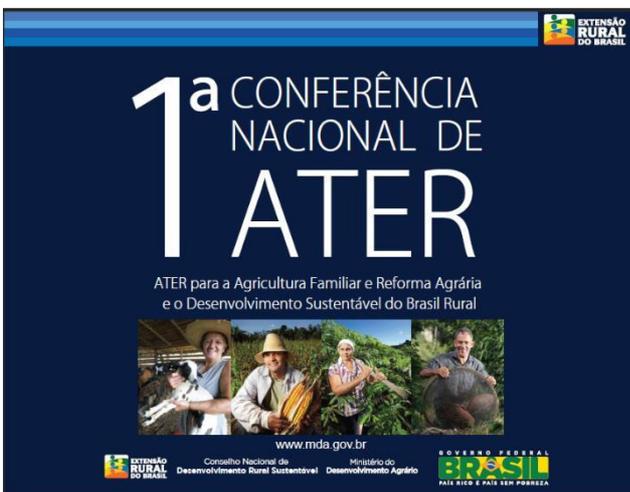
E na seguinte Reunião Ordinária

Após a apresentação foi feita a atualização de informações sobre a 1ª Conferência Nacional de ATER – 1ª CNATER e os prazos para a realização das conferências nos estados, a serem realizadas em março de 2012, sob a responsabilidade dos governos estaduais, por Reginaldo Lima do Comitê de ATER do Condraf (Registro na Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011).

A realização da CNATER é antecedida não apenas pelas Conferências municipais ou estaduais, mas também por 5 Seminários Nacionais que tematizaram a ATER nos temas: Quilombolas, Extrativistas, Juventude, Mulheres e Indígenas. Ressalto que esta informação tem a relevância justificada porque a ATER, no MDA, foi implementada com vários contornos temáticos, mesmo que insuficientes, para proporcionar a públicos específicos como indígenas, quilombolas e mulheres, serviços de ATER que nunca receberam em toda a história desta política.

Finalmente, entre os dias 23 e 26 de abril de 2012, foi realizada a 1ª CNATER,

Figura 14 - Cartaz da 1ª CNATER



cujas discussões foram realizadas em 5 eixos temáticos:

1. Ater para o Desenvolvimento Rural Sustentável;
2. Ater para a diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades;
3. Ater e políticas públicas;
4. Gestão, financiamento, demanda e oferta de serviços de Ater;
5. Metodologia e abordagens de

extensão rural.

Segundo consta em um relatório do CONDRAF, que lamentavelmente não chegou a ser publicado oficialmente pelo MDA, mas que foi entregue a este pesquisador durante a coleta de informações sobre as ações do CONDRAF, consta uma avaliação por parte da Comissão Organizadora, que menciona justamente este feito histórico de incluir a públicos nunca antes visualizados pela ATER.

Foto 2: Plenária de abertura da 1ª CNATER



A 1ª Cnater cumpriu seus objetivos ao **promover a inclusão** de grupos que integram a agricultura familiar tradicional como camponeses, acampados, assentados da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro e ciganos/as, quilombolas, açorianos, atingidos por barragens, mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiros/as, quebradeiras de coco, fundos de pasto, faxinalenses, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, aquicultores familiares, caiçaras, marisqueiros/as, retireiros/as, torrãozeiros/as, geraizeiros/as, vazanteiros/as, pomeranos/as, pantaneiros/as, caatingueiros/as, dentre outros/as que historicamente eram aliados da discussão das políticas de ATER (Relatório Final, versão para análise do Comitê de ATER).

A 1ª CNATER termina com um documento apresentando 297 recomendações para o aperfeiçoamento da PNATER, distribuídas nos 5 eixos temáticos e uma carta política dos e das delegados e delegadas, de onde se destaca alguns dos elementos mais relevantes para a implementação da PNATER, como o papel do CONDRAF, a importância da agroecologia e da produção sustentável, os públicos especiais da ATER, a estruturação do sistema de ATER, entre outros, como podemos ver abaixo:

Reconhecemos os avanços no processo de reestruturação da Ater pública, iniciado em 2003, com a institucionalização da Política e do Programa por meio da Lei Nº 12.188/2010, a construção de diretrizes, e o aumento de recursos financeiros e orçamentários. No entanto, é necessário enfrentar e superar os seguintes desafios:

- 1). Qualificar e ampliar a oferta de serviços de ATER, na perspectiva da sua universalização;
- 2). Construir um sistema nacional de ATER integrando as esferas atuantes neste serviço no governo federal, nos governos estaduais e municipais e incluindo as entidades não governamentais de ATER, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais;
- 3). Articular as esferas estatais federal, estaduais e municipais e as organizações da sociedade civil, assegurando nas suas especificidades condições igualitárias de acesso aos recursos e de prestação de serviço de qualidade;
- 4). Estruturar o MDA e o INCRA para que possam responder às crescentes demandas de expansão da ATER, evitando a interrupção dos serviços e a instabilidade nas entidades prestadoras de serviços, bem como fortalecer o CONDRAF e seus comitês permanentes, garantindo as condições para a plena efetivação da Pnater;
- 5). Garantir recursos financeiros e orçamentários suficientes para a universalização e boa qualidade dos serviços, sem cortes e contingenciamentos que desestabilizam a execução dos serviços e a implementação da Política;

- 6). Garantir a formação continuada dos profissionais de ATER nos princípios, práticas e métodos da agroecologia, garantindo a expansão de uma ATER de qualidade centrada na promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- 7) Universalizar a ATER priorizando estratégias de inclusão para os povos indígenas, as comunidades quilombolas e os povos e comunidades tradicionais ainda hoje à margem deste serviço;
- 8). Garantir que a ATER reconheça o papel e importância das mulheres no desenvolvimento rural, por meio da promoção da autonomia econômica na gestão, na produção e na comercialização fortalecendo sua cidadania, seu processo organizativo e o seu protagonismo;
- 9). Estabelecer estratégias de atuação que propiciem o acesso às políticas públicas para a juventude do campo, respeitando suas especificidades, garantido a sua inclusão nas dinâmicas sociais, culturais e organizativas de produção, agregação de valor, comercialização, formação e educação contextualizada como forma de garantir a sua permanência no meio rural e a sucessão na agricultura familiar;
- 10). Ampliar e fortalecer os serviços de ATER que promovam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária tendo como referência os princípios da agroecologia orientado para a inclusão social e produtiva e a segurança e soberania alimentar e nutricional;
- 11). Articular as ações e recursos do programa Brasil Sem Miséria a outras políticas, de modo a integrar os setores mais pobres a processos de desenvolvimento local, comunitário ou territorial envolvendo os setores sociais mais dinâmicos e organizados;
- 12). Aperfeiçoar os processos de identificação das demandas, de formulação das chamadas de ATER e planejamento de ações a partir das realidades locais, assegurando o protagonismo das entidades representativas do público da PNATER, de modo a viabilizar o uso das metodologias participativas e das práticas da agroecologia, definidas como princípios orientadores da PNATER;
- 13). Propiciar que a ATER contemple a sociodiversidade com metodologias, projetos e formação que considere os públicos do campo, da floresta e da água;
- 14). Estabelecer ações multidisciplinares para os povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, buscando valorizar o conhecimento popular existente e o respeito a sua autonomia e a preservação de suas culturas, valores e tradições;
- 15). Ampliar e fortalecer o serviço de ATER que promova o desenvolvimento sustentável, propiciando o acesso a uma ATER diferenciada e adequada para as populações indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, garantindo uma abordagem que considere sua diversidade cultural, contribuindo para preservação das tradições e promovendo o etnodesenvolvimento;
- 16). Reconhecer e fortalecer o cooperativismo solidário como instrumento de organização econômica da agricultura familiar, assentados/as da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e demais segmentos citados e contemplados na PNATER;
- 17). Assegurar que a Conferência Nacional de ATER seja realizada a cada quatro anos com a finalidade de avaliar as diretrizes da PNATER e deliberar sobre a implementação da política, garantindo que tais deliberações sejam acolhidas no Plano Plurianual subsequente.

Nós, participantes da 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, conclamamos o governo federal, os governos estaduais e municipais, o congresso nacional e a sociedade a responder positivamente e com urgência a estas demandas, para que a ATER possa cumprir com eficiência o seu papel estratégico na construção do Brasil que queremos: um país rico e sem pobreza. (Relatório Final, versão para análise pelo Comitê de ATER)

A CNATER termina celebrando este momento, não obstante as críticas e discussões sobre as imperfeições ou contradições existentes na implementação da Lei, mas reconhecendo os avanços históricos obtidos a partir da PNATER. Também importante registrar a deliberação da Conferência pela realização deste evento a cada 4 anos, e como veremos no decorrer deste trabalho, a 2ª CNATER seria realizada em maio e junho de 2016.

Em seguida à CNATER, a 49ª Reunião Ordinária do CONDRAF tratou de fazer um balanço da Conferência, dando destaque aos números de participantes, a realização de Conferências preparatórias, a diversidade e a proporcionalidade de atores presentes.

Passando aos informes, a coordenadora da Secretaria-Executiva do Condraf, Vera Azevedo, fez informes sobre a 1ª Cnater e sua metodologia e destacou que todos os estados e o Distrito Federal realizaram Conferências estaduais. Foram feitas 160 Conferências territoriais, Conferências municipais e Conferências intermunicipais; Conferências setoriais de quilombolas, de extrativistas e indígenas; Conferência temática de mulheres e Conferência temática de juventude. Os comitês do Condraf fizeram debates relativos à Conferência de Ater, o INCRA promoveu debate específico sobre ATER e a Reforma Agrária, e também contribuiu com o documento da Conferência. Houve um grande envolvimento com estimativa de participação de cerca de 40 mil pessoas em todo esse processo das Conferências. Vera informou, ainda, que a metodologia adotada seria de 10 comissões temáticas, em torno de 80 participantes por comissão, distribuídas duas para cada um dos 5 eixos, utilizando o princípio da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que é 1/3 do poder público e 2/3 da sociedade, sendo que deve haver uma porcentagem mínima de 30% de mulheres (Registro na Ata da 49ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de abril de 2012).

Na esteira das avaliações e repercussões da 1ª CNATER, as discussões seguiram na 50ª Reunião Ordinária do CONDRAF, como podemos ver neste trecho da ata:

Abrindo o segundo dia de reunião, o secretário Guedes passou a palavra ao diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural, Argileu Martins da Silva, para apresentação do **balanço da I CNATER** e perspectivas. Argileu ressaltou o bom trabalho realizado pelas delegacias, que lideraram as Comissões Executivas Estaduais e fizeram uma boa articulação, conseguiram organizar equipe, juntamente com o Incra. Disse que foi um momento de mobilização interessante, onde aconteceram 163 Conferências territoriais, 27 estados fizeram as Conferências estaduais, o que representa um grande sucesso nas discussões sobre assistência técnica rural. A etapa nacional contou com 980 pessoas e 298 proposições aprovadas. O balanço de Argileu é que o serviço de ATER ganhou mais visibilidade na sociedade. ATER é a política pública que dialoga com todas as outras políticas públicas no sentido da qualidade. Foi possível evidenciar a diversidade do rural e a necessidade que de que as políticas, no caso ATER, dialoguem centralmente com essa diversidade. Argileu enfatizou, também, que a ATER é um componente central para modificar, interferir, direcionar o modelo de produção para o modelo agroecológico. Foi importante olharmos para o rural e para a agricultura familiar não só para a produção, mas também para comercialização, as

cooperativas, as associações, sobretudo com a necessidade de qualificar mais os empreendimentos para ter acesso, sobretudo às políticas de compras públicas. Dando continuidade, o secretário Guedes passou a palavra ao Secretário de Agricultura Familiar, Laudemir André Muller, que agradeceu a presença e o envolvimento de todos na I Cnater e disse que a conferência, mais uma vez, reforçou a importância que ATER tem, não só como mais uma política pública, mas como uma política pública que é fundamental para o conjunto das outras políticas, que envolve desde modelo de produção, crédito, qualidade do crédito, superação da pobreza extrema, dentre outras. Pela avaliação do secretário, o serviço de ATER ganha mais visibilidade na sociedade. Alguns conselheiros se manifestaram, a exemplo do Conselheiro Jean-Marc Von der Weid, da AS-PTA, que avaliou a 1ª Cnater como uma consagração da agroecologia como uma opção estratégica de desenvolvimento rural; conseguiu-se uma discussão importante em que se valorizaram os avanços de ATER; e, finalmente, após algumas tensões, houve uma forte aproximação entre governo e ONGs (Registro na Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 e 29 de junho de 2012).

No interim entre a realização da 49ª e da 50ª Reunião Ordinária, ocorre o GTB 2012⁷¹, aonde basicamente o movimento social reivindica mais recursos para a ATER e melhorias no processo de contratação dos serviços de ATER e na realização das Chamadas Públicas, como podemos ver abaixo:

Universalizar a ATES, melhorando as condições do serviço e das chamadas públicas, atendendo prioritariamente aos seguintes critérios e condições:

- b) instituir ações específicas voltadas à transição agroecológica nas áreas de assentamento;
- d) ampliar o tempo de duração dos contratos de prestação de serviços de ATES para 5 anos, ajustando o período destinado à prestação de contas, de modo a não comprometer a liberação do pagamento às prestadoras (Item 28 da pauta, p. 10).

Pesquisa e ATER/ATES:

- a) Alterar a Lei de ATER (12.188/2010) e demais legislações necessárias para permitir o adiantamento dos recursos previstos nos contratos de serviço para execução da primeira etapa das ações.
- b) Ampliar o tempo de duração dos contratos de serviço de ATER/ATES 5 anos, com garantia de recursos financeiros, para evitar o problema da descontinuidade e com realização de avaliação anual.
- c) Para as Chamadas públicas de ATER/ATES:
 - i. Criar comissões, para elaboração das chamadas, composta por servidores de governo, universidades e representantes dos movimentos sociais, buscando ajustar a lógica de fazer as chamadas públicas para evitar distorções nos critérios de avaliação;
 - ii. Prever ações para regularização dos passivos ambientais das áreas de agricultura familiar e reforma agrária;
 - iii. Garantir recursos e estratégias para realizar a formação e qualificação dos quadros técnicos das prestadoras de serviço da sociedade civil com fortalecimento institucional, de modo que possam atuar de forma efetiva na assistência técnica aos agricultores familiares para acesso às políticas públicas (Item 41 da pauta, p.13).

⁷¹ Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>

Percebemos que a diferença nas proposições do GTB antes e depois da Lei de ATER. Anteriormente, a demanda por ATER não mencionava instrumentos de contratação, duração de contratos, mecanismos de seleção, por mencionar algumas características da contratação de ATER estabelecidos a partir da Lei. E a partir e mais intensamente em 2012 em diante, veremos como o GTB assimila estas características normativas e passa a incorporá-las na pauta de reivindicações.

Seguindo nas avaliações da 1ª CNATER, destacamos uma espécie de síntese da ATER a partir do início do Governo do ex-Presidente Lula, feito pelo então Ministro do MDA, Pepe Vargas, na 50ª Reunião Ordinária do Conselho

Nós avançamos muito, todos reconhecem isso, desde o fim das políticas públicas nos anos noventa até a decisão lá da transição do Governo em 2002, para início de 2003 termos novamente o pouco de recurso orçamentário e a ATER ter ficado sob responsabilidade do MDA. Passamos por vários momentos. Chegamos em 2010 com a Lei de ATER aprovada. Tivemos a Conferência Nacional agora, no primeiro semestre. Quer dizer, todos reconhecem que se avançou muito nesse período, mas ainda estamos longe de ter o acesso universal às políticas de assistência técnica para aquele público que precisa de assistência técnica. Nós preferimos enxergar este momento como um momento de extraordinária possibilidade de nós construirmos os pilares de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que, ao mesmo tempo em que assuma essa ousadia de universalizar a assistência técnica para o público que precisa da assistência técnica pública e gratuita por parte do Estado, como também a possibilidade de nós inclusive ampliarmos mais a relação da pesquisa com a extensão, abrindo um novo debate, inclusive nesse momento que o nosso Ministério passa a ter assento no Conselho da Embrapa. Eu não sei se todos sabem disso, mas o nosso Ministério passa a ter assento no Conselho da Embrapa. Então nós preferimos encarar isso enquanto uma oportunidade de nós avançarmos essa política. Para o orçamento do ano vem inclusive nós já vamos ter mais recurso. Nós vamos ter um incremento de quase 50% no orçamento de assistência técnica e extensão rural, computando Inca e MDA, que esse ano nós tínhamos R\$ 540.000.000,00. No orçamento do ano que vem vai para mais de R\$ 836 700.000.000,00 para ATER e ATES, somando os dois. Mas mesmo que avance esse número, todos aqui sabem que isso ainda é insuficiente para conseguirmos universalizar o acesso. Também não é porque nós estamos com o debate da nova institucionalidade da assistência técnica em curso que nós vamos parar com as políticas de assistência técnica. Não. Nós estamos dando sequência a isso. Aquele compromisso das novas chamadas públicas de ATER responderem a determinados públicos específicos, seja para jovens rurais, seja para agroecologia, seja enfim, para outros públicos específicos, nós estamos dando sequência a isso. Da mesma forma a ideia de que os novos contratos de ATER trabalhem a rota da sustentabilidade, questão do manejo, do uso do solo, da água, dos insumos, enfim, tudo isso está em curso. Nós não vamos parar e aguardar o debate e não avançar. Vamos continuar discutindo, tocando o barco, mas ao mesmo tempo, estamos desafiados a fazer esse debate da instituição de ATER. A Presidenta fala numa Agência de ATER. Obviamente que quando se fala de uma Agência de ATER, está se falando de um órgão da administração indireta, que pode ser um dos modelos. Há quem defenda, e acho que esse debate vai surgir aqui hoje, que fique vinculado à administração direta, uma espécie de secretaria ou coisa do gênero. Acho que vai chegar o momento de termos que fazer esse debate, de como fica exatamente a instituição, o órgão,

onde a coisa roda. Mas antes disso, nós precisamos afirmar alguns princípios. Primeiro o princípio de quem deve ser priorizado na assistência técnica e na extensão rural. Para nós não há dúvida alguma que a prioridade é para os agricultores familiares, para os assentados da Reforma Agrária, para os povos e comunidades tradicionais (Ministro do MDA Pepe Vargas. Registro na Ata da 51ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2012).

Nesta oportunidade, o então Ministro Pepe Vargas faz alusão à uma discussão que recém iniciava no CONDRAF e que foi discutida na 1ª CNATER, acerca de dar à PNATER uma institucionalidade mais robusta, indo mais além que o DATER. Esta discussão veremos um pouco mais adiante neste estudo.

Em 2013, o GTB apresenta na pauta de reivindicações um conjunto de demandas com grande conexão às deliberações da CNATER, o que nos permite compreender que a participação dos movimentos sociais em espaços de discussão como a CNATER contribui para a elevação da sua apropriação sobre uma política pública, como formuladores e debatedores e que, em seguida, estas compreensões passam a estar explícitas nas suas reivindicações. Não são, portanto, sujeitos passivos neste processo de elaboração e de implementação de uma política. Vejamos alguns itens que destacamos da pauta do GTB de 2013⁷² sobre a ATER:

4- Implementar a Política Nacional de ATER Definir e implantar o Sistema Nacional de ATER, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, assegurando recursos e infraestrutura necessários para atendimento ao público da agricultura familiar definido na Lei 11.326/2006, por meio da metodologia do PRONAF Sustentável (Item 4, p.3).

16. Quanto ao cooperativismo e associativismo

b). Ampliar as chamadas de assistência técnica para gestão de cooperativas, processamento e comercialização da produção (item 16, p. 14).

23. Quanto ao Programa Brasil sem Miséria

b). Garantir a continuidade dos serviços de ATER para beneficiários do PSBM após 2014.

c). Integrar as ações do Programa Bolsa Verde com ATER e outras ações de Capacitação para manejo sustentável das florestas (via Pronatec).

f). Promover maior articulação das ações de ATER e fomento com as ações do Programa Água para Todos - Água I (água para consumo) e Água II (água para produção).

g). Priorizar o atendimento pelo Programa Nacional de Habitação Rural para as famílias atendidas pelo Programa de ATER e Fomento BSM (Item 23, p. 16).

26- Quanto a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

d). Garantir que a ATER possa ser implementada pelas organizações que atuam com 17 agroecologia, desburocratizando e simplificando os procedimentos para o acesso às chamadas públicas.

⁷² Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>>

m). Implementar ações de ATER, capacitação e intercâmbio, fomento e crédito, inserção nos circuitos de comercialização, para as iniciativas e grupos produtivos de Mulheres fortalecendo seu protagonismo e autonomia na agroecologia e produção orgânica.

n). Implementar ações voltadas para estimular e fortalecer as iniciativas de Juventude na agroecologia e produção orgânica: fomento, ATER, crédito, capacitação e intercâmbio e comercialização (Item 26, p. 16 e 17).

60 – Mulheres Trabalhadoras Rurais

Garantir nas chamadas públicas do MDA e INCRA a proposição da aplicação de 30% dos recursos de ATER em atividades para as mulheres e o atendimento de 50% de mulheres no conjunto do público de ATER (Item 60, p.26).

Vemos claramente como o movimento social incorpora as possibilidades existentes na PNATER, elabora e apresenta suas demandas com uma estreita conexão com as realidades no campo, em relação ao apoio aos empreendimentos econômicos da agricultura familiar, ao enfrentamento da pobreza e à agroecologia, entre outros.

4.4 – Da implementação da PNATER ao processo de desmonte

Em alguma medida, podemos considerar que entre os anos de 2013 e 2015, as discussões em torno da implementação da PNATER no CONDRAF e também nas pautas apresentadas pelo GTB estavam focalizadas em dois grandes temas: a ampliação dos recursos orçamentários para ampliar o alcance da política e qualificação das Chamadas Públicas de ATER e a discussão sobre a nova institucionalidade da ATER.

Sobre o primeiro, veremos em seguida nesta análise, como foi a evolução do orçamento disponível para a ATER no MDA e no INCRA, como resposta à demanda do movimento social e também como parte do fortalecimento das ações do governo federal no tema da ATER.

Sobre o segundo, comentaremos rapidamente sobre o processo de criação desta nova institucionalidade, que finalmente se concretizou com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. No entanto, entendo que não faz parte desta análise compreender os meandros e as circunstâncias políticas que ocorreram no Governo Federal durante este processo, que resultou em uma demora de mais de 3 anos para que a Agência, a partir da sua criação, em 2013, iniciasse suas operações. Uma disputa intestinal entre o MDA e o MAPA pelo controle da Agência, e que lamentavelmente, ocorreu durante os momentos mais críticos que antecederam o impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Obviamente esta batalha representava a disputa de projeto político em torno da ANATER e as decisões mais estratégicas sobre a

utilização dos recursos orçamentários a serem aplicados e a eleição do público a ser assistido pelos serviços de ATER.

Bastante distinto é o MDA se comprometer em seguir as recomendações da 1ª CNATER e posicionar os recursos orçamentários para a contratação de serviços de ATER para a agroecologia, mulheres rurais, assentados pela reforma agrária, cooperativas, povos e comunidades tradicionais, por citar algumas prioridades, em comparação à intenção do MAPA em, a partir dos recursos da ATER, apoiar e fortalecer a “classe média rural”, como recorrentemente era mencionado⁷³ pela então Ministra Katia Abreu⁷⁴.

A ANATER foi anunciada no dia 6 de junho de 2013, durante o lançamento do Plano Safra 2013/2014 do MDA, pela ex-Presidenta Dilma Rousseff, quando da assinatura do Projeto de Lei – PL, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir o Serviço Social Autônomo, denominado de Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. Este PL foi enviado ao Congresso Nacional para a tramitação legislativa em regime de urgência constitucional, o que permitiria um rito legislativo mais célere.

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 5.740/2013 tem iniciada a sua tramitação no dia 10 de junho de 2013 e foi relatado pelo Deputado Federal Bohn Gass e aprovado pelo plenário da Câmara no dia 1 de outubro de 2013, sendo enviado ao Senado Federal para tramitação nesta casa legislativa⁷⁵.

No Senado Federal, passa a ser tramitado no dia 3 de outubro de 2013 como Projeto de Lei da Câmara nº 81 de 2013, sendo relatado pelo Senador José Pimentel na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Senador Acir Gurgacz na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 19 de novembro de 2013.

A sanção presidencial se deu no dia 18 de dezembro de 2013⁷⁶.

A regulamentação da Lei que criou a ANATER se deu através do Decreto nº 8.252 de 26 de maio de 2014⁷⁷, trazendo duas importantes inovações para o seu funcionamento e uma grande conquista para os movimentos sociais do campo. A ANATER é um Serviço Social Autônomo cuja natureza jurídica é definida como pessoa jurídica de direito privado

⁷³ <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2015/03/katia-abreu-quer-reestruturar-ministerio-e-criar-classe-media-no-campo.html>>; <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/classe-media-rural>>

⁷⁴ Katia Abreu foi Ministra do MAPA entre 1 de janeiro de 2015 e 12 de maio de 2016.

⁷⁵ <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=580292>>

⁷⁶ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112897.htm>

⁷⁷ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8252.htm>

sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, que será gerida por um Conselho de Administração que inclui representantes dos movimentos sociais rurais, um representante da CONTAG e outro da FETRAF, conforme descrito no seu art. 5º:

Art. 5º O Conselho de Administração será composto pelo Presidente da Anater, pelo Presidente da Embrapa, por 4 (quatro) representantes do Poder Executivo federal, por 1 (um) representante de governos estaduais, **por 1 (um) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, 1 (um) representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF**, 1 (um) representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e 1 (um) representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

A outra importante inovação consta na Lei e no Decreto da ANATER, quando preveem um papel ativo do CONDRAF, como elemento formulador de sugestões para o contrato de gestão a ser firmado entre o MDA e a ANATER, conforme descrito abaixo.

Art. 12. A Anater firmará contrato de gestão com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para execução das finalidades previstas no art. 2º.

§ 7º O Condraf poderá apresentar sugestões para a elaboração do contrato de gestão e para a definição dos serviços a serem contratados para o público previsto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006.

Bem, até aqui podemos comentar que tudo estava funcionando adequadamente. O Projeto de Lei tramitou sem obstáculos no Congresso Nacional, a Presidenta da República sancionou a Lei instituindo a ANATER e em seguida se publicou o Decreto Federal regulamentando-a.

O problema está em como responder à seguinte pergunta: **porque o contrato de gestão entre a ANATER e o MDA foi firmado somente dois anos depois, em 20 de abril de 2016?** Vejam que esta data é aproximadamente um mês antes do afastamento da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

Por isto mencionei anteriormente, que houve uma batalha política entre os ministérios do MDA e do MAPA, e esta situação foi agravada ainda mais durante os anos de 2015 e 2016. E também explicar este processo conflitivo não se faz necessário, porque escapa dos intentos deste trabalho e mais, esta batalha não foi promovida ou tampouco interessava aos movimentos sociais ou ao CONDRAF.

Na verdade, os efeitos desta crítica condição política recaem sobre os beneficiários da PNATER, que em alguma medida, poderiam estar sendo beneficiados pelos serviços contratados pela ANATER, e não mais gerenciados pelo DATER, o que poderia

representar, naquele momento, ao menos enquanto hipótese, uma maior celeridade na contratação e não execução dos serviços de ATER.

Observando as atas das reuniões do CONDRAF entre 2013 e 2016 podemos identificar muitos elementos deste processo político, mas uma parte dos fatores que levaram a esta situação, não poderiam ser comprovados neste trabalho, pela ausência de evidências e de materialidade nas informações necessárias para tal intento. Se trata de um cabo de guerra político, tensionado pelo MAPA, em maior medida.

O Ministro do MDA, Patrus Ananias⁷⁸, em reunião do CONDRAF realizada em junho de 2015, ou seja, um ano após a publicação do Decreto de regulamentação da Lei que instituiu a ANATER, pouco depois do anúncio do Plano Safra do MDA, faz uma importante menção à Agência, conforme podemos ver a seguir:

O Ministro iniciou a fala saudando a mesa, as pessoas presentes, e pedindo palmas para o novo presidente da Anater. Ressaltou a alegria de fazer parte desse momento político, econômico. Ressaltou o lançamento do Plano Safra como um avanço na trajetória do MDA, do Incra, com os recursos destinados ao Pronaf no valor 28,9 bilhões de reais, com juros razoáveis. Reforçou o anúncio da Presidência da Anater, o apoio mais vigoroso para o cooperativismo, às políticas voltadas para produção de mudas e sementes nativas, mais um passo ao enfrentamento do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas na perspectiva de uma agricultura familiar produtiva, forte, produzindo alimentos que promovam saúde às pessoas. (Patrus Ananias, Ministro do MDA Registro na Ata da 61ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2015).

E, em seguida, nesta mesma reunião, o futuro Presidente da ANATER se manifesta sobre este momento, da seguinte forma:

Ressaltou a alegria de estar começando na Anater com esse diálogo no Condraf. Reforçou a importância do controle social e a construção do Sistema de ATER. Destacou o aprimoramento da política de ATER e sua validação. A qualidade dos serviços de ATER, a forma de pagamento. Destacou, ainda, que as políticas públicas sejam referendadas nos territórios. Que o Condraf é um espaço público de diálogo e de orientação para a Anater (Paulo Guilherme Cabral. Registro na Ata da 61ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2015).

⁷⁸ Patrus Ananias de Sousa foi Ministro do MDA entre o período de 1 de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_ministros_do_Desenvolvimento_Agr%C3%A1rio_do_Brasil>

Ocorre que publicação da nomeação do novo Presidente da ANATER se deu somente no dia 9 de dezembro de 2015 e a posse do novo Presidente da ANATER⁷⁹ ocorreu somente no dia 17 de dezembro de 2015, 6 meses depois do seu anúncio, pelo Ministro do MDA. Algo completamente estranho à um processo político que aparentemente estava bem encaminhado. A lógica natural indicaria um anúncio pela Presidenta da República, seguido de um anúncio pelo Ministro da área responsável em assinar o contrato de gestão com a agência recém-criada. Mas em verdade, nada fluía tranquilamente sobre esta questão.

Como comentado anteriormente, aprofundar nesta questão desvirtuaria por completo este momento de análise da importância da ATER e da PNATER para a agenda de mobilizações e de conquistas dos movimentos sociais rurais. Ao mesmo tempo em que esta situação política se desenvolvia, outro processo muito importante seguia no âmbito do CONDRAF e com ampla participação dos movimentos sociais ali representados. Me refiro aos preparativos da 2ª CNATER que, conforme indicado nas deliberações da 1ª CNATER, deveria ocorrer 4 anos após esta primeira edição.

Convocada oficialmente a partir da publicação pelo CONDRAF da Resolução nº 103 de 22 de junho de 2015, a 2ª CNATER vem com o lema "A universalização da ATER pública e de qualidade para agricultura familiar no Brasil - desafios e estratégias", um importante sinal em busca da universalização da ATER. Sobre isto, assim mencionou o Ministro do MDA na reunião do CONDRAF:

Informou que o Presidente do Condraf, Ministro Patrus Ananias assinou a Resolução nº 103 que convoca a 2ª CNATER, a qual será coordenada pelo Condraf. Informou, ainda, que o Comitê de ATER realizou reuniões para definição dos eixos para a 2ª CNATER, que será apresentado ao Pleno do Condraf na 62ª reunião ordinária, juntamente com a proposta de Regimento Interno para contribuições e aprovação (Registro na Ata da 61ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 22 e 23 de junho de 2015).

Conforme mencionado pelo Ministro, na 62ª reunião Ordinária do CONDRAF, foi apresentada a proposta do Regimento Interno da 2ª CNATER, conforme documentado na ata da seguinte maneira:

Passou-se à apreciação do Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – 2ª CNATER. Com mesa composta por Rodrigo Amaral (Secretário

⁷⁹ <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=9577:2:27317492129123::NO::P2_ID_NOTICIA:118833>

Executivo do CONDRAF) e Cassio Trovato, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/SAF), foi apresentada a proposta de minuta do Regimento da 2ª CNATER, que resultou de ampla discussão no Comitê de ATER, com auxílio de diversas áreas do MDA, além de subsídios retirados do Regimento da primeira CNATER e, principalmente, das inovações do Regimento da 2ª CNDRSS. Rodrigo Amaral (CONDRAF), fez os primeiros esclarecimentos sobre as planilhas apresentadas anexas à proposta de regimento, e, após, abriu espaço para a leitura da proposta de Regimento Interno. Adotou-se a metodologia da leitura total do documento, com apresentação dos destaques para posterior discussão (Registro na Ata da 62ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de agosto de 2015).

Assim seguiu o processo de elaboração e preparação da 2ª CNATER, entre as discussões do CONDRAF e as atividades pré-Conferência programadas em todo o país. Mas o ambiente político no país, como sabemos, estava altamente conturbado, com a eminência da instalação do processo de impeachment contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff. Assim o Ministro Patrus Ananias chamava a atenção para este momento político ainda no final do ano de 2014, indicando a grave ameaça aos direitos conquistados.

Quanto aos riscos e retrocessos nas políticas conquistadas, a seguridade social, o que está previsto na Constituição, previdência, assistência e saúde, segurança alimentar deve-se garantir a sua permanência. Destacou que no país existe uma força viva e que temos que demarcar com mais clareza para o que nós viemos, deixando claras as nossas convicções, causas e valores, delimitarmos o nosso campo para continuar lutando pelo o que acreditamos e pensamos, unindo todas as forças que temos, os movimentos sociais, governos, universidades, entre outros setores (Registro na Ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015).

A partir das informações que pudemos sistematizar sobre o processo de preparação, o calendário proposto foi o seguinte

- Etapa Territorial – setembro e outubro de 2015;
- Etapa Estadual ou Distrital – novembro e dezembro de 2015;
- Etapa Municipal e Intermunicipal (facultativa) – deve seguir prazo estabelecido pelo regulamento estadual;
- Conferências Temáticas – até fevereiro de 2016;
- Etapa Nacional – abril de 2016.

A 2ª Conferência foi organizada com os seguintes eixos temáticos:

- Eixo 1 – Sistema Nacional de Ater – Fortalecimento Institucional,
- Estruturação, Gestão, Financiamento e Participação Social;

- Eixo 2 – ATER e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar;
- Eixo 3 – Formação e construção de conhecimentos na Ater.
 - Eixo Transversal “a” – Ater para as mulheres rurais;
 - Eixo Transversal “b” – Ater para juventude rural; e
 - Eixo Transversal “c” – Ater para povos e comunidades tradicionais.

O calendário seguia seu curso, conforme comentado durante a 64ª reunião Ordinária do CONDRAF

Relativo aos debates da 2ª CNATER, ressaltou a vinculação e o papel da ATER na implantação de políticas e estratégias para ampliar a produção de “comida de verdade, agricultura familiar e alimentos sustentáveis”, tão mencionados nessa oportunidade. Destacou, igualmente, a importância de acionar a rede da segurança alimentar para participar das Conferências Estaduais e Territoriais de ATER, ora em curso. (Rodrigo Amaral, Secretário Executivo do CONDRAF. (Registro na Ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015)

e

Foi mencionada a composição da equipe de consultores contratados, regionais e nacionais, seguido da exposição da agenda da 2ª CNATER: a) reunião da COM (Comissão Organizadora Nacional) a realizar-se no dia 4 de dezembro e das duas subcomissões (Mobilização e Metodologia e Conteúdo); a programação; o formato do evento (espaços físico e atividades culturais, exposição de produtos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária); a agenda das conferências previstas, que culminarão com a Conferência Nacional. Foi citado o status das Conferências já realizadas, sendo 83 territoriais, atingindo 6.484 pessoas em 15 estados, além de 122 conferências já agendadas e 58 sem agenda definida, totalizando 263 eventos (Registro na Ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015).

Ainda na 64ª Reunião Ordinária podemos destacar o ambiente político que estava instalado, a partir do registro em ata do pronunciamento da representante da CONTAG

Alessandra de Costa Lunas (Contag) reforçou a questão do impeachment e das disputas travadas no âmbito do Congresso Nacional e o Poder Executivo. Apontou um cenário para o mundo rural no ano de 2016 bastante desafiador, principalmente em se tratando da questão da seguridade social e da reforma agrária. Frisou que considera o papel do Condraf como preponderante diante da conjuntura que se desenha. Situou as expectativas frustradas diante do PRONARA e do posicionamento retrógrado do MAPA diante deste tema, e das pautas conservadoras aprovadas no Congresso Nacional, a exemplo da PEC 215, lei de acesso à terra para estrangeiros, além do Programa Classe Média no Campo. Apontou a necessidade de movimentos sociais e o próprio Condraf terem posicionamentos diante das várias disputas que estão a se desenhar no futuro político próximo (Alessandra de Costa Lunas, conselheira

e representante da CONTAG. Registro na ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 1 e 2 de dezembro de 2015).

A última Reunião Ordinária do CONDRAF antes do afastamento da ex-Presidenta Dilma Rousseff foi realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2016. Lamentavelmente não encontramos a ata aprovada pelo Conselho, apenas um rascunho do que foi discutido. Sabemos que a 2ª CNATER ocorreu durante os dias 31 de maio a 3 de junho e neste momento, o MDA já havia sido extinto e a Conferência foi realizada em um ambiente de profunda crise política.

Em meio a esta crise, foi realizada uma Reunião Extraordinária do CONDRAF, um dia anterior à realização da 2ª CNATER, possivelmente para os novos gestores nomeados pelo Governo Federal transmitirem algo de normalidade para os membros do Conselho. Foi exatamente o que foi feito pelo Sr. Caio Rocha, conforme consta na ata desta reunião, reagindo contra todas as manifestações de indignação realizadas pelos conselheiros, contra a extinção do MDA e o desaparecimento do CONDRAF dos novos marcos legais publicados após o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff:

Rodrigo Amaral, Secretário do CONDRAF, iniciou a reunião apresentando a mesa, composta por ele, por Caio Rocha, Assessor do Ministro Osmar Terra, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e por Cristina Nascimento, Conselheira da sociedade civil no Condraf (representando a ASA – Articulação do Semiárido). Antes de iniciar a pauta da reunião, o coordenador da mesa se referiu ao contexto político, especialmente ao Decreto 8.780, de 27 de maio de 2016, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, e ressaltou que a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 2ª Cnater, que será realizada entre os dias 31/05 e 03/06/16, é o cume de um processo de construção coletiva que vem desde outubro de 2015

e

Caio Tibério Dornelles da Rocha menciona o Decreto nº 8.780 e passa a orientação de que as atividades previamente programadas devem continuar sendo encaminhadas, **reforça o compromisso do atual governo interino com a manutenção das agendas** e destaca a importância da Conferência para a organização e mobilização de um processo político de fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural. Passou a coordenação dos trabalhos para o Rodrigo e se colocou à disposição.

e

Francisca Cristina do Nascimento (ASA) declara que para os movimentos sociais, o momento é de profunda insatisfação e **indignação**. Os conselheiros chegaram para a última reunião antes da Conferência convocada em caráter extraordinário, e foram surpreendidos com a informação de que não existe mais um Ministério do Desenvolvimento Agrário, e não é o fato de a Secretaria Especial ter status de Ministério que vai amenizar essa indignação. Lembrou

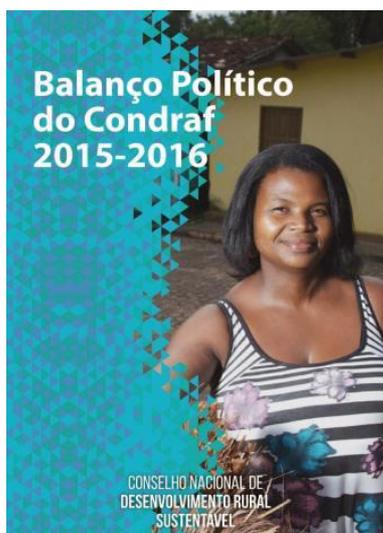
que a construção das conferências é um processo democrático e participativo, que deve sim ser garantido, bem como o espaço de debate no âmbito do CONDRAF e manifestou preocupação com a posição do CONDRAF durante a Conferência.

e

Caio Rocha **reconheceu a legitimidade** da indignação expressa pela conselheira representante da sociedade civil, e a palavra foi aberta aos participantes da reunião. (Registros na Ata da 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 30 de maio de 2016).

Nesta reunião extraordinária, como forma de registrar o legado do CONDRAF, foi anunciado pelo Secretário Executivo do CONDRAF a edição de um Balanço Político do CONDRAF 2015-2016. No entanto, este documento não está disponível na web ou as buscas feitas por este pesquisador foram insuficientes. Recebi o documento durante o processo de busca das informações e documentos históricos do CONDRAF, mas não posso afirmar que chegou a ser publicado e tampouco as fontes de informação com quem me relacionei puderam confirmar esta informação.

Figura 15 - Balanço político do CONDRAF 2015-2016



Este documento não trouxe nenhuma informação sobre os resultados da 2ª CNATER pois foi confeccionado antes. Apenas menciona a realização das Conferências preparatórias e do processo de mobilização que foi feito para garantir a eleição dos delegados e delegadas para a Conferência.

Chegamos até este aqui neste documento, procurando apresentar as evidências e informações disponíveis para destacar a importância da ATER para os movimentos sociais e como este tema foi tratado pelo Governo Federal durante o período de 2003 e 2016, a partir das medidas adotadas pelo MDA, pelas iniciativas desenvolvidas no CONDRAF e no Comitê de ATER e a realização de duas Conferências Nacionais. Como mencionado anteriormente, nenhuma política desenvolvida no MDA recebeu tamanha atenção por parte do CONDRAF, a ponto de realizar duas Conferências de âmbito nacional. Claramente a segunda Conferência não foi o que se esperava e possivelmente pouco do que foi deliberado tenha sido incorporado pelo Governo Federal, a partir do golpe contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff.

4.5 – A PNATER em números: ascensão e derrocada de uma política estratégica

Resta nesta análise, ilustrar em números e gráficos os esforços a que me refiro, em relação aos movimentos sociais que insistentemente mantiveram a ATER na pauta de reivindicação, anos após ano, e também em relação à evolução orçamentária do MDA e do INCRA, órgãos responsáveis pela implementação da ATER.

Em todo este trabalho, venho destacando que o recorte temporal em que focalizo as análises é o período correspondente aos anos de 2003 e 2016. No entanto, abrindo uma exceção a esta decisão, apresentarei os dados da evolução do orçamento da ATER para até os dias atuais, demonstrando duas informações basicamente: 1. Os esforços do Governo Federal em elevar os recursos disponíveis para a PNATER entre 2003 e 2016 e 2. O desmonte desta política a partir do golpe jurídico-parlamentar, considerando os dados da execução orçamentária até os dias atuais. É irrefutável esta evidência. O golpe destruiu a PNATER. Os governos que sucederam a Presidenta Dilma Rousseff não têm nenhum compromisso com as populações do campo e isto tem sido demonstrado cotidianamente desde de 2016.

Figura 16 - demanda de ATER das mulheres rurais



Fonte: pauta das Marchas das Margaridas e dos GTB realizados entre 1994 e 2016. Elaboração própria

Então, ilustrando este processo, começamos dando destaque ao esforço das mulheres na Marcha das Margaridas e também do GTB em apresentar as demandas específicas das mulheres por ATER. Na figura ao lado, vemos que nas 6 edições da Marcha das Margaridas, as mulheres reivindicaram uma política de ATER para atender às suas especificidades. Uma persistência incrível, demonstrando a importância das mulheres na produção de alimentos, na atividade econômica e na criação de seus empreendimentos sociais.

Esta demanda também aparece em 4 edições do GTB, com ênfase às mulheres assentadas pela reforma agrária.

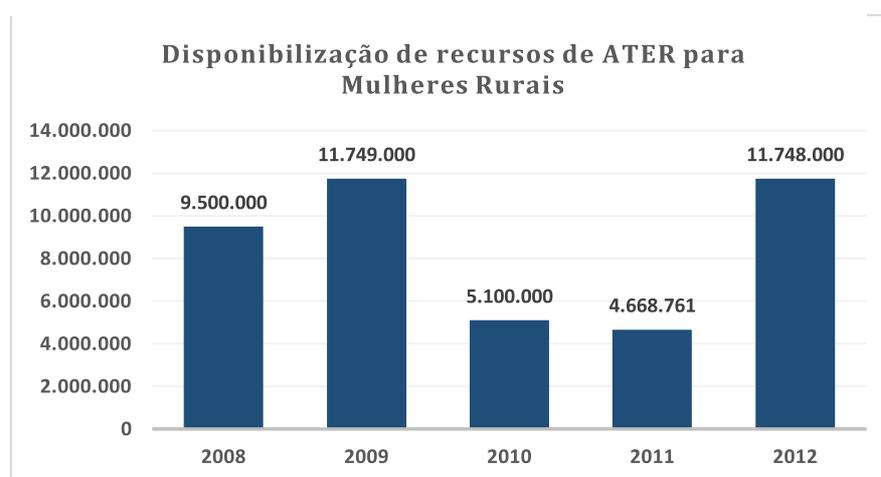
O Governo Federal responde parcialmente a esta demanda, instituindo no MDA uma ação

orçamentária para apoiar os empreendimentos econômicos liderados por mulheres rurais e também para a contratação de serviços de assistência técnica.

Cabe ressaltar que, a partir de 2013, esta ação foi extinta e os recursos foram incorporados no orçamento geral da ATER no MDA e as Chamadas Públicas de ATER anunciadas pelo DATER obrigatoriamente cumpriam com o percentual mínimo de beneficiárias assistidas pelos serviços de ATER.

O gráfico a seguir apresenta a evolução orçamentária para esta ação.

Gráfico 1- recursos orçamentários no MDA para ATER para mulheres rurais



Fonte: siop.planejamento.gov.br
Elaboração própria

Os recursos não foram expressivos, e mesmo assim sofreram com as medidas restritivas impostas pelo Governo Federal ao Orçamento Geral da União, em especial atenção nos anos de 2010 e 2011, quando fruto da crise econômica mundial, as políticas públicas de maneira geral foram afetadas pelas reduções dos recursos disponíveis.

O segundo destaque que apresento é relativo ao tema da ATER para áreas indígenas. O DATER, mesmo com suas limitações estruturais e de pessoal, instituiu uma pequena equipe para avançar neste tema, garantindo recursos para uma política de ATER focalizada nas populações indígenas.

Interessante notar, que esta demanda não foi apresentada em nenhum dos GTB em toda a sua história e sim apresentado na pauta de reivindicações da Marcha das Margaridas em 3 edições, demonstrando a presença das mulheres indígenas nesta mobilização.

Figura 17 - demanda de ATER para áreas indígenas



Fonte: pauta das Marchas das Margaridas e dos GTB realizados entre 1994 e 2016. Elaboração

Nas Marchas das Margaridas dos anos de 2003, 2015 e 2019, estão presentes reivindicações para as demandas de ATER das mulheres indígenas.

Exemplificando esta demanda, vejamos como as mulheres indígenas se apresentam na pauta da Marcha das Margaridas do ano de 2015:

Nós, mulheres indígenas, representando os povos Apurinã, Ava-Guarani, Bakairi, Bororo, Cumaruara, Fulni-ô, Guajarara, Guarani-Ñandeva, Guarani-Mbya, Guarani-Kaiowa, Jenipapo-Kanindé, Kaingang, Karipuna, Kariri-Xocó, Kaxarari, Kaxuyana, Kraho, Krikatii, Kamayurá, Macuxi, Pankará, Pankararu, Paresi, Pataxó, Pitaguary, Potiguara, Rikbatsa, Tapeba, Tapuia, Terena, Timbira, Tukano, Tupinambá, Tupiniquim, Umutina, Xavante, Xerente, Xukuru-Kariri, Yawalapiti, Yawanawá, falantes de dezesseis línguas diferentes, nos somamos à Marcha das Margaridas trazemos as pautas prioritárias para nós. (Pauta da Marcha das Margaridas de 2015, p. 29).

Nesta oportunidade, as mulheres indígenas reivindicaram serviços de ATER especializado para sua realidade, conforme consta na pauta da seguinte maneira

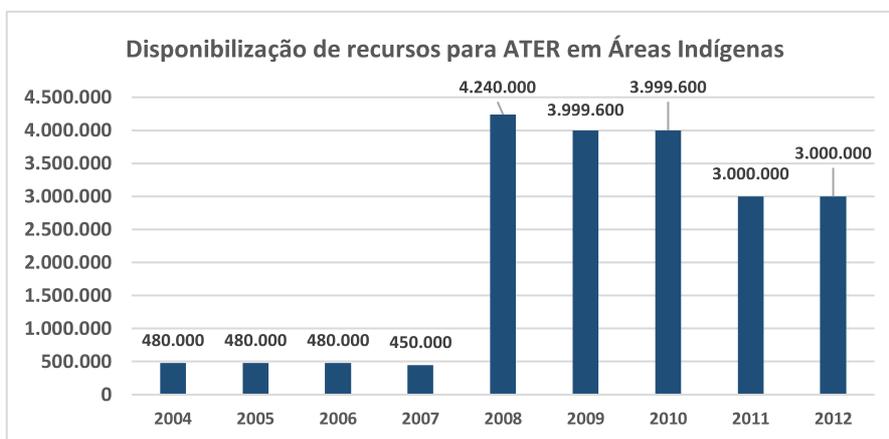
Além disso, diante das mudanças ambientais porque passaram os territórios indígenas em algumas regiões do Brasil, é essencial que as políticas públicas proporcionem assistência técnica especializada para criar novas técnicas agrícolas. (Item 3 – Políticas Públicas, letra “e”, p. 31 da Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas de 2015)

No MDA, em 2004, é instituída uma ação orçamentária para apoiar estes serviços de ATER. No início, os recursos eram bastante reduzidos e eram utilizados basicamente para apoiar reuniões e processos de capacitação para populações indígenas acessarem políticas públicas, realização de eventos, oficinas ou publicações.

Apenas em 2008 a ação orçamentária é dotada de um pouco mais de recursos, mesmo assim bastante irrelevante frente as necessidades apresentadas pelas populações indígenas.

Em 2012, a ação também foi extinta e foram realizadas Chamadas Públicas de ATER a partir de 2013, especialmente para estas populações. O gráfico a seguir traz os valores disponíveis para esta ação orçamentária.

Gráfico 2 - recursos orçamentários no MDA para ATER para Áreas Indígenas



Fonte: siop.planejamento.gov.br

Elaboração própria

O terceiro destaque diz respeito à demanda por serviços de ATER para as populações quilombolas. Apesar de reconhecidas estas populações estarem submetidas às mais precárias de condições de vida, que sabidamente são as mulheres

Figura 18 - demanda de ATER para comunidades quilombolas



Fonte: pauta das Marchas das Margaridas e dos GTB realizados entre 1994 e 2016. Elaboração própria

negras as mais pobres e violadas nos seus direitos, e que a carência por políticas públicas para estas mulheres pode ser considerada maior em relação a outros grupos de mulheres, apenas em duas oportunidades, nas Marchas da Margarida de 2003 e de 2007, estão apresentadas demandas por ATER para as mulheres de comunidades quilombolas.

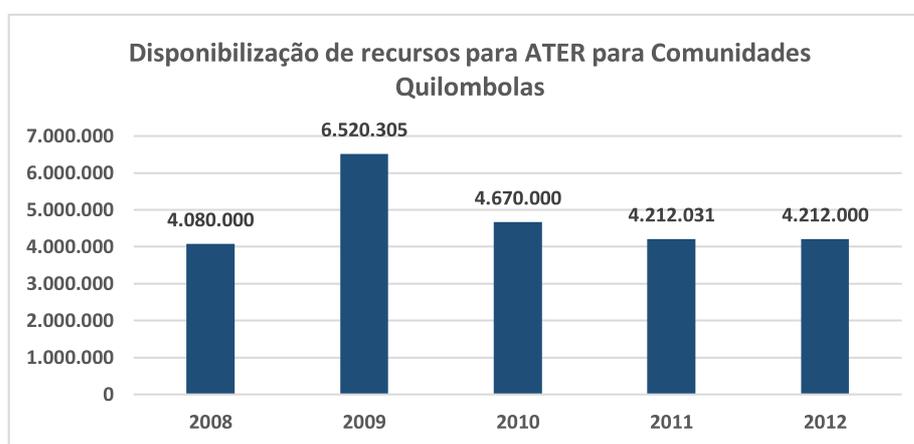
O movimento social das populações quilombolas se manifesta de uma maneira dramática sobre este tema, e

conforme consta na ata de uma das reuniões ordinárias do CONDRAF, revela toda a dificuldade de compreender como esta política poderia ajuda-los, porem de nenhuma forma nega a sua necessidade. Vejamos o disse o representante da CONAQ no CONDRAF:

Então nós imaginamos que o nosso tempo é diferente e a assistência técnica para nós tem que ser de maneira diferente. É mais ou menos isso. É isso que a CONAQ, Coordenação Nacional de Quilombos está pensando, e que o tema ATER ainda não é uma realidade para nós. Nós ainda estamos iniciando nesse processo (Oriol Rodrigues de Moraes, conselheiro e representante da Coordenação Nacional dos Quilombos - CONAQ - Registro na Ata da 51ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2012).

O MDA implementa então uma ação orçamentária para desenvolver ações de ATER para estas comunidades, mas os recursos são irrisórios. Igualmente às ações anteriormente mencionadas, a ação foi extinta em 2012 e os recursos incorporados no orçamento geral da ATER do MDA. O gráfico a seguir apresenta os recursos disponibilizados para esta iniciativa.

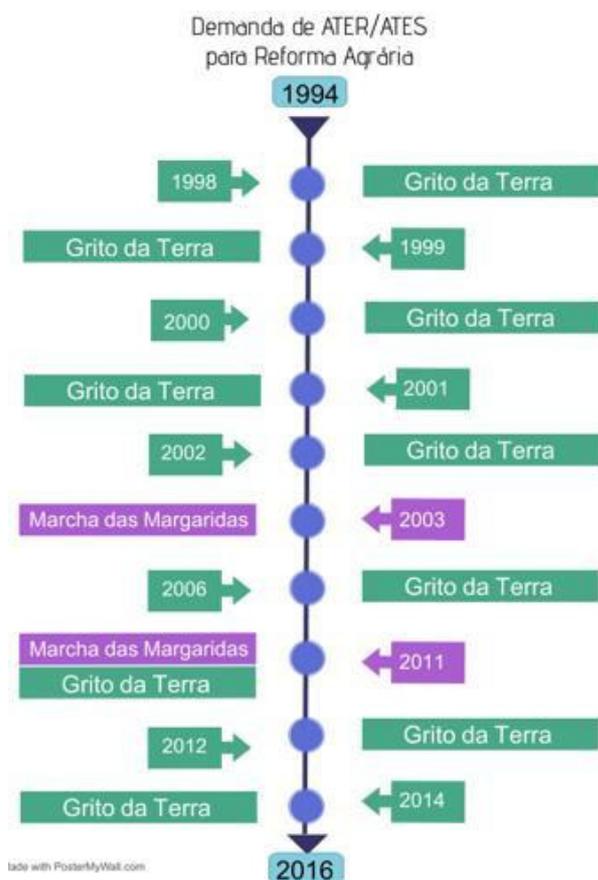
Gráfico 3 – recursos orçamentários no MDA para ATER para comunidades Quilombolas



Fonte: siop.planejamento.gov.br
Elaboração própria

Passemos então para demonstrar a demanda por serviços de ATER para as famílias assentadas pela reforma agrária. É nítida a presença deste público nos GTB e ganham destaque em muitas das edições realizadas. As milhares de famílias assentadas pela reforma agrária receberam pela primeira vez os serviços de ATER a partir da implementação do Programa Lumiar, que durou pouco mais de 2 anos e logo se instala uma completa ausência em termos de uma política de ATER para as áreas de assentamentos rurais.

Figura 19 - Demanda por ATER para a reforma agrária



Fonte: pauta das Marchas das Margaridas e dos GTB realizados entre 1994 e 2016. Elaboração própria

Vejamos em quais momentos esta demanda foi apresentada ao Governo Federal, entre os anos de 1994 e 2016, a partir das informações contidas na pauta dos GTB e também na pauta da Marcha das Margaridas, conforme demonstrado na figura ao lado.

Em 9 edições do GTB e em duas edições da Marcha das Margaridas, está presente de forma clara e evidente a reivindicação dos movimentos sociais por ATER para este público.

O INCRA se posiciona frente a esta demanda criando uma ação orçamentária em 2003, chamada de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, para dar início a um programa de ATER para este público. Em seguida, a partir de 2013, esta ação orçamentária muda de nome e passa a se

chamar Assistência Técnica e Extensão Rural para reforma agrária, que ficou comumente chamada de ATES.

Analisando o gráfico inicialmente entre os anos de 2003 e 2016, vemos um crescimento pujante dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para o Incra. A redução no ano de 2011 decorre da crise econômica mundial, que afetou a esta e a outras políticas públicas, sendo nos anos posteriores, recomposto o orçamento, até atingir o máximo de volumes disponíveis em 2014.

No entanto, chama a atenção a redução ocorrida no ano de 2016 e isto tem uma explicação. Chama-se **golpe** contra a reforma agrária e as políticas para o meio rural. Quando da extinção do MDA e com as novas medidas adotadas pelo então governo que sucederia à Ex-Presidenta Dilma Rousseff, os cortes orçamentários foram drásticos, nesta e em outras várias políticas públicas que estavam sendo implementadas pelo MDA. Impossível não notar o efeito negativo relacionado ao corte do orçamento. Neste momento, já estavam contratados vários prestadores de serviços para a ATES nos

assentamentos rurais, contratados a partir de Chamadas Públicas promovidas pelo INCRA.

O gráfico a seguir apresenta esta evolução dos recursos orçamentários disponibilizados para esta política e mostra claramente a diferença de prioridades para a política de ATES entre os governos que existiram antes de 2016 e os que vieram em seguida.

Gráfico 4 - evolução dos recursos de ATER/ATES para a reforma agrária



Fonte: siop.planejamento.gov.br
Elaboração própria

A partir de 2016, o que vemos é um verdadeiro desmonte desta política, com as reduções orçamentárias ano após ano, e além disto vimos o INCRA “passar” pela Esplanada dos Ministérios a partir da extinção do MDA, quando passa a estar vinculado à Presidência da República, em 2016, e depois vinculado ao MAPA, a partir de 2019.

A ATES no MAPA foi aniquilada definitivamente em 2020 e atualmente não há recursos para esta política pública a disposição das famílias assentados pela reforma agrária. Obviamente isto não é intencional e se trata de mais uma medida do atual governo para dismantelar os assentamentos rurais.

Para agravar ainda mais este quadro, não há um espaço de negociação e diálogo instalado. O GTB não se realiza mais. E o Governo não tem nenhum interesse em apoiar este público.

Passando a analisar a última das políticas de ATER que são demandadas pelos movimentos sociais do campo, e que está presente em todas as pautas apresentadas pela Marcha das Margaridas, nas suas 6 edições e em todas as pautas do GTB, sem exceção,

nas suas 22 edições, podemos ver uma grande similaridade com o que ocorreu com a ATES.

Inicialmente, em 2003, os recursos destinados para a ATER foram baixos e tampouco havia uma institucionalidade no MDA para dar seguimento a esta política. Em 2004, com a criação do DATER, progressivamente os recursos orçamentários vão crescendo, ano após ano, até que são afetados pela crise econômica mundial no ano de 2011, que reduziu fortemente os recursos disponíveis. Em um movimento similar ao que ocorreu em outras políticas, o orçamento foi recomposto, e no Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff, chega ao seu máximo, com mais de R\$ 600 milhões disponíveis. A essas alturas, a ATER era uma das políticas do MDA e do INCRA com um dos maiores orçamentos disponíveis.

O gráfico a seguir traz os dados relativos à evolução orçamentária da ATER

Gráfico 5- evolução dos recursos orçamentários de ATER para agricultura familiar



Fonte: siop.planejamento.gov.br

Elaboração própria

Assim como ocorreu com a ATES, a partir de 2016, o golpe desmonta a política, retira os recursos disponíveis e a redução no orçamento chega ao ano de 2021 com valores inferiores aos que existiam em 2004. Podemos dizer que isto significa um retrocesso de 17 anos nas políticas que foram conquistadas pelos movimentos sociais do campo. Uma tragédia, sem precedentes na história do país.

Finalmente, apenas para verificarmos o conjunto de recursos disponíveis para as políticas de ATER e de ATES no MDA e no INCRA durante todos estes anos, reunimos

os recursos orçamentários no mesmo gráfico e percebemos que o volume de recursos chegou muito perto a R\$1 bilhão, uma cifra histórica, um resultado a ser celebrado, se considerarmos toda a história da ATER que narramos neste documento. E o mais importante, recursos destinados exclusivamente para os públicos que historicamente foram os mais rejeitados, maltratados, invisibilizados e violentados, pelo Estado e pelos latifundiários. Todos os méritos desta conquista para os movimentos sociais, que como pudemos apresentar aqui, apresentaram as demandas de ATER desde o primeiro GTB, no ano de 1994. Foram mais de duas décadas de luta, para chegarem em 2014, com um orçamento que finalmente permitisse a implementação de uma política pública tão fundamental para milhares de homens e mulheres no campo.

O gráfico a seguir traz estes valores orçamentários.

Gráfico 6 - evolução dos recursos de ATER e de ATES disponibilizados para o MDA e para o INCRA



Fonte: siop.planejamento.gov.br

Elaboração própria

Finalizamos a análise das informações obtidas a partir das entrevistas realizadas, das buscas por informações relativas ao CONDRAF e seu funcionamento, da elaboração e implementação da PNATER e também da leitura e sistematização das pautas dos Gritos da Terra Brasil e das Marchas das Margaridas.

Procuramos cruzar as informações no decorrer da história, dos fatos e momentos mais marcantes, tomando toda a atenção para que a materialidade da informação e das evidências coletadas fossem empregadas claramente. Procuramos também ser fiéis à metodologia deste estudo, não deixando de considerar as contradições deste processo histórico e dialético e registrando as ações e as iniciativas realizadas pelos movimentos

sociais e também pelo Governo Federal, considerando o CONDRAF como um espaço de discussão, diálogo e de negociação.

Os tempos históricos considerados nesta pesquisa foram determinantes para comprovar que entre 2003 e 2016 ocorreram várias convergências políticas que permitiram a elaboração e a implementação de um conjunto de políticas públicas que nunca antes foram realizadas no Brasil, ainda mais se considerarmos os públicos mais marginalizados no meio rural. Tudo isto em meio as contradições inerentes ao processo histórico, ao contexto político e as expectativas presentes nos movimentos sociais.

Vimos como os movimentos sociais criaram e aperfeiçoaram seus mecanismos de ação, de denúncia e de reivindicação, procurando disputar as frações do Estado em meio a um conturbado processo político, que resultou finalmente em 2016, no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Também percebemos o quanto esta ruptura institucional significou um retrocesso sem precedentes nas políticas. Tomamos como exemplo a política de ATER, mas não tenho nenhum receio em afirmar que isso se aplica para toda e qualquer política que estava sendo desenvolvida pelo MDA e pelo INCRA⁸⁰.

Com isto, foi possível discorrer, analisar e finalmente afirmar a tese presente neste estudo. **SIM, as práticas de organização social desenvolvidas e adotadas pelos movimentos sociais rurais demonstraram que é possível, em um ambiente político aberto ao diálogo, com espaços públicos de negociação institucionalizados e o exercício da participação social, promover a conquista de direitos e a transformação da realidade, construindo sua perspectiva histórica e cultural associada ao meio em transformação, e que esse conjunto se refere a um processo educativo.**

Agora, é necessário reagir a este desmonte, reagrupar as forças e as energias, e reencantarmos para um novo ciclo de lutas, todos nós, para recuperar tudo o que foi tomado e reescrever outro capítulo de conquistas e avanços para a classe trabalhadora.

⁸⁰ Durante o desenvolvimento desta tese, reuni informações sobre a execução de algumas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e a reforma agrária, que foram sistematizadas e publicadas em um artigo no 59º Congresso da SOBER, sob o título “Quando o poço não tem fundo: os efeitos de uma agenda conservadora nas políticas públicas para o campo”, demonstrando o desmonte em 7 políticas públicas, com dados orçamentários e financeiros já considerando o ano de 2021.

CONCLUSÃO

Quando iniciamos este trabalho, em agosto de 2016, já estava instalado no Brasil um contexto político bastante complicado, com as mudanças bruscas e em sentido contrário aos interesses da classe trabalhadora e caracterizadas por um unilateralismo que não se via, ao menos, nos últimos 13 anos, desde o início do Governo do ex-Presidente Lula. As janelas que foram abertas pela ação e mobilização histórica dos trabalhadores e das trabalhadoras estavam sendo fechadas e desta vez por força e decisão exclusivamente do governo federal.

Desde então, o desmonte e o retrocesso nos avanços conquistados foram acelerados e chegamos ao atual momento com um cenário dramático, aonde a fome e a pobreza remontam às condições de quase 20 anos atrás na história. Isto sem mencionar a pandemia e seus efeitos no trabalho e no emprego, na saúde pública, na crise sanitária e na absoluta ausência de uma estratégia de enfrentamento a seus efeitos na sociedade brasileira, tomando ao menos os elementos relacionados à crise econômica e social que estão escancarados nos preços dos alimentos, no número de mortos pelo COVID-19, no aumento do desemprego, por citar alguns.

Verdade que os efeitos da pandemia do COVID-19 são globais e afetaram sobremaneira os países, sem distinção. No entanto, mais severos são seus efeitos quando um governo nacional decide jogar a favor do vírus, e não de sua população.

O governo Temer impôs uma agenda de rápidos retrocessos nas políticas públicas e no campo isto foi evidenciado pela extinção do MDA, pelas reduções expressivas nos recursos destinados às elas e por uma aliança política conservadora que acelerou as mudanças nos marcos regulatórios da posse da terra e da propriedade rural, que também levou a uma profunda fragilização dos movimentos sociais do campo (MEDEIROS, 2020, p. 505).

No entanto, foi a partir do governo do atual mandatário, que se paralisa toda e qualquer iniciativa de apoio à reforma agrária, à demarcação das terras quilombolas e a instalação de um ambiente de intolerância em relação aos povos indígenas e às questões ligadas ao meio ambiente. Agreguemos a este contexto o estímulo ao uso de armas, a desqualificação pública das mulheres, dos indígenas, do meio ambiente como um bem público e de outras medidas que seguem impondo retrocessos às políticas de apoio à agricultura familiar. O campo está mais violento, há mais agrotóxicos, mais

desmatamento, mais plantios de *commodities* para a exportação. Há menos comida na mesa, menos florestas e ecossistemas protegidos, menos tolerância e menos humanidade.

E esta tese nasce para descrever e demonstrar o **processo educativo e o desenvolvimento histórico e cultural** dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a partir de um contexto social marcado por desigualdades e violência. Eu olhava para o passado, para a partir de uma análise dialética, compreender como estas pessoas desenvolveram sua capacidade de planejar, criar e ousar, conscientes de sua condição de explorados e violentados, pelo Estado e pelos latifundiários, e se impor frente a esta realidade e lutar por conquistas e direitos.

E agora olho para o presente e vejo que, neste túnel do tempo, voltamos décadas atrás. Para tentar compreender este retrocesso, sem nenhuma intenção de exaurir os elementos críticos e analíticos que nos levaram a este contexto, tomei a liberdade de perguntar aos entrevistados deste estudo onde erramos, quais erros foram cometidos. Como um ciclo virtuoso de elaboração e de implementação de políticas públicas termina de maneira tão desastrosa, tão dramático, com um *impeachment* da Presidenta da República seguido de um desmonte avassalador das estruturas de Estado e o fechamento dos canais de diálogo e negociação com os movimentos sociais?

Ressalto, outra vez, que não tenho a intenção de procurar estas respostas e analisá-las, mas a partir de um estudo onde o passado, o presente e o futuro se entrelaçam dialeticamente, me parece pertinente trazer estes pontos de vista. Quem sabe o presente trabalho possa inspirar estudos mais profundos sobre este momento histórico e seus efeitos no campo.

Respondendo a esta pergunta, Tereza Campelo traz um elemento de reflexão muito interessante. Ela menciona a crítica do MST a um dos programas mais robustos do segundo mandato da ex-Presidenta Dilma Rousseff, o Brasil sem Miséria.

Uma coisa que o MST em especial falava muito pra mim, que eu também acho que tem uma certa razão, de crítica ao Brasil Sem Miséria, é que muitas das soluções a gente buscou, eram soluções individuais. Por exemplo, o PRONATEC não viabilizava um projeto coletivo, ele viabilizava que a pessoa estudasse, se preparasse.

A partir do exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o MST chama a atenção para uma política pública focada no indivíduo, ausente de um sentimento de coletividade. Ou ainda, que esta política não

estava contribuindo para uma elevação de consciência, sobre direitos, por exemplo. Tereza Campelo coloca um elemento de reflexão neste sentido, quando se pergunta:

Não teria sido uma obrigação nossa empoderar as mulheres do Bolsa Família, de que elas estavam falando de um direito? Ah, tinha que ter colocado na Constituição, porque aí seria um direito. Não seria direito do mesmo jeito, porque ela não enxerga como um direito. Não é porque está na Constituição que ela sente que é um direito. Ela não tinha uma caixinha de ferramentas para quando alguém dissesse a ela que quem está no Bolsa Família é preguiçoso, ela tivesse 10 respostas. Nós não demos estas 10 respostas para ela, certo. Ela não tinha na caixinha de explicação dela, que isto era importante para romper a pobreza intergeracional, estas respostas fáceis, a gente poderia ter construído um nível de argumentação, de empoderamento para este público.

Creio que esta fala da ex-Ministra é reveladora no sentido de deixar claro a ausência de uma estratégia para ampliar a percepção de direitos das pessoas que eram o objeto das ações do Bolsa Família. Teria sido um problema de comunicação? Ou de concepção de onde deveria chegar o Estado como um ator importante para ampliar o empoderamento das pessoas? Parece que sim, a comunicação não foi realizada adequadamente e a ex-Ministra reconhece este problema, mencionando

Por que a gente nunca usou o poder de comunicação do Estado para passar informação? Não usamos. Eu vislumbrei a possibilidade de fazer um processo de acesso a informação. Quando você fala de participação, também tem um processo de ganhar informação, para depois ir crescendo. Acesso à cultura, acesso a informação, acesso aos detalhes das coisas, se ver parte do processo, tudo isto eu acho que faltou.

Mazé Moraes também comentou sobre este mesmo tema. Para ela, a comunicação também não foi realizada de forma clara e direta, e isto poderia ter sido um fator de facilitação para o avanço das forças conservadoras: “Foi a nossa comunicação que errou? Ou a gente se comunica, de forma clara e direta com os trabalhadores, para fazer a defesa do nosso projeto. Ou ele vem e ganham.”

Outro aspecto mencionado pelos entrevistados foi o próprio processo de participação e de relação com o governo. Mazé Moraes indica esta preocupação, de que os movimentos sociais não foram mais a fundo no seu papel de cobrar e manter-se em uma posição de vigilância frente ao governo.

Em muitas atividades nossas, a gente fica se perguntando aonde foi o erro, fica apontando várias coisas. Será que a gente enquanto movimento sindical não fez o nosso devido papel? Será que a gente não cumpriu com nosso papel que é cobrar? Ficar passando a mão na cabeça de governo, independente de quem

seja. Será que a gente fez isto, por ser um governo nosso, a gente se acomodou um pouco? A gente avançou em algumas coisas, mas por exemplo, vamos olhar a questão da reforma agrária. Como foi neste período? Avançou? Estancou aonde? O que aconteceu mesmo?

Em uma direção similar, Tereza Campelo aponta novamente que a participação popular neste período entre 2003 e 2016 teve muitos méritos e este estudo apresentou várias manifestações dos representantes dos movimentos sociais no CONDRAF reconhecendo este elemento. No entanto, não foi suficiente, ou o próprio espaço de participação não estava bem desenhado, conforme ela menciona abaixo.

Estamos falando de uma parcela gigante da população, que foi capturada pelas igrejas evangélicas, esta parcela da população, principal beneficiada das políticas públicas, por que quem teve acesso as cisternas, quem teve acesso a água no meio urbano, quem teve acesso à energia, quem teve acesso ao SUS, quem teve acesso à educação? Este pessoal que estava na margem, que não estava nas políticas e que foi capturado pelas políticas e que continuou alheio à participação social. Por mais espaço que a gente tenha criado, espaços fantásticos, maravilhosos, de crescimento de cidadania, este público, não estava nestes espaços.

Já Alberto Broch chama para a reflexão sobre o que passou, sobre os erros cometidos. Não indica claramente o que, ou quais seriam, mas deixa claro que apesar de um balanço positivo sobre as iniciativas que foram implementadas, faltou mais reflexão sobre o “jeito” de fazê-las, mencionando:

nós aprendemos. Eu sou daqueles que acho que a gente precisa fazer processo avaliativo, a gente acertou em muita coisa e devemos nos orgulhar disto e acho que a gente precisa aprender com alguns erros nossos ou foi uma ilusão achar que o mundo só iria evoluir daí pra frente e nunca ia voltar pra trás, nunca imaginávamos isto. Então nós podemos fazer uma reflexão das coisas que nós podíamos ter feito diferente ou ter feito melhor.

Outro entrevistado que chama para um balanço crítico é Bohn Gass, quando comenta

Então acho que a gente tem que ser crítico no balanço do período, nunca se avançou tanto em tão pouco tempo, mas faltou uma consolidação e o golpe chegou antes.

...

Eu não tenho resposta sobre isto. Mas algo estava errado no meio do caminho, que não vingou, nesta relação entre governo, entidades, tipos de pautas, para poder consolidar.

E finalmente, Miguel Rossetto tem uma abordagem profunda sobre este momento. Ele convoca para uma relação mais profunda com a sociedade, com as organizações sociais e indica a disputa diária e permanente para a defesa da democracia, justamente os fatores que mais incomodaram as elites que conduziram o golpe jurídico-parlamentar, mencionando

Estas políticas públicas, que construíram um Estado e uma nação um pouco mais igual era insuportável. E, portanto, ter organização popular, ter uma relação partidária, ter um governo com uma relação política mais clara, mais intensa, mais viva, capaz de bloquear iniciativas golpistas e autoritárias, para mim é a grande lição. Porque é um processo permanente, não tem estabilidade, é uma disputa diária, permanente. A democracia é uma conquista permanente, as políticas públicas, são conquistas permanentes nesta disputa. Tanta coisa boa que a gente fez, Intini, a gente tem que se orgulhar. Nos respeitamos nosso povo.

Então, o que faltou neste período? Se ficou um pouco mais claro que a comunicação, que os espaços de participação e a própria relação do governo com os movimentos sociais não foi a melhor e que os mecanismos para facilitar o empoderamento das pessoas sobre seus direitos não estiveram na ordem das prioridades, fica também evidenciado que se avançou muito e que as conquistas obtidas foram as mais significativas para o campo. Então o que faltou para que este ciclo não terminasse dessa maneira? Vejamos o que dizem os entrevistados sobre isto.

Alberto Broch comenta que faltou qualificar as políticas e desenvolver um processo mais pedagógico junto aos beneficiários, colocando a política como um processo a ser compreendido por estes beneficiários como um elemento essencial.

É que eu acho que faltou para nós, na conquista, ter um processo mais pedagógico, político, junto aos usuários, porque a política foi tão importante para reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida, pra aumentar a produção de alimentos, não só da agricultura familiar, mas toda a política pública dos governos Dilma e Lula, que já vinham de um processo em alguns casos até anteriores, mas que de repente a gente perdeu estas políticas agora, e que talvez nos faltou um pouco mais de garra, no sentido de que a própria população beneficiada destes processos pudessem ter tido um processo de maior compreensão sobre o que significava estas políticas públicas.

Mas Alberto também comenta que faltou uma melhor institucionalização das políticas:

Acho que faltou institucionalizar mais estas políticas. Alguns viraram como programas, não viraram leis, entendeu? Nós debatíamos isto internamente, me

lembro disto. Faltou institucionalizar, legalizar estas políticas, passar de programas para políticas, legais. Este um processo mais legal.

Bohn Gass tem uma opinião similar a esta, mencionando que as políticas deveriam ter sido constitucionalizadas:

Para constitucionalizar a agricultura familiar, para terem mais dificuldade para destruir a agricultura familiar.

...

Que foi o problema, a consolidação e uma lei que desse mais. Isto era tão importante que deveria ter sido constitucionalizado. E nós acabamos perdendo para o agronegócio, o conceito desta disputa que teve no campo.

Vimos anteriormente que Tereza Campelo não concorda com esta opinião. Para ela, constitucionalizar não faria muita diferença se os beneficiários não tomassem as políticas como seus direitos. No entanto, compreendo que tanto Alberto quanto Bohn Gass estão colocando este tema considerando que no Congresso Nacional, teoricamente, é mais difícil alterar um dispositivo legal que está na Constituição Federal, já que exige um quórum qualificado de deputados e senadores para a aprovação de medidas que alteram a Carta Magna. Bem, isto caiu por terra, e podemos mencionar as alterações no campo da previdência social que foram realizadas durante o Governo Temer ou a aprovação da PEC do Teto de Gastos do Poder Executivo, também aprovada recentemente.

Há um outro ponto de vista mencionado por Tereza Campelo sobre o que faltou, que é interessante e que revela uma leitura crítica sobre as ações governamentais levadas a cabo durante os anos de 2003 a 2016:

A outra coisa que eu acho é que o erro nosso foi achar que as coisas seriam cumulativas. O Pronaf, que começou em 2003, melhorou um pouco em 2004, melhorou um pouco em 2005, melhorou um pouco em 2006, e chegou em um determinado momento, que o orçamento não é elástico, e a gente trabalhava com esta ideia de crescimentos marginais. Pra tudo, pra participação, pro PRONAF, pra tudo.

...

Mas foi um dos erros, de achar que o processo seria contínuo e por ser contínuo, iria ganhando espaço nos espaços tradicionais do grande capital. E isto não é verdade, infelizmente.

Mas Tereza Campelo também volta a comentar o tema da participação social e sobre os canais de diálogo com a população, abordando a dificuldade do governo em conversar com uma parcela expressiva que não tinha uma representação e política e social organizada.

Na minha avaliação, porque e eu queria falar sobre isto com você, porque estes mais pobres dos pobres, os mais lascados dos lascados, não são organizados. Eu acho que tem uma coisa que a gente não conseguiu lidar.

...

E nós não tivemos, não escutamos este povo, a gente não tinha canal de diálogo, como a gente não encontrou forma de ajuda-los se organizarem.

Miguel Rossetto tem outro ponto de vista sobre o que faltou e coloca a questão do “tempo” para concretizar um projeto político ou para consolidar um Estado com características distintas das que haviam naquele momento.

Nós precisávamos de tempo e erramos talvez nisto. Ter fragilizado uma agenda política mais aberta, uma disputa política mais aberta, uma estimulação maior da organização popular, compreender melhor a natureza da disputa por dentro do Estado brasileiro. As elites fizeram isto, disseram: chega! Chega de socialismo (imagina!) Chega de democracia, chega disto, acaba com tudo isto. Por isto que eu digo que é o tempo, para reorganizar um conceito de Estado, de poder público e de poder político da sociedade. Ou seja, desenvolver um conceito de cidadania, permanente e, portanto, de poder popular. O golpe interrompe isto.

De todas as respostas a esta pergunta, particularmente destaco a dada por Mundinha, que traz elementos novos, distintos de todos os mencionados anteriormente, porque aborda dimensões de um processo de reflexão da organização da luta social, da maneira de tratar os temas conjunturais, indo além dos temas políticos. É extremamente relevante sua abordagem quando consideramos este momento de embrutecimento da sociedade que parece não ter fim.

Por exemplo, discutir novas masculinidades, discutir as questões de relações sociais de gênero, discutir raça, etnia, feminismo, orientação sexual. Todos estes temas são eminentemente políticos. Nós ficamos muito tempo dizendo que estes temas não caberiam no campo da política, enfrentar a relação de classes. Ela continua sendo um tema emergente, aliás, agora mais do que nunca. Trazer para a consciência, um debate sobre classe social, enfrentamento das classes sociais e como a classe trabalhadora está configurada nesta trincheira de luta, a gente precisa mais do que nunca falar sobre isto e trazer a reflexão para os nossos processos, porque a gente ficou uma década atrás que a gente ficou sem falar nisto.

Entre estes novos temas mencionados por Mundinha, ela destaca alguns que são fundamentais para enfrentar esta onda de manifestações conservadoras, machistas, homofóbicas e que estão presentes em inúmeras situações no atual contexto. E segue apresentando uma abordagem bastante inovadora e desafiadora para os movimentos sociais:

Que nós, em nenhum momento mais, em nenhum dos espaços, seja nas nossas pautas, seja nas mobilizações, seja nos processos educativos, nós não podemos não tratar dos temas que são do ponto de vista mais afetivos. Eu costumo dizer que a gente precisa desenvolver a nossa capacidade, a nossa habilidade e a nossa sabedoria para tratar igualmente os temas da racionalidade política articulado com os temas da política dos afetos. Discutir subjetividade, a gente não pode tratar como um tema menor, na nossa vida, no nosso cotidiano. Nós precisamos incluir estas pautas em todos os espaços em que a gente for construir diálogo com as pessoas. Então nos impõe mais um desafio. Além de discutir mais efetivamente classe social no Brasil e como esta trincheira de luta está muito mais presente e muito mais cruel, por que ela tem um lugar de subjugação muito grande, é incluir também estes novos temas, estas novas pautas, para dialogar com um conjunto de sujeitos, que foram historicamente excluídos, inclusive dos nossos espaços da própria esquerda, de debater estes temas, porque a gente sempre colocou estes temas como uma pauta menor. Os desafios de hoje estão muito mais ampliados e isto tudo tem a ver com uma reinvenção da forma de fazer a luta.

Então o que seria esta reinvenção da forma de fazer a luta? Que inovações os movimentos sociais e os atores políticos poderiam desenvolver para um novo ciclo de lutas e conquistas sociais e de elaboração e de implementação de política públicas? No decurso desta tese, abordamos pelas lentes da teoria histórico-cultural a capacidade de criação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e como mencionado por Paulo Freire temos que crer na capacidade de pensar e de agir destes atores sociais para seguirem transformando as suas realidades. Então Alberto Broch justamente menciona esta necessidade de fazer diferente, de modificar os mecanismos de elaboração das pautas e da organização do MSTTR, quando diz que

Precisamos voltar, reorganizar e termos representações fortes, representativas, capazes de por exemplo de criar outros tipos de pauta. Eu acho que aquele modelo que a gente trabalhou nos anos 90 e 2000, a gente não pode mais pensar só nisto. A gente precisa desafiar o novo, desafiar uma série de mudanças na sociedade, inclusive do próprio capitalismo e da própria agricultura.

...

Temos que entrar com pautas novas, inovadoras, com diálogo com consumidores, da agroecologia, e acho que nós temos uma oportunidade grande agora, com a Década da Agricultura Familiar⁸¹, para nos ajudar a fortalecer este debate e eu tenho muita esperança que a gente vai virar esta página. Agora, não será rápida e vai exigir de nós uma capacidade muito grande de alianças, com outros setores da sociedade, que talvez a gente não

⁸¹ A Assembleia Geral das Nações Unidas deliberou em dezembro de 2017 sobre a realização da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028) e instou a FAO e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA a liderarem a Década, que tem como finalidade focar os esforços da comunidade internacional com vistas a trabalhar, coletivamente, na formulação e implementação de políticas econômicas, ambientais e sociais voltadas à criação de um ambiente propício e ao fortalecimento da agricultura familiar.

tivesse muito o costume de trabalhar, para a gente poder vencer esta página bastante complexa que a gente está vivendo hoje.

Mazé Moraes partilha das mesmas ideias, mencionando que será necessário

Ampliar muito o campo de articulação e de aliança para enfrentar este conjunto de retrocessos e de conservadorismo que existe. Fortalecer os processos formativos, de debate na base, sobre a conjuntura nacional, sobre os impactos sobre a vida das mulheres, sobre a vida da classe trabalhadora, tanto do campo quanto da cidade, é outra coisa a fazer também. Ampliar a nossa capacidade de denúncia, reinventando as nossas linguagens, as nossas estratégias e formas de luta, de maneira. É um momento novo que a gente está vivendo, que tem que reinventar várias coisas

Interessante mencionar o que Medeiros (2020) comenta sobre o atual momento político e as novas ações empreendidas pelos movimentos sociais, que neste cenário de ausência de espaços de diálogo com o governo, o movimento social rural tem empreendido novas formas de organização, gerando novas alianças, incluindo ações de solidariedade nos espaços urbanos e realizando ações de âmbito local, entre outras. E Mundinha também dá destaque a estas novas iniciativas, afirmando que

Tem algo novo acontecendo, muito interessante. E que tem uma relação muito orgânica com o movimento, com a própria CONTAG e seu conjunto de Federações, mas também com esta pedagogia, tensionando o tempo inteiro, dizendo o tempo inteiro “tem outro jeito de fazer”, “a gente precisa experimentar um outro jeito de fazer”. Os desafios estão pedindo para a gente experimentar um outro jeito de fazer e a educação popular está nos ensinando a fazer isto. Está nos ajudando a pensar a luta de outra maneira.

Já Miguel Rossetto respondeu a esta pergunta colocando seu aprendizado pessoal, se mostrando mais ousado e radical em sua perspectiva, ao dizer:

Meu aprendizado é fortalecer, radicalizar, ampliar a conexão de um governo com seu povo. Isto pra mim é fortalecer a cultura política, a organização popular, a relação de um governo com seu povo, do ponto de vista da forma de governar. Ou seja, a elite mostrou seu limite: até aqui vocês vão, daqui vocês não passam. E derrotou nosso projeto. Destruiu a democracia. No terreno da democracia, nós temos que fortalecer nosso poder

E conclui comentando que

A nossa experiência nos mostra, que ao contrário que alguns dizem, nos mostra a necessidade de mais ousadia. Mais ousadia na transformação, mais ousadia no processo de reorganização de um Estado democrático, com participação popular. Eu, se voltar, volto mais ousado.

Entendo que Tereza Campelo também vem em uma direção similar, analisando as mudanças ocorridas no sistema capitalista e também se desafiando a uma outra forma de dialogar e relacionar o governo com a população, apostando que

Os desafios do próximo período não são os mesmos desafios do período do início dos anos 2000. Não só porque é pós tudo isto que a gente viveu, mas porque o avanço deste novo modelo de capitalismo mundial alterou completamente as relações. A agenda de trabalho, a terceirização, a uberização, que é uma realidade, novos modelos de produção vertical, agrícola.

...

O recomeço terá que considerar uma nova forma de empoderamento, que não seja este empoderamento gradual, para o nosso povo.

E finaliza comentando algo muito importante para o tema do rural, do CONDRAF. Temos escutado com alguma frequência nas conversas informais nas redes sociais que precisamos voltar e reconstruir tudo o que construímos. Mas Tereza Campelo faz um comentário interessante, colocando a dimensão do novo, analisando que, frente a estas profundas mudanças ocorridas no sistema capitalista, não poderíamos voltar ao governo repetindo o velho:

Ah, eu acho que tenho que reconstruir o Condraf, eu acho que tenho que reconstruir isto e aquilo. Isto não será mais suficiente.

Para finalizar, como mencionei anteriormente, tomei a liberdade de fazer certas perguntas aos entrevistados que abordam outras dimensões da realidade, agregando algo de reflexão, de autocrítica e também de desejos, de utopias. Eu perguntei a eles se era necessário um **reencantamento**. No momento em que realizei as entrevistas, era nítida uma aparente apatia na sociedade e nos movimentos sociais, que não conseguiam se impor frente ao rápido e intenso processo de retrocessos nas políticas públicas e de desmonte nas pontes de diálogos que existiram. Medeiros (2020) comenta sobre este momento, caracterizando como de “recolhimento” a postura dos movimentos sociais neste período do governo do atual mandatário, fruto do medo da violência e da pandemia do COVID-19.

Então como reconectar com as ruas, com as mobilizações de massa, com as mentes e os corações de milhares de pessoas que estão sofrendo as consequências deste governo, mas que não encontram as ferramentas para levantar-se e impor-se frente a este cenário de retrocessos? Sobre o reencantamento, escutei algumas manifestações interessantes dos entrevistados.

Para Alberto Broch, parece haver sentido nesta ideia, mencionando que

Eu acredito que este encantamento, gostei muito desta tua frase, precisamos encontrar no campo e na sociedade brasileira como um todo. Nós não vamos salvar só pelo campo. Nós vamos ter que encontrar isto na própria sociedade.

...

Agora, isto não é suficiente. Nós precisamos continuar com mais força, voltar a indignação da sociedade brasileira, as pessoas irem para rua, em cima de temas fundamentais, como por exemplo, a democracia, a democracia é um valor muito grande. Quem mais perde com o fim da democracia somos nós, os setores mais pobres. Estes valores centrais no Brasil há um certo desencanto e nós precisamos reencontrar este reencanto, para esta nova vontade, para virar esta página.

Tem toda razão Alberto. São os mais pobres que perdem com tudo isto. No campo não restam dúvidas, basta observar os dados da fome e da pobreza e também os efeitos da eliminação de várias políticas públicas para a agricultura familiar, a reforma agrária e os povos e comunidades tradicionais. Mas na cidade isto também é verdade, a volta da fome⁸², a ampliação do desemprego, a falta de vacinas!

Mazé Morais se soma a esta ideia e comenta que

É preciso reencantar para ocupar as ruas. É um momento bastante desafiador. Eu concordo que é preciso reencantar, refazer, nos alimentar. É um momento de tantos retrocessos na política, que a gente precisa encontrar uma palavra, encontrar algo que anime, que faça as pessoas voltarem a acreditar. As pessoas estão desacreditadas de muita coisa e estão acreditando naquilo que é banal, que o governo fica colocando, em vez de acreditarem naquilo que é a solidariedade, da humanidade, acabam apostando naquilo que é o ódio. A gente não pode reforçar esta questão do ódio. É preciso voltar a acreditar que é possível.

E finalmente Bohn Gass também considera o reencantamento como algo necessário, porém atrelado a um processo político em defesa da democracia.

Então nos lutávamos pela democracia nestes espaços, para exatamente esta classe de trabalhadores não fiquem mais pobres, que permaneçam com o resultado do trabalho produzido por eles, que é a renda. Então, este tema do reencantamento precisa estar colado nisto.

Vivemos momentos em que a democracia está ameaçada. Pronunciada de forma distorcida pelos que propagam o autoritarismo e a violência, que a convocam

⁸² No Estado do Mato Grosso, um dos maiores produtores de carne bovina do Brasil, as pessoas estão fazendo fila para terem acesso a ossos para comer. Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghml>>

supostamente sobre o manto da liberdade, porém desejosos por implementar o fascismo no Brasil, nada melhor que tomar outra vez as palavras de Paulo Freire para enfrentar esta gente. Assim descreve o mestre sobre esta contradição estúpida

Lutar contra ela, se bem que em seu nome, é fazê-la irracional. É enrijecê-la para defendê-la da rigidez totalitária. É torná-la odienta, quando só cresce no respeito à pessoa e no amor. É fechá-la quando só vive na abertura. É nutri-la de medo quando há de ser corajosa. E fazê-la instrumento de poderosos na opressão contra os fracos. É militarizá-la contra o povo. É alienar uma nação em seu nome. (FREIRE, 2000, p.130)

Concluo esta tese com um sentimento ímpar, que não é pela tarefa finalizada, mas pela sensação de que a partir deste estudo se pode ir mais adiante, extrair mais e melhores análises do processo histórico, de poder ir a fundo nas contradições que existiram e poder revelar também, de forma mais minuciosa, os avanços que ocorreram.

Abordar temas que não puderam ser analisados aqui, introduzir categorias de análise, como a hegemonia, a consciência ou a emancipação, por exemplo. Ou discorrer sobre outras políticas públicas que foram igualmente relevantes para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, indo muito mais além da PNATER. Tocar nas políticas de apoio aos povos tradicionais, aos indígenas, à reforma agrária. Agregar outras camadas de análise, aprofundar o que representou este ciclo de governos e discutir o Estado, a participação popular, a democracia.

Enfim, me sinto mais capacitado para seguir lutando, defendendo os direitos humanos e a democracia, cooperando na construção de uma sociedade mais justa. Mas sei que há muito o que aprender no complexo estudo das realidades, no seu movimento dialético, repleto de significados e de situações inesperadas, que fazem deste fazer pensar um desafio enorme, não menos motivador.

Termino com uma notícia que me alegra e me encoraja a seguir na luta contra toda forma de opressão, de violência e de cerceamento da liberdade. Por este esforço de reunir a informação do CONDRAF e resgatar o que foi possível da memória deste que foi um importante espaço de diálogo e negociação entre o governo e os movimentos sociais e que liderou muitos dos debates que resultaram em importantes políticas para o meio rural, recebi da Fundação Perseu Abramo o convite para disponibilizar este acervo em sua página na internet e inaugurar uma nova ferramenta pública de acesso a informações sobre as políticas públicas que foram desenvolvidas para o meio rural durante os governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. Este convite está no Anexo 3 deste documento.

Esta ferramenta é para que todos e todas, pesquisadores, estudantes, agricultores, dirigentes, lideranças, enfim, qualquer interessado em estudar este ciclo histórico pelos arquivos do CONDRAF, possam ter acesso às atas das reuniões do conselho, às resoluções publicadas, aos relatórios que foram apagados das páginas oficiais e aos documentos das Conferências Nacionais. Tudo o que foi possível reunir estará novamente à disposição.

O Decreto de extinção dos conselhos não apagará suas memórias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. 114p.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Somos todas Margaridas**: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2015.

ALONSO, Juan Ernesto Sepulveda. **Análisis de los mecanismos de cooperación para la innovación, PROCINORTE, PROCISUR, FONTAGRO y FORAGRO, apoyados por el IICA**. 2019 – IICA - Mimeo.

ANDREWS, Christina W. **Emancipação e Legitimidade**: uma Introdução à Obra de Jurgen Habermas/Christina W. Andrews. – São Paulo: Editora Unifesp, 2011. 160p. AS-PTA. Disponível em <<http://aspta.org.br/article/proambiente-um-programa-inovador-de-desenvolvimento-rural/>> Acesso em 26 maio 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Terra e cidadania no Brasil**. In. Utopias Agrárias / Heloisa Maria Murgel Starling, Henrique Estrada Rodrigues, Marcela Telles (organizadores). – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007. p.150 – 166.

BRASIL. Decreto n° 3.200, de 6 de outubro de 1999. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR) e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, 06 out.1999.

_____. Decreto n° 3.992, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, 30 out. 2001.

_____. Decreto n° 4.854, de 8 de outubro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, 09 out. 2003.

BRUNO, Regina. **Movimento Sou-Agro**: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio. 36° Encontro Anual da ANPOCS. Fortaleza, 2012. 28p.

CALDART, Roseli Salete. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. **23ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG. 2000. 23 p. Disponível em <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/te3.PDF>> Acesso em 25 mai. 2021.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **A educação do campo e a perspectiva de transformação da forma escolar.** In: MUNARIM, Antonio; BELTRAME, Sonia; CONTE, Soraya, Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel. (Orgs.). Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010. p. 145-187

_____. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 546-553

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim, Expressão Popular, 2012. p. 788

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005. 401p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. **Plataforma Política - Marcha Das Margaridas 2019:** Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência. Acesso em 15 de jan. 2021. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf> Acesso em 28 abr. 2021.

_____. **Grito da Terra Brasil:** por um país sem fome, sem violência e com trabalho. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_1995.pdf> Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **Grito da terra Brasil 2002:** Pauta de negociação. Acesso em 20 de maio de 2021. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/fpauta-geral-gtb_2002.pdf> Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **Pauta geral.** Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=281&dc=1&ap=1&nw=1>> Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **Pauta do 22º grito da terra Brasil.** Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_404077697_09112017114322.pdf> Acesso em 20 de maio de 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT – **Conflitos no campo:** Brasil 2019. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>> Acesso em 01 fev. 2021.

_____. **Conflitos no Campo:** Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. 2021. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>>. Acesso em 11 de julho de 2021.

_____. **Conflitos no Campo.** Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>> Acesso em 10 jul. 2021.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. **Políticas públicas na formação de professores e a relação teoria e prática: um debate com Gramsci**. In. Avaliação de políticas de educação / Celio da Cunha; Jose Vieira de Sousa; Maria Abadia da Silva (organizadores) – Brasília: Faculdade de Educação/Universidade de Brasília: Líber Livro, 2012. P. 261-284

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. **Pnater (2004-2014): da concepção à materialização**. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Catia Grisa e Sergio Schneider (organizadores). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Série Estudos Rurais. p. 107-128

DUARTE, Newton. **A filosofia da práxis em Gramsci e Vigotski**. In: Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações / organizadores Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, Vandei Pinto da Silva, Stela Miller. 2ª ed. – Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012. p. 107-138

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 546-553

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo**. In. Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. p. 63-73

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG. **Projeto Político Pedagógico da Formação do MSTTR**. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/93/fl1260ppp-versao-final.pdf>>. Acesso em 10 de jun. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016. 252p.

_____. **Datos sobre alimentación y agricultura**. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/es/#home>>. Acesso em 14 jul. 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Araguaia paraense: conflito e morte**. Rio de Janeiro: CPDA. 1998. 41p

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 119 p. (Col. Questões da Nossa Época, v. 92)

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 369 p.

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros. **Mulheres Camponesas: processos educativos em meio ao trabalho.** 224 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2018

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. 102p.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 24^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 158p.

FREITAS, Luiz Carlos. Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos. **Cadernos do ITERRA.** Ano VII. Nº 14, Dez. 2007. p. 45-59

_____. **Crítica do trabalho pedagógico e da didática.** 11^a ed. Campinas, SP: Papirus, 2015. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GEHLEN, Simoni Tormohlen; MALDANER, Otavio Aloisio; DELIZOICOV, Demetrio. Freire e Vigotski: um diálogo com pesquisas e sua contribuição na Educação em Ciências. **Pro-Posições,** Campinas, v. 21, n. 1 (61), p. 129-148, jan./abr. 2010.

GONÇALVES, Augusto Charan Alves Barbosa. **Educação musical na perspectiva histórico-cultural de Vigotski:** a unidade educação-música. 277 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Políticas públicas e processos de emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira. **Cadernos CRH.** Salvador, v.19, n.48, p. 537-549, Set/Dez. 2006

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, v. 3 (**Caderno 13. Notas sobre Maquiavel, o Estado e a Política**). 501p.

_____. **Cadernos do Cárcere,** volume 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 1999. 494 p. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2426583&forceview=1>>. Acesso realizado em 15 mai. 2021.

GRISA, Catia; SCHEINER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v.52, Suplemento 1, Publicado: 2014.

HÉBETTE, Jean. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá. A construção de um nível regional de ação em parceria. In. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento / Universidade Federal do Pará. Centro Agropecuário. **Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar.** Vol.1, n ° 3 (2002). Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002. P. 141 a 172

IANNI, Octavio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 236p.

INTINI, João Marcelo. **Estudo de alternativas de desenvolvimento auto-sustentado para pequenos produtores agrícolas: implantação de sistemas agroflorestais.** Relatório de Residência Agronômica. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 1997. 37p.

_____. **Luzes e sombras.** Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na Visão de seus Conselheiros.** Relatório de Pesquisa. Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Ipea, 2012. 62 p.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo.** In. Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. p. 63-73

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 2008. Coleção Primeiros Passos, 23. 28 ed.

LEITE, Sergio Pereira e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 79 a 85.

LEITE, Sergio Pereira. In. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil.** Brasília: IICA, 2013 (Serie desenvolvimento rural sustentável; v. 19). p. 27-31

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** [Tradutor Rubens Eduardo Frias]. 2ªed. São Paulo: Centauro, 2004. 352 p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MATTEI, L. **Institucionalidade e protagonismo político: os dez anos do CONDRAF.** 2. ed. Brasília, dez. 2010.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, 11(2), p. 65-72, 1997.

_____. Movimentos sociais no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE.** v. 16. nº29, p. 490-521, 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 349-355

MENDONÇA, S. G. de L.; SILVA, V. P da; MILLER, S. **Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações / organizadores Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, Vandei Pinto da Silva, Stela Miller**. 2ª ed. – Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012. 492 p.

MIELITZ, Carlos. **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 168p.

MIRANDA, Carlos. TIBURCIO, Breno. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013 (Serie desenvolvimento rural sustentável; v. 19). 360p.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 585-594

MOLINA, Monica Castagna. Análises de Práticas contra hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de licenciatura em Educação do Campo. In: CUNHA, Celia da; SOUZA, Jose Vieira de; SILVA, Maria Abadia da (Orgs.). **O Método Dialético na Pesquisa em Educação**. 1ª ed. Autores Associados, 2014. P. 263 a 290

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p. (Coleção Educadores)

NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do Nascimento. **Produção agropecuária**. In. AMAZONIA: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília. IBAMA, 1994. Cap. 6. P. 133-155

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996, 523 p.

OLIVEIRA, P. C. F de. **Extensão Rural e interesse Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PEDERIVA, P. L. M. TUNES, Elizabeth. **Da atividade musical e sua expressão psicológica**. Curitiba: Prismas, 2013. 182p.

PEIXOTO, Marcus. (2008) Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem Histórica da Legislação. **Textos para Discussão 48**, Senado Federal, Brasília.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015. 386p.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virginia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 391-397

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante** – cinco lições sobre a emancipação intelectual. [tradução de Lilian do Valle]. 3ª. ed. 3ª Reimp. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013. 192p.

REGO, Teresa Cristina. **Vigotski**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 138 p.

SANTA, Fernando Dala; BARONI, Vivian. As raízes marxistas do pensamento de Vigotski: contribuições teóricas para a psicologia histórico-cultural. **Kinesis**, Vol. VI, nº 12, Dezembro 2014, p. 1-16

SANTOS, Franciele Soares dos; PALUDO, Conceição. A atualidade das contribuições de Moisey M. Pistrak e Viktor N. Shulgin para a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Florianópolis: **Revista Perspectiva**, v.33, n.3, set/dez. 2015. p 1163-1183

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**.v.18. n. 51. 2017 (Out./Dez. P. 210 a 224

SAUER, Sergio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.

SAWAIA, Bader. **O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. [Organização: Bader Sawaia]. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 97 a 118

SCHMITZ, Heribert. Assistência técnica para a agricultura familiar. In. SIMÕES, Aquiles (Org). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed., 2003. P. 61 a 87

SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002. 212 p.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.9, n.1, p. 9-23, jan/jun. 2014

TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS. **Texto BASE da marcha**. Disponível em <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406227923wpdm_Texto-Base-Marcha-2000.pdf> Acesso em 04 fev. 2021.

_____. **Pauta de reivindicações da marcha das margaridas** – 2003 razões para marchar. Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Pauta-de-reivindica%C3%A7%C3%B5es-da-Marcha-2003.pdf>> Acesso em 04 fev. 2021.

_____. **Pauta Da Marcha Das Margaridas 2007: Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista.** Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/PAUTA-Geral-Marcha-2007.pdf>> Acesso em 04/02/2021.

_____. **Marcha das Margaridas 2011: Margaridas na luta por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.** Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Caderno-Marcha.pdf>> Acesso em 04 fev. 2021.

_____. **Pauta 2015: Executivo.** Disponível em <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2016/03/Pauta_2015_Executivo.pdf> Acesso em 04/02/2021.

VIGOTSKI, Lev. S. **A formação social da mente.** [Organizadores: Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman Trad.: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche]. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Obras Escogidas III.** Madrid, Espanha: Visor, 1995.

_____. **Psicologia da Arte.** Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 377 p.

_____. **Psicologia Pedagógica.** [Organização Guillermo Blanck, apresentação René Van der Veer, introdução Maria Carretero]. Edição comentada. São Paulo: Artmed, 2001. 306 p.

_____. **Teoria e Método em Psicologia.** Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 524 p.

_____. **Imaginação e criação na infância.** Ensaio psicológico – livro para professores. [apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes]. São Paulo: Ática, 2009. 135 p.

_____. **Sete aulas de L.S. Vigotski sobre fundamentos da pedologia.** Organização e tradução Zoia Prestes, Elizabeth Tunes; tradução Claudia Guimarães Santana. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. 176 p.

ANEXO 1 – Critérios utilizados pela FAO para a caracterização da fome e da insegurança alimentar

A desnutrição é o principal indicador internacional usado nas últimas décadas para acompanhar o progresso na erradicação da fome.

A desnutrição é definida como a condição de um indivíduo cujo consumo habitual de alimentos é insuficiente para fornecer a quantidade necessária de alimentos para levar uma vida normal, saudável e ativa. A prevalência da desnutrição estima a proporção de pessoas na população total que se encontra nesta situação durante um ano. Para realizar esta estimativa, os seguintes parâmetros de uma determinada população são necessários:

1. Consumo médio de energia dietética.
2. Coeficientes de variação e simetria que explicam a desigualdade no consumo de energia alimentar.
3. Limite mínimo de consumo de energia necessário para levar uma vida saudável.

Assim, a prevalência de desnutrição corresponde à probabilidade cumulativa de que o consumo habitual de energia na dieta esteja abaixo do limite de consumo mínimo de energia para um representante médio da população.

A insegurança alimentar é outro indicador para medir o progresso na erradicação da fome. É quantificado usando a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, que é incluída em pesquisas domiciliares. Explora os níveis de gravidade da insegurança alimentar por meio de questionamentos sobre a qualidade e a quantidade dos alimentos e leva em consideração aspectos relacionados à possibilidade de se alimentar.

A prevalência de insegurança alimentar estima as pessoas sem acesso a alimentos nutritivos e suficientes devido à falta de recursos econômicos ou outros, com base na experiência dos entrevistados com 15 anos de idade ou mais. Para isso, o instrumento possui oito questões que permitem identificar o grau de gravidade da insegurança alimentar:

1. Insegurança alimentar grave: um nível de insegurança alimentar em que as pessoas provavelmente ficarão sem comida, passarão fome e, no caso mais extremo, passarão dias sem comer, colocando em sério risco sua saúde e bem-estar.
2. Insegurança alimentar moderada: nível de insegurança alimentar em que as pessoas enfrentam incertezas quanto à sua capacidade de obter alimentos e, em determinadas épocas do ano, são obrigadas a reduzir a quantidade ou qualidade dos alimentos que consomem por falta de dinheiro ou outros recursos naturais, que reduzem

a qualidade da sua alimentação, atrapalham os hábitos alimentares e podem ter consequências negativas para a sua nutrição, saúde e bem-estar.

A insegurança alimentar moderada ou grave é a soma desses dois níveis de insegurança alimentar na escala. Este indicador é mais sensível para identificar mudanças na segurança alimentar de grupos em situação de vulnerabilidade, que em muitos casos se encontram no limite da linha de pobreza, podendo antecipar possíveis mudanças nos padrões de consumo e na qualidade da alimentação que afetam diferentes formas de desnutrição. Ao mesmo tempo, permite que as informações sejam desagregadas por indivíduos, o que facilita a caracterização da insegurança alimentar por sexo ou etnia, por exemplo.

Recomendamos a leitura destes dois documentos publicados pela FAO em aliança com outras agências das Nações Unidas:

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2020. El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9692es>

FAO, FIDA, OPS, WFP y UNICEF. 2020. Panorama de la seguridad alimentaria y nutrición en América Latina y el Caribe 2020. Santiago de Chile. <https://doi.org/10.4060/cb2242es>

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidada, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo Não autorizo.

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o(a) senhor (a).

Entrevistado (a)

João Marcelo Intini

Santiago, de _____ de 2021

Este Termo foi assinado e enviado por todos entrevistados.

Durante o decorrer da pesquisa, realizamos uma alteração no título da tese e isto não trouxe nenhuma implicação no conteúdo das entrevistas.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidado, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo () Não autorizo

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.



Alberto Broch
Entrevistado

João Marcelo Intini

João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidado, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo Não autorizo.

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.

Miguel Rossetto
Entrevistado

João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos” de responsabilidade de João Marcelo Intini, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

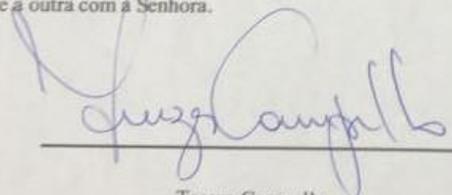
Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

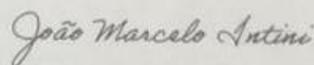
Em relação ao uso do seu nome como participante e convidada, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo () Não autorizo.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com a Senhora.



Tereza Campello
Entrevistada



João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-lo sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidado, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo **Não autorizo**

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o senhor.



Elvino Bohm Gass
Entrevistado



João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa ““**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**”” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidada, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo Não autorizo.

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.



Maria José Morais
Entrevistada



João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “**Vivências educativas dos movimentos sociais do campo: A perspectiva histórico-cultural na luta social por conquistas e direitos**” de responsabilidade de *João Marcelo Intini*, aluno de doutorado em Educação pela Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é descrever e demonstrar como os movimentos sociais rurais emergiram no complexo ambiente rural brasileiro, forjaram uma pedagogia de luta, marcada pela organização social e política e empreenderam um processo educativo próprio, fortalecendo sua identidade social e organizando uma trajetória de lutas e conquistas, em termos de uma perspectiva histórica e cultural, onde o ambiente em que desenvolveram suas ferramentas e práticas de luta, demonstram a influência decisiva da conduta dos homens e mulheres do campo.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como a entrevista e o arquivo de gravação da conversa realizada, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

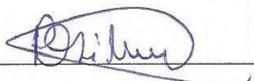
Sua participação é voluntária e não está vinculada a remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone +55 9 8937 4647 ou pelo e-mail intini1972@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de documento impresso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Em relação ao uso do seu nome como participante e convidada, você pode optar em não ter seu nome divulgado na pesquisa, ou autorizar a sua divulgação:

Autorizo Não autorizo.

Este documento foi elaborado em **duas vias**, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com a Senhora.



Raimunda Oliveira
Entrevistada



João Marcelo Intini
Pesquisador

Santiago, 13 de maio de 2021

ANEXO 3 – Mensagem enviada pela Fundação Perseu Abramo



qui 29/07/2021 17:13

Elen FPA <elen@fpabramo.org.br>

Agradecimento relativo aos documentos públicos e digitais produzidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Para intini1972@gmail.com

Cc maice@fpabramo.org.br

Prezado Marcelo Intini,

Gostaríamos de parabenizá-lo por sua pesquisa sobre os processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais do campo para a conquista de políticas públicas e de direitos, construída a partir da experiência adquirida com o trabalho realizado durante os governos Lula e Dilma.

Mais que isso, registramos aqui nossos agradecimentos pela importante doação dos documentos públicos e digitais produzidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), órgão colegiado da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), entre os anos 2003 e 2016, coletado e organizado para que pudesse desenvolver sua investigação.

Essa documentação será integrada aos documentos que registram a ação institucional do Partido dos Trabalhadores no executivo federal entre 2002 e 2016 e ficará disponível para pesquisa e download no banco de dados SIAC, do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), no portal da Fundação Perseu Abramo. Disponibilizaremos para você uma senha para que possa catalogar esse conjunto documental no SIAC, na área de Ação Institucional (material produzido em governos petistas). Após revisão pela equipe interna, os registros serão publicizados.

Desde já, agradecemos imensamente sua disposição em contribuir voluntariamente com o enriquecimento do acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda, que tem buscado contribuir com a qualificação da pesquisa sobre a história política e social brasileira.

Abraços fraternos.

Elen Coutinho,

Diretora da Fundação Perseu Abramo responsável pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda, Documentação e Memória Política

Maria Alice Vieira

Coordenadora da área de Acervos Históricos do CSBH/FPA

--

Elen Coutinho

Nós podemos falar de futuro!

Membro do Diretório Nacional do PT

Membro da Diretoria da Fundação Perseu Abramo

(71) 99120 - 8844

ANEXO 4 – Atas do CONDRAF – dois exemplos para ilustrar este documento



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDRAF

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e oito, às 09 horas, verificado o quórum, foi realizada a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CONDRAF, na Elo Consultoria, localizada no SCN Q. 02, Bloco “A”, 1º andar, Ed. Corporate Financial Center, Brasília-DF. PRESENTES: o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Presidente do CONDRAF, Guilherme Cassel; o Secretário Executivo do MDA, Daniel Maia; os Convidados Permanentes: Humberto Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e Secretário do CONDRAF; Carlos Henrique Kovalski, representando o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA); Adoniran Sanches Peraci, Secretário de Agricultura Familiar; Dino Castilhos, representando o Secretário de Reordenamento Agrário; os(as) Conselheiros(as): Simplício Mário de Oliveira (Ministério da Integração Nacional-MI); Paulo Roberto da Silva (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA); Paulo Guilherme Francisco Cabral (Ministério do Meio Ambiente-MMA); Eduardo D’Albergaria Freitas (Ministério da Educação); Jacinta de Fátima Senna da Silva e Regina Célia Paz da Silva Ramos (Ministério da Saúde-MS); Joel Herbert Prado Tápia (Ministério das Cidades-MCidades); João Augusto de Freitas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS); Mário Luiz Nonato Canevello (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República); Gelson Soares Lemes (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural-ASBRAER); José Claudenor Vermohlen (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República-SEAP); Aloísio Hunhoff (Confederação Nacional dos Municípios-CNM); Gilmar Luiz Pastorio (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil-FETRAF-Brasil); Joaquim Correa de Souza Belo (Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS); Luiz Cláudio Lopes da Silva e Vitélio Pasa (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB); Alberto Ercílio Broch, representante dos trabalhadores rurais assalariados (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG); Maria Elenice Anastácio, representante das mulheres trabalhadoras rurais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG); Saturnino Wapotowé Rudzane’edi (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-COAIAB); Maria Aparecida Mendes (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas-CONAQ); Irene Maria dos Santos (Instituto Brasil Central-IBRACE); Jonas Chequetto (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil-UNEFAB); José Aldo dos Santos (Articulação do Semi-árido-ASA); Álvaro Afonso Simon (Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Extensão Rural do Setor Público-FASER). Presentes, ainda, os (as) senhores(as): Isadora Lacava (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPO); Walter Irber e Bruno Soares (Incra); Plínio Pereira (Assessoria Internacional de Promoção Comercial-AIPC/MDA); Ivanilson Guimarães (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA/SDT/MDA); Ronaldo Camboim Gonçalves (SDT/MDA); Carlos Douglas de Oliveira ((SDT/MDA); Renata Leite e Carmela Zigoni (Programa de Promoção de Igualdade, Raça e Etnia-PPIGRE/MDA); Rui Santos (INCRA); Roberto Alves de Almeida (INCRA); Secretaria do CONDRAF: Roseli Bueno de Andrade, Vera Azevedo, Mônica Vasconcelos, Priscilla Araújo, Marta Moraes. PAUTA: I Parte: Palavra do Presidente, senhor Ministro Guilherme Cassel; Informes da Secretaria do CONDRAF; Palavra dos(as) Conselheiros(as); II PARTE – ORDEM DO DIA: Leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião Ordinária, 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: - Avaliação das Conferências Estaduais, -Avaliação e aprovação do documento-base – versão nacional, Avaliação e aprovação da proposta de Regulamento da Etapa Nacional, - Programação da Etapa Nacional; Encaminhamentos. O secretário Humberto Oliveira fez a abertura da reunião ressaltando que a 32ª Reunião do Condraf teria uma pauta quase que exclusivamente dedicada a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por ser a última do Conselho antes de sua realização. **I Parte: Palavra do Presidente:** Guilherme Cassel cumprimentou a todos e informou sobre a troca da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e apresentou o novo Secretário, o Sr. Daniel Maia. Explicou que a mudança foi decorrente de razões pessoais que exigiu do ex-secretário, Marcelo Cardona, o seu retorno para o Rio Grande do Sul. O Ministro ressaltou que o novo

secretário, economista do Banco Central, possui bastante familiaridade com os temas trabalhados pelo MDA. Daniel Maia destacou que uma de suas atribuições era a de valorizar o processo do Conselho, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Marcelo Cardona. Em seguida, o Ministro retomou a palavra destacando a importância de se considerar a crise dos preços dos alimentos como tema transversal da Conferência, por se tratar de um elemento novo na conjuntura política mundial. Fez um breve resgate histórico sobre o processo de decisão do tema da Conferência que, de um balanço sobre o avanço da agricultura familiar e da reforma agrária e seus desafios, evoluiu para o conceito de um “Brasil Rural com Gente” e a construção dos caminhos para o “Brasil Rural que Queremos” na perspectiva de concepção das bases da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Falou que a Conferência, por estar ambientada nessa crise mundial do preço dos alimentos, deve estabelecer um diálogo entre governo e sociedade na busca de soluções favoráveis para esta questão, a partir da compreensão do papel que o Brasil tem, no enfrentamento mundial de combate à fome, como exportador de alimentos. Falou também sobre a proposta apresentada pelo MDA do Programa Mais Alimentos, como indutor de um processo de modernização acelerada da agricultura familiar a partir de novas linhas de crédito a juros baixos e prazos longos para que o governo possa organizar o mercado visando uma melhor resposta para o aumento da produção de alimentos. Considerou que a agricultura patronal, no Brasil, está no limite da fronteira tecnológica de produção e, diante disso, é a agricultura familiar quem tem condições de dar um salto de produtividade e de rapidamente produzir mais alimentos. **Informes da Secretaria do Condraf:** O secretário Humberto destacou que neste período, a Secretaria do Condraf teve suas atividades concentradas na organização da I CNDRSS. Falou que foram realizadas duas reuniões da Comissão Organizadora Nacional - CON, nos dias 8/04 e 21/05, sobre os encaminhamentos relativos às Etapas Estadual e Nacional. Sobre o Documento-base, versão nacional informou que, no período de 12 a 16/05, foi feita a sistematização das contribuições enviadas pelos Estados. Relatou que foram realizadas 23 Conferências Estaduais em que estiveram presentes como delegados(as) e convidados(as) 4.467 participantes e que a sistematização do documento que será debatido na Etapa Nacional, será aprovado pelo Plenário do CONDRAF nesta Reunião Ordinária. Destacou que as conferências estaduais elegeram e credenciaram 1.191 delegados(as), sendo 496 delegadas, ou 41%; 40 representantes indígenas, ou 3,35%; 56 representantes quilombolas, ou 4,7%, além dos demais representantes das populações tradicionais e que, dos 1191 delegados(as), 390 ou 32,7% representam o poder público e 800 ou 67,17% da sociedade. Falou que seriam realizadas, nesta semana, as Conferências Estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Maranhão que farão eventos preparatórios a Conferência Nacional, mas que não poderão ter suas propostas sistematizadas, em função do vencimento do prazo regimental e que suas contribuições serão levadas diretamente para a Etapa Nacional sem prejuízo, entretanto à eleição de delegados(as) desses estados para a I CNDRSS. Em seguida, falou que neste período o Comitê Nacional de ATER reuniu-se e preparou o Seminário Nacional de ATER que será realizado em Brasília, de 10 a 13 de junho de 2008, no Hotel Nacional e participarão 350 delegados(as) indicados(as) nos Seminários Estaduais de Ater e 29 delegados natos, membros do Comitê Nacional de Ater. Ressaltou que os membros do Condraf, que desejarem, poderão participar como convidados(as) no Seminário. Informou que o objetivo do Seminário Nacional é consolidar as contribuições dos seminários estaduais, sobre os cinco eixos definidos no documento, proposto pelo Comitê Nacional de Ater e o MDA/SAF/DATER. A expectativa é que o Seminário dê uma contribuição importante em relação aos avanços conquistados; as dificuldades existentes e sugestões de aperfeiçoamento do processo de implementação da Política Nacional de Ater. **Palavra dos(as) Conselheiros(as):** Joaquim Belo falou sobre a necessidade de uma parceria entre o Conselho Nacional dos Seringueiros, o MDA e o Incra, na busca pela superação das dificuldades na produção extrativista e assistência técnica na Amazônia. Alberto Broch informou sobre a 14ª edição do Grito da Terra Brasil, atividade realizada pela Contag, no período de 12 a 15 de maio de 2008, como um momento de mobilização de milhares de trabalhadores(as) rurais para a negociação de políticas públicas para o campo brasileiro. Disse que o balanço dessa ação foi muito positivo, especialmente as negociações feitas com a Presidência da República em relação às políticas públicas na área da agricultura familiar, como o melhoramento de linhas do Pronaf e de articulação com o MDA e Incra e sugeriu que o Plano Safra fosse lançado durante a Conferência. Gilmar Pastorio informou sobre a realização, pela Fetraf Brasil, da Quarta Jornada Nacional da Agricultura Familiar, com 21 dias de mobilização social com a participação de 60 mil agricultores(as) familiares em todo o país. Destacou como principais pontos de debate com o governo, a Medida Provisória 410 e as políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar. Falou que apresentaram um conjunto de ações denominado PAC Mais Alimentos, com 18 iniciativas que desafiam o governo a construir um processo de aceleração na construção de uma política alimentar que supra a necessidade interna do país e que o transforme num grande exportador de alimentos limpos. João Freitas agradeceu a participação do MDA na Secretaria de Segurança Alimentar, pela realização de uma análise de conjuntura sobre a questão da alta dos alimentos no mundo. Em seguida informou para a realização da Plenária Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), a ser realizada do

dia 29 de maio, às 9 horas no Anexo II do Palácio do Planalto, para debater o tema do abastecimento e preços dos alimentos. O Secretário Adoniran Peraci informou sobre o Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural a ser realizado nos períodos de 10 a 13 de junho, em Brasília, destacando que este evento é estratégico e poderá ser uma importante contribuição a I CNDRSS em relação a estes dois temas. Disse que o objetivo do Seminário é fazer um balanço crítico e estratégico da Política Nacional de ATER. Dino Castilhos ressaltou que, às 18 horas no Palácio do Planalto será assinada a Medida provisória que versa sobre a renegociação das dívidas rurais e estendeu o convite a todos(as) os(as) conselheiros(as) do Condraf e anunciou que a SRA fará um grande Seminário Nacional, assim que a MP estiver em vigor, com a participação de movimentos sociais e órgãos públicos estaduais para debater a implementação das ações de renegociação das dívidas do Banco da Terra. Regina Silva informou a retomada pelo Ministério da Saúde, das negociações da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. **II Parte: Ordem do Dia. Leitura e Aprovação da Ata.** Feita a leitura e sem nenhuma observação, a Ata da 31ª Reunião Ordinária foi aprovada. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: avaliação das Conferências Estaduais.** A conselheira Maria Aparecida Mendes fez a sua avaliação das Conferências Estaduais de Pernambuco e Bahia, considerando que, em ambos os estados, a representação de quilombolas e de indígenas foi desproporcional à população destes segmentos e ressaltou que o tema de maior interesse e discussão foi a reforma agrária e os recursos ambientais. O conselheiro Joaquim Belo falou sobre a Conferência Estadual do Amapá destacando que o evento ocorreu dentro do previsto e considerou que a baixa participação de indígenas e extrativistas é decorrente do fato de que, historicamente esses segmentos encontram-se à margem dos processos de participação e da estrutura política do País e destacou a importância do diálogo estabelecido entre estado e sociedade na construção coletiva do processo da Conferência. Jonas Chechetto relatou a sua participação na Conferência do Espírito Santo considerando que o adiamento, por duas vezes do evento, causou uma certa desmobilização prejudicando, sobretudo a participação de indígenas e quilombolas. Destacou os temas educação do campo e da crise dos alimentos, como os principais pontos de discussão e ressaltou que a Conferência provocou uma reanimação no Conselho Estadual. O conselheiro Álvaro Simon falou sobre a Conferência de Santa Catarina, avaliando que o Estado teve algumas dificuldades no processo de articulação e também constatou baixa participação de indígenas e quilombolas. Sobre os temas mais discutidos, destacou o trabalho infantil na agricultura familiar. O conselheiro Dino Castilhos falou sobre as Conferências do Tocantins e do Paraná e observou que, especialmente no Paraná, o evento trouxe um público novo, uma renovação de quadros e novos atores sociais para discutir o desenvolvimento rural do País. Ressaltou as discussões feitas sobre as políticas do MDA e considerou que as discussões poderiam ter sido mais aprofundadas, pois percebeu que muitas propostas, ao documento-base, eram relacionadas mais à forma que aos conteúdos. O conselheiro Carlos Kovalski esteve presente na Conferência do Espírito Santo e avaliou que os debates e a forma como foram conduzidas as discussões dos grupos temáticos possibilitou a formulação de boas propostas, com destaque para os temas da MP da Reforma da Previdência e da contraposição de modelos tecnológicos ou modelo de produção baseada em insumos externos versus o modelo de produção alternativo da agricultura familiar, baseado em culturas tradicionais e limpas. O conselheiro Gilmar Pastorio falou sobre a Conferência do Amazonas e disse que houve prejuízos à Conferência, devido ao não envolvimento do governo do estado. Destacou o empenho da DFDA-AM e considerou que a quebra da participação de delegados(as) foi decorrente das grandes distâncias e dificuldades de deslocamento na região amazônica. Também registrou a ausência das populações originais, destacando que houve apenas um indígena em toda a Conferência. O conselheiro José Aldo dos Santos falou sobre a Conferência de Pernambuco e sobre a participação expressiva de mulheres e jovens. Considerou que houve uma grande concentração dos debates em torno do rural agrícola e relatou que o processo da I CNDRSS reacendeu novos debates, sobretudo sobre a dimensão territorial do desenvolvimento, nos Conselhos Estaduais e Municipais. O conselheiro Saturnino Wapotowé avaliou as Conferências de Mato Grosso e do Amazonas, considerando a baixa representatividade dos povos indígenas tendo sido eleitos apenas um em cada uma das Conferências. O conselheiro Luiz Cláudio da Silva falou sobre a Conferência do Amapá e considerou que o tempo para as discussões foi insuficiente dificultando um maior aprofundamento sobre questões relativas a Amazônia. Também destacou o déficit de delegados(as) advindos(as) das Conferências Territoriais, dificuldade de deslocamento e baixa participação dos povos indígenas mas, ressaltou que o processo de eleição dos(as) delegados(as) garantiu a diversidade de representação. A conselheira Irene Maria dos Santos falou sobre a Conferência de Goiás e também observou o déficit de delegados(as), oriundos da primeira etapa e a não participação das comunidades indígenas, atribuindo este fato às dificuldades de articulação desde as Conferências Territoriais. Destacou a grande participação da juventude e a eleição de muitos deles como delegados(as). Também chamou a atenção para o fato de que houve baixa participação de movimentos e organizações da sociedade civil. A senhora Renata Leite considerou que a representatividade dos públicos quilombolas e indígenas, apesar de pequena foi muito qualificada e que as suas

contribuições podem ser percebidas na evolução dos temas pertinentes dentro do próprio documento-base. Avaliou que as Comissões Organizadoras Estaduais deveriam ter ficado mais atentas na mobilização desses segmentos para a participação nas Conferências e alertou para o fato de que nem sempre as lideranças locais tem conhecimento do tema em âmbito nacional e por fim, sugeriu que dentre os convidados(as), as coordenações nacionais dos movimentos fossem contempladas. A consultora do Condraf, Vera Azevedo destacou que a escolha do tema despertou muito interesse, favorecendo a mobilização e participação do público nas Conferências. Falou sobre o bom nível de discussão, mas ponderou que o resultado dos debates não conseguiu ser traduzido, plenamente, nas contribuições ao documento, pelo fato de que grande parte das propostas foram relativas à forma e não ao conteúdo. Falou que o público participante estava abaixo das expectativas, com exceção do Pará e que as disputas mais acirradas para a eleição de delegados(as) se deu entre os(as) representantes do poder público em função do número de vagas (1/3) destinadas a esse segmento. Finalmente falou que os temas sobre trabalho infantil, reforma agrária e biocombustíveis tiveram ocorrência significativa, bem como o Programa Territórios da Cidadania e apresentou a preocupação de como contextualizar esses temas nos debates durante a Conferência Nacional. O conselheiro Álvaro Simon, pediu esclarecimentos sobre o apoio aos delegados(as) do poder público, para a participação na Conferência e o secretário Humberto Oliveira explicou que a situação orçamentária da Conferência, impossibilita a cobertura das despesas de transporte e alimentação dos representantes do poder público devendo ficar, esses gastos, sob a responsabilidade dos seus respectivos órgãos de origem. O conselheiro Saturnino Wapotowé pediu esclarecimentos sobre a cota para os indígenas e o secretário Humberto Oliveira informou que o Regimento Interno da Conferência estabelece cotas apenas para mulheres. Em seguida chamou a atenção para a necessidade de inserção do tema da crise dos alimentos, sugerindo uma contribuição, do próprio Condraf, ao documento-base. **Avaliação e aprovação do Documento-base, versão nacional.** O secretário Humberto explicou que as contribuições do Condraf devem agregar temas essenciais que retratem o debate do Condraf e que não estão no documento, mas que não devem alterar os conteúdos uma vez que, estes, são frutos das contribuições das Conferências das Etapas Preparatória e Estadual. Para isso temas relevantes considerados pelo Conselho que não estiverem contemplados poderão ser contextualizados na introdução do documento. Informou que observações sobre redação, para a otimização do tempo, deveriam ser encaminhadas para o e-mail da relatoria e fez considerações sobre a participação expressiva dos territórios rurais nas Conferências realizadas até o momento. O secretário Adoniran Peraci considerou importante o fortalecimento das discussões e a incorporação de temas como a valorização da pequena e média propriedade, segurança alimentar, estoques reguladores, gestão do meio ambiente, agricultura familiar, inflação dos preços dos alimentos, matriz energética e biodiesel, biocombustíveis, cooperativismo, práticas agroecológicas, assistência técnica e extensão rural. O conselheiro Gilmar Pastorio considerou que o documento-base precisaria contextualizar o tema da crise mundial dos alimentos e apresentar propostas para o aumento da produção de alimentos no Brasil. O conselheiro Paulo Guilherme ponderou que o documento já traz o tema da crise dos alimentos, ainda que não de maneira explícita, mas que o conjunto das propostas dialogam com a atual estrutura agrícola e agrária, quando aborda o acesso a terra, à organização produtiva, acesso ao conhecimento e sugeriu a inserção, no documento, de forma mais geral a importância da agricultura familiar para o enfrentamento da crise do aumento dos preços dos alimentos, na parte introdutória do texto. O conselheiro Alberto Broch considerou importante que o Documento trate das dimensões nacional e internacional da crise, com destaque para a importância da agricultura familiar, para a soberania alimentar do Brasil. O secretário Humberto Oliveira falou sobre a importância de inserir o tema da crise dos preços dos alimentos e, também da economia solidária, parceira da agricultura familiar. O conselheiro Joaquim Belo sugeriu que a questão da Amazônia fosse aprofundada no texto. A conselheira Maria Aparecida Mendes, solicitou a melhoria do conceito de povos e populações tradicionais, ressaltando as especificidades das comunidades quilombolas e territórios indígenas. Roseli Andrade, secretária do Condraf informou que o conceito apresentado no Documento está de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/2007). O conselheiro Luiz Cláudio Silva, considerou a possibilidade de destacar os quilombolas e indígenas dos demais povos e populações tradicionais, justificando o fato de que esses povos e populações têm, origem na tradicionalidade e ocupação do território brasileiro. Gilmar Pastorio considerou que a diferenciação dos indígenas e quilombolas minimiza a importância dos pescadores, artesanais, ribeirinhos e demais segmentos e disse que seria impossível diferenciar esses dois públicos sem marginalizar os demais. O conselheiro João Freitas propôs a adoção do Decreto Presidencial 6040/2007, adotado pela III Conferência de Segurança Alimentar, por responder em boa medida a essa questão. A conselheira Maria Elenice Anastácio solicitou que, sempre que houver no texto, referência às crianças e jovens, seja inserido o termo adolescente, por se tratar de uma faixa etária entre criança e jovem. O conselheiro José Aldo dos Santos lembrou da necessidade de mencionar o Programa Territórios da Cidadania e tratar os biomas brasileiros como Amazônia e Caatinga, de uma forma mais geral, sem entrar nas especificidades. A

conselheira Maria Elenice sugeriu que a referência às mulheres não seja feita apenas colocando o “a” entre parênteses e pediu o aprofundamento do tema do processo de estrangeirização das terras no Brasil. O conselheiro Mário Canevello sugeriu um aprofundamento no tema da conservação do solo, da água, das ações preventivas com relação às questões climáticas e de proteção à propriedade intelectual das comunidades tradicionais. Maria Alice Anastácio pediu que fossem mencionados as demandas e o protagonismo dos assalariados, sem terras e sobre a garantia da democratização da terra e das relações justas de trabalho. O conselheiro José Aldo dos Santos solicitou que fosse dado destaque ao fato de que 50% das unidades familiares encontram-se no Nordeste e pediu que fosse observada a diferenciação de conceitos entre biomas e regiões. O conselheiro Mário Canevello pediu maior destaque aos temas relativos à conservação do solo, da água, mudanças climáticas e propriedade intelectual das comunidades tradicionais. Roseli Andrade da secretaria do Condraf esclareceu que o documento já contempla os temas conservação do solo e da água, mas que poderá ser feito um aprofundamento caso a secretaria-executiva avalie que o documento não tenha tratado os temas adequadamente. A conselheira Maria Elenice Anastácio pediu que fossem mencionados as demandas e o protagonismo dos assalariados e sem-terras. O conselheiro Gilmar Pastorio considerou que esta questão deveria ser levada para a Conferência e apresentada durante as discussões relativas ao eixo que trata da reforma agrária. Quanto às contribuições ao temas sobre a crise dos preços dos alimentos e sobre a Amazônia foi decidido que à SAF e o MMA iriam ajudar a secretaria na elaboração de dois parágrafos referentes a esses temas. Em seguida, o secretário Humberto esclareceu como se dará a participação dos(as) conselheiros(as) do Condraf como delegados(as) natos(as) da I CNDRSS. Roseli Andrade, da secretaria do Condraf, informou que o Regimento Interno definiu que 72 delegados(as) seriam indicados(as) pelo Governo Federal, com a distribuição dessas vagas entre os Ministérios que fazem parte do Condraf e para outros Ministérios que a secretaria considera estratégicos na ampliação das discussões sobre o desenvolvimento rural. Disse ainda que, no MDA, as vagas foram distribuídas entre as suas Secretarias e o Incra. O secretário Humberto Oliveira apresentou a proposta relativa aos convidados(as) e observadores para a Conferência. Foram definidas duas categorias de convidados(as): (as) convidado(as) para a abertura e como participantes da Conferência com direito a voz. Quanto aos(as) observadores(as) ficou decidido que não teriam direito à voz e voto. Em relação aos(as) convidados(as) foi resolvido que as Comissões Organizadoras Estaduais poderiam indicar 5, para cada Estado e que as demais vagas seriam destinadas a algumas redes e organizações sociais que, por alguma razão, ficaram fora do processo, mas que o Conselho considera importante a sua participação, a exemplo da Articulação Nacional de Agroecologia. O secretário Humberto Oliveira chamou a atenção para a importância da indicação de convidados(as) que possam contribuir significativamente nas discussões e esclareceu que o convite será encaminhado pelo Condraf. Também falou que considera estratégica a participação dos Secretários Estaduais de Agricultura e Planejamento. Informou que o Presidente Lula já foi convidado, mas que não havia sido confirmada a sua participação. **Avaliação e aprovação da proposta de Regulamento Interno da Etapa Nacional.** Foi aprovada a alteração de proposta na programação, constante do Regulamento, apresentada pela Roseli Andrade da secretaria Condraf, na ficando um painel, reunindo os temas: O Brasil Rural que Temos e O Brasil Rural que Queremos. Em seguida o secretário Humberto informou sobre o funcionamento das Comissões Temáticas e ficou decidido que, cada uma, contará com um(a) coordenador(a) indicado(a) pela Comissão Organizadora e um(a) relator(a) previamente selecionado(a) e treinado(a), para registrar no Sistema de Informação de Apoio à Conferência (Datusus)e, caso seja necessário, contribuir no processo de sistematização. Em seguida foi feita uma discussão sobre a metodologia dos trabalhos e decidido que inicialmente será feita a leitura de todos os parágrafos na ordem disposta no documento, seguida da aprovação, em bloco, dos parágrafos que não foram objeto de destaque. No caso dos parágrafos destacados, a votação se dará em dois momentos. Primeiramente, será feita a votação pelo texto original para depois, votar o texto com alteração. Informou também que cada Comissão Temática poderá encaminhar uma única proposta de alteração por parágrafo, e, nos casos de impossibilidade de convergência de propostas para a formulação de um único parágrafo, as propostas divergentes serão encaminhadas para a votação em Plenária. Roseli Andrade da secretaria do Condraf informou que a Comissão Organizadora não conseguiu chegar a um consenso sobre o percentual de 40 ou maioria simples para aprovação das propostas e pediu ao Plenário uma deliberação sobre este ponto. O conselheiro Gilmar Pastorio propôs os 40% por acreditar que, dessa forma, é conferida a possibilidade de mais debate para as minorias. Os conselheiros Jonas Chequetto e Luiz Cláudio da Silva defenderam a maioria simples por considerarem que essa forma facilitará os trabalhos em plenária. Após debate, o Plenário definiu o percentual de 40% para aprovação dos destaques ao Documento nas Comissões Temáticas e maioria simples nos processos de votação nas Plenárias. O secretário Humberto Oliveira informou que cada Comissão Temática poderá apresentar uma proposta de inclusão de novo parágrafo desde que trate de tema não contemplado nos parágrafos existentes. Após discussão foi decidido que o número de propostas seria de, no máximo, três. Quanto ao regime de votação em Plenária foi proposto e aprovado que cada proposta terá dois minutos para defesa a favor e

tempo igual para uma defesa em contrário, sem direito a réplica e tréplica. A senhora Roseli Andrade, da secretaria do Condraf sugeriu e ficou aprovado que, nos casos em que a plenária não se sinta devidamente esclarecida, serão permitidas mais uma defesa a favor e outra contra. O conselho também definiu que as moções deverão ser de âmbito nacional ou internacional e deverão ser assinadas por, no mínimo, 40% dos(as) delegados(as) presentes na Conferência e que o quórum para a realização dos trabalhos em plenária será de 1/3 dos delegados presentes. Feitas as observações, o Regulamento foi aprovado pelo Plenário. Em seguida, o conselheiro Álvaro Simon solicitou a efetivação, pelo MDA, da criação das Redes Regionais de Monitoramento Automático dos Recursos Hídricos, Clima e Precipitação. Ressaltou a importância da criação dessa rede no auxílio ao fornecimento de dados aos(as) agricultores(as) familiares sobre mudanças climáticas para que possam adequar os períodos de plantio e contribuir na prevenção de estragos causados pelas catástrofes ambientais, utilização em mapeamentos e zoneamentos e na previsão das safras. O conselheiro Mário Canevello informou que essa rede já existe, no âmbito da Agência Nacional de Águas e é chamada Hidros, ligada ao Ministério do Meio Ambiente. Roseli Andrade da secretaria do Condraf esclareceu que a proposta apresentada pelo conselheiro Álvaro Simon está inserida no âmbito das atividades voltadas para o seguro da agricultura familiar, que estabelece as Redes Regionais de Monitoramento Agroclimáticos, que envolve, dentre outras ações, a instalação de estações meteorológicas e que o Condraf recomende ao MDA, a nacionalização dessas Redes Regionais para que torne um Sistema Nacional. A chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar, Lílian Rahal informou que a SAF tem uma boa interlocução com a ANA e com a Embrapa, especialmente com esta última em função do monitoramento agroclimático, que também está ligado ao zoneamento. Disse que se trata de um monitoramento que vai além das questões relacionada à capacidade hídrica, pois é um monitoramento do comportamento das safras de acordo com as chuvas e estiagens das diferentes regiões e comportamentos das culturas de acordo com o clima. O conselheiro Mário Canevello disse que, para otimizar recursos públicos deveria ser feita uma sintonia na ação do governo para melhoramento da rede, envolvendo para uma cooperação técnica entre ANA, Embrapa e Ministério da Agricultura. O secretário Humberto Oliveira falou que, para o Condraf interceder nessa questão, será necessário definir qual o seu papel e a sua contribuição junto à Ana e Embrapa. O conselheiro Álvaro Simon ressaltou a importância do Condraf discutir o tema e a Lílian Rahal solicitou que a demanda fosse encaminhada, por escrito, a SAF para que possam dar um tratamento adequado à questão e o conselheiro Álvaro Simon ficou então, de encaminhar a demanda à SAF. O conselheiro Dino Castilhos apresentou a problemática do atingidos pelas hidrelétricas e explicou que na Lei Complementar do Fundo de Terras e também no Decreto que regulamenta o Fundo, existe uma vedação para a concessão de mais de um financiamento por família beneficiária ressaltando que a própria lei e o decreto estipulam que órgão gestor pode definir as exceções a essa vedação devidamente incluído no Regulamento Operativo do Programa e como esse Regulamento foi aprovado pelo Condraf ele estava apresentando uma proposta aditiva à resolução do Condraf de nº 67 de 27 de maio de 2008 que trata do acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário por beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, em decorrência de caso fortuito ou força maior. Em seguida a senhora Mônica Vasconcelos fez a leitura da proposta de resolução que inclui os parágrafos 6º e 7º do Artigo 11 do Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, aprovada pela Resolução de número 42 de 13 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 14 de abril de 2004. Parágrafo 6º, “não se aplica à declaração estabelecida no Inciso 1 do Parágrafo 1º deste Artigo aos eventos em que, por caso fortuito ou força maior, os objetivos do Programa Nacional de Crédito Fundiário não tenham sido alcançados. Parágrafo 7º, a caracterização do caso fortuito ou força maior será deliberado pelo Comitê do Fundo de Terras do Condraf, a partir de cada caso concreto apresentado...”. Após os esclarecimentos, a proposta de resolução foi aprovada pelo plenário. O secretário Humberto Oliveira observou que o título da Resolução proposta trata da possibilidade de acesso e propôs suprimir a palavra possibilidade e o conselheiro Dino Castilhos concordou com a proposta. Luiz Cláudio da Silva propôs que na próxima reunião do Condraf, a SRA faça um informe sobre a situação das famílias já atingidas por obras hídricas. Foi aprovada pelo Plenário a Resolução proposta pela SRA. Em seguida, a reunião foi encerrada pelo secretário Humberto Oliveira.

GUILHERME CASSEL
Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário
Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial
Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF

ATA-EXECUTIVA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A um e dois dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, de nove às dezoito horas, foi realizada a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condráf, no 11º andar do Edifício Palácio do Desenvolvimento, localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Brasília, Distrito Federal. No dia um, verificado o quórum, iniciou-se a reunião, da qual participaram o Ministro do Ministério do Desenvolvimento agrário - MDA, Patrus Ananias; a Secretária-Executiva do MDA, Maria Fernanda Ramos Coelho; o Secretário do Condráf, Rodrigo Amaral; os Convidados Permanentes: Onaur Ruano (Secretário da Agricultura Familiar – SAF/MDA), Adhemar Lopes de Almeida (Secretário de Reordenamento Agrário – SRA/MDA), Pedro Bavaresco (Secretaria de Regularização fundiária na Amazônia Legal – SERFAL), Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA), os Conselheiros e Conselheiras: Kleber Souza dos Santos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA), Ana Cristina Secchi Correia (Ministério da Fazenda – MF), Roseli Bueno de Andrade (Ministério do Meio Ambiente – MMA), Cláudia Lúcia Soares de Oliveira e Marcos Aurélio de Moraes Vasconcelos (Ministério das Cidades – MCid), Diana Oliveira (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República) Marcio da Costa Arruda, Tatiane Michelin e Antônio Rodrigues (Ministério da Educação – MEC), Helbert Danilo Freitas de Sá (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa- SEBRAE), Mário Augusto Ribas Nascimento e Osni Morinishi (Confederação Nacional dos Municípios – CNM), Marcos Carvalho Santana (Ministério da Integração Nacional – MI), Joaquim Correa de Souza Belo (Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS), Amadeu Antônio Bonato (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais – DESER), Jean Marc Von der Weid (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA), Maria Ângela Nascimento dos Santos (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE), Maria Rosalina dos Santos (Comunidades Remanescentes de Quilombos – CONAQ), Valter de Carvalho (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), Jonas Dantas (Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER), Francisca Cristina do Nascimento (Articulação do Semiárido – ASA), João Bosco Campos (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA), Srewé Xerente (Rede Cerrado), Maria Aparecida Geffer (Centros Familiares de Formação por Alternância – Rede CEFFAS); os Convidados: Ubiramar Bispo de Souza (Rede Nacional de Colegiados Territoriais); representando os Comitês Permanentes do Condráf: Germano Barros Ferreira (Comitê Juventude Rural), Willian Clementino da Silva Matias (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG), Paulo Cabral (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER), Ana Tereza Ferreira (Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA), Raquel Porto Santori e Soraya Brandão (SRA/MDA), Sarah Luise de Sousa Moreira e José Arnaldo Brito (CONTAG), Ronaldo José Ribeiro (MDA/SAF), Alessandra de Costas Lunas e Maria José Moraes Costa (CONTAG), Joana Santos (Diretoria de Política para as Mulheres Rurais - DPMR/MDA), Luiza Borges Dulci (Assessoria de Juventude/MDA), Úrsula Zacarias e Cristina Timponi Cambiaghi (Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial - AIPC/MDA), Marcia Quadrado (MPOG), Marcelo G. Justo, Elisa Guaraná e Severine Macedo (SDT/MDA), Marcos Faro Eloy, Bruno e Eduardo P. Correia (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), Isabela Maria Lisboa Blumm (Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP/MS), Jéssica S. Brito e Wender A. Ferreira (Movimento Camponês Popular/MCP), Claudio di Pietra, Paloma Gomes, Maria Evany Pompeu de Amorim, Paula Ramos, Viviane Peixoto, Danilo, Paloma Gomes, Marcela Rezende, Mônica Vasconcelos e Alam G. Teixeira (Secretaria do Condráf). Pauta: 01/12/2015 - **Aprovação da Pauta, da ata da 63ª Reunião Ordinária e Informes Gerais; Recomendação do Condráf nº 001/2015 – “Recomenda à Casa Civil da Presidência da República que reconsidere a criação da Secretaria de Integração e Mobilidade Social e extinga o Programa O Campo na Classe Média, ambos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA”;** Procedimento para Homologação de novos territórios e apresentação dos pedidos atuais encaminhados ao Comitê de Desenvolvimento Territorial; As Políticas de Desenvolvimento Social no Campo; 2ª CNATER – Informes da Comissão Organizadora Nacional; Composição do Conselho Fiscal da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 02/12/2015 –Apreciação da Resolução que altera o Regulamento Operativo do Fundos de Terras proposto pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e Reordenamento Agrário; A Política Nacional de Irrigação e a Agricultura Familiar – Informe Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial –Condráf; Plano de Juventude e Sucessão Rural; Planejamento do Condráf – 2016; Reformulação do Condráf. A reunião teve início com esclarecimentos feitos por Rodrigo Amaral (Secretário do Condráf) acerca da pauta e da ausência da Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Sra. Teresa Campello, que enviou representante, Sr. Arnaldo Campos, Secretário Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional– Sesan/MDS. Na sequência, encaminhou a aprovação da pauta e da ata da 63ª reunião ordinária, destacando a correção feita no texto da ata, relativa à fala da Conselheira Elizete Maria (MMTR/NE), que apontou problemas nos programas sociais. Nesse sentido, o texto foi alterado para a seguinte redação: Programas sociais, a exemplo das ações de acesso à água, operação carro pipa, cisternas, programas de armazenamento de água para consumo humano e para produção de alimentos (P1 + 2 e P1MC). Seguiu-se a abertura oficial da reunião com a fala da Sra. **Maria Fernanda Ramos Coelho, Secretária - Executiva do MDA**, que contextualizou os aspectos conjunturais do início dessa gestão do CONDRAF, em março, quando o país debatia o Impeachment da Presidenta Dilma, destacando que, nesse momento, o assunto volta com muita força para o seio do debate político no país. Citou que, apesar do enfrentamento quase cotidiano com forças retrógradas no cenário brasileiro e do ajuste fiscal, que cortou 62% do orçamento do MDA, além do Decreto Presidencial que contingenciou todos os recursos em função da não aprovação do PLN 05 do Governo, avalia que houve avanços nas políticas desenvolvidas para as mulheres, juventude e povos e comunidades tradicionais. Destacou a discussão da ANATER, Plano Safra, e os três eixos inseridos no PPA 2016/2019 e a titulação de terras (Lei 13001 de 2014) como questões centrais desenvolvidas no âmbito do MDA. Reforçou o papel importante que “Os Diálogos da Terra” vêm desempenhando junto aos movimentos sociais, para o fortalecimento do diálogo com os segmentos sociais e a perspectiva de retroalimentar a criação de novas políticas para o meio rural. Como exemplo, citou a criação do grupo de estudos do direito agrário, com a participação do Prof. Gilberto Bercovici, Carlos Mares, de Santa Catarina e o Sr. Jackson Foncin. Considera o ano de 2016 como histórico, mediante referência aos vinte anos do massacre de “Eldorado de Carajás”. Abordou os desafios apontados para o campo e todas as discussões em torno da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural, fazendo, inclusive, referência ao Décimo Fórum Intercontinental sobre Desenvolvimento Territorial, ocorrido na Bahia. Citou-o como estratégia de fortalecer e articular essas políticas, tornando-as visíveis, reconhecendo que as ações desenvolvidas no INCRA e MDA devem torná-las efetivas, traduzindo essa visibilidade, tentando romper barreiras e dando concretude à relação entre Estado e sociedade civil para o conjunto das políticas territoriais. Ressaltou que, apesar da crise política, econômica e fiscal, houve êxitos, citando o caso da pesca artesanal, que virá para o MDA, ainda que sua estrutura não esteja consolidada. Comentou que o adiamento no lançamento do PRONARA é frustrante, mas que é necessário construir caminhos de consenso, não perdendo de vista o seu acúmulo. Citou a Conferência do Clima (COP 21) e o desastre de Mariana como momentos fundamentais para pensar a questão do reflorestamento. **Debates:** Alessandra de Costa Lunas (Contag) – Reforçou a questão do impeachment e das disputas travadas no âmbito do Congresso Nacional e o Poder Executivo. Apontou um cenário para o mundo rural no ano de 2016 bastante desafiador, principalmente em se tratando da questão da seguridade social e da reforma agrária. Frisou que considera o papel do Condraf como preponderante diante da conjuntura que se desenha. Situou as expectativas frustradas diante do PRONARA e do posicionamento retrógrado do MAPA diante deste tema, e das pautas conservadoras aprovadas no Congresso Nacional, a exemplo da PEC 215, lei de acesso à terra para estrangeiros, além do Programa Classe Média no Campo. Apontou a necessidade de movimentos sociais e o próprio Condraf terem posicionamentos diante das várias disputas que estão a se desenhar no futuro político próximo. Jean Marc (AS-PTA) – Comentou que Alessandra já tocara nas questões macros da política, e que ele abordaria então as questões micro, sobre as quais é possível ter maior governabilidade. Situou que a crise política e econômica vivenciada atualmente, com seus impactos financeiros no Estado, gerou uma fragilização estrutural do MDA, levando a uma carência de infraestrutura e de pessoal, principalmente no tocante à operacionalização das chamadas de ATER, em todas as suas tipologias, trazendo problemas para a sustentabilidade das entidades prestadoras de serviço. Coloca que há uma esperança em resolver parte dessas questões, com a passagem da ATER/MDA, para a ANATER, do ponto de vista da sua execução. E que os instrumentos organizativos da ANATER, o estatuto e o contrato de gestão, são peças fundamentais para destravar uma série de problemas que ocorrem na relação contratual existente entre essas instituições e o MDA. **Encaminhamentos:** Elaborar uma carta propondo o lançamento imediato do PRONARA, somando-se às organizações e movimentos sociais. Recomendação do Condraf nº 001/2015 – Recomendação à Casa Civil da Presidência da República que reconsidere a Criação da Secretaria de Integração e Mobilidade Social e extinga o Programa “O Campo na Classe Média, ambos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA”. Rodrigo Amaral esclareceu acerca da elaboração do documento e das contribuições recebidas pelos conselheiros (as) do Condraf, passando, na sequência, a palavra para Alessandra Lunas apresentar os encaminhamentos realizados. Informa que é a primeira vez que o Condraf faz um documento de recomendação com esse teor, para chegar diretamente à Casa Civil, compreendendo a importância de se discutir o impacto na agricultura familiar, a partir do Programa Classe Média no Campo e de uma sobreposição de agendas e ações com a criação da Secretaria de Integração e Mobilidade Social no MAPA. A comissão foi formada por integrantes do Ministério do Meio Ambiente, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Rede Cerrado, com suporte da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria do Condraf. Comunica que, quando da reunião com o Ministro Patrus Ananias, ocorrida em 10/11/2015, ele sugeriu anexar a carta à ata da 63ª reunião ordinária do Condraf, incluindo a assinatura de todos os participantes dessa reunião. Na reunião com a Casa Civil, foi esclarecido que somente a equipe técnica da Casa pôde receber a referida comissão, em função da agenda congestionada do Ministro Jaques Wagner. Rodrigo aponta essa ação como

eminentemente política, porque abre um canal de diálogo com essas instâncias do Governo Federal. Complementa sua fala ressaltando a importância dessa ação, identificando a manifestação de área do MAPA tratando especificamente de ATER, onde a mesma faz referência que reconhece em sua estrutura, ações direcionadas de ATER para pequenos e médios produtores e acrescenta o posicionamento contrário do MAPA à recomendação do Condraf nº 001/2015, onde pede para reconsiderar a criação da Secretaria de Integração e Mobilidade Social e extinga o Programa o Campo na Classe Média. **encaminhamentos: 1)** A recomendação deverá seguir para todos os Ministérios que compõem o pleno do Condraf, além da AGU e Secretaria de Governo; 2) Criação de uma comissão para tratar diretamente com o Ministro da Casa Civil; 3) Para além dos direcionamentos do Condraf, é importante que as organizações da sociedade civil, a exemplo da CONTAG, ASA, FETRAF, dentre outras, encaminhem a carta e pressionem a Casa Civil para atendimento das proposições que consta na carta. **Procedimento para Homologação de Novos Territórios e Apresentação dos Pedidos Atuais encaminhados ao Comitê de Desenvolvimento Territorial.** Severine (Diretora de Desenvolvimento Territorial- DETER/MDA) **Exposição:** Iniciou sua fala, expondo os resultados do Grupo de Trabalho do Comitê de Desenvolvimento Territorial (CDT), composta por Marcia Dorneles (Rede Nacional de Colegiados Territoriais), Elisa Guaraná, Ana Teresa e Alam Ferreira (DETER/SDT), para estudo e análise de novos pedidos de territórios rurais encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Considera positivo o esforço da atual gestão, frente a processos acumulados há mais de cinco anos, e que um dos objetivos centrais dessa análise é responder aos conselhos estaduais, delegacias regionais do MDA e Rede Nacional de Colegiados Territoriais o detalhamento de cada solicitação encaminhada, cujo balanço representa 39 processos de inclusão de novos territórios; 24 processos de inclusão/migração de municípios e 03 processos de solicitação de incorporação de Território Rural ao Programa Território da Cidadania. Relata que, além das solicitações aprovadas para este pleno, será discutida a inclusão de novos. No entanto, destaca a preocupação com os limites orçamentários da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Situa as questões que envolveram o Território de Tracena, cuja identidade territorial estava em debate, e o caso do Território do Sertão Central de Pernambuco, como um antigo caso pendente, mas que já estaria com todos os critérios atendidos para sua homologação. Além desses, que já constam na resolução de nº 109/2015 do Condraf, para a devida aprovação pelo pleno durante a 64ª reunião ordinária, foram analisados os seguintes: 1 - cinco processos, o território de Purus no Acre, de Vale do Mearim no Maranhão, Santa Maria Madalena no Rio de Janeiro, Peruaçu, Minas Gerais, e a Grande Natal. Esclarece que esses territórios atendem no geral os critérios, mas a exemplo dos demais, por serem processos antigos, o encaminhamento definido é retomar as consultas aos conselhos estaduais e as próprias delegacias desses estados. Avalia novamente a questão do impacto financeiro na SDT, considerando que existem atualmente 55 territórios no Brasil sem nenhum tipo de apoio, e outros 186, que contam com o apoio dos NEDET's. Analisa essa situação como preocupante, e coloca a necessidade de remeter essa discussão para a Secretaria Executiva do Ministério e para o próprio gabinete do Ministro pois, por mais que se avance na discussão dos critérios para homologação de novos territórios, aprovar pura e simplesmente os territórios sem o devido suporte financeiro seria inadequado para a política adotada pelo MDA, gerando, inclusive, expectativas frustradas nos territórios. Diante dessas questões, o Grupo Temático criado no Comitê de Desenvolvimento Territorial, com o objetivo de analisar as demandas por criação de territórios, dividiu a referida análise em diversas situações de resposta, a saber: Na situação 1, relata os processos do Vale do Paranapanema (SP) e Sul Matogrossense (MT), que atendem parcialmente os critérios do PRONAT, mas apresentam sobreposição de municípios já incluídos em Territórios da Cidadania. Adianta que, nesse caso, é preciso fazer uma avaliação com o GT, pois a assimilação dentro do Programa Territórios da Cidadania é decisão do Comitê Gestor Nacional e definida em Decreto Presidencial. Na situação 2 incluem-se aquelas solicitações que não atendem os critérios do PRONAT. São eles: Território Metropolitano José de Alencar (CE); Entorno do Tucuruí (PA); Metropolitano de Salvador (BA); Campo Grande (MS); Vale do Norte Mineiro (MG); Corede Serra (RS); Bacias do Rio Turvo Sujo e Turvo Limpo (MG); Médio Solismões (AM), Território de Minas Gerais (MG). Situação 3, propostas que vieram de territorialização dos estados de Sergipe e Goiás. Nesse caso, deverá ser pensada dinâmica que envolva governos e redes estaduais de colegiados territoriais. Situação 4 – Processos de solicitação arquivados por falta de documentação: Povos do Cerrado - Minas Gerais, Território IV e VI – Amapá, Vale do Teles Pires – Mato Grosso, Alto Teles Pires – Mato Grosso, Médio Araguaia – Mato Grosso, Sul Mato Grosso, Vale do Urucaia e Vale do Paracatu – Minas Gerais. Os demais processos referiam-se à inclusão ou migração de municípios de um território para outro, todos com documentação embasada. Ressalta o caso de ampliação dos municípios que compõem o Território Agreste Central, que por se tratar de um número muito grande (onze), sugere um estudo técnico de viabilidade. Ao final coloca a situação dos pedidos de incorporação de Territórios Rurais ao Programa Territórios da Cidadania, feita pelos territórios de Grande Cárceres (MT), Baturité (CE) e APA Cantão (TO), que também necessita de aprovação pelo Comitê Gestor Nacional. Finalmente, reforça a importância de acompanhamento dos conselhos estaduais e colegiados territoriais a fim de garantir a efetividade da construção e identidade territorial. **Debates:** Rodrigo Amaral (Condraf) esclarece a todos(as) acerca da elaboração da Resolução 109 e lê na íntegra o documento, que trata dos pedidos de homologação que serão apresentados para debate e aprovação do pleno. Cristina Nascimento (ASA) felicita pelo esforço do trabalho realizado, e acredita que ele reforça o trabalho de territorialização como estratégia de planejamento para os estados. Mas cita o caso do Ceará que, apesar de incluir a dimensão territorial

para o seu planejamento, não leva em conta a trajetória histórica dos municípios, causando problemas de identidade territorial. Assim, propõe que os Conselhos Estaduais dialoguem com os territórios para uma definição que leve em consideração os desenhos territoriais já construídos. Germano Barros (SERTA) questiona sobre o município de Serra Talhada, que não está incluso no pedido de homologação para o Território do Sertão Central apresentado ao pleno, por meio da resolução nº 109/2015 do Condraf. Acrescenta também que os municípios de Arco Verde e Betânia, apesar de constarem na lista, são muito distantes, e que não podem expressar uma identidade muito forte com o território. Valter Carvalho (ASSOCENE) destaca que os territórios muito próximos da região metropolitana, ou de centros urbanos, apresentam problemas de identidade territorial. Roseli Bueno (MMA) intervém, considerando um erro na proposta de minuta, esclarecendo que ela deve trazer, além da dos pedidos de homologação dos territórios apresentados, todos os pedidos de exclusão e inclusão especificados de acordo com a solicitação, pois elas alteram outras resoluções. Propõe criar outros critérios de tipos de territorialização, principalmente em função da área de pesca artesanal ter vindo para o MDA. Sr. Ubiramar Bispo (RNCT) reforça a importância do trabalho realizado pelo Comitê e aponta o diálogo com os estados como fundamental, na lógica de adotar a abordagem territorial para o planejamento dos mesmos. Reitera, no entanto, a complexidade desse debate, já que o recorte territorial e a definição dos territórios devem passar não apenas pelos Conselhos Estaduais, mas inserir outros atores, no âmbito dos Governos estaduais, em função inclusive dos Planos Plurianuais que discutem mudanças nesses recortes. Lembra que o décimo fórum internacional ocorrido, em Salvador (BA), sugere a universalização da política territorial no país. Mas que é preciso ações conjuntas, e não incorrer no erro de termos ações unilaterais propostas para essa política. Eliza Guaraná (DETER/SDT), esclarece que os critérios utilizados pelo grupo de trabalho são estabelecidos pelo PRONAT. E que todos os pedidos que se encontravam pendentes foram analisados conforme descritos na situação anterior por Severine Macedo. Ademais, acredita que novos pedidos poderão chegar, mas que serão analisados somente no próximo ano. Relativo à resolução nº 109/2015, comunica a correção para o Território do Sertão Central de Pernambuco, conforme mudança de exclusão dos municípios apontado por Germano (SERTA) e a exclusão de um pedido de migração, o caso do território do Médio Rio das Contas na Bahia, da Bahia. Rodrigo Amaral encaminha o documento para aprovação no pleno, o que é devidamente referendado pela plenária presente. **Encaminhamentos:** Aprova a minuta de resolução nº109 do CONDRAF, que incorpora os territórios rurais do Sertão Central de Pernambuco, no Nordeste; Território Central da Noroeste Paulista, no Sudeste ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais-PRONAT; Incorpora os municípios de Cariacica (ES), Rio Claro (RJ), Gonzaga (MG), Iapu (MG), Naque (MG) e Tamarana (PR) a territórios já existentes nos seus respectivos estados; autoriza a migração dos municípios de Capim Grosso e Alfredo Chaves, respectivamente dos Territórios de Piemonte da Diamantina e Território Montanhas e Águas do Espírito Santo, para os Territórios de Bacia do Jacuípe e Sul Litorâneo. Com relação à solicitação de novos territórios, responder aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis dos estados do Acre, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, no que tange à pertinência das solicitações desses novos territórios. Encaminhar consulta aos CEDRS, Delegacias e Territórios dos estados de São Paulo e Mato Grosso, com relação ao recorte das solicitações dos territórios do Vale do Paranapanema e Sul Matogrossense, por apresentar sobreposição de municípios já incluídos no Programa Territórios da Cidadania. Encaminhar ofício aos CEDRS e DFDA's dos estados do Ceará, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Amazonas, comunicando do não atendimento dos critérios à solicitação de novos territórios para essas unidades da federação. Relativo às propostas de Territorialização dos estados de Sergipe e Goiás, encaminhar a abertura de canal de diálogo com os governos desses estados e consultar os CEDRS e DFDA's. Encaminhar carta aos CEDRS e DFDA's dos estados de Minas Gerais, Amapá, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais comunicando o arquivamento das solicitações para a proposta de territórios dos Povos do Cerrado, Território VI e IV, Vale do Teles Pires, Alto Teles Pires, Médio Araguaia, Sul e Vale do Uruaia e Vale do Paracatu. Responder por meio de carta ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Pernambuco, que a solicitação de ampliação dos municípios que compõem o território Agreste Central nesse estado, necessita passar por um estudo técnico de viabilidade, em função do tamanho da solicitação. Relativo às solicitações de incorporação de Territórios Rurais de Grandes Cárceles (MT), Baturité (CE) e Apa Cantão (TO), para o Programa Territórios da Cidadania, responder a estes territórios indicando a necessidade de aprovação pelo Comitê Gestor Nacional, observando-se o Decreto Presidencial de 25/02/2008. Sr. Rodrigo reinicia às 14:40h, agradecendo a presença do Exmo. Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do **Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sesan – MDS) Arnoldo Anacleto de Campos**, destacando a presença do MDS, ressaltando que o Condraf vem envidando esforços para estabelecer diálogo com os principais ministérios, especialmente com os executores das políticas públicas para o campo, visando ao desenvolvimento rural brasileiro. Arnoldo Campos (MDS), justificou a ausência da Ministra Tereza Campello, ocorrida em função da demanda presidencial relacionada à redução de orçamento para o Programa Bolsa Família. Destacou a importância da integração na discussão de políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e que o MDA e MDS discutiram e avaliaram, recentemente, as políticas de combate à pobreza na área rural, de acordo com as premissas do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), tendo como desdobramento a construção de uma plataforma de desenvolvimento democrático, ora em consolidação no Brasil, desde 1988. Com a

Constituição, houve avanços e políticas no âmbito do desenvolvimento rural, inclusive se intensificando com o MDA, ampliando o debate da reforma agrária, da agricultura familiar, envolvendo os âmbitos federal, municipal e estadual. Diagnósticos realizados em 2003 e 2011 permitiram constatar a situação de extrema pobreza no campo e no espaço urbano. Com isso e as intervenções conjuntas entre MDA e MDS, foi possível mudar paradigmas, proporcionando vida digna a essas famílias. A diversidade brasileira no campo exige medidas, políticas e indicadores específicos, temos agricultores e assentados pobres e extremamente pobres. A primeira geração de políticas do Programa Bolsa Família (PBF), do Garantia Safra, do Programa Bolsa Verde (PBV), trouxe ações universalizantes, melhorando esses indicadores. As novas bases de dados permitiram novas tomadas de decisão, sendo possível constatar 1 milhão e oitocentos mil famílias enquadradas em públicos e identidades específicas, ciganos, faxinalenses, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, etc, possibilitando equipes a campo e o Mais Médicos, o Programa “Cisternas”, para 750 mil famílias, fomento, assistência técnica, entre outros. Com o Busca Ativa, identificou-se mais 400 mil famílias, que àquela época não constavam no Cadastro, permitindo a inclusão produtiva, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Benefício de Prestação continuada de Assistência Social (BPC), Bolsa Família, Aposentadoria Rural, Salário Mínimo, o PBV, o Garantia Safra, reduzindo significativamente a diferença no meio rural em relação ao urbano, se comparados os anos 2003 e 2010. Esse conjunto de políticas melhorou a renda dessas famílias, as condições produtivas, dos benefícios sociais, educacionais, acesso ao microcrédito, aos sistemas de saúde, consolidando uma trajetória de sucesso e reduzindo a extrema pobreza. Com o atual cenário, adverso e complexo, temos que continuar implantando essas políticas e, apesar de todos esses avanços, ainda há programas e políticas que não chegam à área rural com a mesma ênfase que na urbana e isso deve ser superado. **Debates:** Cristina Timponi Cambiaghi (AIPC/MDA) agradece a análise e sua importância para o debate interno e defesa dos avanços do governo, constatando os resultados do censo em relação à pobreza rural. Comenta que, apesar desses avanços, há contradições dentro do próprio Governo, com afirmações de que há 400 mil famílias que podem ser levadas a uma nova classe média rural e seria importante esclarecermos à que isto é atribuído. Francisca Cristina do Nascimento (Articulação do Semiárido - ASA) ressaltou os avanços no meio rural, impactando positivamente a vida e trajetória das famílias, possibilitando acesso à escola e à universidade, dando um novo horizonte e perspectiva de vida a este público. O Bolsa Família deve ser sustentado, pois, do contrário, há riscos de que milhões de famílias retornem à situação de vida anterior. Com esse propósito, a ASA e vários movimentos sociais, Contag, FETRAF, MST, Levante da Juventude, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizaram no dia 17 de novembro um ato público, com uma grande marcha em Petrolina/Juazeiro, mobilizando vinte mil (20.000) pessoas, unificando interesses em prol da reafirmação e necessidade de sua continuidade da promoção de políticas de acesso à água, às cisternas, aos programas PAA, PNAE, Garantia-Safra, entre outros, gerando a Carta de Petrolina, Semiárido Vivo. **Encaminhamento:** A coordenação sugere que a mesma seja reproduzida para os participantes. Jonas Dantas - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural do Setor Público (FASER), que comunicou a realização do 12º Congresso Nacional dos extensionistas, ocorrido em Bento Gonçalves (RS), entre os dias 23 e 26 de novembro, agradecendo o apoio do MDA e a presença do Ministro. Ressaltou que discutiram o desenvolvimento rural sustentável, o acesso à terra, a gestão pública das águas, sendo este último, negligenciado no meio rural. Reiterou a necessidade de permanência das políticas públicas conquistadas, bem como do empoderamento da população para garantir a sua conservação e continuidade e a necessidade de tratarmos o desenvolvimento rural sustentável além do foco produtivista, incluindo inclusão social, habitação rural, saneamento, o acesso e direito à água, integrando políticas. Expôs que a Extensão Rural Pública está falida, fazendo com que muitas organizações estejam desmanteladas financeiramente, exemplificando que na Bahia, a empresa de ATER pública foi extinguida, demitindo 1182 servidores. Germano de Barros Ferreira (Coordenador do Comitê de Juventude Rural do CONDRAF) mencionou que o Brasil Rural nos últimos mudou significativamente, contribuindo para o crescimento do país. Fez referência ao Plano Nacional para a Juventude Rural e sucessão rural, cuja constituição pela Presidenta Dilma e o Ministro Patrus e lembrou da importância que sua implementação esteja associada às políticas e programas governamentais do campo, além da educação do campo, o crédito, as políticas territoriais, ATER, Bolsa Família e, sobretudo, ter uma visão sistêmica e integrada desse debate da juventude rural, sem os quais, este não terá êxito. Destacou a importância de identificarmos saídas para a permanência dessa juventude no campo, chamando a atenção que 40% das escolas rurais foram fechadas (37.000 escolas), da reconstrução dos seus valores e de não exclusão dos jovens do campo. Falou da necessidade de incorporar o Plano Político Pedagógico nos Currículos das escolas, o tema agroecologia e a transição agroecológica, entretanto, diz ter ciência de que esta competência é do Ministério da Educação (ME). Amadeu Bonato (DESER) mencionou as profundas mudanças no meio rural, como a previdenciária, que foi uma conquista magnífica, trazendo uma nova cara ao mundo rural e os benefícios assistenciais da LOAS, mercadológicos do PAA, que segundo ele, pedagógica e estrategicamente, é fundamental que permaneçam. Sobre a ATER, mediante análise de duas chamadas técnicas (2011 e 2013), no campo da diversificação nas áreas de produção de tabaco e, considerando 500 famílias analisadas, mais de 10% da juventude retornou ao campo, reduzindo o êxodo. Porém, essas políticas devem estar mais integradas e articuladas, potencializando e consolidando o PAA, o PRONAF, a ATER, entre outros. A educação no campo deve garantir o jovem no campo, para tanto, há necessidade de fazer mudanças radicais, inclusive dos Currículos

Escolares, adaptando-a às necessidades. Alessandra da Costa Lunas (CONTAG) colocou o impacto positivo dessas políticas na vida das famílias, questionando como garantir as suas permanências, evitando retrocessos. Além dos programas já mencionados citou os específicos para mulheres na área de saúde, Minha Casa Minha Vida Rural, seguridade social, assistência social, soberania alimentar, especialmente em se tratando de um direito adquirido dessas populações e dos movimentos sociais, inclusive de criar uma frente para a seguridade social e tudo o que foi construído, com o apoio do MDS. Mencionou sobre o PRONARA, destacando que é inadmissível que oito ministérios sejam favoráveis à sua aprovação e apenas um contrário, e que tudo permaneça como estava. **Encaminhamento:** Propõe dar seguimento à sua aprovação e implantar as ações previstas com os oito ministérios que são favoráveis. Referiu-se ao desastre de Mariana e quais são as saídas e soluções, pois essas famílias perderam casas, produção e outras coisas. Pontuou a necessidade de rever a forma de intervenção no campo, agindo com o olhar rural, não urbano. Como exemplo, o PRONATEC, que é um Programa que deverá ser reestruturado de acordo com as necessidades dos agricultores familiares e alunos das escolas rurais. Joana Santos, da Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMR-MDA), ressalta as políticas públicas que tiveram avanços e êxitos com redução das desigualdades e da pobreza no meio rural, com a atuação do Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Cadastro Único, atingindo milhares de famílias e populações em vulnerabilidade como os povos tradicionais, quilombolas indígenas, mulheres, jovens, acrescentando (mais de 250 mil documentos em 2015), tendo, portanto, que permanecer. Lembra que, embora o corte orçamentário seja um limitante, essas estratégias devem ser ampliadas para os territórios e estados. Ricardo França, (Comitê de Assuntos Internacionais) citou sua participação na reunião dos Conselhos de Segurança Alimentar dos países de língua portuguesa e informou que o Brasil é visto como referência nas políticas sociais e do campo, contraditórias às políticas que se restringem a aumentar a produtividade, modernizar a agricultura, criar uma agricultura de exportação, de acesso às sementes melhoradas, insumos químicos e mecanização, caracterizando modelos diferenciados. Analisada a ocupação do território e o modelo de agricultura adotados em diversos países, esses parecem ser complementares, mas, por vezes, parecem contraditórios. Complementa indagando “qual é o nosso papel como técnico do MDA na perspectiva de contribuir com esses países irmãos”? **Proposta:** A partir da contextualização do Ano Internacional da Agricultura Familiar, que possibilitou avanços nesse âmbito, propôs a realização de “**Uma década da agricultura familiar**”, elencando temas como segurança alimentar e alimentos saudáveis, envolvendo políticas e ações correlatas. Esta proposta também é advinda da reunião dos países da CPLP e da REAF. Secretário José Humberto Oliveira (Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA) destacou o momento e a necessidade dos brasileiros defenderem as políticas públicas construídas e a importância da estratégia de intervenção, com visão territorial propondo que os colegiados poderiam ser fortalecidos nesse processo como espaço de articulação e intervenção. Mencionou os desafios na construção de novas políticas, que poderão dar maior sustentabilidade às conquistas obtidas, como o guia alimentar para a população brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde, que afirma que a alimentação saudável para o brasileiro é a produzida pela agricultura familiar. Citou a Conferência de Segurança Alimentar/MDS que enfatizou que alimento de verdade deve estar associado ao solo, ao meio ambiente, à juventude, à diversidade, às pessoas, à ocupação do meio rural. Ubiramar Bispo de Souza (Rede Nacional de Colegiados Territoriais) citou que em Valente (BA), o ex-Presidente Lula, reforçou os Territórios da Cidadania como ambiente que representa a diversidade brasileira para a implantação das políticas públicas, destacando que o MDS avançou, mas ainda não consegue direcionar ações com esse enfoque e que uma das medidas poderia ser a ampliação de sua atuação, inclusive qualificando o próprio cadastro. Há desafios associados às políticas públicas, o que foi tema do 10º Fórum Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que pressupõe novas políticas para o século XXI. Propôs relançar estes territórios, dando maior sustentabilidade a esse enfoque, dando um diferencial. Afirmou que em 2011, oi proposta para a Ministra Tereza Campello (MDS) a participação dos colegiados na busca ativa, especialmente em função da existência de 256 colegiados em 4300 municípios. Bruno Braga (INCR), sugere pensar sistemicamente as políticas para a agricultura familiar e os gargalos para a sua implementação, como a falta de mão de obra, os limites do mercado, questionando, quais são os desafios em nível macro da agricultura familiar do ponto de vista dos convidados. É a ATER? A educação? Insumo? Água, terra, recurso financeiro? Marcos Aurélio de Moraes Vasconcelos (Coordenador do Programa Minha Casa Minha Vida Rural e do programa voltado ao segmento organizado sem fins lucrativos urbano - Ministério das Cidades), mencionou a constituição do Grupo de Trabalho Rural e a evidência das diferenças das políticas públicas para o meio rural, ocorridas a partir de 2003, mas que o êxodo rural permanece. Citou programas, como o Programa Nacional da Habitação Rural e a necessidade de promover a integração destas políticas, melhorando a qualidade de vida dessas famílias em todos os aspectos, exemplificando os Kalungas, quilombolas, extrativistas, indígenas, pescadores ribeirinhos, pescadores artesanais e as comunidades do baixo Rio Branco, estas últimas, onde foram construídas 50 casas graças ao apoio da Marinha para transportar os materiais necessários. O referido programa iniciou com 30 mil unidades em 2009 e 2010, atingindo 157 mil unidades até 2014, inclusive em parceria com o MDA, notadamente nos assentamentos. Outro êxito foram as 40 mil cisternas, construídas conjuntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural. **Devolutiva:** Sr. Arnaldo Campos (MDS) cita que a estratégia governamental é qualificar as condições de acesso aos serviços, politizando e discutindo qual é o desenvolvimento rural desejado, ampliando a

oferta e qualidade dos alimentos, sabendo sua origem e melhorando a renda desses produtores, o que concretizaria a mudança de paradigmas, facilitando a sua consolidação. Deve-se considerar novas tecnologias, o reaproveitamento alimentar, entre outros aspectos, como o conhecimento acadêmico e popular, a recuperação da Embrapa, as compras governamentais, os setores privados, as cadeias produtivas e outros segmentos da indústria, ampliando o leque de parceiros. Devemos disputar os nossos ideais, escrevendo o que aspiramos da história. Foi destacado que unificar essas políticas é um enorme desafio, em função do ambiente de disputa, reafirmando a importância do CONDRAF ampliar o diálogo com o CONSEA, construindo defesas e unidades e evitando ameaças. Existem unificações organizacionais fortes como a ASA, a CONTAG, o MST, Via Campesina, mas, na intervenção da agricultura familiar com base econômica, há sérios limites. Existem espaços para empreendedores coletivos e individuais e um conjunto de soluções possíveis, resta direcionar essas ações que foram implantadas na agricultura familiar, possibilitando uma maior sustentabilidade econômica, caso contrário, haverá retrocessos, pois os fatores externos são mais fortes. Essa é a maior lacuna no meio rural, além da ampliação do diálogo unificado nas várias áreas. **Exmo. Ministro Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Presidente do Condraf**, Destaca a importância de defender as políticas públicas que foram conquistadas, o PAA, Pronaf, segurança alimentar e nutricional, infraestrutura, saúde, moradia, educação, o Minha Casa e Minha Vida Rural, acesso aos mercados, ressaltando a integração entre MDS e MDA e a construção de novas políticas para o campo. Os territórios micro, meso, macro, configuram espaços de sinergia para implantação de políticas, por agregarem diferentes setores e esferas, enfatizando os enfoques ambientais, sócio culturais e econômico, caracterizando um potencial para o desenvolvimento regional, sem que haja perda de vista do projeto de desenvolvimento nacional. A questão da água é importante e é um desafio e deve ser tratada como uma questão pública, nacional, de vida. Há que discutir a questão da função social da terra, dos limites das propriedades, considerando as exigências superiores de direito à vida e das gerações futuras. Mencionou mudanças que estão previstas no sistema educacional e necessidade de tratar a educação no campo não com o olhar urbano, mas, valorizando a relação com a floresta, com a natureza, com a terra e a água, ampliando os conhecimentos da área humanística. Quanto aos riscos e retrocessos nas políticas conquistadas, a seguridade social, o que está previsto na Constituição, previdência, assistência e saúde, segurança alimentar deve-se garantir a sua permanência. Destacou que no país existe uma força viva e que temos que demarcar com mais clareza para o que nós viemos, deixando claras as nossas convicções, causas e valores, delimitarmos o nosso campo para continuar lutando pelo o que acreditamos e pensamos, unindo todas as forças que temos, os movimentos sociais, governos, universidades, entre outros setores. Rodrigo Amaral agradece a exposição, mencionando, novamente, a importância da participação do MDS nas reuniões do CONDRAF. Relativo aos debates da 2ª CNATER, ressaltou a vinculação e o papel da ATER na implantação de políticas e estratégias para ampliar a produção de “comida de verdade, agricultura familiar e alimentos sustentáveis”, tão mencionados nessa oportunidade. Destacou, igualmente, a importância de acionar a rede da segurança alimentar para participar das Conferências Estaduais e Territoriais de ATER, ora em curso. Iniciou contextualização acerca da indicação de um representante da sociedade civil titular e suplente, indicados pelo MDA (CONDRAF), conforme previsto no Art. 5º do Decreto Nº 8.252, de 26 de maio de 2014, para compor o Conselho Fiscal da Agência Nacional de ATER (ANATER), ressaltando que é importante que os indicados conheçam a Política Nacional de ATER, mas, prioritariamente, dominem a área fiscal. Complementou expondo que o referido Decreto, no seu Art. 16, prevê que a Agência apresentará, anualmente, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, o relatório de execução previsto no contrato de gestão com, no mínimo, a prestação de contas anual, avaliação geral do desempenho da entidade, análises gerenciais e que, no dia 15 de março de cada ano, o Ministro deverá encaminhar ao CONDRAF o referido relatório para apreciação. Paulo Guilherme Francisco Cabral, futuro presidente da ANATER, agradeceu o apoio do CONDRAF para a construção e implementação da Agência⁸³, reiterando as palavras colocadas pelo Ministro, falando da importância do estatuto, que é o documento de constituição, permanente e estruturante da agência e sobre o contrato de gestão, que caracteriza o acordo temporário entre as partes – União, representada pelo MDA e, ANATER. Acrescentou que esses documentos, somados ao Decreto e à Lei que a institui, são os marcos regulatórios a serem seguidos e que os enviará ao CONDRAF, para conhecimento, mencionando que a agência é contratada pela União, à luz do referido contrato⁸⁴ e que o seu orçamento anual depende da disponibilidade financeira do MDA. A Anater é um serviço social autônomo, com regras próprias e de direito privado, o que possibilita melhor dedicação e maior liberdade para criar novos instrumentos, como as regras de contratação de serviços, sistema de monitoramento e avaliação, definição e aferição de indicadores, pagamento dos serviços mediante resultados apresentados. Tais instrumentos terão que ser construídos em 2016. Destaca que as diretrizes e metas elaboradas pelo MDA, ou por outro Ministério que venha a querer contratar serviços de ATER, devem estar claras e compor o referido contrato de gestão, o que será elaborado em 2016. Por exemplo, sobre o tema intervenção com enfoque de territorialidade, não há como contratar serviços e medir resultados se a orientação

⁸³ O tema não estava previsto na pauta oficial da reunião.

⁸⁴ O contrato de gestão possui validade de 4 anos e tem diversos anexos que podem ser alterados anualmente, à medida do necessário.

não for territorial. Para uma intervenção eficaz, a ANATER deverá conhecer a realidade das famílias, o público que será assistido, os prazos para execução e atingimento dos resultados previstos. A transição agroecológica é outro exemplo de política sobre a qual é preciso construir indicadores como, por exemplo, o número de famílias e o estágio que elas se encontram em relação à transição, assim como a produtividade, a renda, entre outros possíveis indicadores. Todas essas e outras informações deverão constar nos contratos. Levantar esses dados fará toda a diferença e promoverá maior concretude nos resultados. Ademais, entende que a adesão concreta e efetiva dos produtores aos serviços prestados se dará mediante contrato estabelecido com as organizações sociais às quais eles estão associados. **Informes:** A sede da Agência será no Palácio da Agricultura, no 7º andar e a primeira reunião do Conselho de Administração da ANATER, que é formado por 10 pessoas, irá analisar e aprovar o estatuto, definir o contrato de gestão, o número do quadro de pessoal, composição da diretoria, do Conselho Fiscal seguido de registro no cartório e todos os procedimentos necessários para constituir formalmente a Agência. Em breve o Conselho Assessor Nacional reunir-se-á. Germano de Barros Ferreira (Serta) solicitou esclarecimentos quanto aos avanços das discussões sobre a ANATER e Dater quanto aos tópicos concernentes à gestão da Agência e relação com esse Departamento. Sarah Luiza Moreira (Contag) questionou o fato do conselho da ANATER ter majoritariamente pessoas do sexo masculino e reforçou a necessidade de haver participação feminina, enfatizando a importância do recebimento dos relatórios de gestão da agência, por parte do CONDRAF. Citou a Marcha das Margaridas, onde foi refletido essa questão. No caso da ANATER, como serão pensadas as políticas de ATER para mulheres? Haverá abertura para esse debate, para esse diálogo? **Proposta:** Indicar ao Conselho Fiscal uma mulher. **Devolutiva:** Paulo Guilherme Francisco Cabral (ANATER) reitera que essa relação entre ANATER e Governo – MDA e INCRA está clara na Lei e no Decreto da ANATER, sendo o papel da Agência o de implementar a política e o do governo e ministérios de formular a política, onde o governo é o contratante e a ANATER, a contratada. Logo, é atribuído ao governo a definição de diretrizes e formulações, que estarão contempladas nesse contrato de gestão a ser assinado pelo MDA, guardião da política, enquanto representante da União. Se houver interesse de outros ministérios nas ações de ATER, as demandas deverão ser consolidadas e aditivadas ao contrato. Com esse novo horizonte, é necessário ter maior capacidade de aprimoramento e elaboração, de ambas as partes. Rodrigo Amaral (CONDRAF) destaca que caberá à Diretoria de Mulheres, então, o papel de formular as políticas voltadas a esse setor, ficando a ANATER, incumbida da execução. **Nova devolutiva:** Paulo Guilherme Francisco Cabral (ANATER) menciona que tanto INCRA quanto MDA devem consolidar uma visão geral e aprofundada, ponderando as demandas e resultados esperados dos agricultores, estabelecendo uma relação horizontal, na qual esses atores manifestam seus interesses. Os biomas são diferenciados, assim como as demandas dos agricultores e isso é primordial considerar. Esclareceu que a Contag possui um assento titular e um suplente na ANATER, que é a Alessandra, podendo haver alternância, garantindo espaço para as mulheres. José Alberto de Lima Ribeiro (Monape) questionou a estrutura da ANATER, afirmando que a mesma é patriarcal, levantando a necessidade do tema gênero ser mais aprofundado, criando instrumentos, modificando e deixando legados. Joana Santos (DPPMR-MDA) reforçou que o importante é ter uma visão política que direcione às questões de gênero e participação e que, mesmo havendo uma Diretoria de Políticas para as Mulheres do MDA, há que garantir uma assistência técnica voltada à essa realidade, bem como a possibilidade de contribuir na formulação e elaboração de políticas públicas de ATER. Rodrigo Amaral colocou que a questão da paridade não foi prevista no Conselho de Administração, mas que cabe à cada organização pública ou da Sociedade Civil indicar mulheres ou não para essa composição. Destacou que o CONDRAF, por meio do Comitê de Ater, discutiu exaustivamente o estatuto e o contrato de gestão, inclusive garantindo esse espaço de pensar a política, de formular a política, como ambiente e competência de governo. Cabe reforçar à Diretoria de Mulheres, ao Dater, à Assessoria de Juventude, à Coordenação Geral de Povos e Comunidades Tradicionais, ao Incra, à pesca artesanal esse novo papel e espaço, competindo ao CONDRAF as contribuições de monitoramento e garantia do controle social nas ações da ANATER. **Proposta:** A ANATER poderia repensar a própria composição, considerando a participação central das mulheres. Quanto ao Conselho Fiscal, podemos ter um indicativo considerando a presença feminina, representando a sociedade civil, propondo para o segundo dia o fechamento de uma lista de nomes, a ser remetida ao Ministro. Paulo Guilherme Francisco Cabral (ANATER) retomou a palavra complementando que o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento indicaram mulheres para o Conselho Fiscal. Rodrigo Amaral colocou que as organizações que compõem o Conselho Assessor Nacional serão indicadas pelo CONDRAF e Comitês, o que poderá facilitar essa participação. Logo, encerrou a reunião expondo horário e pauta para o segundo dia, apresentando números concernentes às conferências territoriais, até o presente momento. **Segundo Dia.** Rodrigo Amaral retoma a pauta de discussão, iniciando a ordem do dia com informes da Comissão Organizadora Nacional (COM) da 2ª CNATER, apresentado por Cláudio Oliveira e Milena Araguaia, ambos da equipe da 2ª CNATER. Foi mencionada a composição da equipe de consultores contratados, regionais e nacionais, seguido da exposição da agenda da 2ª CNATER: a) reunião da CON a realizar-se no dia 4 de dezembro e das duas subcomissões (Mobilização e Metodologia e Conteúdo); a programação; o formato do evento (espaços físico e atividades culturais, exposição de produtos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária); a agenda das conferências previstas, que culminarão com a Conferência Nacional. Foi citado o status das conferências já realizadas, sendo 83 territoriais, atingindo 6.484 pessoas em 15 estados, além de 122 conferências já agendadas e 58 sem agenda

definida, totalizando 263 eventos. Foi observado que toda a sexta feira, às 15h já existem videoconferências pré-agendadas, envolvendo toda a equipe 2ª CNATER, frisando que as mesmas estão abertas à participação dos interessados. Rodrigo Amaral (CONDRAF) afirmou que a conferência está bem avançada nas etapas territoriais. Entretanto, existem pendências em relação à organização da etapa nacional, como licitação, processo de sistematização, etc. Citou que os consultores, apesar de não participarem de todas as conferências, estão apoiando as COEs, da mesma forma os delegados do MDA, que deverão organizar uma Comissão para esse apoio. Amadeu Bonato questionou a existência das COEs em todos os estados e os calendários das conferências. **Encaminhamento:** Rodrigo Amaral retornou que o consultor Cláudio atualizará essas informações e as repassará a todos. **Informes:** Rodrigo Amaral: a) A CON solicitou informações sobre o processo ocorrido no Paraná, anteriormente à definição dos eixos apontados pela CON e o fato da Conferência de ATER ter ocorrido concomitantemente à Conferência de Segurança Alimentar. Uma análise está sendo feita do material enviado, que será submetido à CON. Existem casos, como Amazonas e Amapá que, por dificuldades com o Governo do Estado, as conferências não foram convocadas. Na ocorrência de impossibilidades em outras localidades, essas deverão justificar-se perante à CON, propondo outras datas; b) há situações, especialmente associadas às questões políticas e financeiras nos estados, que dificultam a realização de conferências. O limite de data das Conferências Estaduais é 15 de abril e estão confirmadas, até o momento, Roraima e Goiás. **Concerne à**

Apreciação da Resolução que altera o Regulamento Operativo do Fundos de Terras proposto pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, Secretário Nacional de Reordenamento Agrário do MDA (SRA/MDA) – Citou as resoluções que alteram: a) o regulamento operativo do Fundos de Terras propostas pelo Comitê Permanente do Fundos de Terras e Reordenamento Agrário e; b) manuais de operação de linhas de crédito. Foi relatado um breve histórico, destacando o envolvimento do Governo Federal, os Governos Estaduais e as organizações sociais, em particular, do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais e da agricultura familiar, quais sejam: a) resolução que aprova alterações aos art. 28, 39 e acrescenta o Art. 66 ao Regulamento Operativo do Fundo de Terras, em decorrência dos novos tetos de renda e patrimônio no PNCF introduzidos pelo decreto Nº 8.500⁸⁵ de 2015 e, b) resolução que altera os manuais de operação das linhas CPR-SIB, CAF, NPT e CPR-SIC, em decorrência dos novos tetos de renda e patrimônio no PNCF, ambas buscando o aprimoramento do PNCF, visando à reestruturação e celeridade desse Programa. Colocou a necessidade de articulação e aproximação entre os Planos de Desenvolvimento Territorial e locais, os Colegiados Territoriais e os projetos que são aprovados pelo Crédito Fundiário. Há um leque de matérias complexas, como: a) negócio imobiliário de um imóvel rural com plena segurança jurídica; b) comprovações necessárias por parte do tomador do crédito. Comparou as políticas governamentais como o Minha Casa Minha Vida Rural, que carrega uma decisão do Governo Federal na qual todos os investimentos na habitação possuem volume superior em relação aos PNCF. Até agosto de 2015, os valores do PNCF se encontravam há 17 anos defasados, estando os específicos para a habitação na faixa de R\$ 17.000,00. Com o Decreto, os limites do PNCF passaram para R\$ 30.000,00; foi estabelecido um novo perfil de renda para o beneficiário, passando de R\$ 15.000,00 para R\$ 30.000,00 a receita bruta da atividade rural. Há polêmicas quanto à receita bruta das atividades, pois, na prática, o que sobra é a renda líquida, que é apurada a partir da receita global menos as despesas, decorrendo em complicações operacionais, onde, anteriormente, a apuração da renda era declaratória e, com essa alteração, parte é declaratória e parte será apurada⁸⁶. No crédito para o patrimônio, este passou de R\$ 30.000,00 para R\$ 60.000,00, podendo chegar a R\$ 100.000,00⁸⁷ e, promovendo um ganho adicional quando se trata da sucessão na propriedade do imóvel e, este, é objeto de partilha de herança. No caso, os herdeiros poderão se utilizar do financiamento do Crédito Fundiário para comprar a parcela dos demais herdeiros, evitando assim, que o imóvel seja vendido a terceiros e fique sob exploração de um dos membros da família. Embora as organizações sociais tenham aprovado por unanimidade a resolução, há desacordo em relação à não excepcionalização da casa de moradia para fins de verificação do teto de patrimônio, considerando todo patrimônio de qualquer natureza, inclusive a casa de moradia, o que para os movimentos sociais impede que um cidadão em situação de pobreza que tiver acesso ao Minha Casa Minha Vida possa se enquadrar no Programa. Também há discordância com relação à apuração da renda⁸⁸. Contudo, essas mudanças foram vitoriosas e o debate será aprofundado na tentativa de equacionar as questões polêmicas. Para agilizar os trâmites das propostas, os novos

⁸⁵ Lançado pela Presidenta Dilma, por ocasião da Marcha das Margaridas, anunciando o atendimento dessa reivindicação que, no ambiente de aprimoramento do programa, enquadra o público que é elegível para o Crédito Fundiário.

⁸⁶ Após longo processo de discussão no Comitê Permanente do Fundos de Terras e Reordenamento Agrário foi definido que a apuração da renda líquida da atividade rural será de competência da rede que emite a DAP.

⁸⁷ Desde que 80%, majoritariamente, desse patrimônio de R\$ 100.000,00 seja constituído pelo imóvel que está sendo objeto do negócio.

⁸⁸ Renda social e previdenciária, que é considerado no momento de fazer a apuração da renda da família. Com a expansão da previdência, há maior acesso aos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais, comprometendo o enquadramento no PNCF.

instrumentos e documentos serão exigidos somente a partir de 31 de janeiro de 2016. E em situações em já existe um trâmite, o crédito poderá ser contratado com base na declaração anterior, não implicando em ilegalidade ou desenquadramento. Jonas Dantas (FASER), solicitou esclarecimentos quanto ao § 4, “a declaração falsa de patrimônio de benefícios sociais e demais rendas aferidas submete às penalidades da lei” e em relação às “rendas provenientes, as desenvolvidas nos estabelecimentos e fora dele”. **Devolutiva:** Adhemar Lopes de Almeida (SRA/MDA) informa que as penalidades para falsas declarações são para validar e reafirmar que a declaração do cidadão tem força, decorrendo em punições em caso de informações infielis. Quanto à renda na propriedade e fora dela, foi necessário manter o enquadramento da família em situação de pobreza, conforme limites estabelecidos pelo Bolsa Família. Porém, independente da origem dessa renda, considerou-se trabalhos extra agricultura, analisando que o público do PNCF financia trabalhadores rurais, assalariados, não necessariamente agricultores familiares. Raquel Sartori (SRA) destacou que, em 2013, foi aprovado um novo regulamento operativo e novos normativos e, por orientação da consultoria jurídica, não é necessária a repetição de artigos e incisos que justifiquem as mudanças nas resoluções. Já o Manual Operativo, por ser mais complexo, detalha a redação do regulamento. **Encaminhamentos:** Rodrigo Amaral (CONDRAF) submete à aprovação a resolução que aprova alterações aos art. 28, 39 e acrescenta o Art. 66 ao Regulamento Operativo do Fundo de Terras, em decorrência dos novos tetos de renda e patrimônio no PNCF introduzidos pelo decreto Nº 8.500⁸⁹ de 2015 e, b) resolução que altera os manuais de operação das linhas CPR-SIB, CAF, NPT e CPR-SIC, em decorrência dos novos tetos de renda e patrimônio no PNCF, introduzidos pelo decreto Nº 8.500 de 2015, que, serão publicadas no Diário Oficial, estando o Plenário do CONDRAF de acordo. Rodrigo Amaral (Secretário do Condraf) referente ao **Planejamento do CONDRAF - 2016** mencionou a proposta de realização de uma Oficina, que terá apoio de um facilitador. O objetivo é possibilitar aos conselheiros que discutam os rumos do CONDRAF, definam os temas prioritários a serem tratados em 2016. Com isso, espera que, ao final do ano, seja possível visualizar com maior clareza as contribuições que o Conselho possibilitou para a política de desenvolvimento rural sustentável. A intenção é iniciá-la com uma análise da conjuntura e possíveis cenários, tanto político como para o desenvolvimento rural. Abriu a palavra para que as expectativas sejam expostas, assim como uma breve avaliação. Jean Marc Von Der Weid (AS-PTA), coloca que a Oficina será importante para definir as linhas mestras para o CONDRAF. Em uma breve avaliação citou que, anteriormente, houve momentos intensos de debates e, de repente, essa dinâmica foi se esvaziando, lembrando que houve colocações quanto à capacidade de operacionalização do governo, frente às demandas expostas pela sociedade civil, gerando uma certa dependência de alguns setores da sociedade civil em relação a este. Ponderou sobre as reuniões mais recentes, que possuem caráter mais informativo. Próximo do final do segundo Governo do Lula houve mudança nesse aspecto, passando os encontros a terem caráter mais participativo, em que se discutia no Comitê de ATER as questões referentes aos serviços contratados de ATER, que acabaram repercutindo na 1ª CNATER, aproximando mais a referida Lei e sua implementação. Destacou que acha que o CONDRAF possui uma estrutura pesada e vem reunindo-se para discutir uma infinidade de questões que não foram resolvidas em outro lugar. Exemplificou com o GTO, surgido do CP de ATER, ambiente exitoso e que discutiu proposições concretas para agroecologia nas chamadas de ATER. Avalia que o Conselho deverá ter maior agilidade e sair das superficialidades. Jonas Dantas (Faser) destacou que o planejamento é um instrumento político e dinâmico e que o CONDRAF deve se comprometer com a sua construção e operacionalização. Wiliam Clementino da Silva Matias (Contag) citou que com a reestruturação do MDA, o papel do CONDRAF e da sociedade civil no âmbito da construção, na formulação, no debate de políticas públicas deve estar claro, caso contrário, o desestímulo à participação continuará. Ubiramar Bispo de Souza – Mazinho (Rede Nacional de Colegiados Territoriais), mencionou a importância de resignificar o Condraf e a necessidade de haver orçamento próprio para as suas necessidades. Marciano (Via Campesina) colocou que o planejamento deverá considerar a discussão da interlocução do campo com a cidade. Em uma análise conclusiva, foi exposta a importância de mudar o escopo das reuniões do CONDRAF, especialmente visando à qualificação dos debates e reduzindo o seu caráter informativo, reforçando a necessidade de articulação de políticas públicas, que vem sendo atribuído ao CONDRAF. **Encaminhamentos:** Fica como indicativo a realização, nos dias 24 e 25 de fevereiro, de uma Oficina, com o apoio de um (a) moderador (a), na qual será realizada análise conjuntural nacional para a definição dos temas que o Conselho pretende debater, bem como definir o calendário do Condraf de 2016. Leticia Mendonça (Assessoria Gabinete do Ministro) **Exposição: Seminário “A Política Nacional de Irrigação e a Agricultura familiar” – Informe do Comitê de Desenvolvimento Territorial**”. Repassou os informes do seminário sobre a Regulamentação da Política Nacional de Irrigação, ocorrido nos 10 e 11 de outubro e que contou com a participação de várias instituições do setor público e movimentos sociais ligados ao tema. Em sua exposição, tratou da Lei 12.787 do Ministério da Integração Nacional, que institui o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação, e que substitui a lei 6.672 de 1979. Ela considera a figura do agricultor irrigante familiar como beneficiário dessa política e institui a modalidade de Projeto Público de Irrigação de Interesse social. O MDA, por meio do CDT, realizou o debate para o levantamento das críticas e contribuições acerca

⁸⁹ Lançado pela Presidenta Dilma, por ocasião da Marcha das Margaridas, anunciando o atendimento dessa reivindicação que, no ambiente de aprimoramento do programa, enquadra o público que é elegível para o Crédito Fundiário.

do processo de regulamentação. Traz a trajetória das discussões ocorridas entre o Ministério da Irrigação (MI), Incra e MDA sobre a universalização do uso sustentável da água para produção na agricultura familiar e reforma agrária; projetos públicos de irrigação integrados ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais; sustentabilidade ambiental por meio da produção agroecológica; diversificação de fontes de água para irrigação incluindo obras de infraestrutura hídrica de usos múltiplos; apoio à assistência técnica e extensão rural com desenvolvimento de tecnologias adaptadas a agricultura irrigante familiar com base agroecológica; assegurar uma gestão democrática e participativa da Política Nacional de Irrigação por meio da criação de um Conselho Nacional de Irrigação. Analisa que esse debate é um campo de disputa, e que é preciso interferir nessa Política Nacional de Irrigação, conquistando espaço para a agricultura familiar e a reforma agrária. **Debates:** Valter Carvalho (ASSOCENE) questiona a caracterização de dois tipos de irrigação, que vem sendo utilizada pelo MDA, a concentrada e a difusa, ressaltando que, em muitos locais, principalmente no Rio Grande do Norte, se utiliza a difusa, que são obras de captação de água para uso humano junto às chamadas agrovilas, e que seria interessante o INCRA regulamentar esse tipo de proposta. **Encaminhamentos:** Elaboração de uma proposta de regulamentação, que está em fase de finalização no MDA/Incra, com as contribuições dos movimentos que participaram do seminário. Previsão de finalização da discussão até o dia 10 de dezembro, para envio da proposta final pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário ao Ministro da Integração Nacional até dia 13 de dezembro. **Plano de Juventude e Sucessão Rural:** Luiza Dulci – Assessora de Juventude Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. **Exposição:** Luiza Dulci, da Assessoria de Juventude do MDA esclarece inicialmente a importância de compartilhar com o pleno do CONDRAF a construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a partir da resolução que delegou para o comitê de juventude sua elaboração. A Presidenta Dilma anunciou que quer lançar o Plano no próximo ano junto com o Plano Safra, como estratégia fundamental para o enfrentamento das condições de êxodo da juventude rural, destacando a necessidade de uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e sua permanência no campo, articulando as políticas públicas existentes, no desafio da sucessão rural da agricultura familiar e camponesa. A ideia é envolver outros órgãos do Governo Federal nessa construção e o Comitê de Juventude terá como papel coletar as informações, sistematizá-las e fazer um diálogo com os movimentos sociais a fim de fortalecer todo o processo. Segundo Luiza, a discussão de fundo que importa no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural é a necessidade de uma definição do público que se quer abordar, deixando claro o direcionamento para o campo da agricultura familiar e camponesa. Conforme esclarecido, o plano estimulará planos estaduais e territoriais e sua vigência acompanhará o PPA 2016-2019. Destaca a elaboração de um diagnóstico que será realizado pelo IPEA e SAF, construindo uma base de dados atualizado do perfil dessa juventude rural, utilizando DAP, CADÚNICO e RAIS, além de um edital que buscará elencar artigos acadêmicos que versem sobre a temática nos eixos propostos. A ideia é aproveitar o modelo do edital do Margarida Alves, da Diretoria de Mulheres, e homenagear uma jovem mulher rural como um marco desse processo. Informa que a 3ª Conferência Nacional de Juventude, prevista para acontecer em dezembro, será um momento fundamental para fortalecer essa construção. Segundo Luiza, foi feita mobilização, junto à Secretaria Nacional de Juventude, para garantir a aprovação de uma resolução que colocava a discussão do plano como um dos eixos a serem tratados em conjunto com o estatuto da juventude. Acrescenta a contribuição das delegacias do MDA, Nedet's e Colegiados Territoriais, na mobilização das conferências territoriais e que estão atualmente em um esforço grande de sistematizar todo o material oriundo dessas conferências. Relata que o plano está sendo construído baseado no PLANAPO, no PNJ e no PNDRSS e acentua a necessidade da criação de instrumentais para o seu monitoramento e acompanhamento. Considera fundamental amarrar o plano em fontes e ações orçamentárias e que as propostas oriundas das conferências territoriais e estaduais estão sendo sistematizadas, a partir das pautas dos movimentos sociais, correlacionando com as temáticas direcionadas no recorte de Terra e Território, Trabalho e renda (agroecologia ATER), Educação do Campo, Qualidade de Vida e Participação e Democracia. Reitera que o eixo de educação no campo só terá efetividade se forem pactuadas no âmbito do Governo ações para esse tema, visto os desafios colocados no Plano Nacional de Educação para o segmento rural. Tem como propósito lançar o plano até o lançamento do Plano Safra, considerando ousada a data, mas pondera que a equipe da assessoria está se utilizando de todos os instrumentos de mobilização para cumprir com a data. Relativo aos comitês do Condraf, a ideia é fazer uma oficina de trabalho com a participação de outros comitês, com o objetivo de fazer uma primeira análise da versão inicial do plano. Principalmente no que se refere ao recorte das mulheres, e povos e comunidades tradicionais como eixos. Destaca a Chamada Pública de ATER para Juventude Rural, lançada em abril de 2015, como uma oportunidade de atender 22.800 jovens em 23 estados da federação, com um investimento total de R\$ 110.000.000,00. A chamada está sendo aproveitada para pensar a capacitação das entidades que atuam com o PRONAF Jovem, e verificar como está sendo o acesso da juventude ao Pronaf. Comunica também o resultado parcial do edital da Fundação Banco do Brasil e BNDES de apoio às cooperativas e associações de jovens. Esse edital foi publicado também em abril, os dois foram lançados no Festival da Juventude de Contag. Situa a ampliação da equipe de assessoria de Juventude do MDA, como uma conquista e como a importância estratégica que esse tema tem para o MDA. **Debates:** Sr. Helbert Danilo Freitas (SEBRAE) informa sobre um acordo de cooperação Sebrae/MDA, que envolve a juventude rural, e considera interessante haver uma articulação, por parte da assessoria, para o fortalecimento desse projeto nos

estados. Marcos Carvalho (Ministério da Integração Nacional) questiona se, no primeiro eixo, de participação e democracia, presente no plano, as organizações sociais estariam presentes, pois considera um tema importante a ser desenvolvido. Um outro eixo que aponta como fundamental, para estar presente no plano, é o de inovação e tecnologia, visto que uma nova linguagem deverá ser trabalhada com a população jovem do meio rural. Sarah Luiza (CONTAG) parabeniza o trabalho realizado pela Assessoria de Juventude do MDA e afirma que a Marcha da Margaridas fez um exercício no diálogo do tema de juventude com as mulheres, e que considera um subsídio importante a ser utilizado e se dispõe a contribuir nessa construção. Amadeu Bonato (DESER) felicita toda a equipe de Assessoria da Juventude pelo trabalho, ainda que pontue essa demanda como algo que vem com atraso dentro das políticas públicas implementadas para os jovens do meio rural. Preocupa-se com o prazo de discussão para os comitês acerca do plano, em função do período de janeiro e fevereiro não favorecer uma agenda de reuniões dos comitês. Chama a atenção para o vínculo juventude e sucessão rural, pois analisa que não se deve vincular uma coisa à outra, e que a questão da sucessão está ligada à sucessão na família. Inclui a problemática de gênero na juventude na agricultura familiar, em função de um êxodo maior por parte das mulheres. Ressalta que o plano deve considerar também os jovens que estão voltando, e destaca que, em sua grande maioria, são os homens que estão voltando. Marcelo Justo (SDT) destaca em sua fala a necessidade de cada vez mais essa temática se apresentar nos grandes centros urbanos, a exemplo da Grande São Paulo, que apresenta um percentual alto de jovens que se situam no meio rural. Germano de Barros fala do desafio de construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Destaca que, no PPA 2016-2019 do MDA, o setor de juventude já aparece com algumas metas, o que considera um avanço, frente ao PPA anterior. Ressalta a importância de o plano dialogar com as demais políticas da agricultura familiar e principalmente com a 2ª CNATER, PNDRSS, PLANAPO, para que ele não se torne um instrumento isolado do conjunto dessas políticas. Postula o CONDRAF como espaço para qualificar o debate da integração dessas políticas e, portanto, todas as recomendações e críticas surgidas ao longo desse período serão importantes para a incorporação no plano. Rodrigo Amaral (CONDRAF) ressalta a dificuldade de reunir os comitês no período destacado para as oficinas de intervenção ao plano. **Encaminhamentos:** Encaminhar a primeira versão do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural para os Comitês de Mulheres e Povos e Comunidades Tradicionais e demais comitês do CONDRAF— janeiro de 2016, com análise e retorno até 15 de fevereiro; participação de um representante/a por comitê na oficina de análise do Plano, a ocorrer entre 15 a 19 de Fevereiro, com indicação do nome até 01 de fevereiro de 2016. Em relação à pauta, informe do Grupo de Trabalho para tratar da **Reformulação do CONDRAF: Exposição:** Apreciação da resolução que prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do GT, Alessandra Lunas e Germano Barros apresentaram ao pleno do Condraf a proposta do GT de Reformulação do Conselho. A referida proposta sugere que o conselho permaneça com o seu caráter consultivo, que a sua presidência fique sob responsabilidade da sociedade civil, com o tempo de mandato da organização eleita de 4 anos, sem restrição de recondução e, caso novamente eleita, que o tempo de mandato dos conselheiros/as seja de 4 anos, com possibilidade de recondução por mais um período; que o tempo de mandato do(a) Presidente(a) seja de 2 anos, com possibilidade de apenas 1 reeleição. Quanto à sua composição, sugere 26 integrantes da sociedade civil (61,9%) e 16 representantes do Poder Público (38,1%). Foi sugerido incluir no Decreto o(a) Presidente(a) da ANATER como convidado(a) permanente, além de outras autarquias e órgãos, como: EMBRAPA, CONAB, ANA, SUDENE. Quanto à forma de escolha de representantes do Pleno, foi proposta a realização de eleição a ser convocada por meio de abertura de edital, sendo redigido por comissão composta de conselheiros(as) e Secretaria Executiva do CONDRAF. Em relação à sua estrutura, foi proposta a criação de uma Secretaria Geral, a ser exercida pelo Ministro do MDA e Mesa Diretora, integrada pelo Presidente, Secretário Executivo e Secretário Geral do Conselho e, quando couber, estender o convite aos Coordenadores dos Comitês Permanentes. Ademais, foi proposta a redução do número de Comitês Permanentes, associando os seus propósitos aos eixos do PNDRSS, o que também é coerente com o Planejamento Estratégico do MDA, qualificando, assim, o monitoramento das ações nele previstas. Foi proposta uma tabela relacionando os eixos do PNDRSS e alguns temas a serem debatidos por estas instâncias, ficando o tema da Gestão e Participação Social a ser tratado transversalmente. O GT propôs a criação de um Fórum dos Conselhos Estaduais, porém, sem representação no Pleno do Conselho. Foi destacada a relevância de o CONDRAF assumir um papel mais político, como acompanhamento de políticas-chave para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a exemplo da política de ATER (PNATER), do PNDRSS, além da previsão da realização a cada quatro anos, da CNATER e da CNDRSS. **Debates:** Jonas Dantas (Faser) questiona o local da Faser nesse novo contexto, a importância do debate e da realização de um planejamento como um instrumento político e dinâmico do Conselho, em função de um esvaziamento constatado nesse período, bem como o papel dessas entidades no CONDRAF, ressaltando a importância de democratizar a participação. Elisa Guaraná (Coordenadora de Apoio a Gestão Territorial) parabenizou o trabalho realizado pelo GT, principalmente por apresentar uma proposta onde há peso maior da sociedade civil nos espaços do Conselho. Considera um risco a proposta apresentada de representações das entidades civis sem fins lucrativos a partir da caracterização de regiões ou biomas. Ressalta a necessidade de ampliação desse debate na busca por uma representação maior. Mário Augusto Ribas do Nascimento (CNM) parabenizou o trabalho realizado, mas discorda da retirada da CNM como membro do CONDRAF, por entender que é nos municípios que as políticas públicas voltadas à agricultura acontecem. Ressaltou a importância

do CONDRAF rever essa posição, em função da entidade ter 5 mil municípios associados. Defendeu a permanência do MAPA pela relação com as secretarias estaduais de agricultura, que tem os conselhos do desenvolvimento rural sustentável e solidário, além de ter a competência da inspeção sanitária nacional de produção animal, SUASA, o SISB e o POA, que influencia a agroindústria familiar. Jean Marc Von Der Weid (AS-PTA) expõe em sua análise que o CONDRAF não cumpriu exatamente o seu papel, se encontra esvaziado, associado ao governo e sem capacidade de iniciativa. Ressalta que as reuniões têm sido basicamente informativas e sem aprofundamentos de temas que dialoguem com a necessidade e interesse de todos. Citou o exemplo da homologação dos territórios, discussão sobre a qual não há uma apropriação maior para omitir opinião. Relativo aos comitês, com raras exceções, eles funcionaram porque havia uma relação de apadrinhamento e apoio financeiro do Governo, como o de ATER. Por outro lado, o Comitê de agroecologia, que teve dificuldades de operacionalização, ficando esvaziado, sobrepondo, de certa forma, o Comitê de ATER, inclusive por ser um tema transversal às políticas públicas da agricultura familiar. Ressaltou a importância de haver clareza de determinados temas, o que deverá ser considerado na eminente fusão de alguns comitês. Da mesma forma, ponderou que os Comitês transversais, de mulheres, juventude e povos e comunidade tradicionais, que em grande parte são temas discutidos dentro de outros Comitês, muitas vezes se sobrepondo e não direcionando devidamente as discussões. Mencionou como exemplo a ANA, na qual um grupo de mulheres prepara uma intervenção no âmbito da ANA, horizontalizando as orientações para o conjunto dos temas tratados, não sobrepondo temas e contribuindo com diretrizes. Propõe uma forma de institucionalidade mais aprofundada, considerando a forma de funcionamento, presidência partilhada ou não. Citou o CONSEA como exemplo, que possui orçamento próprio. Ressaltou que o fundamental para os Comitês é ter princípios e objetivos claros, formular e monitorar a aplicação de políticas públicas. William Clementino da Silva Matias (Contag) reconhece o esforço do GT e a importância de que esse processo reflita em uma reestruturação efetiva a exemplo do CONSEA, cujas proposições incidem no conjunto das políticas públicas no país. Reflete sobre o papel do CONDRAF para o MDA e a sociedade civil organizada. Defende a permanência do Comitê Permanente de Assuntos Internacionais (CPAI), pela sua importância no cenário internacional da agricultura familiar, a exemplo do Programa Pró Savana, proposto pelo CPAI, que trouxe o debate para o Pleno do CONDRAF situando as críticas referentes ao cenário na relação entre Brasil e África, além de outras políticas públicas debatidas nesse contexto. É necessário fazer uma reflexão da participação social no CONDRAF, sobretudo, o próprio Governo deve fazer essa reflexão. Questiona a estruturação proposta por biomas, que poderá gerar um processo de exclusão, bem como a exclusão da (?) participação do MAPA e da CNM no Pleno. Adhemar Lopes de Almeida (SRA) reconhece que o Comitê de Fundos de Terras e do Reordenamento Agrário (CPFTRA) já vinha questionando e reconhecendo o esgotamento do desenho atual dos Comitês e CONDRAF, implicando em distanciamento e dificuldades na articulação com outras temáticas, como a questão da reforma agrária, a questão do acesso e estrangeirização das terras e a importância de articular a reformulação com os eixos de planejamento do MDA e PNDRSS. Destaca que o Comitê Permanente de Fundos de Terras e Reordenamento Agrário vem dialogando com a criação de um Comitê Técnico para tratar de questões específicas, reservando ao Comitê o debate mais estratégico de formulação de políticas. Sarah Luiza Moreira (Contag) reforça a importância das políticas afirmativas que o Comitê de Mulheres representa, além de ser um espaço de empoderamento e fortalecimento das políticas específicas às mulheres rurais. Defendeu a permanência do Comitê de Políticas Internacionais no sentido da contribuição que a agricultura familiar do país tem sobre os países da América Latina, a exemplo da agroecologia, mudanças climáticas e REAF. Cita a importância da implementação da paridade no CONDRAF a partir da proposta apresentada pelo Comitê de Mulheres ao GTe. Cita a importância do diálogo entre o CONDRAF, CNAPO e CONSEA, por tratarem de temas semelhantes e com interfaces. Ubiramar Bispo de Souza (Rede Nacional de Colegiados Territoriais) destaca a importância da abordagem territorial para o desenvolvimento do rural brasileiro e o processo de aprofundamento da democracia participativa a partir de 2003. Nesse sentido, questiona a proposta do Grupo de trabalho de reformulação, com relação ao assento da Rede Nacional de Colegiados Territoriais-RNCT e suas representações no Conselho, citando prejuízos à Rede e aos Colegiados. Faz a defesa do Comitê de Políticas Internacionais no sentido das discussões estratégicas no âmbito da agricultura familiar. Disserta sobre o CONDRAF ser um espaço indutor de desenvolvimento, com pautas propositivas e acentua que o momento político é grave, tendo várias correlações de força sendo disputadas no âmbito do governo, citando o exemplo do posicionamento do MAPA diante das questões de interesses da agricultura familiar. Germano Barros (SERTA) destaca a importância de manter os Comitês de Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais, afirmando ser necessário manter o debate das transversalidades, porém qualificando o debate desses segmentos na interface com os outros comitês. Cristina Nascimento (ASA) fez uma referência aos Conselhos Nacionais de Saúde e Segurança Alimentar, que têm protagonizado debates com atuação proativa em várias pautas de interesse do desenvolvimento sustentável, e relaciona ao fato desses Conselhos possuírem em sua estrutura uma presidência da sociedade civil, o que considera determinante para a autonomia de suas ações. Acrescenta que o CONSEA hoje já experimenta um processo de eleição democrático e transparente, o que contribui sobremaneira para que as comissões permanentes, que integram sua estrutura, debatam aqueles temas de verdadeira relevância para o Conselho. Torna-se necessário, em sua análise, que os comitês do CONDRAF reflitam os debates de forma mais qualificada e que as temáticas transversais consigam realizar uma

efetividade de interface com as outras políticas. Rodrigo Amaral (Secretário do CONDRAF) esclarece que a questão das representações por biomas ainda necessitará de um aperfeiçoamento e os critérios serão discutidos posteriormente. Relativo ao questionamento da participação da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, relata que a deliberação do GT de reformulação foi de não deixar nenhuma entidade citada nominalmente no decreto. Quanto ao questionamento da CNM, outrossim esclarece que no decreto consta vagas para convidados representantes dos poderes públicos, estaduais e municipais. Reforça o fato do decreto fortalecer a participação da sociedade civil, como fruto de um cenário político, econômico e social no qual os movimentos sociais têm pautado bastante o Conselho. Faz um comunicado sobre a oficina de planejamento, prevista para acontecer no início do ano, na qual serão priorizados os temas a serem trabalhados durante o ano de 2016. Com relação aos comitês, destaca que a proposta de alteração de suas estruturas deva ser acompanhada de uma verdadeira mudança de sua dinâmica de funcionamento. Acentua que nessa questão poderá ser criado comitê gestor à parte para discussão de temas específicos dentro dos comitês, a exemplo das questões de homologação que envolvem o comitê de desenvolvimento territorial. Quanto ao Decreto da reformulação, propõe que todos os conselheiros possam dar suas contribuições, apesar de alguns pontos divergentes, e a secretaria do CONDRAF sistematizar, para posteriormente enviar à Casa Civil. Adriana Margutti (Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais/MDA) parabeniza o CONDRAF pela condução democrática do processo de reformulação. Sugere que a questão relativa à representação indígena no Conselho poderia ser resolvida com a APIB, que congrega quase todas as representações dos povos indígenas no Brasil. Relativo aos biomas, destaca a importância das representações de populações que tenham uma relação direta com os biomas, com o manejo dos recursos naturais e com as áreas florestais. Acentua a necessidade do CONDRAF incidir de forma mais incisiva em pautas, que dialoguem com o CNTBio, que é o espaço que trata dos transgênicos, e onde se dá o embate direto MAPA/MDA. Jean Marc Von Der Weid (AS-PTA) cita o problema de representações dentro do Conselho, inclusive colocando o exemplo da AS-PTA, que atualmente representa a região sudeste, e com atuação na região nordeste e sul. Torna-se necessário um cuidado extremo quando se define que tal entidade deva representar determinado bioma, pois o critério dessa representatividade pode se perder quando temos, por exemplo, vegetação da mata amazônica em quase todas as regiões do país. Outra questão que abordou refere-se à composição dos comitês dentro da proposta apresentada pelo GT de reformulação, considerando a possibilidade de ter vários subcomitês criados para discussão de temas específicos, principalmente para aqueles cujas fusões foram propostas. Receia que esses subcomitês passem por cima das instâncias para dar encaminhamento aos seus interesses e isso causar uma esteira grande de burocracia, causando entraves maiores para o desenvolvimento das políticas. Frisa que defenderá o comitê de crédito na nova estrutura do CONDRAF e coloca a necessidade de realizar algumas atividades preparatórias para o ano vindouro. William Clementino da Silva Matias (Contag) destaca a necessidade de um cuidado maior na definição dos critérios de representatividade das instituições vinculadas à agricultura familiar, em função de que várias representações regionais e ou territoriais possam se sobrepor àquelas com efetiva representação nacional. Defende a saída do MAPA por não defender as causas de interesses dos trabalhadores da agricultura familiar. Considera importante a manutenção do comitê permanente de assuntos internacionais e que é necessário repensar o número de integrantes de cada comitê. Marciano (Via Campesina) relata a importância do CONDRAF de contemplar as representações regionais e aquelas representações que têm muito acúmulo no debate do desenvolvimento rural no país e faz um contraponto à fala da Adriana Margutti (CGPCT), quando cita a APIB como entidade representativa dos povos indígenas. Destaca que seja necessário fazer uma consulta aos povos indígenas acerca da relação com o CONDRAF e de sua efetiva participação na composição do Conselho. Comenta em sua fala a necessidade de uma interlocução maior entre os povos do campo e da cidade, e que isso seja tema do planejamento estratégico do CONDRAF. Mário Augusto Ribas do Nascimento (CNM) reforça em sua fala a necessidade de alterar a proposta que o GT da reformulação trouxe relativa à representação dos municípios, garantindo a participação de três vagas para esse segmento. Rodrigo Amaral (Secretário do Condraf) esclarece que algumas questões nesse debate ficarão como desafios, e reforça a importância de uma mesa diretora para o enfrentamento dessa conjuntura que se avizinha para o CONDRAF. Acrescenta que será realizada uma oficina de planejamento estratégico do CONDRAF no início do ano de 2016, para a consolidação desse debate e de outros temas que dominarão a pauta do CONDRAF. Alessandra da Costa Lunas (Contag) sugere que o CONDRAF sistematize toda a memória do debate da reformulação ocorrido neste pleno, para que os conselheiros ausentes ao processo acompanhem toda as contribuições e construção do processo de reformulação do Conselho. **Encaminhamentos:** Por e-mail, enviar a proposta do novo decreto formulada pelo GT para todos(as) conselheiros(as), para apresentação de sugestões de exclusão, inclusão e alteração no texto do decreto; encaminhar juntamente com a proposta de decreto registro do debate sobre a reformulação na 64ª Reunião Ordinária do CONDRAF, com esclarecimentos sobre o que será contemplado no decreto e o que será designado em outros atos normativos; dia 15 de dezembro é prazo final para retorno das/os Conselheiras/os com contribuições sobre a proposta do novo decreto; as contribuições serão sistematizadas e apresentadas ao GT de Reformulação para apreciação e conclusão da proposta de texto do novo decreto; ao GT de Reformulação competirá analisar experiência de eleições em outros Conselhos Nacionais e apresentar uma proposta ao pleno do CONDRAF, bem como propor reorientações aos Conselhos Estaduais, a fim de contribuir com o alinhamento

da política de desenvolvimento rural; deverá ser proporcionado espaço para o debate sobre os comitês permanentes na Oficina de Planejamento do CONDRAF, e a AS-PTA e membros do UNICAFES, Assocene e CONTAG se reunirão para construir uma proposta de GT de Crédito Rural, a ser encaminhada ao pleno do CONDRAF antes do início do Plano Safra, que está previsto para maio de 2016. Complementarmente, Jean Marc (AS-PTA) expôs sobre as chamadas de ATER e os problemas que vêm ocorrendo com as entidades que estão executando esses serviços, decorrente da indisponibilidade financeira do MDA e, também, em função da área administrativa dessas executoras, o que poderá desencadear na demissão de equipes e o fechamento das entidades, em alguns casos. **Propostas:** 1) organizar um mutirão entre as entidades executoras e uma equipe de operação do MDA/DATER no sentido de analisar e resolver as pendências existentes; 2) garantir o pagamento dessas chamadas, evitando o fechamento das entidades. O Ministro deverá ter consciência dessa questão, defendendo recursos financeiros junto à Presidenta Dilma, ao MPOG e Ministério da Fazenda. Ainda concernente à ANATER, Paulo Guilherme complementou informações citando que o Conselho de Administração reunir-se-á no dia sete de dezembro e que o Conselho Assessor Nacional tem um conjunto de representações que deverá ser debatido no CONDRAF, porém, na hora certa (mulheres, povos e comunidades tradicionais, indígenas). Esclarece que, nesse momento, a pendência se refere à composição do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal. Sobre a **Composição do Conselho Fiscal da ANATER**, acrescentou que este último é composto por um representante do Ministério do Planejamento, um representante do Ministério da Fazenda e um da Sociedade Civil indicado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário e que, conforme solicitação ministerial e do presidente da ANATER, caberá ao CONDRAF a articulação da lista de até cinco dos nomes, para que seja escolhido um nome para o Conselho Fiscal. Para tanto, deverá ser um perfil que tenha conhecimento de ATER, mas, prioritariamente, na área administrativa e contábil. Sarah Luiza Moreira (Contag) sugeriu a indicação de uma mulher e de um titular e um suplente, sendo a titular a Bete Cardoso, do CTA Zona da Mata, que tanto é executora de ATER, quanto faz parte do GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, tendo expertise acompanhamento e fiscalização. Como suplente sugere o Jonas, da Faser, entretanto, é possível que a entidade tenha interesse na titularidade do assento. Marciano (Via Campesina) comunicou que na discussão que fizeram foi ressaltado que a juventude não está representada em nenhuma instância da ANATER, se colocando, portanto, à disposição do assento, como indicado pelo Comitê de Juventude, assim como o nome de Antonino Cardozo de Carvalho, que é quem está acompanhando esse debate da ATER pelo Comitê, através da UNICAFES. Jonas Dantas (Faser) confirma o interesse de que a entidade tenha titularidade no assento, pela experiência com a ATER, no procedimento de gestão, em função de sua experiência de seis anos como presidente do CREA. Rodrigo Amaral (Secretário do Condraf) esclareceu novamente que será apresentada uma lista ao Ministro, que decidirá um nome, conforme consta no Decreto. Rodrigo Amaral, conforme introduzido anteriormente, retoma a palavra, solicitando a apresentação da lista de potenciais representantes da sociedade civil para ocupar um assento no Conselho Fiscal da ANATER. **Encaminhamentos:** A lista de nomes a ser apreciada pelo Ministro Patrus Ananias, mediante o envio formal antecipado por parte dessas entidades, ao CONDRAF, é: a) Bete Cardoso - GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), indicado pelo Comitê Permanente de Mulheres do CONDRAF); b) Manoel Saraiva – FASER; c) Germano de Barros Ferreira - SERTA (indicado pelo Comitê de Juventude do CONDRAF); d) Antonino Cardozo de Carvalho - UNICAFES (indicado pelo Comitê de Juventude do CONDRAF) e, e) Valter de Carvalho – ASSOCENE. A reunião foi encerrada às 18:00h.

FRANCISCO RODRIGO JOSINO AMARAL
Secretário do Condraf

PATRUS ANANIAS DE SOUSA
Presidente do Condraf

ANEXO 5 – Roteiro utilizado nas entrevistas

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro de perguntas que foram dirigidas aos entrevistados. Durante as entrevistas, pela sua própria dinâmica de conversação, as perguntas podem ter sido feitas em ordens diversas, porém este pesquisador adotou o cuidado de realizar as perguntas previstas no roteiro para todos (as) entrevistados. Em alguns casos, se acrescentaram perguntas que pudessem colocar no contexto desta tese algum evento, fato, situação mencionado pelos (as) entrevistados, mantendo assim uma proximidade do seu campo de ação, com os temas que foram abordados nesta tese

- I. Como você compreende o processo educativo e as práticas e vivências educativas desenvolvidas pelo movimento social sindical rural? Pode mencionar algum exemplo e em que momento histórico ocorreu esta situação?
- II. No diálogo e na negociação com o poder público, você identifica um processo de aprendizagem para os atores envolvidos? É possível identificar nesta relação um processo educativo?
- III. Como se organiza a pauta de reivindicações dos movimentos sociais? Qual sua relação com o processo educativo e de aprendizagem? Quais técnicas e ferramentas pedagógicas foram ou são utilizadas? Qual o papel da ENFOC neste processo?
- IV. Qual a importância do Grito da Terra Brasil e da Marcha das Margaridas para a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais? Existe uma elevação de consciência neste processo organizativo das manifestações de massa e também na forma em que se organizam as pautas de reivindicação?
- V. Você pode descrever como se dava a relação política estabelecida entre os governos que existiram antes de 2003, durante 2003 e 2016 e depois de 2016? Quais as principais características destes momentos históricos em relação ao diálogo, a participação e a relação política com o movimento social sindical rural?
- VI. Qual a importância que você atribui ao CONDRAF e quais seriam as principais políticas públicas implementadas entre 2003 e 2016 que poderiam exemplificar o resultado da negociação e do diálogo estabelecidos neste Conselho?

- VII. Em relação ao período de governos que existiram entre 2003 e 2016 e considerando como este ciclo foi encerrado, qual sua opinião sobre o deixou de ser feito? Quais foram os erros, falhas ou omissões que levaram ao seu fim? E se for possível um outro ciclo de governos identificados com os movimentos sociais rurais, o que você considera necessário ser feito para fortalecer e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora?
- VIII. Particularmente sobre a organização das mulheres trabalhadoras rurais, quais foram ou são os principais desafios? Qual a importância da ENFOC e da Marcha das Margaridas para as trabalhadoras rurais? Que conquistas poderiam ser mencionadas em relação à organização sindical das trabalhadoras rurais e também em relação às políticas públicas?
- IX. Para reconquistar novamente um governo com identidade política com os movimentos sociais e com a classe trabalhadora, é preciso um reencantamento para a luta social? Como vencer a apatia, o medo ou a dificuldade de mobilização das pessoas para este ciclo de lutas?
- X. Você gostaria de comentar ou acrescentar um tema ou uma observação que julga relevante e que esteja em sintonia com o objeto deste estudo?